UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FABIANA GARCIA MUNHOZ

Invenção do magistério público feminino paulista:

Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes
(1820-1860)

Versão corrigida

São Paulo
2018

FABIANA GARCIA MUNHOZ

Invenção do magistério público feminino paulista:

Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes
(1820-1860)

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutora em Educação.

Área de concentração: História da Educação e
Historiografia

Orientadora: Diana Gonçalves Vidal

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37(09)	Munhoz, Fabiana Garcia
M966i	Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860) / Fabiana Garcia Munhoz; orientação Diana Gonçalves Vidal. São Paulo: s.n., 2018. 307 p. ils.; graf.; tabs.; anexos; apêndice Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1. História da Educação 2. Magistério (Século XIX) (São Paulo) 3. Mulheres (História) I. Vidal, Diana Gonçalves, orient.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. **Invenção do magistério público feminino paulista**: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860). 2018. 307 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovada em 26/04/2018

Banca Examinadora

Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal (orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:_____

Profa. Dra. Adriana Maria Paulo da Silva

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Julgamento:_____

Profa. Dra. Maria Angela Borges Salvadori

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:_____

Profa. Dra. Maria Lucia Spedo Hilsdorf

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:_____

Profa. Dra. Cecília Nascimento

Instituição: Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais

Julgamento:_____

Profa. Dra. Ana Luiza Jesus da Costa (suplente)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:_____

Profa. Dra. Alessandra Frota Martinez Schueler (suplente)

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Julgamento:_____

Profa. Dra. Rita de Cassia Gallego (suplente)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:_____

Profa. Dra. Angélica Borges (suplente)

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Julgamento:_____

Profa. Dra. Maurilane de Souza Biccás (suplente)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:_____

*Ao Jlio e Nara,
com todo amor
que cabe em mim e de mim transborda.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é muito bom, pois significa que recebemos amor e que somos capazes de nos alegrar e perceber o quão especial é contar com pessoas que amamos, admiramos e que se doaram de diferentes formas. O momento de agradecer é, também, o final da tese (viva!), momento de dizer: Pessoal, estou aqui! Quem precisa de ajuda?

Caminharei por *lugares* que percorri nesta jornada acadêmica e de vida, identificando encontros e pessoas a quem quero deixar registrada a minha gratidão. Antes de adentrar nestes lugares, expresso minha gratidão à população paulista, que mantém com o pagamento de impostos a Universidade de São Paulo, e a toda a população brasileira pela bolsa de doutorado da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Expresso o meu repúdio às políticas do atual governo federal desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e sua destituição por meio de um golpe jurídico-político-midiático em setembro de 2016.

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Começo agradecendo imensamente à orientação, parceria e amizade de Diana Gonçalves Vidal. Estamos completando 10 anos de orientação. Diana é uma pesquisadora incansável, perspicaz, generosa e muito prática, que proporciona experiências acadêmicas ricas e variadas aos seus orientandos em projetos que envolvem pesquisa, grupos de estudos, estágio docente, publicações, missões pedagógicas, elaboração de site, vídeos, exposições, óperas e jantares! Agradeço muito pelo empenho em concretizar o sonho da missão de estudos em Paris. Sou muito grata por tudo!

Às professoras que compuseram a minha banca examinadora e arguíram esta tese de forma rigorosa, generosa e muito acolhedora. À Maria Angela B. Salvadori, pela interlocução no Niephe, supervisão no estágio docente, amizade, profundidade e delicadeza. Suas leituras sempre contribuem muito! À Adriana M. P. da Silva, que veio de tão longe para conversar sobre a minha pesquisa e foi de uma generosidade incrível ao indicar e enviar tantas referências fundamentais, assim como instigar acerca de questões de pesquisa; o capítulo 4 é fruto de suas “provocações”. À Cecília Nascimento, pelos diálogos nos caminhos acadêmicos seguindo trajetórias de professoras oitocentistas. À Maria Lucia S. Hilsdorf, pelas aulas na graduação, pós-graduação, contribuições na minha qualificação do mestrado e toda interlocução e acolhimento ao longo desses anos. As leituras de seus textos sobre o tema tornaram o percurso pelas fontes mais familiar e possibilitaram muitas das interpretações propostas. Agradeço igualmente às docentes que compõem a suplência. À Alessandra Schueler, pelo diálogo desde o mestrado! À Ana Luísa Costa, pela amizade e interlocução no Niephe! À Rita Gallego pela parceria no projeto sobre “Mulheres e Inovação no Ensino”. À Angélica Borges, pela amizade (um grande encontro que a vida acadêmica proporcionou), pela interlocução no Niephe, apoio na finalização do meu mestrado e todas as sugestões no capítulo 3 da tese!

Se esta tese conta sobre tramas do magistério oitocentista, minha vida é tecida em meio a tramas no magistério do século XXI e, ao longo da pós-graduação, alguns *fiões* foram fundamentais para aquecer, fortalecer e dar sentido afetivo ao trabalho acadêmico. Agradeço à Ariadne Ecar pela amizade, generosidade, comidinhas naturalmente deliciosas, pelas trocas e conversas que

muito me fortaleceram e amadureceram, e também por compartilharmos, na medida em que a distância permite, a infância de nossos filhos e nossas filhas: eu adoro a Agnes! À Aura Hurtado, pela amizade, carinho, conversas e afeto. À Crislei Custódio, sou grata pelo carinho, conversas, alegria e aprendizados desde as confecções e interpretações de mapas astrais, passando por sugestões de séries e filmes até as mais profundas e politizadas discussões educacionais. À Fernanda Moraes, amiga há quase duas décadas, agradeço pelo amor, apoio, risadas, choros, aniversários, casamentos, festas, nascimentos, passeios e tudo que uma longa e verdadeira amizade carrega, e, também, por compartilharmos as aventuras da maternidade, com o Rafa e os pequenos Clara e Lino! Na tese, sua colaboração foi fundamental na concretização do capítulo 4, sobre as alunas. Obrigada, Fê! Gratidão imensa à queridíssima Louisa Mathieson! Não é novidade dizer que a Lou é uma das pessoas mais espontaneamente gentis, generosas e educadas do mundo inteiro. Eu aprendo tanto com ela em nossos encontros que, felizmente, quase sempre são acompanhados por comida boa e terminam com um gostinho de quero mais. Agradeço às visitas com o Paulo Victor aqui em Rio Claro, sempre muito agradáveis. Na reta final da tese, agradeço aos dois pela disponibilidade para ler e revisar as versões dos capítulos, ajudar em pesquisas bibliográficas e mandar mensagens perguntando como as coisas estavam quando a aflição estava batendo. À Sandra Caldeira, agradeço muito pela amizade, por todas as nossas viagens juntas, no sentido literal e figurado! Ir para São Paulo na sua companhia foi um grande presente neste doutorado e espero que outras viagens e encontros sempre estejam no nosso caminho. À queridíssima Surya Pombo, agradeço por todos os encontros, cafés, conversas, baladinhas, carnavais, muitas viagens, exposições, caminhadas, iogas, leituras de capítulos da tese, palpites, referências sobre o nosso amado século XIX, sobretudo sobre história da população negra. Enfim, agradeço pelas experiências acadêmicas e mundanas que compartilhamos! O Charles disse uma vez que “a Surya é tão necessária”: resumida e acertadamente, é isso!

Agradeço aos professores da graduação História, na Pedagogia, no mestrado e no doutorado. Aos funcionários da Faculdade de Educação, em especial àqueles da Seção de pós-graduação, pelo o profissionalismo, gentileza e rapidez nos atendimentos ao longo desses anos.

CEPEUSP

Num dos meus lugares preferidos da USP, agradeço ao professor de ioga Marcos Rojo pela simplicidade e profundidade, de quem empresto o lema para a vida: “Ousadia com cautela”.

Niephe

À Maurilane Biccas, pelo carinho, leituras, sugestões e interlocução. Ao Felipe Moraes, pela parceria na organização da publicação do livro do Niephe, à Rachel Abadala, também pela publicação, pela amizade e pela companhia alto-astral em Paris. À Fernanda Franchini, pela amizade, leituras atentas, indicações de bibliografia e por ter digitalizado e enviado por e-mail um material de que precisei nesta reta final, obrigada, Fê! À Fernanda Resende, pela amizade, carinho, pelos encontros tão especiais em Poços, eu agradeço imensamente! A todos os membros, atuais e egressos, com que convivi mais diretamente, Alairton Soares, Alexandra Rudakoff, Ana Carolina Guimarães, André Paulilo, Angélica Pall Oriani, Bruno Alves, Claudinéia Vischi, Daniela Abreu, Denise Peixoto, Érica Maldonado, Jaíne Silva, Maria Eduarda Ferro, Marina Tucunduva, Milen Schramm, Miriam Fernandes, Nadjelena Souza, Rafaela Rabelo, Roni Menezes e Wiara Rosa. Muito obrigada pessoal!

FFLCH, Crusp e Equipe feminina de basquete da FFLCH (1998-2002)

Na FFLCH, ampliei a compreensão sobre as diferenças de classe, gênero, entre esquerda e direita e fiz as primeiras amigas feministas: Talitha Lessa, a quem agradeço pela amizade e carinho; Luciana Sá Telles, pela amizade, conversas e acolhidas; Surya Pombo e Fernanda Moraes (já que nos conhecemos lá!); e Adriana Madeira, pela amizade, ternura, apoio, afeto e acolhida no México! Na vida universitária, eu vivia três mundos que ora se conectavam ora se distanciavam: a faculdade de História, o Crusp e a equipe de basquete feminina. Do Conjunto Residencial da USP, agradeço @s amig@s Rita Lucas, pela amizade amorosa, inteligente e divertida; Fabiano Scodeler, pelas inúmeras conversas presenciais e virtuais, encontros e tudo mais! Barbara Campos, pela amizade de duas décadas, pelo tempo em que moramos juntas, pelas acolhidas no seu apê em SP, pelo apoio como “doula” pós-separação e por todas as piadas, sempre nos momentos exatos! Ao Marcel Pedroso e Nelson Carvalho, agradeço pela amizade que continua sendo muito importante para mim. Agradeço com saudades a todas as amigas do basquete, especialmente à Edione Augusto, pelos treinos, jogos, campeonatos, viagens, e cervejas no Rei das Batidas.

Arquivos e seus sujeitos

Agradeço aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, local que guarda a documentação central desta tese e a todos os sujeitos envolvidos no projeto da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional que tornaram possível outras incursões às fontes, não por acaso efetivado durante os governos Lula e Dilma.

Na terra de Oz

Aos amigos parceiros do magistério público na Escola Estadual São Paulo da Cruz, em Osasco: Janaína Souza, pela amizade, simpatia, alto-astral, cultivo e cuidado com a nossa turma. Ao Sérgio Tenório de Almeida, pela amizade, companheirismo, conversas sobre livros e por toda a garra! À Gislaine Rosa dos Santos, minha avessa e amora, agradeço imensamente pela amizade cuidadosa, pelo carinho, paciência, pelas lindas e poéticas músicas e pelas conversas que, quase diariamente, confortam e possibilitam que, mesmo à distância, estejamos sempre perto!

Lugares do passado

Da infância e adolescência no interior, agradeço à Ana Paula da Silva, por todas as aventuras adolescentes, partidas de basquete, viagens escolares, reuniões familiares, e fico muito feliz por nossa reaproximação nos últimos tempos, permitindo-me a convivência com uma das pessoas mais alto-astral do mundo inteiro! Ao Marcus V. Luz Moraes, amigo querido que, mesmo longe, está sempre perto!

De Londrina para outros cantos

À família Abbud, agradeço por toda a amizade, carinho e apoio de sempre. À Maria Luiza, amiga e eterna sogra, agradeço por todo o amor com que se relaciona com seus netos (meu filho e minha filha), pelo apoio material, pelas temporadas em Rio Claro para ficar com as crianças para que eu pudesse trabalhar na tese, por todas as conversas sobre história da educação, pelas consultas homeopáticas, por tudo! Ao Nelson, pelo carinho, conversas, cafés e os deliciosos frutos do seu estimado sítio. Agradeço a todo o clã Macedo Abbud: Christiane, Daniel, Clara,

Lívia, Pedro, Fernanda, Eduardo, Laís, Lucas, Davi e Maria Helena. Por fim, agradeço ao Luiz Abbud, pela parceria nas minhas obras de arte, pela história que vivemos juntos, honestidade, caráter e apoio nesta reta final. Em Londrina, agradeço à Marta Fávaro pela amizade, carinho e acolhida neste Carnaval. Aos compadres Silvia e Paulo Melletti e às queridas Laura, Ana e, especialmente, à minha afilhada Luísa Melletti. À Rosangela Volpato e ao Marcos, pela amizade, força e amor. Às amigas de Londrina, Daia Moraes, Érika Patrícia Rodrigues, que têm um lugar eterno no meu coração e à Alline Mikaela Pereira, pela amizade sempre tão carinhosa.

Rio Claro

À Bárbara Luzia Mendes, pela amizade e todo o apoio! À Thaís Arruda, pela amizade, cafés, viagens, francês, mandalas, massagens e, nesta reta final, pela revisão e contribuições para a finalização da tese. À querida ceramista Josiani Lazarini, pela amizade e por trazer esta arte para a minha vida. À Disete Devera, pelos anos de terapia e todo o carinho. À Ana Cláudia Amorim pela amizade e pelo ioga! À Juliana Santos, pela amizade e parceria nas cachus e baladinhas legais de Rio Claro. À Tatiana Lima, pela amizade, caminhadas e carinho. À Simone Sgobin, pela amizade, meditação e aromas. À Aline Franco, pela amizade e conversas, à Fernanda Batista, pela amizade, cafés, florais. À Jenifer Barros, pela amizade e apoio. À Juliana Carrijo, pela amizade, cafés e vinhos. Por fim, em Rio Claro, agradeço às amigas e vizinhas Fernanda Bomfim, Enide Santos, Jucineia Souza, Ana Carolina Monzon, Carla Hoffman, Edna Pelarigo, Janaína Manesco, Sandra Savoy e, especialmente, à querida Regiane Brienza com quem aprendo muito sobre amar e cuidar.

Unesp Rio Claro

Para a concretização de uma pesquisa é indispensável condições materiais para a sua produção. As bibliotecas públicas, especialmente as de universidade públicas, constituem estes espaços apropriados para leitura, escrita e acesso à bibliografia. Como aluna da USP, em São Paulo, e moradora do município de Rio Claro, frequentei assiduamente a biblioteca da Unesp, local fundamental para esta tese se tornar realidade. Agradeço, com muito carinho, aos queridos funcionários da biblioteca da Unesp, por todo profissionalismo, gentilezas e agradáveis conversas. Agradeço especialmente à Célia Aparecida Rufino Gomes da Silva, Gislaine Hermi Galasse, Mauricio da Silva Pinheiro, Renan Carvalho Ramos, Jair Félix de Mendonça Filho, Rosângela Aparecida Arnosti Bonatti, Josimeire Moura da Silva, Adriana Gonzaga Vieira, Edna Moreira, Emília Bispo dos Santos, Zilda Cardoso e Kelly Alessandra Jeronimo. Neste mesmo espaço, foi possível construir alguns vínculos com outros pesquisadores em situações parecidas. Foi o caso de Keila Sachimbombo que de vizinha de mesa na biblioteca da Unesp passou a grande amiga, agradeço pelas conversas, encontros, ajuda na digitação das tabelas da tese e, especialmente, pela companhia na festa mais incrível de Rio Claro, a Black June! À Lisa Farias, pela amizade, mensagens, acolhida no terreiro e todo o carinho! À Caroline Florindo, pela amizade, cafés e conversas sobre feminismo e educação. À Helena Morais, pela amizade, passeios com as crianças e por todo o carinho.

Lugares do presente – Piracicaba

Agradeço aos amigos do *Raízes e Asas* (com a trilha sonora *Salento, de René Aubry*), pela amizade e parceria na trajetória terapêutica em grupo em 2017. Desejo que nossa amizade seja para toda a vida! Ao Dante Moretti, pela condução profunda e acolhedora, à Raquel Galvani,

pela intensidade da amizade, à Amarilis Ibanez, pela sensibilidade, ao Ivo Racca, pela arte e profundidade, à Fabiana Bastos, pela parceria feminista, *good vibes* e assessoria profissional com a elaboração dos gráficos do capítulo 4, à Fabiana Scussolino, pela amizade e acolhimento, ao Fabio Camolesi, pela parceria e espontaneidade, ao Felipe Crouzapi, pelo imenso carinho, à Jéssica Araújo, pela serenidade e empatia, ao Marcelo da Silva pela alegria e parceria, à Mariana Colombo, pela amizade, acolhimento e cuidado, ao Osvaldo Cardoso, pela sinceridade e autenticidade, ao Paulo Santini, pelo afeto e parceria, e ao Pedro Machado, pela amizade, parceria, conversas e músicas nas viagens, acupuntura e cuidado. Valeu Galera! É Nozes! Vai Planeta!

Ainda em Pira, agradeço à Júlia Machado, pela amizade, amor e por estar presente, mesmo que nos encontremos muito menos do que é preciso! Obrigada, Ju! Aproveito para agradecer ao novo baiano Virgílio Machado, com saudades...

Portais mágicos da amizade como sendas no tempo/espço

Agradeço ao grupo de amigos que encontro de tempos em tempos nos Congressos de História da Educação e são um respiro de amor e alegria no ritmo frenético do dia a dia. Agradeço à amada e idolatrada Cíntia Borges de Almeida pela amizade, companheirismo, afeto, cuidado, bom humor e alegria! Ao Marcelo Gomes, pela amizade, conversas e carinho. À musa Natalia Frizzo, pela amizade e alegria. À Aline de Moraes, pelo carinho e amizade. Ao Juarez dos Anjos, pela interlocução e carinho. À Iriana Vezzani, pelo afeto de sempre. Este grupo também é composto por Surya Pombo, Sandra Caldeira, Angélica Borges, Louisa Mathieson, Ariadne Ecar, Ana Luísa Costa, Maria Angela Borges Salvadori e Fernanda Resende que já foram citadas!

Família êh... Família ah... Família!

Por fim, agradeço aos meus familiares por todo apoio ao longo da minha vida. À minha mãe, Neiva Garcia Munhoz, pelo apoio incansável, ajuda com as crianças, pelo colo, carinho, enfim, por todo amor. Ao meu pai, Paulo Roberto Munhoz, pelo amor, carinho e por toda torcida! Aos meus irmãos nerds que tanto admiro, Paulo R. Munhoz Filho, pela amizade, parceria, suportes técnicos e bobearas de irmãos; e Felipe R. T. Garcia Munhoz, pela amizade, rolês e conversas. Às minhas avós queridas Nair Gardim Garcia, filha de Ana e Vitório; e Sebastiana Teruel Munhoz, filha de Isabel e Genêz, por todo amor! Às minhas tias, tios e primos representados por Lauriê Maria Garcia, Isabel Cristina Munhoz, Maíra Munhoz Kuhl e Ana Carolina Garcia dos Santos. E às minhas cunhadas Silene Botelho, pela amizade, carinho e aproximação cheia de afeto, e Aline Xavier, pela amizade, conversas sobre alimentação, filmes, séries e viagens!

Agradeço especialmente ao Júlio e à Nara. Ele nasceu na época em que eu participava do processo seletivo para o ingresso no mestrado e, enfim, vai descobrir como é ter uma mãe que não está na pós-graduação. À Nara, que participou da qualificação do mestrado dentro da minha barriga, completou 1 aninho um dia antes da defesa de mestrado e, na de doutorado, terá recém-completado 7 anos. São filh@s incríveis de quem muito me orgulho, foram muito companheir@s e tiveram muita paciência na fase final da escrita. A vocês dedico esta tese!

Celebração da Subjetividade

Eu já estava há um bom tempo escrevendo 'Memória do Fogo', e quanto mais escrevia mais fundo ia nas histórias que contava.

Começava a ser cada vez mais difícil distinguir o passado do presente: o que tinha sido estava sendo, e estava sendo à minha volta, e escrever era minha maneira de bater e abraçar. Supõe-se, porém, que os livros de história não são subjetivos.

Comentei isso com José Coronel Urtecho: neste livro que estou escrevendo, pelo avesso e pelo direito, na luz ou na contraluz, olhando do jeito que for, surgem à primeira vista minhas raivas e meus amores.

E nas margens do Rio San Juan, o velho poeta me disse que não se deve dar a menor importância aos fanáticos da objetividade:

– Não se preocupe – me disse. – É assim que deve ser. Os que fazem da objetividade uma religião, mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos, para salvar-se da dor humana.

Eduardo Galeano

RESUMO

MUNHOZ, Fabiana Garcia. **Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860).** 2018. 305 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A primeira Lei Geral da Instrução Pública, de 15 de outubro de 1827, foi um marco na história da educação brasileira por prever a possibilidade de criação de escolas de primeiras letras de meninas nas cidades e vilas mais populosas pelos presidentes e conselhos provinciais. Em São Paulo, as primeiras cinco cadeiras foram criadas em 1828 e providas por meio de concurso público e desde esse ano até 1860, 88 escolas foram criadas e 136 professoras as ocuparam. Compreender a invenção do magistério público feminino no universo da história das mulheres trabalhadoras e da sociedade paulista oitocentista é o objetivo desta investigação. Como *fio* para alinhar a narrativa, elegemos a primeira professora pública da Província, Benedita da Trindade do Lado de Cristo. A trama é tecida a partir de questões, espaços, polêmicas, relações e tradições identificadas, inicialmente, em sua trajetória e ampliada para a experiência docente coletiva das mestras. As interpretações são construídas recorrendo-se ao aporte teórico metodológico da história social, história do cotidiano e micro história, e da contribuição de pesquisas sobre história das mulheres e história da educação. As fontes da pesquisa formam um conjunto variado constituído por manuscritos do Arquivo Público do Estado de São Paulo; legislação e relatórios da Instrução Pública e de presidentes da Província; periódicos; documentação censitária; registros visuais; registros de batismo; relatos de viagens e literatura memorialista. O estudo está organizado em quatro capítulos. No primeiro, buscamos delinear os contornos do mundo do trabalho feminino, no qual destacamos as diversas possibilidades de ser mulher que povoaram as experiências na São Paulo oitocentista, com as profundas desigualdades sociais, de gênero e raciais de um país escravista. No segundo, passamos às questões específicas da docência feminina. Percorremos querelas, saberes, métodos, salários e dados numéricos da instrução num movimento de cotejamento entre as ações do governo provincial e as experiências das mestras públicas. No terceiro, discutimos três dimensões do acesso e transmissão da docência pública entre mulheres paulistas no XIX: a família, o ingresso por meio de concursos e indicações, e o *Seminário de Educandas*, um asilo paulista de órfãs como espaço educativo feminino que legou o magistério a algumas de suas internas. O último capítulo apresenta o corpo discente da escola feminina da Sé, considerando que uma das dimensões significativas do ofício docente é seu impacto na trajetória da população feminina que frequentou as escolas públicas. As experiências destas mulheres no magistério evidenciam o quanto elas se valeram das possibilidades em cena, afirmando, modificando e rompendo com os destinos mais recorrentes; para além da educação, contam sobre o “ser mulher” e o protagonismo feminino possível no século XIX.

Palavras-chave: História da Educação. Magistério feminino. Província de São Paulo. Benedita da Trindade do Lado de Cristo. História das mulheres.

ABSTRACT

MUNHOZ, Fabiana Garcia. **Invention of the female public teaching profession in São Paulo:** Teacher Benedita da Trindade do Lado de Cristo in the context of teaching experiences (1820-1860). 2018. 305 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The first General Law of Public Instruction, of October 15, 1827, is a milestone in the history of Brazilian education, as it authorizes provincial presidents and councils to create schools of first letters for girls in the cities and more populous villages. In São Paulo, the first five chairs were founded in 1828 and provided by means of public entrance examination and from this year to 1860, 88 schools were created and 136 teachers occupied them. This research aims to understand the invention of female public teaching regarding the history of working women and of the nineteenth-century society of São Paulo. As guideline to this study, we elected the first female public teacher of the Province, Benedita da Trindade do Lado de Cristo, in whose trajectory we initially identify questions, spaces, polemics, relationships and traditions that are then extended to the teachers' collective teaching experience. The interpretations and methodology are based on social history theories, history of daily life and micro history, and on research on women's history and history of education. The sources of the research form a varied set consisting of manuscripts from the Public Archive of the State of São Paulo; legislation and reports of the Public Instruction and of provincial presidents; newspapers; visual records; baptismal records; travel reports and memoirist literature. The study is organized in four chapters. In chapter one, we outline the world of women's work, highlighting the diverse possibilities of being a woman in São Paulo during the nineteenth century, with the profound social, gender and racial inequalities of a slave country. In chapter two, we turn to the specific questions of female teaching, going through quarrels, knowledge, methods, salaries and numeric data of the instruction in a movement of comparison between the actions of the provincial government and the experiences of the public female teachers. In chapter three, we discuss three dimensions of access and transmission of public teaching among women in the nineteenth century: the family; entry through public entrance examinations and nominations; and the *Seminar of Educandas*, a São Paulo asylum of orphans as a female educational space that bequeathed the magisterium to some of its inmates. The last chapter presents the student body of the Sé women's school, considering that one of the significant dimensions of the teaching profession is its impact on the trajectory of the female population that attended public schools. The experiences of these women in the magisterium show how they made use of the existing possibilities, affirming, modifying and breaking with the most recurrent destinies; Beyond education, they tell about "being a woman" and the possible female protagonism in the nineteenth century.

Keywords: History of education. Female teaching profession. Province of São Paulo. Benedita da Trindade do Lado de Cristo. History of women.

Lista de Figuras

Figura 1: O Farol Paulistano, 21/05/1828, p. 470	20
Figura 2: Mapa da Capital da Província de São Paulo, ano de 1877.....	30
Figura 3: Modello do modo de trajar das senhoras da cidade de S. Paulo. Anônimo. Aquarela. 1820. 49	
Figura 4: Vestimentas de São Paulo. Aimé-Adrien Taunay. Aquarela e nanquim. 1825.	49
Figura 5: Lady of St. Paul's. Charles Landseer. Lápis, 1827.....	52
Figura 6: Lady of St. Paul's. Charles Landseer. Lápis, 1827.....	52
Figura 7: DEBRET, Jean Baptiste. Ponte de Santa Ifigênia, Aquarela, 1827.	53
Figura 8: Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887 - Ladeira e Ponte do Carmo. Photographia Americana; Militão Augusto de Azevedo, 1862.....	54
Figura 9: Charge de Angelo Agostini, O Diabo Coxo, São Paulo, 1864.	57
Figura 10: No cárcere da casa colonial,	59
Figura 11: O Farol Paulistano, 27/04/1830, p. 260.	65
Figura 12: O Farol Paulistano 31/10/1874, p. 1174.	65
Figura 13: Correio Paulistano, 26/01/1859, p.4	66
Figura 14: Várzea do Rio Tamanduateí (1862). Foto de Militão de Azevedo de 1862	67
Figura 15: A antiga ponte do Carmo e lavadeiras trabalhando. Gravura do Álbum São Paulo Antigo e São Paulo Moderno, 1905	67
Figura 16: Henry Chamberlain (1796-1844), Quitandearas da Lapa (RJ). Aquarela. 1819-20.	74
Figura 17: Palácio do Governo de São Paulo. DEBRET, Jean Baptiste. Aquarela, 1827.....	74
Figura 18: Quitandearas de peixe estacionadas em frente à igreja do Carmo em 1854.....	75
Figura 19: Negros e negras, com taboleiros, nas planícies do Ipiranga, em 1855	75
Figura 20: Imagem "Mulheres do campo"	81
Figura 21: O Farol Paulistano, 07/07/1827, p.104.	83
Figura 22: Correio Paulistano, 08/07/1863, p. 03	84
Figura 23: Correio Paulistano, 23/09/1864, p. 02	84
Figura 24: Correio Paulistano, 15 de outubro de 1864, p.04.....	85
Figura 25: Correio Paulistano, 10/12/1864, p. 04	86
Figura 26: Correio Paulistano, 12/11/1865, p. 04	86
Figura 27: Correio Paulistano, 06/10/1864, p. 3	89
Figura 28: Correio Paulistano, 28/10/1868, p.4	89
Figura 29: O Ypiranga, 02/02/1868, p. 3	89
Figura 30: Diário de São Paulo, 30/07/1869, p.2.....	89
Figura 31: Diário de São Paulo, 1/05/1858, p.3	90
Figura 32: Correio Paulistano, 1/05/1878, p.3	90
Figura 33: O Farol Paulistano, 16/06/1831, p. 30012	97
Figura 34: Correio Paulistano, 12/09/1854, p. 4	97
Figura 35: Correio Paulistano, 23/02/1858, p. 4	97
Figura 36: A Phenix, 17/06/1840, p. 4	99
Figura 37: Correio Paulistano, 22/08/1856, p.4.	100
Figura 38: Correio Paulistano, 12/11/1856, p. 4	101
Figura 39: Correio Paulistano, 18/05/1857, p. 4	101
Figura 40: Correio Paulistano, 09/01/1862, p. 3	102
Figura 41: Radical Paulistano, 16/07/1869, p. 4	102
Figura 42: Correio Paulistano, 20/03/1862, p. 4	102
Figura 43: Correio Paulistano, 08/06/1865, p. 4	102
Figura 44: Artigo 3º do “Regulamento dado pelo Exmo Governo desta Província de S. Paulo em 26 de Março de 1832 para as Mestres de 1ªs letras”, manuscrito pela mestra Benedita da Trindade em 13/05/1833.....	122
Figura 45: Relatório da Instrução Pública, Instrução Pública de SP, 1856, p. 10	128

Figura 46: Trecho do Relatório geral da Instrução Pública, SP, 1854, p. 14	132
Figura 47: Trecho do relatório geral da Instrução Pública de Diogo de Mendonça Pinto, 1852, p.9.	133
Figura 48: Trecho do relatório do Inspetor Geral da Inst. Pública, anexo ao Relatório do presidente de Província, 1860, p. 24	144
Figura 49: “Relação de meninas que se matriculão nesta Aula de Primeiras Letras”. Profª Benedita da Trindade do Lado de Cristo. APESP, C04914, 28/09/1840.	148
Figura 50: Relação de meninas que se matriculão nesta Aula de Primeiras Letras”, p.1, profª Benedita da Trindade do Lado de Cristo. APESP, C04916, 18/12/1847.	148
Figura 51: Relação nominal de alunas da escola pública de Taubaté, 30/11/1846	152
Figura 52: Relação nominal de alunas da escola pública de Taubaté, 30/11/1846	152
Figura 53: Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 25	155
Figura 54: Relatório da Instrução Pública, 1856, p. 13	160
Figura 55: Relatório da Instrução Pública, 1866, p.21.	162
Figura 56: Correio Paulistano, 05/04/1856, p.2	163
Figura 57: Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 13	165
Figura 58: Relatório da Instrução Pública, 1856, p.13.	166
Figura 59: O Publicador Paulistano, 10/09/1857, p. 2	167
Figura 60: Correio Paulistano, 12/08/1858	167
Figura 61: Relatório da Instrução Pública, 1858, p.14.	168
Figura 62: O governista, 09/04/1851, p. 2	191
Figura 63: Correio Paulistano, 19/12/1867, p. 3	204
Figura 64: Correio Paulistano, 03/09/1864	206
Figura 65: Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 46	211
Figura 66: “Educandas do Seminário da Glória (hoje externato S. José) (Rua da Glória)”. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862	215
Figura 67: Parecer do inspetor geral da IP sobre exame para cadeira de primeiras letras feminina de Mogi das Cruzes, IP, APESP, C05073, 29/01/1852	224
Figura 68: O Publicador Paulistano, 24/09/1859, p.1.	236
Figura 69: Correio Paulistano, 18/08/1859, p. 4.	237
Figura 70: Escrita da aluna Paula Marianna de Assis, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de São Paulo, 16/03/1835.	248
Figura 71: Escrita de aluna sem nome, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de São Paulo, 16/03/1835.	249
Figura 72: Escrita de Theolinda Zeferina de Jesus, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de São Paulo, 16/03/1835.	250
Figura 73: Escrita do aluno Antonio Pinto de Assis, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de Santa Isabel, 04/12/1847.	252
Figura 74: Escrita do aluno Ezequiel Barbosa Machado, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de Santa Isabel, 04/12/1847.	253
Figura 75: 1ª página do Maço de população do Distrito Sul da Sé (Capital), 1836, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital	268
Figura 76: Detalhe do registro do Fogo da Família Sertório.	268
Figura 77: O Piratininga, 28/08/1849, p.4.	273
Figura 78: Detalhe da nota de Falecimento de Benedicta em Correio Paulistano, 12/10/1875, p. 3 ..	276

Lista de Quadros

Quadro 1: Fogos chefiados por mulheres em 1836 na cidade de São Paulo.....	63
Quadro 2: Artigos da Lei Geral citados pelo Regulamento Provincial de 26 de março de 1832.....	122
Quadro 3: Notas sobre a ausência do ensino das prendas nas aulas públicas femininas.....	129
Quadro 4: Saberes previstos pela Lei de 15 de outubro de 1827 para aulas masculinas e femininas e saberes nas aulas de Benedita da Trindade	139
Quadro 5: Sistematização das informações da 1ª página da Relação das alunas da Escola da Sé, 18/12/1847, (figura 50)	149
Quadro 6: Tipos de professores públicos de primeiras letras da Província de São Paulo em 1852	159
Quadro 7: Ordenados dos professores de primeiras letras nas leis da Instrução Pública	164
Quadro 8: Gastos com ordenados e gratificações de professores e professoras de primeiras letras (1858)	170
Quadro 9: Meninas do Seminário de Educandas que se tornaram professoras públicas (1851-1860)	218
Quadro 10: Serventes do Seminário de Educandas (1847-51, 1859 e 1867)	230
Quadro 11: Aproveitamento das alunas da família Sertório na escola pública feminina da Sé (1832-1842)	270

Lista de Tabelas

Tabela 1: Faixas etárias e ocupação das mulheres sós	96
--	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Número absoluto e porcentagens de cada tipo de professores de primeiras letras masculinos em 1856.....	161
Gráfico 2: Número absoluto e porcentagens de cada tipo de professoras de primeiras letras em 1856	161
Gráfico 3: Criação de cadeiras de primeiras letras femininas na Província de São Paulo	172
Gráfico 4: Crescimento decenal das cadeiras públicas femininas de primeiras letras (1828-1878) ...	173
Gráfico 5: Intervalo entre a criação e o provimento das cadeiras públicas femininas na Província de São Paulo (1828-1860).....	174
Gráfico 6: Ocorrência do nome "Maria" entre as alunas da escola pública feminina da Sé.	256
Gráfico 7: Quantidade de alunas matriculadas ano a ano (1832-1848).....	257
Gráfico 8: Vínculos familiares entre alunas da Escola Pública da Sé.....	259
Gráfico 9: Nacionalidade das meninas.....	260
Gráfico 10: Naturalidade das meninas brasileiras (por Província).....	261
Gráfico 11: Naturalidade das meninas paulistas	262
Gráfico 12: Frequência das idades de ingresso	263
Gráfico 13: Variação da Frequência de idade em diferentes anos.	264
Gráfico 14: Filiação das alunas de Benedita da Trindade.	265
Gráfico 15: Ocupação dos pais.....	266

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
<i>Benedita da Trindade do Lado de Cristo na historiografia</i>	<i>24</i>
<i>Recorte temporal</i>	<i>24</i>
<i>Recorte espacial.....</i>	<i>27</i>
<i>Fontes</i>	<i>31</i>
<i>Relação empiria e teoria</i>	<i>39</i>
Educação feminina: tensões e variações em torno do padrão	42
CAPÍTULO 1 – PARA ALÉM DE MANTOS E BAETAS: MULHERES PAULISTAS NO MUNDO DO TRABALHO OITOCENTISTA	48
<i>1.1 O multifacetado e heterogêneo universo das mulheres trabalhadoras pobres</i>	<i>62</i>
1.1.1 Trabalhos femininos majoritariamente realizados no espaço público.....	64
1.1.1.1 Lavadeiras	65
1.1.1.2 Quitadeiras e quituteiras	70
1.1.1.3 Mulheres caipiras: tropeiras e roceiras	80
1.1.2 Ofícios femininos majoritariamente realizados em espaços privados.....	82
1.1.2.1 Parteiras	82
1.1.2.2 Costureiras.....	94
<i>1.2 Donas: o estereótipo das mulheres das elites “belas, recatadas e do lar” e as abastadas senhoras de engenho, proprietárias de imóveis de aluguel no mundo do trabalho</i>	<i>105</i>
1.2.1 Vivências femininas possíveis no espaço da casa	110
1.2.2 Divórcios como caminhos para manifestação feminina	112
<i>1.3 Breves considerações sobre as professoras de primeiras letras no cenário das mulheres da São Paulo oitocentista.....</i>	<i>116</i>
CAPÍTULO 2 – MAGISTÉRIO PÚBLICO FEMININO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1828-1860)	118
<i>2.1 A “querela” em torno do ensino das prendas domésticas.....</i>	<i>118</i>
2.1.1 Aulas particulares femininas: saberes, gênero e classe em experiências de instrução feminina	135
<i>2.2 Os saberes nas aulas públicas femininas de primeiras letras da Província de São Paulo entre e 1828-1860</i>	<i>138</i>
<i>2.3 Métodos de ensino nas aulas públicas femininas de primeiras letras</i>	<i>144</i>
<i>2.4 Ordenados no magistério público paulista entre as décadas de 1840-1860: paradoxos nas relações de gênero</i>	<i>154</i>
<i>2.5 Cenário do magistério feminino entre 1828-60.....</i>	<i>171</i>
<i>2.6 Considerações: momentos iniciais da invenção de uma tradição prendada na instrução pública paulista</i>	<i>174</i>
CAPÍTULO 3 – TRANSMISSÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ENTRE A POPULAÇÃO FEMININA	176
<i>3.1 A transmissão familiar do magistério</i>	<i>179</i>
<i>3.2 Ingresso: recrutamento docente, exames e indicações</i>	<i>182</i>
3.2.1 Professoras examinadoras na Província de São Paulo	191
<i>3.3 “Aquela instrução que é compatível com o sexo dessa gente e sua condição de pobres”: Instrução e transmissão do magistério no Seminário de Educandas</i>	<i>193</i>
3.3.1 A administração familiar do Seminário de Educandas	194

3.3.2 Destino das educandas	207
3.3.3 De educandas do <i>Seminário</i> a professoras de primeiras letras.....	216
3.3.4 Educandas e serventes: critérios de cor no ingresso ao Seminário de Educandas	227
3.4 Protagonismo docente na transmissão do magistério	231
CAPÍTULO 4 – DE MENINAS A ALUNAS DA AULA PÚBLICA DA SÉ	240
4.1. Alunas e alunos oitocentistas por meio da voz da inspeção da Instrução e em escritas discentes	242
4.1.1 Escritas discentes	247
4.2 As meninas que se tornaram alunas na escola pública da Sé	255
4.2.1 <i>Maria vai com as outras</i> à escola: dados gerais a partir das relações de alunas	256
4.2.2 Alunas irmãs	258
4.2.3 Naturalidade das alunas	260
4.2.4 Idades.....	262
4.2.5 Filiação como sinônimo de paternidade na escola pública feminina da Sé	264
4.3 Três famílias no entroncamento das fontes: as alunas dos mapas de frequência nos maços populacionais	267
4.3.1 A família Sertório	267
4.3.2 A família Villares	271
4.3.3 A família Valle	273
4.4 Síntese sobre as alunas da escola pública feminina da Sé.....	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS: elementos constitutivos da invenção do magistério feminino paulista entre as décadas de 1820 e 1860.....	276
FONTES	286
REFERÊNCIAS	290
APÊNDICE	304
<i>Apêndice 1: Cadeiras e professoras públicas de primeiras letras (1828-1860).</i>	304

INTRODUÇÃO

Compreender a invenção do magistério público feminino no universo da história das mulheres trabalhadoras e da sociedade paulista oitocentista é o objetivo desta investigação. Para tanto, seguimos o “fio do nome” (GINZBURG & PONI, 1991) da primeira professora pública da Província, Benedita da Trindade do Lado de Cristo, e tecemos a trama a partir de questões, sujeitos, espaços, polêmicas, relações e tradições identificadas, inicialmente, em sua trajetória e ampliada para a experiência docente coletiva das mestras. Com o intento de elucidar a maneira como fomos tecendo os capítulos, iniciamos com uma breve biografia da professora, construída por meio de uma documentação fragmentada.

Há quase dois séculos, Benedita da Trindade tornava-se a primeira mestra pública da cadeira da Sé, sendo sua escola a única da cidade imperial de São Paulo entre 1828 e 1853. Esta escassez de escolas públicas femininas na capital é indicativo da resistência dos poderes locais à ampliação da escolarização a esta população, visto que a abertura de tais espaços dependia muito mais dos potentados locais do que de leis gerais. A criação da escola de meninas da Sé ocorreu em abril de 1828, seis meses após a edição da lei de 1827, que passou a prever as aulas de primeiras letras para meninas. Para ingressar, ela participou do primeiro concurso e concorreu à vaga com mais duas candidatas. As três foram consideradas aptas e providas; Benedita da Trindade na capital, Joaquina Roza de Vasconcellos em Itu (transferiu-se para Sorocaba em 1830) e Benedita Maria de Jesus em São Sebastião. Os concursos ao magistério são objeto do capítulo 2. A provisão de Benedita da Trindade ocorreu em 29 de abril de 1828 e a abertura da escola, quase um mês depois, no dia 28 de maio de 1828, no número 39 da Rua S. José, tendo sido anunciada no jornal *O Farol Paulistano*:

Figura 1: *O Farol Paulistano*, 21/05/1828, p. 470

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No requerimento de inscrição no concurso, a candidata anexou uma cópia de sua certidão de batismo. Por meio desta, sabemos que ela contava aproximadamente 28 anos à época do exame (foi batizada em 1800), que sua mãe era solteira e se chamava Ana Buenno, e o pai incógnito. O batismo foi realizado na Freguesia da Sé e foram padrinhos Manuel Buenno

de Azevedo, solteiro, ajudante, e Gertrudes M. Buenno, casada, todos da mesma freguesia. A mãe e os padrinhos parecem ter vivido nas proximidades da freguesia da Sé e tinham o mesmo sobrenome. Benedita da Trindade não carregava o sobrenome Buenno.

Sua mãe, Anna Buenno era solteira e teve mais dois filhos¹, Maria Leocádia do Sacramento² e Jesuíno Buenno de Azevedo³. O filho tornou-se padre, identificado pelo memorialista Antonio Egydio Martins como o “padre Colchete” (MARTINS, 2003, p. 81; 307). Ambas as filhas eram celibatárias, bastardas e atuaram oficialmente na educação feminina na cidade de São Paulo nas décadas de 1830 a 1850⁴. A trajetória de Benedita perpassa os capítulos 2, 3 e 4 e as experiências de Maria Leocádia na direção do *Seminário de Educandas* é objeto do capítulo 3. Como mulheres livres, possivelmente pobres, bastardas e filhas de mãe solteira⁵, é provável que o acesso à instrução e ao magistério público tenham sido crivados por obstáculos e favorecidos pela retaguarda de sujeitos de prestígio na sociedade local. Uma das questões a que a investigação não permitiu responder foi: como teria Benedita da Trindade se apropriado dos conhecimentos de leitura, escrita e aritmética requisitados no concurso e no exercício do magistério?

Maria Lucia Hilsdorf sugere uma hipótese a partir da ambiência familiar de Benedita da Trindade. Considerando o pertencimento religioso do irmão, um padre⁶, e que sua irmã, Maria Leocádia do Sacramento, foi acusada de dirigir “conventualmente” o *Seminário de educandas*, a autora avança a possibilidade de que se tratasse de “uma família de ‘devotos’, que viviam, com intermitências, reunidos em congregação e adotavam o magistério particular como meio de subsistência” (HILSDORF, 1997, p.98). É uma hipótese plausível, todavia não localizamos fontes que permitissem perscrutá-la. Vale apontar que, numa sociedade hierarquizada e

¹ É possível que ela tenha tido outros filhos, não localizados nas fontes da pesquisa. Contudo, os memorialistas referem-se aos três irmãos: Benedita, Leocádia e Jesuíno (padre Colchete).

² Maria Leocádia do Sacramento foi diretora do *Seminário de Educandas*. De acordo com Antonio Egydio Martins (2003), isso se deu no período de 1830 a 1859, tendo ela falecido em São Paulo, em maio de 1899, aos 93 anos (MARTINS, 2003, p. 307). Em nossa investigação, identificamos 1831 como ano de ingresso e 1858 como o de saída, sendo a aposentadoria concedida em 1859. Localizamos também, o registro de batismo de Maria, filha de Anna Buenno e pai incógnito, batizada na Sé em 06/06/1795 e, assim, ela teria 104 anos em 1899.

³ Não localizamos o registro de batismo de Jesuíno. Sabemos que era irmão de Benedita e Maria Leocádia por meio de Antonio Egydio Martins, que informou também que ele desempenhou o cargo de zelador e sacristão da “Igreja do Senhor Bom Jesus do Colégio” – atual “Pátio do Colégio” (a igreja atualmente se chama “São José de Anchieta e o beato Antônio de Categeró”), nomeado por portaria de 1870 e que exerceu, “por muitos anos, o cargo de capelão cantor da Sé Catedral e o de sacristão da Igreja São Pedro” (MARTINS, 2003, p. 81 e 307). O autor não precisou os anos em que o padre Jesuíno exerceu o cargo de capelão cantor da Sé.

⁴ Oficialmente, Benedita da Trindade começou a atuar em 1828 e Maria Leocádia do Sacramento, em 1831.

⁵ No Brasil oitocentista, os códigos de conduta moral classificavam, hierarquizavam e distinguiam os sujeitos concedendo ou negando acesso e impondo interdições (ALGRANTI, 1992).

⁶ Maria Lucia Hilsdorf encontrou indícios de que o irmão atuou no magistério particular com “aula unida em congregação”, ensinando “em casas particulares a ambos os sexos, sendo 3 meninos e 3 meninas” (APESP, Ofício de Jesuíno de Santa Cruz de Azevedo Bueno ao Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, OD, 22/01/834).

marcada pela concessão de privilégios, o prestígio e as posições que as irmãs Benedita da Trindade e Maria Leocádia do Sacramento lograram possivelmente tiveram relação com alguma retaguarda ou apadrinhamento político de figuras do poder local.

No sistema de busca ao banco de dados do *Family Search*⁷ não existe nenhuma ocorrência de uma “Benedita da Trindade e Lado de Cristo”, mas quando buscamos por “Benedita Buenno” encontramos a referência ao registro citado⁸. Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), ao analisar as mulheres sós chefes de família, destaca que:

[...] tinham o costume sugestivo de abandonar os nomes de família e de adotar nomes próprios, a que o recenseador acrescentava às vezes um respeitoso “Dona”. Cerca de um terço conservava nomes de família, por vezes ilustres, dos mandões da terra. Entretanto, a grande maioria assumia nomes como Ana Gertrudes de Jesus, Maria da Cruz, Madalena de Jesus, Gertrudes do Espírito Santo, Joaquina Josefa da Anunciação... Talvez porque tivessem nascido bastardas, ou porque vivessem em concubinato, mais provavelmente porque não tinham os meios decentes de sobrevivência, impostos pelos padrões da terra. (DIAS, 1995, p. 35).

Benedita da Trindade teria se valido de tal expediente? Tanto ela quanto a irmã apresentam sobrenomes diferentes do da mãe e com referências cristãs, tal como os exemplos de Maria Odila Dias. No que se refere ao nome Benedita, vale sinalizar as considerações de Eduardo Silva (1997, p.169). O autor assevera que “no final do século XIX e início do XX, muito homem livre, por afirmação de fé e negritude, batizou o filho em homenagem a São Benedito, estabelecendo-se assim uma ligação muito forte, por todo o Brasil, entre o nome e a raça”. Não localizamos referências à cor de Benedita da Trindade.

A mestra da Sé era reconhecida como uma boa professora pelos governantes locais e provinciais e lecionou por 32 anos para aproximadamente 600 alunas que aprenderam a ler, escrever, as 4 operações e outros saberes escolares. Abordamos o tema dos saberes e métodos em suas aulas no capítulo 2 e problematizamos questões sobre o corpo discente no capítulo 4. Apesar do reconhecimento, foi censurada por deixar de ensinar parte dos saberes previstos por

⁷ Trata-se de um site da religião “[A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias](http://www.imigrantesitalianos.com.br/PESQUISANDO_NO_FAMILYSEARCH.html)” que disponibiliza ao público digitalizações de registros de batismos em vários países. Cf. Tutorial voltado para imigrantes italianos “Para dar cumprimento a um de seus dógmas, que é batizar gerações de ancestrais, os Mórmons (seguidores da religião “Later Day’s Saints” - LDS) dedicam-se a microfilmar todos os registros de nascimentos, casamentos e óbitos de todos os países em que conseguem essa permissão. Os microfilmes assim obtidos estão armazenados na cidade de Salt Lake City, situada no Estado americano de Utah, mas mediante requisição podem ser consultados, em verdade visualizados, em qualquer Centro de História da Família, os chamados CHFs, mantidos junto às Igrejas Mórmons. Trata-se, como se vê, de um grandioso projeto de preservação da história das famílias, e capaz de ensinar a construção de uma gigantesca árvore genealógica, mostrando os laços de parentesco da humanidade atual. Grande parte desse material, composto por acervos pessoais dos próprios fiéis, ou pela transcrição integral de registros constantes em paróquias ou cartórios em determinados períodos já se encontra disponível ‘on line’”. Disponível em http://www.imigrantesitalianos.com.br/PESQUISANDO_NO_FAMILYSEARCH.html. Acesso em 05/08/2016.

⁸ Como Leda Rodrigues (1962) transcreveu o registro de batismo que localizou anexo à solicitação de inscrição no concurso, foi possível confirmar que a página acima é da mesma Benedita pois a data e o texto do registro coincidem.

lei, denominados “prendas domésticas” e o assunto constituiu uma “querela” na instrução pública paulista feminina. Tema que exploramos no capítulo 2.

Outro pioneirismo da mestra se deu com a atuação em bancas examinadoras das novas ingressantes – as bancas até a década de 1840 eram compostas exclusivamente por homens. A atuação de mulheres como examinadoras é objeto do capítulo 3.

A mestra lecionou de forma voluntária no asilo de órfãs da cidade e assistiu à aprovação de algumas de suas discípulas em concursos públicos para o magistério. Em 1859, ofereceu-se para ocupar a cadeira de primeiras letras do *Seminário* (recém-criada), mas sua proposta não foi aceita. Aposentou-se em 1859, mas não deixou de lecionar, publicou um anúncio no jornal *Correio Paulistano*, dispondo-se a instruir senhoras nas matérias necessárias para a realização dos exames para ingresso no magistério; experiências abordadas no capítulo 3.

Por meio do “Almanak da Província de São Paulo para 1873” (p. 84), sabemos que o valor da pensão de Benedita da Trindade era de 920\$000 anuais, remuneração que a colocava na posição de docente do sexo feminino mais bem remunerada da província. Sua trajetória encerrou-se em 1875 com o seu falecimento. Uma nota publicada no *Correio Paulistano* informava que “Após longos padecimentos faleceu hontem, em avançada idade, a sra. D. Benedita da Trindade do Lado de Cristo, professora publica há muitos anos aposentada [...] seu viver era ultimamente obscuro e pobríssimo e o foi até a hora extrema, porém sempre digno de consideração e apreço”. (*Correio Paulistano*, 12/10/1875, p.3).

A partir de questões apreendidas na experiência docente de Benedita da Trindade, buscamos experiências de outras mestras públicas paulistas que permitissem compreender o processo de constituição do magistério feminino. Assim, vamos entretecendo outras trajetórias individuais na trama, de modo a evidenciar o protagonismo de outras professoras públicas em São Paulo oitocentista. São elas: Anna Antonia da Costa Guimarães (professora da Cadeira de Santa Ifigênia e do *Seminário de Educandas*), Vicentina Adelaide de Vasconcellos (Sorocaba), Francisca Carolina de Freitas (Mogi das Cruzes), Rita Candida Pacheco (Itu), Maria Francisca da Conceição Barbosa (Taubaté), Maria Flora Vaz de Souza (São Roque e 2ª cadeira de Sorocaba), Agostinha Leme da Silva Prado (Sé), Senhorinha Francisca das Neves (Morretes - 5ª Comarca), Joanna Maria de Mello (Paranaguá- 5ª Comarca), Rita Ana de Cácia (Curitiba - 5ª Comarca), Gabriela Maria de Jesus (Santos), Antonia Carolina de Jesus (Limeira), Fortunata Calidora do Prado (Santa Ifigênia), Maria das Dores Josefa (Una), Escolástica Maria de Jesus (Jundiaí) entre outras. As trajetórias de algumas diretoras do *Seminário de Educandas* também

foram exploradas, especialmente as de Eliziária Cezília Espínola (1825-1830), Maria Leocádia do Sacramento (1831-1858) e Bernardina Eufrosina Pereira (1858-1865).

Benedita da Trindade do Lado de Cristo na historiografia

A mestra Benedita da Trindade foi objeto de estudo de duas importantes pesquisadoras da história da educação feminina paulista, Leda Rodrigues e Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (RODRIGUES, 1962; HILSDORF, 1997, 1998, 2000). Ambas destacaram a resistência da professora a contemplar, em suas aulas, as prendas domésticas previstas pela lei. Leda Rodrigues (1962) dedicou-se a uma extensa pesquisa sobre a instrução feminina em São Paulo desde o período colonial até a Proclamação da República e publicou o livro “A Instrução feminina em São Paulo”. A obra discorre, inventaria fontes sobre o tema e problematiza questões, numa perspectiva diacrônica. No interior desta obra ampla, a autora destaca momentos significativos da trajetória da mestra Benedita da Trindade, tais como o concurso de ingresso, as denúncias por não ensinar as prendas domésticas e a sua atuação como examinadora. Maria Lucia Hilsdorf dedicou-se mais especificamente à trajetória da mestra, destacando a questão da ausência das prendas e a pedagogia empregada em sua aula com uma sequência de estudos marcada.

Recorte temporal

As delimitações temporais foram estabelecidas a partir de acontecimentos relacionados à temática da história da instrução feminina e dos percursos de vida de Benedita e das demais protagonistas da narrativa, as professoras públicas de primeiras letras. A delimitação temporal e espacial necessária para a análise do objeto de estudo se justifica em função de outros processos sociais que impingiram diferentes conformações à escolarização.

Iniciamos em 1827 com a Lei de 15 de outubro, que inaugurou a educação escolar oficial feminina, com destaque para a primeira provisão da Província de São Paulo já no ano seguinte (1828); e encerramos na década de 1860 com a aposentadoria de algumas mestras que assumiram o magistério logo após a publicação da referida lei (Benedita da Trindade se

aposentou em 1859), professoras que constituíram a primeira geração de professoras públicas⁹. Tal qual outros processos históricos, constatamos “a convivência, em um mesmo momento, de historicidades distintas” (LATOURE, 1994), sendo importante inserir tais experiências docentes num contexto mais amplo.

O século XIX no Brasil assistiu aos processos de constituição da forma escolar de educação. Iniciando o século como parte da América portuguesa, a colônia americana recebeu mestres régios de ler e escrever entre o final do século XVIII e início do XIX. Este corpo docente oficial era composto por e destinado exclusivamente à população masculina. No fim do Setecentos, a Reforma Pombalina consistiu numa tentativa de criar um sistema de ensino capaz de unir portugueses e europeus “sob paradigmas da ilustração, reinterpretados e apropriados conforme o modelo de Estado absolutista, estamental e hierárquico, como o Império Português” (ALMEIDA, 2003, p. 113). Após a transferência da Família Real e elevação do território brasileiro a Vice-Reino, foi ganhando força a ideia de educar e instruir a população por meio da escolarização, não obstante as restrições às letras que perpassavam a tradição portuguesa¹⁰. A “utopia de um poderoso Império”¹¹ buscou no despotismo ilustrado as bases para modernização da tradicional sociedade portuguesa e, para tanto, as ideias iluministas foram empregadas para a atualização educacional (GONDRA & SCHUELER, 2008). A abertura dos Portos em 1808 incrementou o comércio, a circulação de pessoas, objetos culturais e ideias entre os continentes da América, África e Europa (AMADO & FIGUEIREDO, 2001). A instalação da Coroa Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro beneficiou as elites do Centro-Sul, garantindo as “bases de sustentação para o governo, num momento em que resistências e contestações regionais internas indicavam as tensões e os riscos de fragmentação” (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 23), sobretudo no Norte, Nordeste e extremo Sul.

Na segunda década do século, o processo emancipatório se efetivou de diferentes formas e em tempos distintos nas diversas regiões envolvendo “batalhas sangrentas contra as facções contrárias à autonomização do Brasil” (SOUZA, 2000, p. 61). Concomitantemente aos processos que resultaram na emancipação, construção do estado independente e formação do

⁹ Para diminuir as repetições, iremos suprimir, sempre que possível, o adjetivo “pública(s)” e evidenciaremos sempre que nos referirmos às escolas particulares.

¹⁰ Sobre o tema, sugerimos o 2º capítulo do livro de Adriana M. Paulo da Silva, “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX”, no qual a autora articula análises de Russel-Wood (1998), Gilberto Freyre (1985) e Peter Burke (2003) interpretando que o “aparente ‘atraso’ cultural/educacional de Portugal e de seu Império no ultramar” relacionava-se com a tradição oriental decorrente da “orientalização de Portugal” e que “a restrição do acesso público universal às letras” foi uma dentre várias “estratégias de controle negociadas entre Portugal e as elites neste lado do Atlântico” (SILVA, 2007, p. 32-33).

¹¹ Projeto de grupos de intelectuais ilustrados que incluíam brasileiros como “José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa, Manoel de Arruda Câmara e o bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho” (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 22).

Império do Brasil, ocorriam propostas, discussões e medidas legais voltadas para a instrução pública, com muitas continuidades e algumas mudanças em relação ao período colonial. A primeira Lei Geral da Instrução, de 15 de outubro de 1827, incluiu o ensino de “práticas de quebrados, decimais e proporções” (BRASIL, 1827), geometria e gramática da língua nacional, com a sugestão da “Constituição do Império” e de “História do Brasil”. Hilsdorf (2003) considera que esta lei representou uma “manutenção das aulas avulsas públicas de primeiras letras de origem pombalina”. A autora destaca a inclusão das meninas e a adoção do método mútuo como inovações.

Nas décadas de 1830-40, os processos políticos privilegiados pelas elites governantes guiaram-se por veredas mais conservadoras que buscaram formar o Novo Império privilegiando o Centro-Sul, sobretudo a Corte. Não obstante a prevalência da via liberal conservadora, outros grupos defenderam projetos dissonantes que pulularam em diferentes províncias com as denominadas revoltas regenciais – Cabanagem (1835-1840), no Pará; Balaiada (1838-1841), em Maranhão e Piauí; Cabanos (1832-1835) e Praieira (1840-1848), em Pernambuco; Farrapos (1835-1845), em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em São Paulo e Minas Gerais, as Revoltas Liberais em 1842 expressaram o descontentamento e projetos de parcelas das elites destas províncias que se opunham ao governo central. Embora tais eventos possivelmente tenham impactado a educação, na documentação da Instrução Pública não identificamos referências a eles. Além das revoltas regenciais, ocorreram significativas revoltas escravas em Minas Gerais (Carranca, 1833), na Bahia (Malês, 1835) e no Rio de Janeiro (Manoel Congo, 1838). Foram décadas de muita tensão social, conflitos e negociações entre poderes locais, provinciais e central (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Na esteira das preocupações com o controle social, especialmente da população pobre, assistiu-se a uma ampliação tímida, mas contínua, da instrução pública com as normatizações provinciais ao longo do país, ampliação da malha escolar e dos órgãos de inspeção. Um forte movimento de invenção do Brasil foi gestado e alimentado durante o período regencial (1831-1840) e o Segundo Reinado (1840-1889).

A partir do final da década de 1860, intensifica-se o processo de escolarização pública, imerso num conjunto mais amplo de transformações sociais. Em São Paulo, em 1860 e, especialmente, a partir da década de 1870, os lucros da agricultura cafeeira ficaram materialmente mais evidentes em toda a Província, sobretudo na capital, e as transformações ocorreram com rapidez até então desconhecida para a população (MORSE, 1954); nesse sentido é bastante simbólica a inauguração da linha férrea em 1867. O processo de escolarização

alcançou ritmos muito superiores aos observados até então. Na instrução feminina, tínhamos 82 cadeiras em 1858, 111 em 1868 e 242 em 1878, ou seja, a quantidade de cadeiras praticamente triplicou no período¹². O que intentamos sublinhar é que, a partir da década de 1860, assiste-se a um processo histórico distinto do anterior, no qual desenvolvimento econômico, acumulação de riquezas e crescimento populacional se combinaram impingindo novas conformações à sociedade como um todo, incluindo a educação. As novas conformações das décadas de 1860-70 impactam também na produção de documentação, demandando adequações metodológicas. Assim, o recorte temporal coaduna as trajetórias das personagens centrais da investigação ao processo histórico em que estavam inseridas.

Recorte espacial

Uma razão mui ponderosa me ocorre de mais para a preferencia da universidade nesta Corte, e é para que se conserve a pureza e pronuncia da língua portuguesa, que, segundo diz Camões, *com pouca corrupção crê que é latina*. Sempre em todas as nações se falou melhor o idioma nacional nas cortes. Nas províncias há dialetos, com seus particulares defeitos; o Brasil os tem em cada uma, que é quase impossível subjugar, ainda pelos mais doutos do país.

É reconhecido que o dialeto de S. Paulo é o mais notável. A mocidade do Brasil, fazendo aí os seus estudos, contrairia pronuncia mui desagradável.

(Anais da Assembleia Constituinte de 1823. Discurso de Silva Lisboa, 1874).

O excerto da fala do deputado Silva Lisboa¹³, o Visconde de Cairu, em 1823, traz indícios de como a Província de São Paulo era vista naquele momento. Embora fosse vizinha do Rio de Janeiro, onde se localizava a Corte, considerava-se que os paulistas possuíam o dialeto mais notável em defeitos, “quase impossível [de] subjugar”, certamente pela recorrência da Língua Geral – originada no idioma dos índios tupi de São Vicente e alto do rio Tietê (LEITE, 2013). O pretexto da pronúncia defeituosa da língua foi um dos argumentos para tentar alterar o plano de instalação de um curso jurídico, de São Paulo para a Corte. A observação de Silva Lisboa é significativa do modo como esta província era vista pelas demais e dá pistas do lugar que ela ocupava na rede de relações e de poder no Império. É esta São Paulo provinciana,

¹² Estes números são apresentados e analisados no tópico “2.5 Cenário do magistério feminino entre 1828-60”.

¹³ Cf. (PAULA & NOGUEIRA, 2017, n.p) “José da Silva Lisboa (1756-1835) nasceu na Bahia e aportou em Portugal em 1773 para prosseguir seus estudos em Coimbra. Tornou-se professor substituto ainda em Coimbra e retornou ao Brasil no final do século XVIII, estabelecendo-se como professor régio na Bahia, sendo jubilado em 1798. Veio para o Rio de Janeiro após a chegada de Dom João, que lhe concedeu um emprego de censor na Imprensa Régia e autorização para aulas de Economia Política. Tornou-se influente na Corte portuguesa e atuou como deputado à Assembleia Constituinte. Após a instalação da Assembleia Nacional, já barão de Cairu, assumiu uma cadeira vitalícia no Senado”.

terra de língua geral, com economia singela e população mediana que assistiu à sua versão da invenção do magistério feminino, uma das possíveis num país tão vasto e com presença de diferentes culturas e práticas econômicas. Contudo, se a província apresentava uma economia que não sobressaía no conjunto do Império, politicamente tinha alguma expressão e negociava sua participação no governo central desde os acontecimentos que culminaram com o movimento emancipatório do país em 1822, sendo um de seus expoentes a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva¹⁴.

A historiografia tem contestado as análises que caracterizaram São Paulo e seus habitantes sob a alcunha da pobreza geral. Não se trata de negar a pobreza e a rusticidade das condições de vida em fins do XVIII e início do XIX, mas de assinalar que, desde o período colonial, houve um intenso movimento econômico empreendido pelos paulistas, com a produção de gêneros de abastecimento para atender as demandas daqueles que se aventuravam nas empreitadas pelo interior aprisionando e expulsando indígenas e buscando minas e novas terras. Além disso, a retórica da pobreza era utilizada como tática com a finalidade de evitar os impostos por parte da Coroa (MARANHO, 2000). No 2º quartel do século XIX, a sociedade paulista havia se estruturado em torno de práticas econômico-sociais que remontam ao Setecentos, voltadas para a exploração do Sertão. A hierarquia social foi estabelecida de modo que os descendentes dos primeiros troncos exploradores do interior constituíram as elites dominantes que definiam os critérios de inserção dos demais sujeitos segundo seus interesses (BLAJ, 1998).

Nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX, após a restauração da Capitania de São Paulo, em 1765, houve o incremento de novas culturas agrícolas, entre as quais a cana se destacou, e durante o governo de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), senhor do Morgado de Mateus, buscou-se consolidar as fronteiras e povoar a região. Com isso, São Paulo se fortaleceu e foi um importante eixo de ligação entre as regiões mineratórias e áreas de criação de animais ao sul. Regiões como Jundiá, Campinas e Mogi Mirim se beneficiaram das riquezas provenientes da cultura canavieira. Entretanto, Paulo C. G. Marins sublinha que tais riquezas não alteraram materialmente a capital paulista entre o fim do Setecentos e

¹⁴ Nasceu em Santos em 1763 e faleceu em Niterói em 1838. Ficou conhecido como ao *Patriarca da Independência*. Foi ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros de janeiro de 1822 a julho de 1823, participando da implementação de uma política centralizadora, combatendo os focos de resistência à separação de Portugal. Rompeu com o imperador Pedro I e foi demitido do posto de ministro em 1823. Voltou ao Brasil reconciliado com o imperador após a abdicação, em 1831, e assumiu a tutoria de seu filho. Permaneceu como tutor do futuro Pedro II até 1833, quando foi demitido pelo governo da Regência. (SOUSA, 2015).

primeiras décadas do Oitocentos, e “a área urbana da capital guardava muito do aspecto precário herdado dos anos mais difíceis dos setecentos” (MARINS, 1999, p. 159).

Retornando ao excerto do início do tópico, é possível concluir que, apesar da alegada péssima pronúncia da língua portuguesa e de não ser uma província que se destacasse econômica e politicamente, as elites paulistas tinham algum poder de barganha e lograram a instalação da Academia de Direito de São Paulo, em 1827, instituição que marcou as experiências históricas da cidade ao longo do XIX. Seus primeiros anos, no 2º quartel do século, coincidem com o início da instrução pública elementar feminina, e constituem um período da história da cidade denominado pelo memorialista Ernani Bruno (1953) “burgo dos estudantes”, onde o ritmo de transformações é descrito como “lento e o espaço quase estático” (MATOS, 1995, p. 98).

Por fim, salientamos que, como a trajetória da mestra Benedita da Trindade foi a bússola que guiou a problematização das questões e sua escola estava localizada na cidade de São Paulo, na freguesia da Sé, o foco mais aproximado do estudo foi a capital. Contudo, buscamos expandir o espectro de nossa lente e contemplar as experiências de professoras de outras localidades sempre que identificamos temáticas que o permitissem. Pesquisamos e sistematizamos dados quantitativos sobre a ampliação da escolarização feminina em toda a província entre 1828 e 1860.

A seguir, o mapa da cidade de São Paulo apresenta os principais espaços da cidade na década de 1870. Nele destacamos, em vermelho, a localização do *Seminário de Educandas* (entre 1833-1840; de 1844 a 1861 e de 1862 a 1895) e duas ruas, a São José, na qual foi aberta a escola da Sé em 1828¹⁵ e a São Bento, onde a escola estava estabelecida em 1841¹⁶. Em verde, está o local onde o *Seminário* funcionou entre 1861-62.

¹⁵ O Farol Paulistano, 21/05/1828, p. 470

¹⁶ Extrato das Informações prestadas à Câmara Municipal da Cidade de São Paulo acerca dos objetos de que trata o artigo 3º da Lei Provincial nº 2 de 1841. Registro Geral da Câmara de São Paulo. Vol. XXX, pág. 179.

Figura 2: Mapa da Capital da Província de São Paulo, ano de 1877

Fonte: BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, v. II. *O Burgo dos Estudantes*, n.p.

- O Seminário de Educandas funcionou neste local entre 1833-1840; de 1844 a 1861 e de 1862 a 1895
- ▭ Ruas onde a escola pública feminina da Sé funcionou
- Prédio onde o Seminário funcionou entre 1861-1862, na Rua Tabatinguera
- ▭ Academia de Direito de São Paulo

Fonte: (BORGES, 1973, p. 37, 41).

Fontes

Não se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las e compreendê-las, mas elas são identificadas, analisadas, interpretadas e compreendidas para que, daí, se consiga um entendimento maior da sociedade, na sua transformação. (MENESES, 2003, p. 26)

A pesquisa documental para este estudo foi realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em publicações da Câmara Municipal de São Paulo, na legislação disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em relatos de viagens e literatura memorialista. Buscamos compreender, fazer a crítica documental e identificar condicionantes envolvidas na produção das fontes para estarmos cientes de suas potencialidades e limitações enquanto balizas para a nossa compreensão da sociedade. Um importante guia na localização das fontes foi a publicação de Maria Lúcia S. Hilsdorf (1999c), “Tempos de Escola: Fontes para a presença feminina na Educação. São Paulo - Século XIX”.

Relatos de viagens

Relatos de viajantes são práticas humanas imemoriais. No caso do “Novo Mundo”, são escritos desde as primeiras viagens marítimas – na passagem do século XV para o XVI – que levaram ao conhecimento dos europeus a existência de territórios, povos e culturas na América. Para a América portuguesa, os relatos se tornaram mais recorrentes no fim da primeira década oitocentista por ocasião de um significativo acontecimento político com amplas repercussões sociais, econômicas e culturais. Paulo C. G. Marins (MARINS, 1999, p. 150) destacou que:

Se em decorrência da abertura dos portos brasileiros em 1808 os olhos estrangeiros puderam fixar-se na terra, contemplando com inusitada novidade as cidades litorâneas e deixando como testemunho suas observações escritas e representações visuais de ruas, construções e gentes da outrora fechada colônia portuguesa, maior ainda foi seu legado ao poderem percorrer o vasto interior brasileiro.

Além das modificações sociais, demográficas, políticas, econômicas e administrativas, as mudanças também foram significativas cultural e cientificamente¹⁷. A Abertura dos Portos facilitou a entrada desses viajantes e exploradores. Os famosos “relatos de viagens” tornaram-

¹⁷ Tem-se a criação, já em 1808, de um Arquivo Central, da Imprensa Régia, do Observatório Astronômico e das Escolas de Cirurgia e Academia da Marinha. Em 1810 foi aberta a Biblioteca Real com 60 mil volumes trazidos de Lisboa, o Jardim Botânico e a Academia Militar. Em 1813, foi inaugurado o Teatro São João (atual São Caetano). Em 1816, a Missão Francesa composta por pintores, escultores, arquitetos e artesãos chegou ao Rio de Janeiro para criar a Imperial Academia e Escola de Belas-Artes. Em 1820, foi a vez da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura-civil (WILCKEN, 2005).

se uma fonte bastante visitada pela historiografia e legaram-nos olhares europeus sobre o Brasil – seus animais, plantas, lugares, costumes e pessoas. Miradas esparsas, e algumas vezes contraditórias, também observaram e produziram representações sobre a população feminina paulista. Os viajantes observavam, colhiam informações junto a sujeitos da população considerados dignos de crédito ou reproduziam descrições presentes em outros relatos. Recorremos a tais fontes (e a estudos que se valeram delas) com o objetivo de esboçar alguns contornos sobre a população feminina paulista, buscando realizar sempre uma leitura documental crítica.

Essas escritas eram majoritariamente masculinas e brancas, cujos autores geralmente permaneciam breves períodos em cada cidade ou vila visitada, “tempo suficiente para colher anotações, descansar, munir-se de novas cartas de apresentação e referências e, então, partir” (MARINS, 1999, p. 160). Paulo C. G. Marins chamou de “desfocamento característico” este olhar etnocêntrico que esbarrava nos limites das breves permanências e acentuadas diferenças culturais. Para Jaime Rodrigues (2005, p. 36), “os relatos dos viajantes [...] trazem o impacto de um choque cultural quase sempre insuperável. Esse choque produziu juízos de valor que, na maior parte das vezes, eram depreciativos da cultura e do comportamento [...]”. Estas discrepâncias constituem “opacidades” que, ao serem objeto da crítica do historiador, possibilitam interpretações verossímeis, visto que se as narrativas não constituem “espelhos da verdade”, tampouco constituem “falsificações grosseiras de uma situação inventada” (RODRIGUES, 2005, pp. 36-37). Para Mary Louise Pratt (1999), os viajantes forjaram um novo campo discursivo sobre o outro colonial, constituindo um repertório semântico cognitivo imperialista. Ela destaca os mecanismos ideológicos e semânticos desses discursos produzidos a partir de encontros culturais assimétricos e, também, que os sujeitos viajantes eram transformados pelos encontros. A formação ideológica destes era confrontada por experiências inusitadas com o outro.

Fontes governamentais da administração provincial paulista

A maior parte dos estudos que focalizam as transformações urbanas em São Paulo reproduz sem muita crítica o discurso característico das fontes oficiais – logo, públicas –, e mostram-se indicativos mais de um “dever ser” do que de “um ser”, ao apresentar modelos de relações íntimas, procurando corrigir, extirpar, estigmatizar os comportamentos. Dessa forma, esses estudos, em geral, reproduzem o privado como a imagem que dele tinha ou pretendia ter o público. (MATOS, 1995, p. 99).

O conjunto composto pela documentação governamental é o mais acessível para pesquisa e, possivelmente, um dos mais utilizados na história da educação oitocentista. No

interior deste conjunto, sobressaem a legislação educacional, os relatórios de presidentes de província e da inspeção da instrução pública – documentos em que este “dever ser” é ainda mais evidente por terem sido produzidos por sujeitos de poder das “instâncias de decisão e regulamentação da educação em geral” (SILVA, 2007, p. 187), prescrevendo, registrando as práticas que se pretendia regular e buscando corrigir e extirpar o que era e não deveria ser. Por sua regularidade, eles permitem acompanhar os esforços governamentais na constituição da instrução. No caso dos relatórios de presidentes de província, eram produzidos para cumprir o art. 8º da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. A escrita desses relatórios constituía um esforço de ordenação e normatização num texto síntese sobre os acontecimentos da província e era:

[...] uma escrita que trata fatos de natureza diversa da lei; ela fala dos homens e das coisas da Província, no exercício de governá-la, do processo de constituição do próprio governo. Oferece permanentemente as pistas retiradas do cotidiano da província, para um contínuo movimento de legalização, de ordenação e normatização da vida (GIGLIO, 2001, p. 12).

Célia Giglio (2001) dá visibilidade à ação governamental e o cotidiano emerge na perspectiva de perscrutar a capilaridade do poder e as negociações que perpassam a legalização, ordenação e normatização da vida. Diana Vidal ressalta que são discursos proferidos a partir de um lugar de poder estratégico:

Ao dar notícia do exercício do governo e tendo na escrita um lugar próprio de construção e legitimação, os presidentes constroem “um tipo específico de saber produzido pelo poder”. Trata-se de um “discurso totalizante” na medida em que busca construir o real através da escrita, prever e prescrever – e assim controlar – o presente, o passado e o futuro (VIDAL, 2005, p. 276).

Já os relatórios da instrução pública, por sua especialidade, dão notícias que nos aproximam do cotidiano educacional, das escolas, práticas e sujeitos que as frequentavam, sob o viés do órgão administrativo que atuava diretamente na inspeção, regulação, correção e punição de práticas que não estivessem de acordo com o previsto. Célia Giglio assinala a “interferência produzida por este novo lugar de fala” que representa diretamente o governo com “uma presença física” (GIGLIO, 2001, p. 42) em momentos específicos. Numa perspectiva foucaultiana, a autora sublinha o “processo de formação de campos específicos da administração, que envolver[am] políticos e científicos da gestão do Estado” (GIGLIO, 2001, p. 4).

A inspeção da instrução pública foi exercida pelas Câmaras entre 1828 e 1846¹⁸ e eram criticadas pelo poder provincial (legislativo e executivo). A inspeção foi modificada, na Província de São Paulo, pela Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846, que previu a criação, em cada povoado, de uma comissão de Inspetores com o encargo de fiscalizar regularmente a atuação das escolas; estas comissões “seriam compostas por três cidadãos residentes no município, sendo um nomeado pelo governo e dois pela Câmara Municipal, devendo ser um desses últimos um sacerdote” (PAULO & WARDE, 2015, p. 213). Neste modelo coletivo de inspeção, os membros das comissões não recebiam pagamento. Ele vigorou por apenas 5 anos e foi substituído por uma inspeção individual nomeada diretamente pelo governo. Em 1851, foi aprovado o Regulamento de 08 de Novembro, determinando que o Presidente da Província dirigisse a Instrução, auxiliado por um Inspetor Geral, o Conselho de Instrução (órgão consultivo) e os inspetores de distrito. Estes últimos eram os sujeitos que efetivamente fiscalizavam as escolas e remetiam relatórios que eram compilados pelo inspetor geral para a elaboração dos relatórios gerais da instrução pública. Este último também visitava as escolas eventualmente, sobretudo as da capital. Os relatórios produzidos pelo inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto entre 1852 e 1866 formam um importante conjunto da série documental que forneceu a base empírica para este estudo.

✓ Manuscritos da Instrução Pública

Os manuscritos da Instrução Pública do período imperial estão arquivados em duas séries do Arquivo Público do Estado de São Paulo¹⁹ (APESP), as séries Instrução Pública e Ofícios Diversos. Nesta última, há fontes dos diversos ramos da administração pública (polícia, estradas, iluminação, entre outros) e, no interior deste conjunto heterogêneo, há muitas fontes relacionadas à instrução pública. Maria Lúcia Hilsdorf (1999a, p. 186) destacou a potencialidade desta documentação para identificar “os agentes, as instituições e os processos de formação e ensino” na escolarização paulista, principalmente entre as décadas de 1820 e 1860, que permite acessar as experiências cotidianas, a cultura material e as relações pedagógicas. O conjunto, séries Instrução Pública e Ofícios Diversos, reúne ofícios de professores, vereadores, comissões inspetoras, inspetores de distrito e inspetor geral da Instrução e listas de alun(a)os.

¹⁸ A Constituição de 1824 previu que as câmaras existiriam nas localidades e exerceriam o governo econômico e municipal das vilas e a Lei Geral de 1º de outubro de 1828 regulou a administração municipal e determinou, no artigo 70, que elas fariam a “inspeção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos órfãos pobres, em cujo número entram os expostos; e quando estes estabelecimentos, e os de caridade”.

¹⁹ Doravante denominado pela sigla APESP.

Ao longo da pesquisa documental no APESP, encontramos centenas destas listas, manuscritas, confeccionadas e/ou assinadas pelos próprios professores com informações sobre os alun(a)os matriculados e o funcionamento das aulas. Eram acompanhadas por ofícios que davam informações sobre destinatário e remetente e informavam, em alguns casos, a lei, portaria ou ordem que se estava cumprindo com a remessa do mapa. O destinatário era o presidente da província ou o inspetor geral da instrução pública e o remetente variava, algumas vezes era a câmara de vereadores da localidade, outras vezes as Comissões Inspetoras, os inspetores de distrito e em muitas ocasiões os próprios mestres.

A exigência de mapas de frequência de alunos remonta ao período colonial. A Lei de 06 de novembro de 1772 obrigava os professores “a mandarem [...] no fim de cada Ano Letivo as Relações de todos, e cada um de seus respectivos Discípulos; dando conta dos progressos, e morigeração deles” (VIDAL 2008, 49). A lei de 1827 não discorreu sobre o tema, que voltou a ser contemplado na decisão imperial de 10 de janeiro de 1828, a qual exigia das Câmaras Municipais “a inspeção de todos os colégios e casas de educação existentes [...] e dando parte, todos os semestres do número, idade e naturalidade dos alunos, seus estudos e progressos”²⁰.

A denominação “relação de meninas/aluna” é mais recorrente nas fontes com as quais trabalhamos. Na historiografia da educação, o termo “mapa de frequência” tem sido mais recorrente para este tipo de fonte (GOUVEA, 2004; VEIGA, 2005; VIDAL, 2008). Assim, relações ou mapas de frequência²¹ de alunos são documentos escolares produzidos pelos professores desde os tempos da colônia com o objetivo de prestar contas à administração da instrução pública acerca do funcionamento das aulas e do número de alunos frequentes, para a verificação do trabalho docente e recebimento de ordenados (VEIGA, 2005, p.93). Há mapas que se apresentam como uma lista corrida com somente números e nomes, ou os nomes das alunas (sem sobrenomes) e as filiações, passando por formatos com poucas categorias que ora privilegiavam o registro das características pessoais dos alunos ora reservavam um espaço maior às informações pedagógicas, até mapas com uma maior quantidade de categorias e mais padronizados com “números, nome dos alun(a)os, data de matrícula, idade, filiação, naturalidade, estado em que entraram, aproveitamento e conduta e faltas”. Carregam uma dimensão de razão estatística e dispositivo de governo do Estado (VEIGA, 2005; VIDAL, 2008)

²⁰ Decisão imperial nº 08 de 10 de janeiro de 1828. “Pede uma relação de todos os collegios e casas de educação existentes nas províncias e dá providencias relativas aos mesmos estabelecimentos”. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_88.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

²¹ Doravante denominados, simplesmente, mapas de frequência ou mapas.

e permitem acessar formas de produzir e controlar a realidade, maneiras de classificar “profundamente comprometidas com os princípios da racionalidade moderna e com os modos de governo das pessoas e da realidade social” (FARIA FILHO, NEVES e CALDEIRA, 2005, p. 234-235). Nesse sentido, são um tipo de estatística que caracteriza a população escolar através da mensuração – tratando os fatos sociais de forma numérica – e fornece indicadores de sua aprendizagem. São fontes da administração da instrução pública que explicitam o exercício de controle cotidiano.

A leitura deste tipo de fonte se deu buscando o equilíbrio entre esta dimensão de controle do trabalho docente e a sua dimensão tática (CERTEAU, 1994): como um espaço de elaboração das práticas e relativa agência dos sujeitos na apropriação da legislação. Quando observados em série, os mapas permitem perceber registros de práticas pedagógicas e administrativas nas quais professores elaboravam, ordenavam e instituíam os contornos da docência, “acumulando o passado e desenhando o presente” (VIDAL, 2008, p. 48), na constituição do ofício. Trata-se, portanto, de uma escrita de professores sobre os alunos e suas aulas: de adultos que mantinham “contato frequente com aquelas crianças” (ANJOS, 2011, p. 26) e eram responsáveis por ensinar-lhes as primeiras letras.

✓ Documentação censitária da Cidade de São Paulo e relações de alunas

A documentação censitária paulista da 2ª metade do século XVIII e primeira metade do século XIX é considerada uma das mais completas coleções seriadas de censos nominativos existentes do mundo ocidental (MARCÍLIO, 1974). De acordo com Maria Silvia Bassanezi e Carlos de Almeida Bacellar (2002, p. 114):

Entre 1835 e 1837, a Assembleia Legislativa paulista decretou e o presidente da Província sancionou outras leis que permitiram ao marechal Daniel Pedro Müller organizar a estatística da Província de São Paulo. Esse processo culminou com a publicação, em 1838, do Ensaio d’um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837, onde Müller apresentou, de forma organizada e sistematizada, os resultados dos levantamentos realizados nos anos de 1835 e 1836.

A sistematização organizada por Daniel Pedro Müller é bastante mobilizada pela historiografia, sobretudo aquela voltada para os estudos demográficos. A crítica documental aos dados deste censo é objeto de atenção destes estudos. A historiadora Maria Luiza Marcílio (1974) expõe como a Província se organizou para a coleta dos dados:

[...] estabeleceu-se a ‘organização estatística da Província’ [de São Paulo] sob as ordens de seu vice-presidente. As autoridades provinciais deram instruções aos estabelecimentos de ensino, aos comandos militares, aos juízes de paz dos quarteirões, aos vários dirigentes de ordens religiosas e outros, a fim de obter levantamentos numéricos da população. Por outro lado, elas ordenaram à municipalidade o

estabelecimento de quadros de habitantes, com indicações circunstanciadas e informações gerais sobre cada um dos distritos competentes dos municípios. O sistema não tinha nem equilíbrio, nem coerência: por consequência, os resultados obtidos, embora instrutivos não são seguros, nem completos. (MARCÍLIO, 1974, p. 84)

Os maços populacionais de 1836 fazem parte do acervo do APESP e encontram-se disponíveis atualmente no site da instituição. Do ano de 1836, há cinco maços do município de São Paulo, dos bairros: “Norte da Sé”, “Sul da Sé”, “Santa Ifigênia”, “Nossa Senhora do Ó” e “Penha”. Para a pesquisa nesta documentação é preciso saber que as unidades domiciliares no XIX eram registradas sob a denominação “fogo”. De acordo com Mario Marcos Sampaio Rodarte (2008, p. xix), “fogo era o termo normalmente utilizado em registros censitários do século XIX para designar a unidade domiciliar”. Tinha “função reprodutiva” e era, ao mesmo tempo, um “grupo de parentesco”. Quase sempre se constituía por um “conjunto de pessoas com outras funções sociais e também econômicas”. Era uma “forma híbrida de organização doméstica”, em que se “fundiam as finalidades de produção e reprodução, econômicas e demográficas”. Marcus Vinicius Fonseca (2007) sublinha que o fogo não corresponde à ideia contemporânea de domicílio como espaço de moradia de um grupo familiar. Ele podia conter uma ou várias famílias, assim como “indivíduos que viviam juntos”, mas sem “possuir nenhuma relação de parentesco” (FONSECA, 2007, p. 62). Além disso:

Neste espaço, sempre havia um indivíduo que era classificado como chefe e que vivia acompanhado de um conjunto de membros que podiam ser da sua família, mas também escravos e agregados; todo o conjunto destes indivíduos era contabilizado como pertencente ao fogo.

Assim, as fontes foram mobilizadas com o objetivo de “vislumbrar as dinâmicas de mutação [...] investigar as modalidades relacionais, os jogos de poder, entre os diversos sujeitos e os níveis hierárquicos, que estão envolvidos” (RIZZINI, 2012, p. 12) buscando-se identificar as relações entre as professoras de primeiras letras, os grupos sociais, governos locais, demais docentes, agentes da inspeção, alunas e suas famílias.

Literatura memorialística

Fernanda Resende (2015) problematizou, em sua tese de doutorado, os livros de histórias de cidades enquanto fonte para a história da educação e, valendo-se das reflexões sobre memória e história de Pierre Nora (1993), assinalou que tais obras “constituem-se como lugares de memória; muito além de compilados históricos sobre seus municípios, os autores buscam, nas narrativas históricas escolhidas, preservar, criar e construir as memórias dos municípios”

(RESENDE, 2015, p. 23). Esta preservação da memória coletiva é também seletiva e produtora de eventos e pessoas que, de acordo com o memorialista, merecem ser lembrados. Assim, este tipo de fonte permite uma visão de diferentes dimensões das cidades em relação, suas instituições, os diversos lugares sociais pelos quais os sujeitos circularam e as redes entre eles. Mobilizamos algumas obras memorialísticas na tese com destaque para “São Paulo Antigo” de Antonio Egydio Martins (2003) e “Histórias e tradições da Cidade de São Paulo” de Ernani Silva Bruno (1953).

Registros visuais

A partir das proposições de Ulpiano B. Meneses, interpretamos os registros visuais buscando “um tratamento mais abrangente da visualidade como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais”. Analisamos os registros – pinturas, desenhos, fotografias, charges – operando com a noção de iconosfera, compreendida como “conjunto de imagens que, num dado contexto, está socialmente acessível” (MENESES, 2003, p. 15). O autor cita a obra de Baxandall (1972) para apresentar um exemplo de estudo em que o visual foi historicizado e articulado aos fatos sociais. Segundo Ulpiano, Baxandall:

não pretendeu fazer História Social da Arte italiana, mas demonstrou como os fatos sociais conduzem, pela experiência do cotidiano, ao desenvolvimento de certos hábitos e mecanismos visuais (o “olho do Quattrocento”) que se convertem em elementos identificáveis na produção e no consumo das pinturas. O “estilo” ou o “gosto” se inserem, assim, na área nuclear do histórico (BAXANDALL, 1972 apud MENESES, 2003).

Nosso objetivo mais amplo, na análise dos registros visuais, foi identificar os indícios – vestimentas, objetos de trabalho, sujeitos, cenário – de experiências sociais, sobretudo as femininas, e refletir sobre a iconosfera produzida sobre as mulheres oitocentistas, os diferentes grupos de trabalhadoras. Interpretamos e questionamos a iconosfera que historicamente produziu estas mulheres como reclusas ao domínio do privado, com seu papel social sendo associado à ordenação da vida doméstica, nos cuidados com o marido e os filhos, tornando opacas as diferenciações e variações em torno da norma (GOUVÊA, 2003, p. 5).

Periódicos

Ao longo de todo o século XIX, os jornais constituíram o principal meio de comunicação e informação e um suporte acessível da cultura escrita para diferentes camadas da população.

A instauração da Imprensa Régia após a chegada da família real incrementou uma imprensa nacional que foi se ampliando durante todo o Oitocentos. Trabalhamos com a fase inicial da imprensa artesanal, a qual, como aponta Nelson Werneck Sodré (1999), vivia da opinião de seus leitores, buscando, assim, atender aos interesses deles. Sobre esta fase, Juarez Bahia (1990, p. 42-43) destaca que:

As dificuldades e as queixas dos jornalistas e impressores, sobretudo nas províncias, derivavam substancialmente de dois fatores que persistirão até 1880: a improvisação, associada ao partidarismo; e a tutela do poder político, que limita a liberdade de iniciativa e impõe pressões econômicas para aliviar ou calar opiniões contrárias.

Os periódicos de grande circulação deixam entrever diferentes atores de um dado período histórico, sendo possível acompanhar por meio de suas páginas o movimento cotidiano de uma época. Os historiadores sociais da imprensa destacam um duplo papel dos jornais, pois, à medida que a imprensa registra os acontecimentos e fatos diários, ela também os comenta, narra, opina, impactando, inclusive, na configuração social de um tempo (CAMPOS, 2012; DARNTON; ROCHE, 1996; CAPELATO, 1994).

Realizamos a pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional²², cobrindo o período entre as décadas de 1820-1860. Por meio da busca por palavras foi possível localizar ocorrências de termos como “professora”, “mestra”, “aluna”, nomes de professoras, entre outros, e encontrar referências sobre o magistério feminino. A maioria delas referia-se aos atos oficiais publicados por esta imprensa no período, mas havia outros registros como, por exemplo, correspondências dos municípios com notícias locais que informavam sobre as escolas femininas. Os jornais em que localizamos maior número de ocorrências foram o *Correio Paulistano*, *O Farol Paulistano*, e *O Publicador Paulistano*.

Relação empiria e teoria

[...] a narrativa histórica não é apenas o relato do efetivamente acontecido porque necessário à razão histórica, mas também o relato das alternativas possíveis postas num jogo a ser decidido pelos atores históricos em questão [... busca] perceber, através do estudo das trajetórias individuais, as respostas históricas formuladas pelos protagonistas em ação (GUIMARÃES, 2000, p. 222-223).

²² Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. O site da Biblioteca Nacional disponibiliza o acervo de periódicos digitalizados na Hemeroteca Digital e possibilita a pesquisa em periódicos por título, período, edição, local de publicação e palavra(s). A busca por palavras se dá com a utilização do “Reconhecimento Ótico de Caracteres” (Optical Character Recognition – OCR).

A construção da narrativa como “relato das alternativas dos sujeitos históricos em questão” guiou esta investigação. A mirada para estas experiências foi tecida por meio de procedimentos metodológicos afinados com a micro-história. O “fio do nome” foi o desencadeador inicial das investigações, nas quais os sujeitos estão no foco e as narrativas construídas trazem, à cena historiográfica, questões menos visíveis ou ausentes em estudos extensivos. A investigação nominativa foi utilizada para acompanhar as trajetórias dos indivíduos no magistério e na interface com seus pertencimentos familiares e sociais. A redução da escala de observação intensifica a investigação do objeto, possibilitando uma outra leitura do social. Simona Cerutti (1998) aponta o caráter processual na análise micro-histórica e compreende os sujeitos como protagonistas de experiências variadas nos diferentes campos da vida social.

Buscamos operar com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, interpretando o ofício do magistério feminino a partir de episódios e relações numa escala reduzida que permitiram reconstruir um contexto histórico-cultural inacessível de outra forma e ampliar as possibilidades de interpretação, pela intensificação dos cruzamentos possíveis. Rejeita-se, assim, a ideia de um contexto unificado que conformaria as escolhas dos sujeitos, pois estes constroem o mundo e suas ações imersos em múltiplas experiências e representações sociais, muitas vezes contraditórias e, assim, é importante buscar a pluralidade dos contextos em que os sujeitos se inseriam. Como bem sintetizou Irma Rizzini, “a análise é deslocada dos polos força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia” para “os fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis”, devendo ser pensados a partir de sua composição com os poderes, submetidos a lógicas sociais particulares (RIZZINI, 2012, p. 12-13).

Associamos a perspectiva metodológica micro-histórica às concepções propostas pela noção de “experiência” de E. P. Thompson (1981)²³. Schueler (2008) e Vidal (2010) refletem sobre a docência como uma experiência coletiva. Vidal (2010) ressalta que:

[...] insiste o Autor [E.P. Thompson] em situar a experiência no interior da cultura. Instância de coesão social, nem sempre consciente, a cultura assume lugar privilegiado sob a pena do historiador e convida-o a considerar que a experiência é simultaneamente individual e coletiva. É essa percepção que lhe permite afirmar a relativa autonomia do sujeito (não sua total liberdade) dos determinismos de classe (VIDAL, 2010, p. 711).

Um indivíduo, na trama das suas relações, permite problematizar questões que transbordam a sua individualidade e dizem respeito ao coletivo, neste caso às professoras de

²³ Esta associação é recorrente em pesquisas históricas. O trabalho de Simona Cerutti (1998) sobre grupos profissionais na cidade de Turim no século XVII é um exemplo. A autora descolou o olhar das esferas técnicas produtivas e seus impactos sociais para as trajetórias individuais e as repostas históricas formuladas por estes protagonistas em ação.

primeiras letras, e tecer interpretações possíveis e verossímeis sobre elementos particulares, suas relações com as normas, as reciprocidades e valores e, simultaneamente, as condicionantes sociais e históricas que constituíram as experiências docentes femininas oitocentistas em São Paulo.

Vidal (2010) aponta quatro elementos constitutivos da docência como experiência coletiva: o primeiro deles é a “trajetória escolar”, partindo da ideia de que “antes de se tornarem professores, os sujeitos constituíram-se como alunos”, a autora destaca que acompanhar os sujeitos nas diferentes etapas e lugares de escolarização permite identificar “modelos formadores”, “saberes” e “parece ser um investimento profícuo no entendimento da configuração dos repertórios docentes” (VIDAL, 2010, p. 713). Um segundo elemento é a “relação intersubjetiva estabelecida com diferentes atores sociais” que se dá nos mais variados espaços: dentro e fora da escola, na convivência com sujeitos envolvidos ou não com a escola e forjados a partir “da troca de aprendizagens elaboradas na solução dos fazeres ordinários”. Envolvem as dimensões de gênero, etnia, classe e geração e resultam da “interpenetração entre vida profissional e vida pessoal” (VIDAL, 2010, p.718-719). A “materialidade da escola” é o terceiro elemento apontado e refere-se tanto aos “objetos com os quais o professor lida cotidianamente” (livros, cartazes, etc.); ao “espaço escolar (sala de aula, tamanho da escola, trabalho em uma ou duas escolas), tempo escolar (da aula, da permanência diária, semanal, anual na escola, da permanência na carreira, tempo histórico), carreira (salário, projetos individuais, expectativas de ascensão, participação em associações sindicais) e urgências da classe (síntese e negociações)” (VIDAL, 2010, p. 721). O último elemento é a prática docente “como tradição inventada, efeito de uma memorização do passado”. Este elemento relaciona-se com os processos de construção de identidades docentes que se dão a partir das “experiências, [que] apesar de únicas, não são individuais e remetem a modos coletivos de compreender e legitimar a docência.

Alessandra Schueler (2007) considera a pertinência do conceito de experiência porque “permite estabelecer um ponto de junção e de flexão com a noção de cultura” e destaca que “a experiência não é expressa apenas em termos da posição de um indivíduo em relação ao modo de produção”, mas se revela também “nos sentimentos e na cultura, nas normas sociais, nas obrigações familiares, nas reciprocidades e nos valores morais” (SCHUELER, 2007, p.57-58). A autora privilegia a constituição dos grupos socioprofissionais de professores como intelectuais e autores, considerando a formação, ingresso no magistério e a produção escrita para compreender as agências dos sujeitos no contexto que vivenciaram. A noção de

experiência de E. P. Thompson (1981, 2002) e as reflexões tecidas por Vidal (2010) e Schueler (2007) sobre a docência como uma experiência coletiva, somadas às estratégias metodológicas da micro-história, fundamentam as operações historiográficas.

Operamos também com os conceitos de táticas e estratégias propostos por Michel de Certeau (1994). O autor define tática como:

[...] uma ação calculada determinada pela ausência de um próprio. Nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de inimigo e no espaço por ele controlado. Em suma a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 1994, p. 100-101)

Se as professoras não viviam exclusivamente na ausência de um próprio, elas agiam num terreno ambíguo, legalmente controlado pelo governo provincial, mas que se efetivavam no espaço das casas das mestras. Por um lado, elas tinham que cumprir as determinações previstas para o cargo que ocupavam e submeter-se à fiscalização da inspetoria da Instrução Pública, por outro, gozavam de prestígio junto à comunidade e, assim, ocupavam lugares estratégicos, suscetíveis de serem concebido como próprio (CERTEAU, 1994).

Por fim, assinalamos que a abordagem sobre as professoras paulistas no século XIX é tecida, nesta tese, a partir das interpretações e perspectivas propostas por Maria Odila L. S. Dias (1984) na obra “Quotidiano e Poder”, um divisor de águas na historiografia sob a égide da história social das mulheres.

Educação feminina: tensões e variações em torno do padrão

Sempre rodeados de escravos, os brasileiros estão habituados a não ver senão escravos em todos os seres a quem são superiores, seja pela força, seja pela inteligência. A mulher é, na verdade das vezes, a primeira escrava da casa, e o cão o último (SAINT-HILAIRE, 1976 [1822], p. 102).

O viajante francês teceu vários comentários sobre as mulheres brasileiras do Oitocentos²⁴ que, na maioria das vezes, reforçaram a reclusão, a falta de traquejo social e as diferenciações etnocêntricas que tinham como parâmetro as mulheres europeias das elites do século XIX. Foram recorrentes os julgamentos eurocêntricos e classistas e, também, expressões de estranhamento e denúncias da opressão e violência de uma sociedade escravista. O excerto se refere aos “brasileiros” e está na obra “Viagem à província de São Paulo”, de Saint-Hilaire,

²⁴ Há estudos publicados sobre a visão de viajantes acerca das mulheres em diferentes províncias brasileiras (GONÇALVES, 2005), (LEMES, 2008), (SOUZA & FREITAS, 2015).

que esteve em São Paulo no final da década de 1810. O autor estabeleceu um paralelo entre escravidão e condição feminina, assinalando as relações hierárquicas impostas pela força ou pela inteligência. A superioridade pela inteligência possivelmente mantinha relação com a desigualdade de acesso à cultura escrita e à escolarização; cenário que experimentou algumas transformações com a inauguração da instrução pública feminina no final da década de 1820.

Em 1854 foi publicado um texto de autoria feminina no *Jornal das Senhoras*²⁵, um dos primeiros periódicos dirigidos por uma mulher no país:

Se compararmos a mulher da sociedade atual com a de cinquenta anos passados bem clara nos será a diferença que há de uma a outra. Esta vivia enclausurada voluntariamente dentro de estreitas rótulas, entregue apenas aos serviços domésticos que partilhava com a turma de escravas que a cercavam e não sabia ler e escrever, sem haver nunca adquirido a mais ligeira noção de geografia ou de alguma língua estrangeira que sempre ouvia com admiração. A história era uma coisa incompreensível e admirável, da qual conhecia trechos inteiramente fabulosos, ditados pela mais ridícula superstição e acreditados pela mais pueril e estúpida credulidade.

A parte moral e religiosa era ditada pelo fanatismo e aceita pelo temor do castigo, sem fé nem mesmo raciocínio o bom senso que a fizesse seguir seus ditames como fato de consciência. A virtude era portanto, na mulher, o efeito do temor do castigo do crime; a moralidade era consequência da crença no fanatismo.

Hoje, porém, que a educação do sexo feminino se tem tornando mais ampla e mais geral: agora que os homens têm melhor compreendido a sua conveniência social e familiar ilustrando a mulher, e infundindo-lhe os sentimentos de virtude e de moral pelo que eles são em si mesmos, não é o receio da punição que abstém da prática dos delitos, e sim a consciência íntima da dignidade do nosso sexo e de nossos deveres para com Deus e para com a sociedade inteira que nos ilumina a senda que trilhamos. Não queremos com isto negar as nossas antepassadas todas as virtudes conscienciosas que as adornaram; mas nos persuadimos que a sua prática era filha mais dos exemplos recebidos e do medo inculcado nos ânimos do que da convicção e da inteligência; e ninguém ignora que a prática dos atos praticados pela convicção racional não podem ser tão facilmente mudada pela linguagem da sedução.

De quanto temos dito pretendo concluir que a moralidade social e a pureza dos costumes têm tido desenvolvimento.

Entretanto devo confessar que a instrução dada geralmente ao sexo feminino não é ainda tão sólida e variada como convém o brilhantismo de uma nação como a nossa, que caminha para um futuro brilhante, segundo o afirmam os entendedores. Seria para desejar que as meninas fossem, primeiro que tudo, obrigadas ao estudo gramatical e ortográfico da língua nacional; que aprendessem dois ou três idiomas estrangeiros (sobretudo o francês e o italiano) de modo que o soubessem com perfeição, que soubessem bem a geografia e a história sagrada; e finalmente, que tivessem algumas noções da história profana, e com especialidade da história nacional.

(*O Jornal das Senhoras*, Educação do sexo feminino, tomo VII, 04/03/1855, assinado pela “Senhora Baronesa ***”, p. 62, grifos nossos).

²⁵ O “Jornal das Senhoras” circulou entre 1852 e 1855, no Rio de Janeiro, foi editorado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, e o acervo da Biblioteca Nacional conta com 156 exemplares (O Jornal das Senhoras = modas, litteratura, bellas-arts, theatro e critica. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Parisiense, 1852-1855. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096>>. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=700096>>. Acesso em: 10 jan. 2018).

Cerca de três décadas após a viagem de Saint-Hilaire e pouco mais de duas após o início da oferta de escolas públicas de primeiras letras para a população feminina, o texto da “Senhora Baronesa ***” é crítico à educação que a mulher recebia no início do XIX e propõe um programa variado com forte marca de classe social das elites, buscando uma modernização que fornecesse a esta população o repertório exigido pelas novas sociabilidades no interior das classes privilegiadas. As proposições explicitam um protagonismo destas mulheres ilustradas de estratos sociais abastados na busca por uma educação feminina mais diversificada e elevada.

Na década de 1850, uma postura como a apresentada no excerto do *Jornal das Senhoras* ocorria em algumas províncias do Império e na Corte. Em São Paulo, localizamos pouquíssimas propostas que se aproximavam a esta, apenas em colégios femininos particulares. As representações e proposições paulistas que envolveram o tema da instrução pública feminina foram marcados pela insistência numa educação “mais simples”, com instrução que pudesse “ser vencida facilmente por qualquer senhora de inteligência ordinária” (Trecho da Ata da Assembleia da Província de São Paulo de abril de 1856, *Correio Paulistano*, 11/04/1856, p.2). Na década de 1850, quando o encaminhamento das órfãs do *Seminário de Educandas* para o magistério²⁶ foi discutido pelos deputados provinciais, insistiu-se na formação de professoras que soubessem “ensinar as meninas pobres desses lugares remotos a ler, escrever, contar e mais alguma prenda doméstica”; e não para que “lhes d[esse] uma educação completa e variada, como se dá nos grandes colégios do Rio de Janeiro ou da Europa”. Um dos deputados frisou, inclusive, que queria que as egressas do *Seminário* soubessem “pouco é verdade, mas que s[oubessem] bem para depois ensinarem esse pouco bem às meninas desvalidas das povoações remotas” (Trecho da Ata da Assembleia da Província de São Paulo de abril de 1856, *Correio Paulistano*, 11/04/1856, p.2). O inspetor geral da Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto, refletiu sobre o tema no relatório de 1858:

A organização das escolas do sexo feminino provoca a seguinte observação. Na Prússia tais escolas não são dirigidas por mulheres. O diretor pode chamá-la a coadjuvã-lo, nos trabalhos acessórios próprios de seu sexo, e nas aldeias a escolha recai sobre a filha ou mulher do professor, visto que quase todos são pais de família, porque cedo se casam, mas a direção suprema lhe pertence. Entre nós cuida-se que uma mulher é apropriada á toda regência da escola; é provida definitivamente nas cadeiras independente de ter-se adestrado numa escola normal e se incumbe de um serviço superior àquele que pesa sobre os homens nas instituições de ensino de que ela se encarrega. (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.21-22, grifos nossos).

²⁶ A análise desta ata é aprofundada no tópico “3.3.2 Destino das educandas”, do Capítulo 3.

Diogo de Mendonça explicita, de forma cautelosa, sua contrariedade à organização das escolas do sexo feminino, referindo-se ao formato prussiano visando conferir legitimidade à sua preferência por uma organização escolar na qual a direção fosse exercida por um homem e as professoras auxiliassem “nos trabalhos acessórios próprios do sexo”. O inspetor destaca a contradição entre a entrega da regência às mulheres e a ausência de “adestramento” em escola normal e conclui afirmando que as mulheres se incumbiam de “um serviço superior àquele que pesa sobre os homens”. Não identificamos diferenças entre as tarefas assumidas por professoras e professores nas escolas elementares paulistas, assim, é provável que o inspetor estivesse se referindo ao tipo de provimento (definitivo ou interino)²⁷.

A Lei de 15 de outubro instaurou a instrução pública feminina e tornou possível o magistério público para as mulheres, contudo, a instrução e o magistério femininos particulares eram praticados em meio a outras formas de transmissão da cultura escrita, como a aprendizagem doméstica e o autodidatismo. Em Portugal, Teresa Rosa e Patrícia Gomes (2014), em pesquisa sobre “Os Estudos Menores e as reformas pombalinas”, asseveram que houve uma:

“Consulta sobre se criarem nesta Corte Escola públicas para Meninas em 25 de Fevereiro de 1790”, feita pela “Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros”, é referida a importância de se criarem na Corte Mestras para a educação das meninas, no mesmo número que os Mestres públicos para meninos” (ROSA & GOMES, 2014, p. 49).

Em 31 de maio do mesmo ano, uma Resolução Régia previu a criação de 18 cadeiras de instrução primária para o sexo feminino, entretanto, nos “livros de vencimento dos professores do Arquivo do Tribunal de Contas”, verificou-se a presença de “apenas quatro Mestras, em 1795, na cidade de Lisboa (Maria Madalena Regento, Genoveva Vitória Mendes, Quitéria Rita Mendes e Margarida Leonor Mendes)” (ROSA & GOMES, 2014, p. 50). No mesmo livro, o nome do Sacerdote Joaquim José dos Santos foi registrado como diretor da Escola de Meninas com salário de 220.000 réis. Assim, sabemos que em Portugal as primeiras cadeiras femininas de instrução primária datam do fim do Setecentos, foram dirigidas por um sacerdote e o número de cadeiras ocupadas foi, notadamente, menor do que a quantidade inicialmente prevista. Rogério Fernandes (1994, p. 402), na obra “Os caminhos do ABC”, havia identificado a previsão das escolas femininas na lei de 1790 e a nomeação das primeiras professoras apenas em 1814.

²⁷ Esta questão é analisada do tópico “2.4 Ordenados no magistério público paulista: paradoxos nas relações de gênero”, do capítulo 2.

No Brasil, após a Lei de 15 de outubro de 1827, as Províncias criaram as suas cadeiras públicas em diferentes momentos. Em São Paulo, foi em abril de 1828. Em outras províncias do Brasil, a primeira geração de professoras públicas ingressou no magistério no final dos anos 1820 e nos primeiros anos da década de 1830. Na Corte, Teresa Fachada Levy Cardoso (1999) localizou a primeira referência na documentação às mestras em 9 de março de 1829, num decreto que “considerava de urgente necessidade a criação de uma cadeira de primeiras letras para meninas nesta Corte”, cuja mestra receberia o “ordenado de 400\$000 pagos pelo Tesouro Público” (CARDOSO, 1999, p. 117). Ela identificou Maria Filadélfia de Bustamente Pinheiro como a primeira mestra pública nomeada para a freguesia de São José, em 26 de setembro de 1843 (CARDOSO, 1999, p. 125), mas apresentou um quadro com a “comparação da situação do ensino público no Rio de Janeiro entre 1835 e 1839”²⁸, no qual consta a existência de 4 aulas de primeiras letras para meninas com 4 professores e 19 alunas em 1835; a autora não informou se eram professores ou professoras. Em 1839, o número de aulas havia passado para 5 e o de alunas para 343, um número bastante elevado, já que daria uma média de mais de 60 alunas por escola. Angélica Borges (2014, p. 289) identificou a primeira referência a uma mestra pública na Corte em 1834, com a posse de Joaquina Maria da Conceição, na freguesia do Sacramento e, sobre Maria Filadélfia de Bustamente Pinheiro, identificou uma nota referente ao seu exercício no magistério no jornal *Correio Oficial* em 1835 e uma notícia de seu falecimento no mesmo periódico em 1836, contrariando o dado apresentado por Teresa Fachada L. Cardoso (1999). Em relação à quantidade de escolas femininas em 1835, Teresa Fachada havia localizado 4, ao passo que Angélica Borges menciona a existência de 5 professoras²⁹ públicas neste ano.

Em outras províncias foi possível identificar algumas referências às primeiras professoras públicas. Em Sergipe, a professora Anna Joaquina de Souza Coelho ingressou em dezembro de 1828 na cadeira da capital e se aposentou em maio de 1847 (FERREIRA, 2016, p. 95). Em Pernambuco, Adriana M. P da Silva informa que em 1828 havia 5 aulas públicas femininas na Província, sendo 3 em Recife, uma em Olinda e a outra em Pernambuco. Em 1843 eram 11 aulas públicas femininas e, em 1852, 16 no total (SILVA, 2007, p. 279). No mesmo ano, na Província de São Paulo, havia 56 cadeiras públicas femininas. Em Minas Gerais, Cecília Nascimento (2011) informa que a professora Maria Anna d’Assumpção, de Sabará, ingressou

²⁸ Quadro 3 elaborado a partir dos dados contidos na “Demonstração dos Professores Públicos do Município do Rio de Janeiro que se achavam em exercício no segundo quartel de 1835” e também “no primeiro quartel de 1839” (CARDOSO, 1999, p. 112).

²⁹ Joaquina Maria da Conceição, Maria Joaquina Lorena, Polucena Maria da Conceição Cruz, Maria Filadélfia de Bustamente Pinheiro e Anna Joaquina de Oliveria e Silva (BORGES, 2014, p. 289).

no início da década de 1830. O aprofundamento sobre a instrução pública feminina nas diferentes províncias é essencial para a percepção das nuances regionais da história da escolarização feminina.

Esta narrativa interpreta a invenção do magistério público na Província de São Paulo por meio da análise das experiências de Benedita da Trindade e de outras 15 mestras paulistas³⁰ – inseridas nestes múltiplos contextos – que protagonizaram o processo. A narrativa foi construída em quatro movimentos que compõem os capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos e problematizamos o mundo do trabalho feminino no qual as professoras públicas se inseriram, inaugurando uma nova profissão – um dos poucos cargos públicos acessíveis às mulheres no 2º quartel do século XIX. No segundo, passamos às questões específicas da docência feminina. Percorremos querelas, saberes, métodos, salários e dados numéricos da instrução num movimento de cotejamento entre as ações do governo provincial e as experiências das mestras públicas. No terceiro, discutimos três dimensões do acesso e transmissão da docência pública entre mulheres paulistas no XIX: a família, o ingresso por meio de concursos e indicações, e o *Seminário de Educandas*, um asilo paulista de órfãs como espaço educativo feminino que legou o magistério a algumas de suas internas. O último capítulo apresenta o corpo discente da escola feminina da Sé, considerando que uma das dimensões significativas do ofício docente é seu impacto na trajetória da população feminina que frequentou as escolas públicas.

³⁰ Além de outras mestras citadas apenas uma vez.

CAPÍTULO 1 – PARA ALÉM DE MANTOS E BAETAS: MULHERES PAULISTAS NO MUNDO DO TRABALHO OITOCENTISTA

Para *desenhar* uma imagem que dê conta das diversas possibilidades de ser mulher nas terras paulistas no XIX, tomamos, como ponto de partida desta narrativa, um modo de vestir feminino no período: o “andar rebuçado” em “mantos e baetas”. Estes trajes foram comuns nas diversas regiões brasileiras e tiveram uma permanência prolongada na Província de São Paulo. Sob mantos e baetas, mulheres escravizadas, ricas, pobres e remediadas circularam recatadamente em espaços públicos. Para esta problematização, recorremos a fontes como relatos de viajantes, literatura de ficção e memorialista e às representações iconográficas coetâneas (aquarelas, pinturas e desenhos) cruzadas a outras fontes escritas (legislação, atas de Câmara, etc.). As reflexões apresentadas a seguir foram elaboradas a partir da interlocução com a historiografia, sobretudo das interpretações de Sérgio Buarque de Holanda (1972), Maria Odila L. S. Dias (1984) e Paulo C. G. Marins (1999), que destacaram a permanência do costume de andar embuçado em São Paulo.

Mas, afinal, o que significa *rebuço* ou andar *rebuçado/embuçado*? No Dicionário de Antonio Moraes e Silva³¹, “rebuçado” era definido como “homem que traz carapuça de rebuço, ou semelhante encoberta do rosto” (SILVA, 1813, p. 560); já rebuço era “o traste de cobrir o rosto, ou parte” e também poderia ter o sentido figurado de “dissimulação ou disfarce” (SILVA, 1813, p. 561). De acordo com o mesmo dicionário oitocentista, “baeta” era um tipo de “pano de lã” grosseiro e “mantilhas” e “mantos” eram “vestidos exteriores” que “cobrem a parte posterior das mulheres da cabeça até quase os calcanhares” ou até a cintura (SILVA, 1813, p. 263-264, grifos nossos). Cotejando a definição do dicionário da época com um relato de viajante, é possível ampliar a reflexão. Na descrição do inglês John Mawe³², que permaneceu em São Paulo entre 1809 e 1810, tais elementos foram identificados em vestimentas femininas das mulheres paulistas:

Os vestidos das senhoras, principalmente na igreja, eram de seda preta, com um longo xale da mesma fazenda, e guarnecidos com renda larga; na estação mais fria, vestiam casimira preta ou lã. Usavam quase sempre o mesmo xale nas ruas, embora seja parcialmente substituído por um casaco comprido, de lã grossa, enfeitado com veludo,

³¹ SILVA, Antonio de Moraes e. Dicionário da língua portuguesa recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. 2v., 2ª ed. Lisboa, 1813. Fonte: Catálogo Eletrônico/Dionário IEB (http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDocumentos.asp?Tipo_Consulta=Acervo&Acervo_Codigo=2&Setor_Codigo=11).

³² John Mawe (1764-1829) era um naturalista, mineralogista e comerciante de minerais inglês que viajou, entre os anos de 1807 e 1811, pelo interior do Brasil, com fins científicos e comerciais. Viajou pela Escócia e América, tanto espanhola quanto portuguesa. Disponível no site do Arquivo Nacional: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=8974>.

renda dourada, fustão ou pelúcia, conforme os recursos do possuidor. Este abrigo é usado como uma espécie de casaco em casa, nos passeios à noite, em viagens, e as senhoras sempre que o vestem, usam chapéus redondos (MAWE, 1978, p. 72)³³.

O inglês não indicou o grupo social a que pertenciam as mulheres. Além da semelhança com a definição do dicionário, as características descritas por Mawe na década de 1810 são parcialmente convergentes com alguns registros visuais da década seguinte, indício da permanência do costume nas duas primeiras décadas do século XIX. As imagens a seguir remontam à década de 1820 e apresentam figuras femininas rebuçadas:

Figura 3: Modelo do modo de trajar das senhoras da cidade de S. Paulo. Anônimo. Aquarela. 1820.

Fonte: MARINS, 1999, Anexos Capítulo 3, s/p.

Figura 4: Vestimentas de São Paulo. Aimé-Adrien Taunay. Aquarela e nanquim. 1825.

Fonte: CCBB. Expedição Langsdorff. Arquivo da Academia de Ciências, São Petesburgo, 2010.

³³ Sérgio Buarque de Holanda, na obra “História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico”, a partir da obra de John Mawe, afirmava que “Fora de casa e especialmente nas igrejas, o traje feminino consta de um vestido preto de seda, com longo véu rendado ou mantilha, que na estação do frio se substitui por uma peça de casimira negra ou baeta. A semelhante indumentária, que é todavia a mais usual, não falta quem prefira aqui um fato comprido, barrado de veludo, renda cor de ouro, fustão ou pelúcia, segundo a classe social ou as posses de cada qual. Serve como roupa de todo dia, no interior das habitações, em passeio, nas viagens, e tem como complemento invariável um chapéu redondo”.

Os dois registros são da década de 1820 e trazem mulheres representadas com vestidos e os rostos cobertos. Tal como na descrição de John Mawe, a cor preta é recorrente. A primeira imagem, de autoria não identificada, apresenta uma mulher de perfil com o corpo totalmente e o rosto parcialmente encobertos pelo manto. A postura de perfil e o manto remetem a elementos da cultura árabe, sobretudo mulçumana, que preconiza o uso dos *hijab*³⁴. Não há, na aquarela, elementos que compoñham o entorno, nem objetos do mundo do trabalho, da casa ou uma paisagem que situe a personagem. Este cenário “árido” resulta num distanciamento, numa reserva da figura feminina representada. O nome que o autor ou autora desconhecida deu à obra foi “Modello do modo de trajar das senhoras da cidade de S. Paulo”. Este título explicita a intenção de registrar e fixar visualmente outro elemento visual mais efêmero: a indumentária feminina de então. Tal como nos relatos de viajantes, identifica-se um “tipo”, a mulher paulista da cidade de São Paulo, e caracteriza-se este tipo a partir de suas roupas.

A segunda imagem, uma aquarela e nanquim, traz quatro figuras, três adultas e uma criança. Entre as adultas, duas também são representadas com vestimentas pretas que incluem mantos que cobrem seus rostos. Além de estarem embuçadas, seus corpos e gestos denotam um fechamento, uma reclusão, uma demarcação material bem evidente entre o corpo da mulher e o mundo externo. A outra mulher adulta é branca e apresenta o rosto descoberto, seu traje é mais rebuscado e os acessórios, o colar e, especialmente, o chapéu dão o toque de classe abastada final. A criança, também branca, é representada como uma adulta em miniatura³⁵ com o rosto descoberto e tem vestimentas rebuscadas. Tania Quintaneiro (QUINTANEIRO, 1995, p. 184) aponta, a partir dos escritos do viajante Thomas Ashe (1812), que “as brasileiras trajavam-se ‘com toda rigidez da moda de antigamente’ sem que houvesse diferença entre a mocinha e sua corpulenta mãe, a não ser nas dimensões do vestido”. Nesta imagem, o contraste entre as mulheres de roupas coloridas e rostos à mostra e outras encobertas por mantos pretos suscitam questões. O rebuço teria relação com pertencimentos raciais? Visariam ocultar jovens mulheres solteiras a fim de proteger sua honra? Tinham alguma relação com luto? Representariam uma hierarquia social em termos de classe?

Há registros das vestimentas também em fontes escritas. Desde o século XVII, o governo da então capitania proibía e reprimia o costume de se cobrir a cabeça com mantos. Em

³⁴ *Hijab* significa em árabe “cobertura”, “esconder os olhares”. Trata-se do conjunto de vestimentas preconizado pela doutrina islâmica, como vestuário que permite a privacidade, a modéstia e a moralidade, ou ainda “o véu que separa o homem de Deus” (GLASSE, 2001, p. 179-180).

³⁵ Há uma vasta bibliografia sobre a representação da criança e da infância. Sugerimos Philippe Ariès (1981), Carlota Boto (2007) e Crislei O. Custódio (2016).

1775, o governador Martins Lopes Lobo de Saldanha reeditou uma proibição de 1649, apresentando duas justificativas à censura aos rebuços. A primeira dizia respeito às normas de conduta social, que pareciam estar em processo de mudança visto que o costume era recorrente e, ao mesmo tempo, considerado “detestável”, uma “inculta grosseria” e um “abuso intolerável”, no texto da restrição; a segunda se relacionava com a segurança, já que, segundo ele, muitos homens se valiam de tal expediente para cometer “delitos atrozes” sem que fosse possível a identificação e punição. O descompasso entre os costumes e a vontade das autoridades fica evidente quando o governador “chegou mesmo a mandar atirar nas pernas das transgressoras do bando de 23 de setembro de 1775”, a fim de livrar a capital paulista do “bárbaro rebuçó” (AMARAL, 1932, p. 43-44). Em 1810, o costume de andar embuçado foi objeto de uma decisão régia emitida por D. João, confirmando outra determinação de governador da capitania, desta vez de José da Franca e Horta (1802-1811) proibindo, novamente, que as mulheres andassem embuçadas:

Prohíbe que as mulheres andem embuçadas em baetas. O príncipe Regente Nosso Senhor fica na inteligência de haver V. S. proibido solenemente o andarem as mulheres nessa Cidade embuçadas em baetas, consignando-lhes as penas que se acham impostas por lei³⁶.

O costume entrou em declínio, mas parece ter permanecido até o início da segunda metade do século XIX. No fim da década de 1820, Charles Landseer³⁷ desenhou a lápis duas figuras femininas às quais intitulou “Lady of St Paul’s”:

³⁶ Coleção da Leis do Império do Brasil, 1810, p. 24.

³⁷ Charles Landseer (1799-1879) era um pintor, desenhista e gravador inglês. “O artista integrou a missão diplomática chefiada pelo embaixador inglês Charles Stuart, que veio ao Brasil em 1825 para negociar os termos do reconhecimento da independência do país, onde permanece por pouco mais de um ano. Realiza cerca de 300 desenhos e aquarelas, registrando cenas cotidianas observadas em viagens realizadas por Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco”. CHARLES Landseer. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21025/charles-landseer>>. Acesso em: 02 de Set. 2017. Verbetes da Enciclopédia.

Figura 5: *Lady of St. Paul's*. Charles Landseer. Lápis, 1827. Figura 6: *Lady of St. Paul's*. Charles Landseer. Lápis, 1827.

Fonte: LAGO, Pedro Correa do. *Iconografia paulistana do século XIX*. SP: Metalivros/BM&F, 1998.

Fonte: LAGO, Pedro Correa do. *Iconografia paulistana do século XIX*. SP: Metalivros/BM&F, 1998.

São registros, mais uma vez, do tipo identificado como “mulheres de São Paulo”. As mulheres teriam pousado para o desenhista? O rosto descoberto era o modo como circulavam nas ruas ou foi o modo como pousaram? O diferencial em relação a outros registros, é que aqui os rostos das mulheres estão expostos. Também não há, nas imagens, elementos que constituam um cenário ou objetos relacionados com o mundo do trabalho. Num dos desenhos, a retratada está descalça, elemento que, muito provavelmente é alusão à escravidão, pois escravos não tinham sapato. No *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, de Clóvis Moura, o verbete “sapato” informa que para o escravo, o seu uso “era o símbolo da sua libertação” (MOURA, 2004, p. 374). Numa sociedade escravista e hierarquizada, o uso dos sapatos visava a distinção social e de condição jurídica. A indumentária, como um todo, constituía um elemento fundamental na diferenciação social, sobretudo na busca de afirmação da liberdade da população pobre livre.

No caso dos mantos, o uso protegia dos raios solares. Desde o período colonial a cor da pele era uma marca simbólica, “linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais, a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão” (LARA, 2007, p. 144).

Em 1827, uma pintura de J. B. Debret³⁸ intitulada “Ponte de Santa Ifigênia”, apresenta a pacata cidade numa representação panorâmica harmônica povoada por alguns pequenos grupos de habitantes e outros sujeitos.

Figura 7: DEBRET, Jean Baptiste. Ponte de Santa Ifigênia, Aquarela, 1827.

Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

Na pintura, temos uma cena cotidiana nas quais pessoas e paisagem são representadas buscando-se a correção das imperfeições da realidade, o equilíbrio e a harmonia. Vê-se uma ponte em meio a casas térreas e sobrados, construídos sobre uma topografia acidentada, entre rios e bastante arborizada. Há dois pequenos grupos com mulheres sob mantos e outras descobertas. Em primeiro plano, uma mulher coberta interage com um homem e um menino; no segundo plano, há um grupo de três adultas e duas crianças, sendo um bebê de colo – dentre

³⁸ Jean-Baptiste Debret (1768 - 1848). Pintor, desenhista, gravador, professor, decorador e cenógrafo francês. Participou da “Missão Artística Francesa, que veio ao Brasil em 1816. Instalou-se no Rio de Janeiro e, a partir de 1817, ministrou aulas de pintura em seu ateliê” [...] Entre 1834 e 1839, editou, o livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, em três volumes, ilustrado com litogravuras que têm como base as aquarelas realizadas com seus estudos e observações. (JEAN-BAPTISTE Debret. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18749/debret>>. Acesso em: 02 de Set. 2017. Verbete da Enciclopédia.)

as adultas, apenas uma usava manto. Num registro visual em que o foco do artista não foi a indumentária feminina, os mantos estão presentes, mas não são unanimidade na representação.

Já na década de 1860, uma outra imagem de uma região menos central da cidade, desta vez um registro fotográfico da década de 1860, mostra ruas esburacadas, áreas alagadiças e muros deterioriados:

Figura 8: Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887 - Ladeira e Ponte do Carmo. Photographia Americana; Militão Augusto de Azevedo, 1862.

Fonte: Brasiliana Fotográfica Digital. Direitos autorais do Instituto Moreira Sales. Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/1942>, Acesso em 25/01/2018.

Os vários destaques dados pelos olhares externos dos viajantes (e por brasileiros de outras regiões) sugerem a permanência dos trajes na província – avançando para a segunda metade do século XIX; o que não significa que o rebuço fizesse parte de uma suposta essência feminina paulista. Há descompassos entre as representações e as experiências dos sujeitos. É possível apontar que as imagens (e vários outros registros visuais e escritos) colaboraram na construção de uma “iconosfera” (BAXANDALL, 1972 apud MENESES, 2003, p. 15), na qual mulheres paulistas foram definidas a partir deste modo específico de se vestir no século XIX, compondo o “conjunto de imagens socialmente acessível” (BAXANDALL, 1972 apud

MENESES, 2003, p. 15) sobre esta população no Oitocentos. Michelle Perrot, ao problematizar a ausência das mulheres nos relatos históricos, destaca:

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem (PERROT, 1995, p. 13, grifos nossos).

A reflexão de Michelle Perrot permite aprofundar a problematização sobre a insistência nos mantos – um aspecto excepcional – nas diversas fontes. Os registros sobre a presença feminina oscilam entre a ausência e o destaque de algo excêntrico. Num extremo, a invisibilização da população feminina enquanto sujeito da história; noutro, a repetição de uma “história única”³⁹ que reduz uma pluralidade de experiências a uma representação – da mulher recolhida no espaço doméstico ou coberta por mantos nos espaços públicos.

Em relatos escritos em 1822 e 1839, respectivamente, dois dos viajantes mais mobilizados em nossa historiografia – o naturalista Auguste de Saint-Hilaire⁴⁰ e o pastor Daniel Kidder⁴¹ – descreveram mulheres paulistas numa missa:

Em São Paulo as negras e mulatas e em geral as mulheres do povo aparecem nas igrejas com a cabeça e o corpo envoltos em pano preto⁴². As mulheres de classe mais elevada põem à cabeça e ombros uma mantilha de casimira preta com que escondem quase inteiramente o rosto, mantilha esta debruada de larga renda da mesma cor. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 174).

Quase todas as senhoras traziam graciosas mantilhas escuras que serviam ao mesmo tempo de chapéu e de xale. Os nossos amigos parisienses ficaram particularmente impressionados com esse detalhe, e, maior foi o seu espanto ao descobrir sob as mantilhas rostos de côr [...] numa reunião promíscua. (KIDDER, 1940 [1845], p. 199, grifos nossos).

³⁹ Expressão utilizada pela escritora nigeriana contemporânea Chimamanda Ngozi Adichie na palestra “O perigo da história única” (<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>). A palestra, realizada em 2009, foi promovida pela TED (Technology, Entertainment and Design), uma organização não-governamental (ONG). Chimamanda Adichie é uma das principais escritoras nigerianas da atualidade. Suas obras dão destaques a experiências femininas e a autora tem se posicionado pela defesa da igualdade de gênero.

⁴⁰ Augustin César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853), botânico, naturalista e viajante francês. De origem nobre, foi enviado para Hamburgo, na Alemanha, por ocasião da Revolução Francesa (1789). Em 1816 chega ao Brasil, integrando a missão extraordinária francesa, comandada pelo duque de Luxemburgo, cujo objetivo era restabelecer as relações entre Portugal e França. Financiado pelo governo francês, como viajante naturalista sua função era coletar e analisar diferentes espécies de plantas, além do envio de amostras ao Museu de História Natural, em Paris. Entre os anos de 1816 e 1822, percorreu uma extensa área do território brasileiro, onde hoje se situam os estados de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, tendo chegado à Província Cisplatina, hoje o Uruguai. Morreu em Orleans, na França, em 1853. (VAINFAS, 2002, pp. 61-62).

⁴¹ Daniel Parish Kidder (1815-1891) foi um pastor metodista estadunidense que veio para o Brasil em 1837, acompanhado pela esposa Cynthia H. Hessel, e percorreu as províncias brasileiras com o intuito de distribuir as escrituras (KIDDER, 1940, p. 15).

⁴² Outro hábito que permanece é o uso de vestimentas de cor preta como representação do luto por mulheres viúvas. De acordo com Juliana Schmitt (2017, p. 7) “a fase do luto fechado pressupunha grande austeridade no comportamento, que se refletia nos usos indumentários. O preto era a cor por excelência”.

Atualmente, ainda há mulheres com o hábito de cobrir a cabeça nos rituais católicos. A “promiscuidade” a que se refere Kidder alude à reunião de mulheres de diferentes cores numa mesma igreja. Nos dicionários da época, “promíscuo” é definido como “confuso”, “sem distinção” e o exemplo usado é o do “casamento promíscuo entre nobres e plebeus” (MORAES SILVA, 1813). Mulheres remediadas, pobres, ricas, brancas, negras e indígenas (talvez?) se valeram dos rebuços. Saint-Hilaire distinguiu os modos de cobrir a cabeça das mulheres das diferentes classes sociais. As “negras e mulatas e [...] as mulheres do povo” usavam “pano preto” para envolver a cabeça e o corpo, enquanto as “mulheres de classe mais elevada” valiam-se de matilhas de “casimira” preta com “rendas” da mesma cor, ou seja, a relativa indistinção que os mantos proporcionavam eram perpassadas por sutis (às vezes nem tanto) elementos que possibilitavam a distinção⁴³. Para as negras e mestiças, o traje podia ser um recurso tático que permitia o deslocamento e acesso a espaços públicos diversos – locais em que, possivelmente, haveria interdições se tentassem ingressar descobertas.

Entretanto, esta precária indistinção era atravessada por experiências bem diferentes e hierarquizadas, vividas por diversos grupos de mulheres, como bem sintetizou Leila Algranti (1993, p. 109), definindo o Brasil oitocentista como uma:

[...] sociedade onde brancas e negras, livres e escravas, desempenhavam papéis distintos e usufruíam de condições e status que não eram de forma alguma, equivalentes. Fato este explicável pela permeabilidade da escravidão entre as relações sociais desta sociedade onde os direitos, privilégios e status foram definidos, principalmente, com base na condição legal dos indivíduos (livres ou escravos).

Nesta sociedade de relações acentuadamente desiguais, a população feminina vivenciou diferentes experiências e teve acesso ao mundo do trabalho por diversas vias, como veremos adiante. Introduzindo um olhar social às interpretações sobre o costume, a historiadora Maria Odila L. S. Dias pontua que:

Em suas memórias da cidade de São Paulo, Vieira Bueno refere-se à existência de uma camada da população da cidade furtiva e sorrateira: a da “pobreza recolhida”, que saía à rua as noites, “formosas sem dote”, mulheres brancas empobrecidas, solteiras e solteironas, disfarçavam a sua pobreza, sob mantos de baeta negra, herdados de tempos melhores. À margem do aburguesamento das novas elites do café, viviam como setores excedentes de mulheres brancas empobrecidas, rejeitadas pela sociedade que lhes deu berço (DIAS, 1984, p. 62).

Atenta às questões de classe, Maria Odila Dias interpreta o rebuço como uma forma de disfarçar a pobreza. Para ela, o andar embuçado permitia a realização discreta de tarefas

⁴³ Numa passagem do romance inacabado “O homem sem qualidades”, Robert Musil narra a seguinte cena: “As duas pessoas que subiam uma rua larga e movimentada não tinham naturalmente essa impressão. Via-se que eram de uma camada privilegiada da sociedade, elegantes no vestir, na postura, no modo de conversar; as iniciais de seus nomes estavam caprichosamente bordadas em sua roupa branca; da mesma forma, sem exibição, mas na fina roupa de baixo de sua consciência, sabiam quem eram, e que seu lugar era ali [...]” (MUSIL, 1989, p. 7).

ordinárias no espaço público, tarefas que eram realizadas por escravizados⁴⁴ nos casos daqueles que os possuíam. Paulo C. G. Marins (1999) retoma a interpretação, estabelecendo relação entre a permanência do uso dos rebuços e das rótulas na sociedade paulistana. O autor, que estuda a sociedade e a arquitetura brasileira entre os séculos XVII e XX, problematiza um elemento arquitetônico denominado “rótulas” – que eram janelas de treliças de madeira que permitiam a quem estivesse dentro ver parcialmente o que estava no exterior, dificultando o contrário, e, geralmente, abriam-se verticalmente inclinadas para fora ou lateralmente. A imagem abaixo, uma caricatura de autoria de Angelo Agostini⁴⁵, permite visualizar o que é uma rótula:

Figura 9: Charge de Angelo Agostini, O Diabo Coxo, São Paulo, 1864.

Legenda da charge: "... Ai! Minha cara!
... Atrevido! eu não sou sua chara!
... Por certo que se o fora não abria assim as suas rótulas."

Fonte: MARINS, 1999, Anexos Capítulo 3, s/p.

⁴⁴ Na obra "São Paulo antigo", o cronista Antonio Egydio Martins (2003, p. 26-27), conta que foi construído um chafariz no Largo da Misericórdia em 1793 e que uma "antiga família paulista [...] bastante contrariada por haver sido construído no referido largo aquele chafariz, após a inauguração deste mudou-se dali para a Rua Tabatinguera, dando como principal motivo da sua mudança o fato de não poder suportar as cenas desagradáveis que era de costume darem-se no lugar do aludido chafariz entre os carregadores de água, os quais, na sua maioria, eram escravos".

⁴⁵ Angelo Agostini (Vercelli, Itália 1843 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1910). Caricaturista, ilustrador, desenhista, crítico, pintor, gravador. Ainda criança muda-se para Paris, onde conclui seus estudos de desenho em 1858. Reside em São Paulo a partir de 1860, e quatro anos depois funda, com Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) e Sizenando Barreto Nabuco de Araújo (1842-1892), o semanário liberal *Diabo Coxo*. Em 1866, cria, com Américo de Campos e Antônio Manuel Reis, o jornal *O Cabrião*, periódico semanal, no qual publica sátiras sobre a Guerra do Paraguai. Muda-se para o Rio de Janeiro e passa a colaborar no periódico *O Arlequim*, em 1867, e na revista *Vida Fluminense*, em 1868, que publica pela primeira vez a história infantil de sua autoria *Nhô Quim ou Impressões de uma Viagem à Corte*. Entre 1869 e 1875, trabalha como colaborador na revista *O Mosquito*. Em 1876, funda a *Revista Ilustrada*. Agostini falece em 1910, é o maior e mais influente cartunista do Segundo Império (1840-1899), com grande ascendência sobre outros desenhistas. ANGELO Agostini. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa203/angelo-agostini>>. Acesso em: 01 de Nov. 2017. Verbete da Enciclopédia.

Agostini satiriza os riscos que as rótulas representavam para os transeuntes. Na imagem, uma mulher que se encontra no interior de uma casa abre desavisadamente sua janela e quase a acerta na cabeça de um homem que passa pela calçada – não é por acaso que a mulher está dentro da casa e o homem, na rua. Eles representam os padrões sociais de gênero e travam um diálogo desencontrado no qual o trocadilho com os diferentes sentidos da palavra “cara” (face ou querida) conferem comicidade à cena. Além disso, há uma questão moral, quando o transeunte responde que se ela fosse sua cara (sua igual) “não abriria assim as suas rótulas”, pois ficaria preservada no interior do lar. As rótulas foram objeto de normatização e proibições por avançarem para os espaços públicos das calçadas e causarem risco de acidentes.

Gilberto Freyre asseverou, em *Sobrados e Mocambos*, que a arquitetura colonial se desenvolveu fazendo da rua uma serva da casa, à medida em que portas e janelas se abriam diretamente e detritos eram nelas despejados. Assim, para o autor, “as posturas dos começos do século XIX são quase todas no sentido de limitar os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua” (FREYRE, 1985, p. 18). O lugar público é compreendido, nesta interpretação, com um significado oposto ao do uso particular.

Já para Marins, o exame do papel da rótula permite questionar a dicotomia entre *casa e rua* no Oitocentos escravista, presente na historiografia, e perceber, não uma oposição, mas uma continuidade entre tais espaços. A própria advertência do personagem de Agostini, sobre a importância da mulher se manter preservada não abrindo a rótula, é um sinal disso. Esta relação – de permeabilidade e fronteira – entre o que era privado e o que era público que se apreende nas rótulas, também se manifestava nas vestimentas. Para o autor:

A constante reedição das restrições ao andar embaçado durante todo o século XVIII, e sua retomada em 1810, é já demonstrativo dos limites existentes à interferência do poder público diante dos costumes sociais. A própria circulação dos padrões comportamentais – e indumentários – importados mais facilmente dos países europeus após a abertura dos portos em 1808, não foi capaz de seduzir as populações paulistas. As modas europeias eram acessíveis apenas às elites, seja por seu alto preço, seja por solicitarem a exposição desimpedida de rostos e identidades. De qualquer forma, os viajantes iconográficos documentaram o vestir àquela altura já considerado “bárbaro”, “inculto”, vinte anos depois das normas régias de 1810 (MARINS, 1999, p. 163, grifos nossos).

A interpretação do autor é de que a indumentária dos mantos e baetas explicita os “limites existentes à interferência do poder público diante dos costumes sociais”, costume que parece ter tido duração mais prolongada na Província de São Paulo. Na Corte, a incorporação de modos e modas europeizados teria acontecido anteriormente – mudanças intensificadas com a transferência da família real. A relação entre *baetas* e *rótulas* se daria nesta chave de

compreender as formas e os dispositivos de articulação entre público e privado. Tal relação foi, repetidamente, estabelecida na literatura memorialista e de ficção, antes de ser objeto da historiografia mais recente. Luiz Edmundo⁴⁶, memorialista carioca, caracterizou as rótulas, criticando aquilo que denominou como “monstruosidade”:

São armações pesadas, severas, lúgubres, espessas. Poucas se mostram numa feição discreta ou leve, evocando os mucharabiehs árabes ou os balcões românticos de Florença. A massa que avança, mostrando travejamentos agressivos, em geral, é quase sempre informe, esparramada, sem sombra sequer de graça e do menor pitoresco. E tudo muito bem fechadinho, muito bem tapadinho (EDMUNDO, 2000, p. 57) .

À caracterização pejorativa e ao acentuado aspecto prisional das rótulas, Edmundo Luiz incluiu a imagem de uma mulher observando pela janela e uma poesia que, mais uma vez, articula mulheres, janelas gradeadas e mantos:

*Figura 10: No cárcere da casa colonial,
Washt Rodrigues, 1936.*

Mulher que viva fechada!

Sem grade ou mantéu que a escude,

Era uma vez a virtude...

(EDMUNDO, 2000, p. 285).

Fonte: EDMUNDO, 2000, p. 284.

O relato, a imagem⁴⁷ e a trova remetem às rótulas, aos mantos e ao recato das mulheres na cidade do “Rio de Janeiro no tempo dos vice-Reis”. Os três registros reforçam a “iconosfera”

⁴⁶ Foi “poeta, cronista, jornalista e escritor teatral na sua juventude, a partir da década de 1930, Luiz Edmundo Melo Pereira da Costa (1878-1961) dedicou-se a escrever crônicas sobre a sua cidade natal: o Rio de Janeiro, capital da colônia portuguesa da América, do Império do Brasil e da República Federativa do Brasil. Esses três momentos da cidade estão contemplados em três coletâneas de crônicas reunidas em livro: O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis (1932), A Corte de D. João no Rio de Janeiro (1942) e O Rio de Janeiro do meu tempo (1938). Por essa atividade, Edmundo é hoje conhecido como um dos principais cronistas da história da cidade” (BARRA, 2015, p. 168).

⁴⁷ Imagem de José Wasth Rodrigues que nasceu em São Paulo em 19 de março de 1891 e morreu no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1957. Era pintor, desenhista, ilustrador, ceramista, professor e historiador brasileiro (WASTH Rodrigues. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1867/wasth-rodrigues>>. Acesso em: 5 de Out. 2017. Verbete da Enciclopédia)

da clausura associada à honra feminina. Além da questão do recato, tanto os véus, quanto as treliças (nos mucharabis) quanto as alcovas são heranças portuguesa e moura. Paulo C. G. Marins assinala a “longínqua origem mourisca” dos pesados mantos (MARINS, 1999, p. 158).

Luis Otávio Silva observa que:

o enclausuramento das mulheres no interior da residência, no caso brasileiro, teria raízes que remontam às práticas muçulmanas, através da tradição portuguesa. Na arquitetura domiciliar hispânica, a existência dos pátios internos é indubitavelmente uma influência moura. Na arquitetura colonial brasileira, essa influência pode ser reconhecida nos muxarabis e rótulas (SILVA, 2004, p. 69).

Outra leitura é apresentada por Leila Mezan Algranti (2007, pp. 97-98), ela destaca que as rótulas permitiam o arejamento do ambiente e que é preciso “levar em conta a praticidade [...] numa época em que o vidro era não só caro como também quase inexistente”. A autora relaciona o banimento do elemento mais com as mudanças nas noções de bom gosto e decoração do que com a privacidade. Na mesma perspectiva, as “alcovas [...] seriam soluções possíveis, levando-se em consideração o colamento lateral das construções” (ALGRANTI, 2007, p.98).

As fontes referentes ao Rio de Janeiro foram incorporadas a esta reflexão, sobre São Paulo no XIX, para ressaltar a presença do costume em outras regiões, não na sincronia, mas num momento anterior. Para o caso paulista, os escritos do Visconde de Taunay, na segunda metade do XIX, apontam que:

A physionomia da população ainda é muito singular e a da cidade [São Paulo] agrada pela estranheza. As mantilhas de baeta preta, ocultando rostos, pullulam por todos os lados, e as rótulas têm resistido às proibições municipais. Atrás dessas janelinhas divisam-se sempre vultos e o bisbilhotismo deve ter importância suprema (TAUNAY, 1921, p. 91).

Singularidade e estranheza marcaram as impressões de Alfredo Taunay, um brasileiro, cujos pais eram franceses⁴⁸, que viveu e foi educado no Rio de Janeiro. Os elementos que simbolizam o estranhamento são justamente as mantilhas e rótulas. Em suas *Memórias*, escritas entre 1890 e 1899, Taunay observa que na São Paulo de 1865 “mal apareciam pelas ruas raras mulheres, estas mesmas embrulhadas nos clássicos e desgraciosos mantos ou metidas em

⁴⁸ Seu pai, Félix Émile Taunay, 2º barão de Taunay, era pintor, professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes, e seu avô paterno, 1º barão de Taunay, foi o também conceituado pintor Nicolas-Antoine Taunay, membro da Missão Artística Francesa [de 1816](#), liderada por Joachim Lebreton (1760-1819), secretário recém-destituído do Institut de France, o pintor histórico Debret (1768-1848), o paisagista Nicolas Antoine Taunay (1755-1830) e seu irmão, o escultor Auguste-Marie Taunay (1768-1824), o arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850) e o gravador de medalhas Charles-Simon Pradier (1783-1847) com o objetivo de fundar a primeira Academia de Arte no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural, 2017).

capotões de forma antiquada e ridícula⁴⁹, que justificavam o apelido de ‘baratinhas’” (TAUNAY, s/d, p. 114).

Dias (1984) e Marins (1999) destacam a instabilidade econômica que afetava a sobrevivência da população na primeira metade do XIX. Para os autores, o cenário exigia improvisações cotidianas para a sobrevivência por meio de pequenos serviços e comércios. Os mantos permitiam “disfarçar a pobreza” (DIAS, 1984, p. 62) e mostrar-se em público com “dignidade e distinção” com vestes que denotassem a “condição senhorial” ou permitissem o “anonimato empobrecido” (MARINS, 1999, p. 169). Na interpretação destes autores, a “decadência do poder aquisitivo” era o principal motivador da permanência do uso dos rebuços por possibilitarem que as mulheres se esquivassem dos olhares que “identificassem a dissolução de sua condição senhorial” (MARINS, 1999, p. 221) ou a sua pobreza.

Por isso a nossa insistência em elementos da cultura material – sobretudo na indumentária feminina – e em seus registros visuais. Além da relação direta de se tratar de vestimentas usadas pelas mulheres paulistas do período histórico recortado, provavelmente pelas professoras e alunas das aulas de primeiras letras quando se expunham no espaço público da cidade; tais roupas são significativas dos modos como a população paulistana – sobretudo feminina – era representada nas relações entre o privado e o público. As experiências femininas se davam entre fechamentos e aberturas, buscando ver mas filtrando parcialmente o que se queria expor.

As aulas de primeiras letras, no 2º e 3º quartéis do século XIX, aconteciam nos espaços das casas das professoras (no caso dos professores também), espaços privados que eram abertos às alunas que se deslocavam na cidade, expunham-se aos olhares para acessar o mundo da leitura e da escrita, conhecimentos que abriam novas possibilidades. Eram formas diversas dos sujeitos abrirem-se e fecharem-se para a sociedade, de resistirem ou buscarem mudanças – como era o caso da novidade que a escolarização representava. Especialmente para a população feminina que, além do movimento de apropriação da cultura escrita – no interior de uma sociedade marcadamente oralizada – forjava novas formas de ocupação dos espaços públicos e do mundo do trabalho. Mantos e baetas são metáforas das *frestas* entre sujeitos e sociedade na São Paulo oitocentista nas suas diferentes classes sociais. Para além da “história única” de encobrir-se sob mantos (alcovas ou atrás de rótulas), as mulheres paulistas povoaram ruas, praças e casas em diferentes ocupações. Em 1828, o magistério público foi inaugurado enquanto

⁴⁹ Impossível não se lembrar da “deselegância discreta” das “meninas” paulistanas na clássica canção “Sampa, de Caetano Veloso, em homenagem irônica a São Paulo.

possibilidade de trabalho para as mulheres paulistas com a professora Benedita da Trindade do Lado de Cristo ocupando a cadeira de primeiras letras. A aula pública possibilitou uma nova forma de acesso à cultura escrita para as meninas paulistanas, para além das escolas particulares, a aprendizagem doméstica e o autodidatismo. No mundo do trabalho, outras mulheres já trabalhavam como lavadeiras, roceiras, quitandeiras, quituteiras e costureiras, entre outros. Buscando inserir alunas e professoras das aulas de primeiras letras no cenário mais amplo da cidade e da população feminina (sobretudo trabalhadora), narramos algumas experiências de mulheres no mundo do trabalho em São Paulo.

1.1 O multifacetado e heterogêneo universo das mulheres trabalhadoras pobres

A memória social de suas vidas [das mulheres paulistas pobres no século XIX] vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do *corpus* central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito.

Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), *Quotidiano e Poder*, p. 7.

Ao investigar sobre os “papéis históricos de mulheres das classes oprimidas, livres, escravas e forras, no processo de urbanização incipiente da cidade de São Paulo, entre fins do século XVIII e as vésperas da abolição”, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias busca afastar-se das prescrições normativas, dos estereótipos e mitos recorrentes em generalizações a-históricas e incorpora as “tensões sociais” e “formas peculiares de resistência e luta” (DIAS, 1984, p. 8). As experiências históricas dos sujeitos são compreendidas enquanto “mediações sociais” e improvisações tramadas nas relações cotidianas pela sobrevivência nas redes de poder. Ao realizar este movimento, a historiadora investiga sobre as “mulheres pobres, sós ou chefes de famílias” e suas agências no mundo do trabalho e questiona como elas buscavam a sobrevivência e a de seus dependentes. Para Dias (1984, p. 9):

A urbanização de São Paulo não envolveu, de imediato, a ascensão social de uma burguesia europeizada, nem a formação de uma classe de assalariados livres. Entretanto, a multiplicação de mulheres pobres, escravas e forras, sobrevivendo do artesanato caseiro e do pequeno comércio ambulante, faz parte da consolidação da economia escravista de exportação e do processo, concomitante, de concentração das propriedades e da renda.

Assim, o grupo das “mulheres sós” não representava uma anormalidade na economia paulista de então, ao contrário, esta camada significativa da população fazia parte da própria dinâmica econômica excludente e concentradora de riquezas. Maria Odila Dias assevera, por meio de pesquisa nos maços populacionais de 1804 e 1836, que “mais de 80% [das mulheres

sós] declaravam viver do seu próprio trabalho e muitas, sem escravos, diziam não ter meios decentes de sobrevivência” (DIAS, 1984, p. 24). A partir dos dados dos maços populacionais de 1836, a autora construiu o seguinte quadro:

Quadro 1: Fogos chefiados por mulheres em 1836 na cidade de São Paulo.

Bairro	Mulheres chefes de fogos	Total de fogos no bairro	Porcentagens
Norte da Sé	147	340	43, 24%
Sul da Sé	173	570	30,35%
Ifigênia	135	442	30,54%
N. Sra do Ó	47	183	25,68%
Penha	81	208	38,94%
Total	583	1743	-

Fonte: DIAS, Maria Odila L.S., 1984, p. 21.

Maria Odila Dias (1984) cita trechos da obra “Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte às outras Províncias do Brasil” do bacharel Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira⁵⁰ que afirmou estar a cidade sobrecarregada de mulheres pobres. A partir de obras memorialísticas, relatos de viajantes, fontes administrativas e dos maços populacionais, ela faz referência a algumas personagens que compunham o diversificado grupo de mulheres pobres na cidade:

Anna Francisca, costureira, parda, mãe solteira, morava ao sul da Sé, com dois netinhos e suas filhas, também costureiras e mães solteiras (Joaquina Maria de 27 anos e Rosa Maria de 31); D. Maria Amália, solteira, branca de 30 anos, morava também ao sul da Sé e tinha cinco escravas costureiras trabalhando em sua casa. Num pequeno quarto de aluguel da Ladeira do Carmo, morava em 1853, Anna Benedita do Espírito Santo, costureira, parda, que foi presa na rua com um canivete na mão... Em Ifigênia, Junto ao Convento da Luz, seis fiandeiras pardas, todas jovens, residiam na mesma casa com filhos pequenos... (DIAS, 1984, p. 15).

Além das costureiras e fiandeiras Anna Francisca, Maria Amália, Anna Benedita do Espírito Santo e muitas outras que habitavam a capital paulista, havia uma família constituída apenas por mulheres que se dedicou à instrução e assistência de meninas órfãs como funcionárias do governo provincial. Trata-se das irmãs Maria Leocádia do Sacramento, diretora

⁵⁰ Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira (São Paulo, após 1750 - Rio de Janeiro, 11/03/1824). Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a magistratura na Ilha da Madeira. No Brasil foi Chanceler da Relação do Maranhão em sua instituição; Desembargador do Paço; Deputado da Mesa de Consciência e Ordens; Juiz Conservador da Nação Britânica em todo o distrito da Casa de Suplicação do Brasil; Primeiro Deputado da Junta da Administração da Fazenda, na Capitania do Maranhão; Deputado à Assembleia Constituinte; Comendador da Ordem de Cristo. Autor da *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte às outras Províncias do Brasil*. Essa obra foi apresentada a D. João VI, quando ainda Regente, em 1810, e publicada pelo autor em 1822.

do *Seminário de Educandas* e Benedita da Trindade do Lado de Cristo, professora da aula pública feminina de primeiras letras da Sé – ambas eram filhas de Anna Buenno e de pai incógnito. Não localizamos a moradia dos membros da família, mas a primeira aula pública aberta às meninas localizava-se no mesmo bairro da Sé, da ainda pequena área urbana de São Paulo, região onde viviam muitas mulheres sós ou chefes de família, como as costureiras e fiandeiras do excerto acima. Havia mães solteiras, mulheres celibatárias sem filhos que mobilizavam as alternativas possíveis no cenário e de acordo com seus repertórios, como a professora da Sé e sua irmã.

Samara (1989, p.27-28) destaca que, em São Paulo, “as famílias numerosas, compostas de casais com muito filhos e vários membros, da forma como é descrita na literatura, não foi o tipo predominante” (a propagada família patriarcal). O processo de urbanização era incipiente e marcado pela coexistência de livres e escravizados. Eram comuns as “uniões de uso costumeiro” e a recorrência de domicílios chefiados por mulheres (solteiras, viúvas ou de marido ausente). Segundo a autora, as mulheres, “em 1836, praticamente representavam 1/3 dos domicílios, mais precisamente 36,8 por cento dos fogos registrados no censo” (SAMARA, 1989, p. 10).

As possibilidades mobilizadas por estas mulheres eram, na interpretação de Maria Odila Dias (1984, p. 11), improvisadas às “margens” em trabalhos como o de quitadeiras, quituteiras, padeiras, vendedoras de tabuleiros, lavadeiras entre outros. Eram atividades remuneradas que se constituíam como desdobramento do trabalho doméstico para o espaço público da cidade.

A fim de dar continuidade à construção de uma imagem da população feminina trabalhadora que compunha a Cidade de São Paulo no XIX, nos próximos tópicos, alguns ofícios femininos são apresentados e problematizados a partir de fontes e da interlocução com a historiografia.

1.1.1 Trabalhos femininos majoritariamente realizados no espaço público

Maciel Henrique Carneiro da Silva (2004) – ao investigar a “história social das criadas e vendedoras de rua a partir do seu cotidiano e das representações que foram construídas sobre e por elas mesmas, ao longo das décadas de 1840, 1850 e 1860” em Recife-PE – opera com a classificação dos trabalhos femininos realizados “portas a dentro” e “portas a fora”. A classificação, proposta por Sandra Graham (1992, p. 51), diferencia os serviços domésticos em

ofícios realizados dentro das casas, como cozinheiras, amas de leite, mucamas e costureiras; daqueles ofícios das trabalhadoras que saíam às ruas, como as lavadeiras, quitandeiras, roceiras e carregadoras d'água. Silva (2004) destaca que a classificação não pode ser utilizada rigidamente, visto que não eram incomuns os casos de “exercício de múltiplos ofícios por uma mesma mulher”. Além disso, há os casos dos ofícios que eram majoritariamente exercidos num dos espaços, mas que, também se davam no outro. Considerando tais limitações e observando que o ofício de quituteira, por exemplo, é realizado parcialmente dentro de casa (na preparação dos produtos) e fora dela (na venda) e que as parteiras trabalham “porta a dentro”, mas não de suas próprias habitações; optamos por distinguir os ofícios majoritariamente realizados no espaço público daqueles que eram realizados principalmente no espaço privado (mesmo que não fosse na moradia das trabalhadoras). Apresentaremos, primeiramente, aqueles realizados no espaço público. São eles os de lavadeiras, quitandeiras, quituteiras, tropeiras e roceiras.

1.1.1.1 Lavadeiras

Observando as pinturas e aquarelas que retrataram a cidade de São Paulo no século XIX, percebe-se que a região da várzea do Carmo foi um local singularizado. [...] As mulheres eram, em geral, retratadas com um cesto de roupa na cabeça, ou com um tabuleiro. Quase não aparecem escravos. São Paulo surge como a cidade das várzeas, das lavadeiras e dos tropeiros. (OLIVEIRA, 2003, p. 37).

O século XIX era um período em que se observava uma “rígida divisão de esferas de atividades de um sexo e outro” (DIAS, 1984, p. 23). O trabalho doméstico tinha (e continua tendo) gênero e cor num país escravista. Cozinhar, lavar roupas, cuidar da casa e dos filhos constituíam tarefas marcadamente femininas e delegadas, sempre que possível, às escravizadas ao longo do Oitocentos (com permanências nos séculos seguintes⁵¹). Eram recorrentes os anúncios oferecendo para venda mulheres negras escravizadas hábeis no trabalho doméstico:

Figura 11: *O Farol Paulistano*, 27/04/1830, p. 260.

Fonte: Hemeroteca Digital da Bib. Nacional.

Figura 12: *O Farol Paulistano* 31/10/1874, p. 1174.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

⁵¹ Uma vasta produção contempla a temática. Na historiografia social, ver TELES, Lorena. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014. O audiovisual brasileiro também vem contribuindo para a reflexão sobre o assunto. Ver: *Doméstica*, Gabriel Mascaro, 2012; *Casa grande*, Felipe Barbosa, 2014; *Que horas ela volta?* Anna Muylaert, 2015.

São anúncios de mulheres escravizadas à venda na lógica escravista do XIX, em que uma parcela dos seres humanos sofria a violência da escravização e objetificação por outros. Entre as habilidades, destacou-se o “saber lavar roupas” como mais uma habilidade doméstica. Nas ofertas de imóveis, constituía um atrativo o imóvel ter áreas próximas a rios para lavagem de roupas, tal como se segue:

Figura 13: *Correio Paulistano*, 26/01/1859, p.4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Os três anúncios relacionam-se com a lavagem de roupas em três diferentes momentos do XIX: a década de 1830, fim de 1850 e meados de 1870. Neste último anuncia-se uma chácara que, entre outros atributos, possuía “um bom lugar à margem do rio para lavagem de roupa”. Maria Izilda S. Matos destaca “a posição geográfica da capital paulista, cercada pelos rios Tietê, Tamanduateí, Anhangabaú e Pinheiros, [que] facilitava o trabalho das lavadeiras” (MATOS, 1995, p. 103). Nos lares em que havia cativas, o pesado trabalho doméstico ficava a seu cargo com a supervisão de senhoras, já nos casos dos que não as possuíam, incidiam sobre as mulheres livres da casa. Embora os trabalhos domésticos fossem realizados majoritariamente no espaço interno, parte deles acontecia em espaços públicos, como no caso de lavar roupas em rios. Algumas mulheres faziam este tipo de serviço “para fora”, ou seja, lavavam roupas alheias em troca de pagamento. Indícios sobre estas trabalhadoras trazem seus *ruídos* em diferentes locais do espaço urbano, como as lavadeiras nas:

[...] pontes do Lorena, no Piques, do Bexiga, próximo ao rancho do mesmo nome, do Acu e São Carlos, em Ifigênia. Na beira dos rios, com os filhos às costas, desmanchavam as trouxas, lavavam dentro d’água e às vezes estendiam as roupas para secar nas guardas das pontes. Estas eram pontos de encontro concorridos, onde se cobrava pedágio e se reuniam comerciantes e caixeiros para bater papo e olhar as lavadeiras. Em 1848, foi proibido estender roupas na guarda das pontes e enxaguar nos chafarizes públicos (DIAS, 1984, p. 16, grifos nossos).

Figura 14: Várzea do Rio Tamanduateí (1862). Foto de Militão de Azevedo de 1862

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura/ Dep. De Patrimônio Histórico/ Divisão de Iconografia e Museu

Figura 15: A antiga ponte do Carmo e lavadeiras trabalhando. Gravura do Álbum São Paulo Antigo e São Paulo Moderno, 1905

Fonte: BRUNO, Ernani Silva, 1953, p. 63

Era intensa a presença e o movimento dessas trabalhadoras na cidade. A gravura e a foto são registros visuais da permanência do costume de lavar roupas nos rios paulistanos avançando para a segunda metade do XIX. Na foto de Militão de Azevedo⁵², de 1862, vê-se, em segundo plano, tropeiros em seus cavalos. De acordo com Maria Izilda Matos (1995, p. 105), o canto era um “costume bastante difundido [e] ritmava o trabalho de lavar, esfregar, torcer e bater, que realizado em grupo possibilitava às mulheres trocar experiências do dia-a-dia”. O canto no trabalho remete à escravidão e ao trabalho vinculado à condição escrava⁵³.

⁵² Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) foi fotógrafo e ator. Nasceu no Rio e se transferiu para São Paulo em 1862. Na capital da Província de São Paulo, produziu imagens de casas, chácaras, edifícios públicos, ruas, tomadas panorâmicas e organizou álbuns com partes dessas vistas urbanas, entre 1862 e 1887. Além disso, em estúdios paulistanos, chegou a fotografar mais de 12 mil imagens de pessoas, comuns e notórias. O seu “Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)” é formado de 60 imagens de São Paulo: panorâmicas e tomadas parciais de ruas, largos e importantes prédios públicos. Destas vistas, 18 pares são comparativos e reproduzem, nos mesmos ângulos (ou quase), imagens de locais fotografados nesses dois anos distintos. O próprio fotógrafo classificou em “antigas” e “modernas” as diferentes vistas urbanas que compõem o conjunto. (MILITÃO Augusto de Azevedo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2001/militao-augusto-de-azevedo>>. Acesso em: 09 de Set. 2017. Verbetes da Enciclopédia.)

⁵³ Agradeço a Surya P. Barros pela indicação. Ver o capítulo “Os cantos de trabalho dos negros do campo e das cidades” (TINHORÃO, 2008) e o projeto *O canto dos escravos* (2012) disponível em <http://omenelick2ato.com/musica/canto-dos-escravos/>

Sabão, um pedacinho assim...

Olha a água, um pinguinho assim...

O tanque, um tanquinho assim...

A Roupas um tantão assim...

Para Lavar a roupa da minha Sinhá (bis)

Para Lavar a roupa da minha Sinhá (bis)

Quintal, um quintalzinho assim...

A corda, uma cordinha assim...

o Sol, um solzinho assim...

E a Roupas um tantão assim...

As fontes indiciam que as lavadeiras não só atuavam em vários pontos, como o seu trabalho alterava a paisagem, agradava ou incomodava a população e desencadeava mudanças na legislação, como aconteceu em 1848 com a proibição de se pendurar roupas nas guardas das pontes. Aliás, a delimitação entre público e privado vinha sendo objeto de conflito e negociação entre os sujeitos e o governo provincial, como já destacamos no caso dos mantos. Paulo César G. Marins (1999, p. 171) realça que desde as primeiras décadas do século:

Amadurecia-se um processo de interferência das autoridades públicas no âmbito do ordenamento da área urbana da cidade de São Paulo, iniciado de maneira claudicante já no último quartel dos setecentos. O cerceamento às treliças, bem como vários outros aspectos contidos nas posturas de 1820, evidencia o esforço da câmara em disciplinar os convívios urbanos, embasados num agir que buscava o “bem comum”; um princípio neutro a que se apegavam as autoridades instaladas na administração régia visando justificar suas atitudes em prol do que seria o benefício público – algo, aliás, que não necessariamente obstava os muitos interesses particulares infiltrados nos gabinetes oficiais, nem muito menos na Coroa.

Para Secar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Para Secar a roupa da minha Sinhá (bis)
 A sala, uma salinha assim...
 A mesa, uma mesinha assim...
 O ferro, um ferrinho assim...
 E a Roupa um tantão assim...
 Para Passar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Para Passar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Trabalho, um tantão assim...
 Cansaço é bastante sim...
 A Roupa um tantão assim..
 Dinheiro, um tiquinho assim..
 Para Lavar a roupa da minha Sinhá
 Para Secar a roupa da minha Sinhá
 Para Passar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Sabão, um pedacinho assim...
 Varal, um pedacinho assim...
 O tanque, um tanquinho assim...
 E a Roupa um tantão assim...
 Para Lavar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Para Lavar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Quintal, um quintalzinho assim...
 A corda, uma cordinha assim...
 o Sol, um solzinho assim...
 E a Roupa um tantão assim...
 Para Secar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Para Secar a roupa da minha Sinhá (bis)
 A sala, uma salinha assim...
 A mesa, uma mesinha assim...
 O ferro, um ferrinho assim...
 E a Roupa um tantão assim...
 Para Passar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Para Passar a roupa da minha Sinhá (bis)
 Trabalho, um tantão assim...
 Cansaço é bastante sim...
 A Roupa um tantão assim..
 Dinheiro, um tiquinho assim..
 Para Lavar a roupa da minha Sinhá
 Para Secar a roupa da minha Sinhá
 Para Passar a roupa da minha Sinhá (bis)

Tanto no que concerne aos limites entre os imóveis particulares e espaços públicos, quanto ao que se refere à apropriação que os sujeitos faziam dos espaços, observa-se um movimento de delimitação entre público e privado perpassado por contradições, visto que para aqueles homens públicos que ocupavam cargos de poder estas demarcações nem sempre eram tão claras e submetiam-se, não raras vezes, a interesses particulares. Entre a população que não podia atuar diretamente nas instâncias de poder, as contestações e conflitos sobre estes limites são indiciados por denúncias e multas decorrentes de fiscalização e requerimentos ao governo em resposta a cobranças ou desapropriações⁵⁴.

Muitas lavadeiras eram escravas de ganho que trabalhavam por jornadas por meio de “acordo verbal com os senhores [...] sem controle ou supervisão direta” (DIAS, 1984, p. 90). Dias assevera que “lavar roupas ou vender nas ruas eram formas de trabalho difíceis de controlar”. Maria Izilda Matos (1995, p. 106) destaca que “essas mulheres conheciam as técnicas e os segredos de sua ocupação, estratégias para branquear, engomar e passar a roupa, além de produzirem elas próprias o sabão e a goma”.

Na obra memorialística “História e Tradições da Cidade de São Paulo”, Ernani Silva Bruno relata que “As pontes centrais paulistanas foram quase todas, durante meados do século [XIX], pontos de aglomeração de gente que trabalhava [...] Mas as pontes eram também ponto de reunião de gente que apenas fazia horas”. Antônio Egydio Martins⁵⁵ (2003, p. 199) comenta que:

À tarde era costume distintos cavalheiros, acompanhados de quase todos os negociantes da Rua da Imperatriz [...] irem passear até a Ponte do Mercado, que até pouco tempo existiu sobre o Rio Tamanduateí [...] As lavadeiras, que costumavam ir lavar as roupas dos seus fregueses no Rio Tamanduateí, contrariavam-se bastante com a estada daqueles cavalheiros [...] sendo que algumas das mesmas lavadeiras, mais práticas no seu serviço, concluíam antes das 4 horas da tarde e iam apressadas para as suas casas, outras, menos práticas, atrasavam-se no serviço, de modo que tinham de esperar, ao anoitecer...

⁵⁴ Na década de 1820, houve uma série de desapropriações visando o rearranjo da circulação nas ruas centrais da cidade. Entre elas, houve em 1822, um caso de desapropriação planejada, mas não efetivada pela Câmara. Tratava-se de uma casa térrea das Irmãs Toledo Rendon, proprietárias economicamente poderosas na cidade, que responderam com indignação ao aviso nas seguintes palavras: “O direito de propriedade foi sempre mui sagrado e agora muito mais, e as suplicantes esperam que esse Excelentíssimo Governo lhes o mantenha, até por que se fazem credoras disso pelos sacrifícios que ella têm feito pelo Estado” (PIZA, Antonio de Toledo. Desapropriações de 1820. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 10, 1905, pp. 278-80).

⁵⁵ Antonio Egydio Martins era paulistano e completou os estudos primários. Tipógrafo por profissão, foi nomeado em 1892 escrivão do Arquivo do Estado de São Paulo, onde trabalhou por mais de 30 anos e muito auxiliou em sua organização. Fundou a Sociedade Tipográfica de Socorro Mútuo e era sócio do Instituto Histórico e Geográfico paulista. Escreveu pequenas crônicas sobre a história de São Paulo para o jornal “Diário Popular”, durante cinco anos, de onde retirou o material para estes dois volumes, que constituem uma fonte importante para se conhecer o cotidiano da cidade, seus costumes e hábitos. Existe uma reedição em São Paulo: Paz e Terra, 2003 (MARTINS, 2003, pp. 3-5).

Ernani Bruno acrescenta ao relato, a sua interpretação para a motivação da ida dos cavaleiros. Para o cronista, a “chegadinha” desses homens até a ponte se dava “quem sabe se por causa das pernas das lavadeiras que trabalhavam naquele ponto do Tamanduateí” (BRUNO, 1953, p. 621). Os dois memorialistas narram o mesmo evento, mas enquanto Martins busca dar alguma visibilidade à experiência das lavadeiras, que se incomodavam e apressavam o término da tarefa para evitarem a situação, Bruno realça as motivações dos homens que frequentavam o local.

Em 1860, o viajante suíço J.J. Tschudi visitou São Paulo como “ministro plenipotenciário da Confederação Helvética” no Brasil com a missão de estudar os problemas de imigração suíça no Império (TSCHUDI, 1980). Após ser recebido pelo Presidente de Província, foi à penitenciária, onde encontrou dois colonos suíços presos. O viajante reviu seus processos conseguindo libertá-los poucas semanas depois⁵⁶. Conversou com os dois que confirmaram o bom tratamento e informaram que “se dedicavam a trabalhos leves, no jardim e na horta, e tinham ainda a regalia de receber a visitas de suas esposas, que se tinham estabelecido na cidade, como lavadeiras (grifos nossos)”.

Por meio de diferentes fontes (iconografia, anúncios, relatos de viajantes e memorialistas), é possível identificar e esboçar a presença de lavadeiras negras, brancas, escravizadas, brasileiras e estrangeiras atuando na cidade:

Tentava-se de diferentes formas normatizar essa atividade, que gradativamente, mas não sem resistência, perderia o seu caráter público e externo, em particular o uso das margens dos rios e chafarizes, a prática de quilar em espaços públicos e de secar nas pontes dos rios e praças da cidade” (MATOS, 1995, p. 109).

Para Dias (1984, p. 175), “além da hierarquia da pobreza ditada pela cor, existia também a dos ofícios, entre os quais os de lavadeiras e vendedoras pareciam mais desprezados, como ocupações próprias de escravas”. A realização no espaço público parece contribuir para a configuração desta hierarquia.

1.1.1.2 Quitandeiras e quituteiras

⁵⁶ Os colonos suíços haviam sido condenados à prisão perpétua por altas dívidas com o fazendeiro da Fazenda Laranjal, em Campinas, mas a lei só permitia prisão de no máximo 2 anos (tempo que eles já tinham cumprido). Apesar da injustiça com seus compatriotas, Tschudi considerou a penitenciária “em alto grau pela sua organização prática e eficiente”. O viajante descreveu positivamente os trabalhos desempenhados pelos presos nas oficinas penitenciárias (como alfaiate, sapateiro, ferreiro, encanador), a comida “farta” e considerou que “o aspecto físico dos presos, cuja maioria era composta de gente de cor, era excelente” (TSCHUDI, 1980, p. 125, grifos nossos).

Assim como as lavadeiras disputaram a manutenção do uso costumeiro de lavar roupas nos rios e as pendurar nas guardas das pontes, outras mulheres entraram em conflito com as autoridades inserindo-se no comércio local de alimentos atendendo a demandas da população da cidade. Algumas vezes eram protegidas, em outras esquecidas e/ou toleradas⁵⁷. Eram, também, perseguidas, enfrentando atritos com as autoridades. Odilon Nogueira Matos⁵⁸ (1955, p. 99) destaca a função comercial da cidade, em especial, em dois pontos:

[...] rua da Quitanda e a rua das Casinhas (hoje rua do Tesouro). Seus nomes eram bastantes significativos, pois na primeira eram vendidos os legumes, as frutas e as mercadorias de consumo imediato, ao passo que, na segunda, alinhavam-se as ‘vendas’ em pequenas casas isoladas, fornecendo farinha toucinho, arroz, milho, carne seca, etc.

Trabalhando também “porta a fora”, as quitandeiras dedicavam-se ao comércio de gêneros alimentícios; ocupação econômica menos prestigiada em São Paulo, de acordo Maria Odila L. S. Dias (1984, p. 44) e enfrentavam conflitos e negociações com a Câmara em relação às licenças para venda, pagamento de taxas e impostos e sofriam, em alguns momentos, perseguições sendo expulsas para áreas periféricas. Já no início do século, um registro da Câmara municipal (1917)⁵⁹ determinava:

[...] não poderão vender as quitandeiras, nos taboleiros, pelo miúdo e aos vinténs, farinha, milho e feijão, por que tudo isto acima fito ficam reservados tão somente aos taverneiros, que pagam direitos de suas negociações.

Em um comércio local sobrecarregado de impostos, muitas senhoras viviam de suas “agências e quitandas”⁶⁰. Eram, em alguns momentos, acolhidas devido aos laços de reciprocidade, favores, vizinhança e proteção que perpassavam as relações e também por serem necessárias para o equilíbrio da economia local (DIAS, 1984).

Na década de 1820, o movimento de repressão ao comércio ambulante se intensificou. Em 1821, as posturas municipais exigiam licenças para a venda de gêneros próprios às

⁵⁷ Iniciamos o item apontando que tanto as lavadeiras quanto as quituteiras viveram experiências de conflito com as autoridades para realizarem o seu trabalho no XIX. Vale apontar que o trabalho como “quituteiras” permaneceu e é um trabalho informal realizado por mulheres de diferentes pertencimentos sociais, até os dias de hoje, e é uma estratégia muito acionada pelas classes populares; em contrapartida, o ofício de lavadeira quase desapareceu, pois a lavagem de roupas passou a ser realizada por máquinas em casa e em lavanderias.

⁵⁸ Odilon Nogueira Matos (Piratininga, 05/05/1916 - Campinas, 17/02/2008) foi um historiador, especialista em história regional e história da música. licenciou-se em Geografia e História pela Universidade de São Paulo (USP), realizando seu Doutorado em Ciências pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou sua carreira de professor universitário em 1942, tendo lecionado na Universidade de São Paulo (USP), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na Fundação Cásper Líbero, na Fundação Armando Álvares Penteado, na Faculdade de Filosofia de Taubaté (sendo um dos fundadores) na antiga Faculdade de Filosofia de Marília (hoje integrada na UNESP) e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Odilon_Nogueira_de_Matos&oldid=46460426>. Acesso em: 16 ago. 2016.

⁵⁹ 1803, v. XII, p. 614.

⁶⁰ O termo “agências”, neste item, refere-se à denominação presente nas próprias fontes, sobretudo nos maços populacionais (DIAS, 1984).

quitandas; entretanto, permitia-se a venda aos roceiros, o que atrapalhava a fiscalização pela dificuldade em se distinguir “roceiras e pobres que viviam de suas agências”. Após 1828, em decorrência de uma reorganização do poder municipal, a repressão se acentuou ainda mais e “as quitandeiras [...] passaram a declarar-se nos recenseamentos, de modo mais vago e furtivo, como vivendo ‘de seus negócios’ ou de ‘suas agências’”. Em 1829, foram fixados os valores das licenças por tabuleiro (de 6\$400) com multa (de 8\$000) para aqueles que não as providenciasse. Para a autora, estas trabalhadoras eram perseguidas como “bodes expiatórios [...] para acobertar operações clandestinas de maior vulto” (DIAS, 1984, p. 58). Contudo, a ação destas trabalhadoras foi registrada em diferentes fontes ao longo do Oitocentos como acompanhamos a seguir.

Os termos “quitanda e quitute” remetem à cultura africana e ambos têm origem em palavras do dialeto quimbundo⁶¹. “Kitanda” era o nome dos tabuleiros nos quais gêneros alimentícios eram expostos e vendidos nas ruas ou feiras (SENRA & SENRA, 2012). Quitute (em quimbundo *kitutu*) significa “pequena porção de comida antes da refeição, comida apetitosa, doce ou bolo” (AFROBRASIL, 2010). Ou seja, a presença de africanas nas atividades era tão intensa que termos quimbundos foram fixados pela linguagem e incorporados à língua oficial. Antonio Egydio Martins (2003, p. 198) – ao descrever as casas que foram demolidas para a construção do edifício da Câmara Municipal (na então Rua das Casinhas, atual Rua do Tesouro) – refere-se ao sobrado de sacada com rótulas (nº13), propriedade de João Augusto Garcia, em cujo pavimento térreo “era estabelecida, com quitanda,” *Nhá Maria Café*:

[...] a qual, todas as manhãs, para atender à numerosa freguesia, costumava fazer saborosas empadas de farinha de milho com piquira ou lambari e vendia cada uma a 20 réis, com uma tigelinha de café a 40 réis; à noite fazia o apreciado cuscuz de bagre e camarão de água doce, o qual, ainda bem quente, acabava-se em poucos minutos, sendo preciso a estimada e bondosa senhora fazer outros para contentar os seus fregueses, os quais, para não serem logrados, ficavam de prontidão, na própria quitanda, á espera da desejada ocasião para comprarem, por 40 réis, um grande pedaço do mesmo apreciado e bem feito cuscuz.

Nhá Maria Café é exemplo de uma mulher que tinha o seu negócio num endereço fixo; havia outras tantas que trabalhavam nas ruas como ambulantes. A descrição permeada por cheiros e sabores nos aproxima das pessoas, de seus desejos e da materialidade de suas vivências. A farinha de milho remete à cultura indígena e a piquira, o lambari, o bagre e o camarão de água doce são alimentos comuns numa área de rios e várzeas abundantes, como era

⁶¹ Ambas são palavras do idioma *Kimbundu* falado no noroeste de Angola, incluindo a Província de Luanda. É falado por mais de um milhão e meio de pessoas e faz parte da grande família de línguas africanas que, a partir do século passado XX, os europeus convencionaram chamar Bantu (bantu significa «pessoas», e é plural de muntu. Em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Kimbundu> e <http://afrobrasil7a.blogspot.com.br/search/label/Quitute>.

a São Paulo do Oitocentos⁶². O cuscuz de bagre e camarão de água doce é uma síntese destes elementos e se tornaria um dos típicos pratos paulistas – o cuscuz paulista – o que *Nhá Maria Café* preparava era bastante admirado pela clientela. A descrição acima possibilita uma rica imagem destas trabalhadoras; somada a registros visuais permite observar e problematizar como as mulheres quitandeiras e quituteiras foram representadas.

Trabalhamos com quatro imagens; a primeira é uma aquarela intitulada “Quitandeiras da Lapa” que retrata trabalhadoras do Rio de Janeiro entre 1819-20. Em seguida, outra aquarela, desta vez de uma cena na cidade de São Paulo – de Jean Baptiste Debret em 1827 – o foco é o Palácio do Governo e as pessoas da cidade compõem a cena, entre as quais duas mulheres, em primeiro plano, com tabuleiros nas cabeças – e algumas outras mais ao fundo. A terceira é uma gravura paulistana de 1854, de acordo com Ernani Bruno (1953), na qual quitandeiras de peixes expõem seus produtos. A última é um desenho – que compõe o livro do viajante estadunidense Daniel Kidder – no qual se vê um homem e duas mulheres com tabuleiros na planície do Ipiranga em 1855.

⁶² Nicolau Sevcenko, sobre a região onde se localiza a cidade de São Paulo, destaca que “o lugar não poderia ser mais propício. A ecologia da junção das amplas planícies do Tietê, do Pinheiros e do Tamanduateí era prodigiosa já que seus cursos, assinalados por uma sucessão contínua de intrincadas reentrâncias, provocavam o alagamento das várzeas nos períodos de cheia ou após as chuvas constantes, para onde extravasavam os cardumes, tornando fácil a coleta dos peixes encalhados nos lagos e capoeiras ao longo das margens. Dessa abundância inesgotável de peixes deriva o nome Piratininga. Fato que atraía grandes contingentes de animais, fosse pelas águas, pelas presas, pelas matas, relvas e frutos silvestres. Pássaros, patos, galináceos e perdizes, roedores, pacas, capivaras, antas, ariranhas e veados completavam a imagem de uma Terra da Promissão. Nas palavras do cronista Simão de Vasconcelos, os campos de Piratininga mereciam “o nome de Elísios, ou bem-afortunados, pois partiu com eles a natureza do melhor do mundo”. Afortunado como fosse o sítio para a caça e a coleta, ele não era nem um pouco para a agricultura sistemática e menos ainda para a fundação de uma cidade. As várzeas alagadiças eram insalubres, as chuvas, a umidade e os ventos frios uma ameaça à saúde, mas o maior entrave à ocupação era a topografia extremamente acidentada, toda marcada por declives profundos e faixas de terra descontínuas, tornando escassas as áreas disponíveis no topo habitável. A grande vantagem contudo e a razão precípua pela qual o sítio foi escolhido era o seu estratégico potencial defensivo” (SEVCENKO, 2004, pp. 315-16).

Figura 16: Henry Chamberlain (1796-1844), *Quitandeiras da Lapa (RJ)*. Aquarela, 1819-20.

Fonte: FERNANDES, 2016-2017. *Kits Didáticos Documentos Históricos no Ensino. Material impresso e Digital*. Disponível em <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/Kit%20Did%C3%A1tico%20Quitandeiras.pdf>

Figura 17: *Palácio do Governo de São Paulo*. DEBRET, Jean Baptiste. Aquarela, 1827.

Fonte: DEBRET, *Exposição comemorativa aos 150 anos de lançamento da primeira edição da "viagem pitoresca e histórica ao Brasil"* 1834-1984, 1984, p.25.

Figura 18: Quitandeiras de peixe estacionadas em frente à igreja do Carmo em 1854

Fonte: Gravura reproduzida do Álbum "São Paulo Antigo e São Paulo moderno" apud BRUNO, 1953

Figura 19: Negros e negras, com tabuleiros, nas planícies do Ipiranga, em 1855

Fonte: Desenho do livro "O Brasil e os Brasileiros", de Daniel P. Kidder e James C. Fletcher apud (BRUNO, 1953)

Os registros visuais são cenas de comércio ambulante com variedade de produtos e arranjos materiais. Embora a primeira imagem não seja de São Paulo, é uma imagem intitulada "Quitandeiras da Lapa", de uma província vizinha no mesmo período. Assim, é possível – com muita cautela e por meio do cruzamento com as demais imagens paulistas, outras fontes e análises historiográficas – aventarmos algumas relações e interpretações. Na primeira aquarela, há frutas, grãos, produtos cobertos – talvez ovos ou pães – e até garrafas que podiam conter mel, melado, aguardente, sucos e outros líquidos. As quitandeiras se valem de alguns objetos para expor seus produtos que são carregados ou expostos em cestos, balaies e tabuleiros sobre a cabeça; há uma tenda, sob a qual duas mulheres negras estão sentadas em banquinhos de madeira e os itens à venda estão arranjados em seu entorno. Na segunda imagem, a aquarela de Debret, interessa-nos realçar a presença de mulheres negras com tabuleiros na cabeça num espaço central da cidade de São Paulo (Palácio do Governo) ocupado majoritariamente por homens – muitos a pé, alguns poucos a cavalo e um grupo com armas, provavelmente militares. Na gravura seguinte, observamos um arranjo material mais rudimentar do comércio; as vendedoras de peixe estão sentadas no chão próximas de seus produtos expostos sobre tecidos ou outro tipo de suporte rasteiros sem tendas; não há muitas pessoas ao redor. Na última cena, duas mulheres e um homem carregam cestos e tabuleiros e estão em pé, aparentemente se deslocando por uma região mais rural – o Ipiranga – por onde passa um cavaleiro.

Maria Odila L. S. Dias afirma que as quitandeiras paulistas eram "intermediárias de pequenas transações" e vendiam gêneros como farinha, doces, quitandas caseiras, frutas, sucos, café, garapa, toucinho, cera, sal, fumo (1984, pp. 49-50). Tinham como clientes tropeiros, funcionários do comércio e de repartições públicas e, após 1828, estudantes da Faculdade de

Direito. A venda se realizava em tendas fixas ou por meio do deslocamento pela cidade com tabuleiros (*kitandas*) ou cestas sobre a cabeça. Outro elemento significativo das cenas é a presença negra. Clóvis Moura define:

Quitandeiras. Negras livres, mais abastadas, que se dedicavam ao comércio de legumes e frutas. Contavam com a ajuda de um negro livre, operário, para o pagamento do aluguel e das roupas, e com o restante de seu lucro abasteciam suas mercearias e adquiriam dois moleques que educavam no trabalho ou no comércio de rua. Na sua maioria, essas negras casavam-se com negros livres operários (MOURA, 2004, p. 342).

Em São Paulo, de acordo com Antonio Egydio Martins, “[...] as quitandeiras que em altas vozes apregoavam suas quitandas eram na sua maioria escravas de várias famílias que então viviam desse negócio” (MARTINS, 2003, p. 54, grifos nossos). Os relatos de memorialistas registram a atividade de quituteiras e quitandeiras negras na cidade. Ernani Bruno, ao descrever o comércio local na Cidade de São Paulo no XIX, diz que mesmo após a edificação de um mercado central no Carmo, em 1835, “os quitutes continuaram sendo em geral negociados em pequenos tabuleiros de madeira, por negras que estacionavam nas calçadas da igreja da Misericórdia” (BRUNO, 1953, p. 672). Antônio Egydio Martins refere-se a “pequenas casas que havia junto da igreja do Rosário, [onde] viviam casais de africanos livres ajudados por escravas crioulas [que] tinham casas de quitanda” (MARTINS, 2003, p. 83). Ou seja, havia a presença de mulheres e homens negros na atividade comercial, incluindo-se africanos e outros negros livres. Outras famílias e mulheres sós com algumas posses e escravos também se dedicavam a atividades do gênero para obtenção de rendas. Ernani Bruno relata que:

[...] dos mil serviços dos negros pelas ruas sabe-se que tiravam partido seus donos remediados ou endinheirados. Em 1830 por exemplo as muito conhecidas Meninas da Casa Verde, irmãs do Marechal José Arouche de Toledo Rendon – que tinham trinta e nove escravos, de alugueis de casas e de lavoura de sua chácara – “viviam de jornais de escravos, de alugueis de casas e da lavoura de sua chácara” (1953, p. 681).

Entre os “mil serviços realizados” pelos trabalhadores escravizados, os trabalhos domésticos ocupavam lugar de destaque. Além disso, havia continuidade entre o serviço doméstico e o comércio de quitandas e quitutes, como Dias (1984) bem destacou. Anúncios de venda e aluguel de escravos em periódicos paulistas, de 1830 e do fim da década de 1850, permitem confirmar a prática. Um anúncio d’*O Farol Paulistano* (02/11/1830, p. 1750) oferecia, para compra:

uma escrava de Nação Moçambique de boa estatura e da idade de 13 para 14 anos sem moléstia, e senão algum, boas perfeições(?), e sem vício algum, (e já remedeia para cozinhar, lavar roupa e vender quitanda) quem intentar na dicta compra procure falar com o dono que mora em o Pateo de S. Francisco em uma Caza de nº 12” (*O Farol Paulistano*, 02/11/1830, p. 1750).

Outro anúncio do *Correio Paulistano* (28/12/1858, p.4) oferecia, para aluguel, “uma escrava para serviço de casa [que] também serv[ia] para quitandeira. Nos dois anúncios, de venda e aluguel de escravas, ressaltava-se que “servia[m]” para o trabalho doméstico e o trabalho de quitandas. A exploração destas pessoas escravizadas permitia rendas aos proprietários e, em alguns casos, a divisão de trabalho entre proprietária/ locatária – que produzia e/ou providenciava os produtos – e as escravizadas, que trabalhavam na produção e/ou saíam às ruas para vender os produtos. Sublinhando a desigualdade na divisão de trabalho e concentração das rendas que, geralmente, ficava nas mãos das proprietárias. Maria Odila Dias (1984) interpreta as relações de convívio, trabalho e vizinhança entre escravizadas, livres e forras como tensas e marcadas “por necessidades de auxílio mútuo”. Nestas relações, as mulheres negras sofriam uma “inserção forçada, apesar de socialmente desqualificadas, como elos na cadeia dos seres de uma sociedade escravista, altamente hierarquizada” (DIAS, 1984, p. 48).

Estudantes de Direito também se valiam de “jornaes” de seus cativos para aumentarem a sua mesada. Francisco de Paula Ferreira de Resende⁶³ (1832-1893), na obra “Minhas Recordações” (REZENDE, 1987, p. 293), escreveu:

Durante o tempo em que me achei em S. Paulo, a mesada a mais geral dos estudantes costumava a ser de 40\$000. Algumas chegavam a 80\$000; outras desciam de 40\$000. Muito raras, porém, seriam aquelas que fossem menores de 30\$000. A minha, no entretanto, nunca deixou de ser de 25\$000. E só de certo tempo em diante quando me dispus a por ao ganho a uma escrava que tinha comigo e que de ordinário me dava um jornal de 400 réis, é que a mesma chegou ou pouco excedeu de uns trinta mil réis (grifos nossos).

Homens e mulheres escravizados trabalhavam como “escravos de ganho”, como no caso das lavadeiras, e povoavam as ruas da cidade trabalhando para os seus senhores nas mais variadas tarefas – inclusive vendendo nas ruas. Em 1857, um projeto de postura tentou organizar as vendedoras em barracas nos Largos do Carmo, Misericórdia, São Bento, São Francisco e São Gonçalo. Entretanto, o projeto não durou, já que em 1858, o fiscal reclamou que “não era possível fazer com que as quitandeiras utilizassem barracas”, visto que elas alegavam que não

⁶³ Francisco de Paula Ferreira de Rezende (Campanha, 18/02/1832 - RJ, 26/10/1893) foi um político brasileiro, ministro do Supremo Tribunal Federal e Vice-Governador de Minas Gerais. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1855). Foi promotor público de sua cidade natal, em 1856, e Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Queluz no mesmo ano. Fez parte da Assembleia Legislativa (MG), no biênio de 1864-1865. Exerceu a profissão de advogado e de fazendeiro no Município de Leopoldina. Colaborou em vários jornais, como o *Correio do Povo* e *Ordem*. O livro “Minhas recordações” foi publicado postumamente. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Francisco_de_Paula_Ferreira_de_Rezende&oldid=50093769>. Acesso em: 10 out. 2017.

sabiam armar e que “sendo cativas não era sempre que podiam comparecer aos largos com suas quitandas” (BRUNO, 1953, p. 678, grifos nossos).

Havia uma indefinição social, destacada por Dias (1984), da denominação “quitandeira” que podia ser usada para “senhoras brancas e negras forras, percorrendo toda a hierarquia social do pequeno comércio urbano”, como nos casos de 1836 citados pela autora:

Caterina Siqueira, ‘vive de suas quitandas’, solteira, branca, de 54 anos, morava com 3 escravos ao sul da Sé; Maria Benedita, ‘quitandeira’, solteira, negra, de 40 anos, morava ao sul da Sé com uma escrava; Joana Maria, ‘vive de suas quitandas’, viúva, parda, de 63 anos, morava com suas duas filhas moças e uma agregada, ao norte da Sé. (DIAS, 1984, p. 51)

A denominação parece ter sido utilizada tanto para as proprietárias que se valiam das quitandas, quanto para escravizadas (escravas de ganho) e mulheres livres que saíam às ruas para vender seus produtos. Sobre as “negras ganhadeiras”, Dias (1984) ressalta que o ofício de vendedoras ambulantes era o mais bem pago, apesar da falta de prestígio – em 1856, o deputado R. de Andrada menciona “esse serviço rasteiro de portas fora” (*Correio Paulistano*, 10/04/1856, p.1). A partir dos maços populacionais, a referida autora identifica que negras, brancas e pardas de idades variadas com ou sem escravos, filhos e agregados valeram-se das quitandas como uma atividade remunerada que possibilitava a sobrevivência. Estas mulheres estavam sujeitas a golpes, tal como o caso publicado no *Mercantil* em 1852:

Participa-me o meu correspondente da rua Vermelha, que é a pérola dos correspondentes, que há agora a invenção de comprar-se as coisas, sem o vendedor ver, nem receber o dinheiro. É o caso que uma quitandeira de hortalças, com quem se praticou o facto, conta que a operação consiste em chamar a vendelhoa, e depois de apartar os molhos de hortalça que se quer comprar, dizer á quitandeira – não serve! E na ocasião de pôr a negra o taboleiro á cabeça tirar-lhe a hortalça, o que constitue o novo modo de comprar. Livre-o Deus, compadre, de que este systema seja aplicado ao seu café (*Mercantil*, 28/04/1852, p.02).

O caso é relatado com humor e ares de curiosidade, embora se trate de uma apropriação indevida de propriedade alheia. A quitandeira era uma negra que carregava “o taboleiro à cabeça” e, assim, a denúncia do ocorrido provavelmente não teve consequências para o infrator, tratando-se de uma vítima mulher negra num país em que a escravidão era legal. Entretanto, nota-se o receio sarcástico do narrador de que semelhante prática acometessem os cafeicultores. Ernani Bruno (1953, p. 308) relatava que, no fim da década de 1820:

Não havia propriamente mercado para a venda de gêneros alimentícios, de hortalças e de frutas. Tudo era vendido pelas ruas, pelas pretas de tabuleiro ou pelos caipiras que vinham dos sítios com os seus cargueiros ou de mais longe, com tropilhas carregadas de mantimentos: de Cutia, de Juqueri, de Nazaré [...] A “quitanda” – escreveu Bueno – era uma espécie de mercado sedentário de muita originalidade, formado por uma aglomeração de pretas sentadas a um lado da rua, cada qual com o

seu tabuleiro vendendo variedade de doces, biscoitos, amendoim torrado, pinhão cozido, e outras gulodices apreciadas pela arraia miúda, que naquele tempo, com uma moeda de cinco réis, podia comer qualquer delas. Na estação em que as formigas saúvas fazem sair seus enxames, não faltava o içá torrado. [...] De noite era a quitanda iluminada com rolos de cera preta pregados nas guardas dos tabuleiros e os pregões de pinhão quente, amendoim torrado, cará cozido e muitos outros produziam alarido. Às vezes, na escuridão da noite, encontrava-se um vulto levando fogo em cima da cabeça: pelo pregão de pinhão quente via-se que era a preta quitandeira, que conduzia a sua panela de pinhão cozido sobre um fogareiro posto dentro de uma gamela. Algumas, no intervalo dos pregões, cantarolavam o “Mãe Benta, fiaí-me um bolo” etc. Entre as quitadeiras algumas havia que por sua alegria, tagarelice e inesgotável hilaridade se tornavam populares [...] (grifos nossos).

A cena mobiliza os sentidos. O paladar é aguçado pelos doces, guloseimas e outros quitutes apreciados pela arraia miúda (mas não somente, muito provavelmente). Os sons dos burburinhos, cantoria e dos alaridos dos fogareiros que cozinhavam os pinhões misturam-se com os aromas do carvão, alimentos e outros cheiros das gentes, animais e objetos (de couro, madeira...). O conjunto proporciona a imagem de um cenário diversificado e colorido que até mesmo à noite era iluminado com cera preta pregada às guardas dos tabuleiros ou proporcionava a curiosa visão de um vulto carregando fogo na cabeça. O movimento e diversidade em muito diferem da monotonia em que supostamente viviam as mulheres oitocentistas. Daniel Kidder referiu-se a vendedoras de garapa que carregavam os potes à cabeça cheia de caninha (KIDDER, 1940).

Quitadeiras, quituteiras e outras mulheres eram personagens que compunham o cotidiano e as relações econômicas estabelecidas – fazendo a mediação entre pequenos roceiros e a população urbana. Elas se engajaram no comércio local suprimindo demandas da alimentação urbana (DIAS, 1984) num cenário onde existiam desde os grandes comerciantes que acumulavam riquezas até os pequenos que burlavam (e/ou eram tolerados) o pagamento de taxas e impostos e atendiam às demandas de abastecimento de uma parcela da população da cidade (DIAS, 1984). Sua representação tem cor – “a preta quitandeira” era a imagem mais recorrente – e constitui uma personagem que foi incorporada ao folclore local. O comércio ligado à alimentação – às necessidades e desejos básicos da população – representou um trabalho importante para uma parcela das mulheres paulistas oitocentistas. A cidade foi assistindo a um processo de normatização e fiscalização por parte das instituições com repressão das situações não adequadas à legislação, este se inseria num movimento mais amplo de modernização e aburguesamento urbano – movimento que incluía a educação da população com a instrução pública. Embora tal processo tenha se mostrado inexorável, houve muitas permanências e resistências. Em tese intitulada “Alimentação de rua na cidade de São Paulo”,

João Luiz Máximo Silva (2008, p. 199-200) cita um requerimento enviado por Luiz Gama⁶⁴ à Câmara, em 1873, chamando a atenção para:

o fato de que as quitandeiras estavam proibidas de armar seus tabuleiros na rua das Casinhas [...] e pedia a designação de um lugar gratuito e único para todos e a permissão de continuarem a vender em passeio, alegando que era um costume antigo da população que fazias suas comprar naquele local.

O engajamento de Luiz Gama aponta para o aspecto racial que envolvia o trabalho das quitandeiras. A proibição nas Rua das Casinhas continuou, mas as trabalhadoras mantiveram o direito de circular pelas ruas com seus tabuleiros. Já avançando para o quartel final do XIX, período em que a cidade viveria um processo intenso de transformação urbana e encarecimento de aluguéis, estas mulheres acionaram os meios possíveis para permanecer e resistir.

Devido à característica predominantemente rural da Província paulista, era recorrente a atuação de mulheres em atividades ligadas ao campo. No próximo item, identificamos indícios dessas caipiras atuando na Capital.

1.1.1.3 Mulheres caipiras: tropeiras e roceiras

Além das quitandeiras, outras mulheres sobreviviam a partir da relação com gêneros alimentícios. Mulheres pobres, roceiras e tropeiras deslocavam-se até a região central da cidade a fim de realizar seus negócios⁶⁵. A cidade de São Paulo já havia superado há um bom tempo a condição de vila. Após a criação da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, em 11 de julho de 1711, São Paulo foi elevada à categoria de cidade. Contudo, os ares de vila se mantiveram ao longo do Oitocentos, avançando para as primeiras décadas do século XX. Daniel Kidder (1940, p. 181) refere-se às “mulheres do campo”, considerando que, como faltavam carruagens, “era de se esperar que as mulheres, a menos que se ativessem exclusivamente aos afazeres domésticos, fossem hábeis amazonas”. O viajante estadunidense relatou ter testemunhado “a

⁶⁴ Luiz Gonzaga Pinto da Gama (Salvador BA 1830 - São Paulo SP 1882). Poeta, jornalista e advogado. Filho de mãe negra e pai fidalgo de família portuguesa, aos 10 anos é vendido pelo pai, como escravo, para saldar dívidas, embora tenha nascido livre. É levado para Lorena, São Paulo. Aos 18 anos, após aprender a ler com um hóspede de seu dono, foge para São Paulo e entra para a Guarda Municipal, da qual é expulso em 1854, acusado de insubordinação. Em 1859, por ter boa letra, consegue trabalho como copista da Secretaria de Polícia, onde permanece até 1868, quando é demitido. Mesmo sem formação acadêmica, torna-se orador e conhecedor das leis assinadas em defesa dos negros, conseguindo a libertação de mais de 500 escravos até 1880. Poeta, publica em 1859 as *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, este o pseudônimo que adota. Jornalista, edita em 1864 um dos primeiros e mais importantes jornais ilustrados da época, o *Diabo Coxo*, em parceria com Sizenando Nabuco de Araújo (1842 - 1892) e o pintor e litógrafo italiano Ângelo Agostini (1833 - 1910). Também participa da criação dos jornais *Cabrião*, *Radical Paulistano*, *O Polichinelo*, entre outros. Morre em São Paulo, em 1882. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3015/luiz-gama>>. Acesso em: 02 de Nov. 2017. Verbete da Enciclopédia.

⁶⁵ Regiões periféricas da cidade eram marcadamente rurais até meados do século XX. Ver tese de Ariadne Lopes Ecar, intitulada Debates sobre ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943) (2017)

destreza das damas ao se servirem do estribo e das rédeas”, apesar de considerar que não era possível admirar “seu estilo de montar” devido à “falta de cilhão⁶⁶”. Finalizava destacando que “os chapéus masculinos pareciam acompanhar a moda, tanto para viagem como para passeio”. À descrição escrita, o autor acrescentou a seguinte imagem das “mulheres do campo”:

Figura 20: Imagem "Mulheres do campo"

Fonte: KIDDER, 1940, p. 181

A província era majoritariamente rural e, assim, faz-se importante considerar que as mulheres também se dedicaram à agricultura, criação de animais, extração de madeira e minerais e que comercializavam gêneros rurais na área urbana. De acordo com Maria Odila L. S. Dias (1984), estas atividades foram desempenhadas por mulheres devido, principalmente, à acentuada ausência de homens na província:

Muitas eram obrigadas por circunstâncias a improvisar papéis masculinos. Era o caso das mulheres tropeiras, que viviam pelas estradas a conduzir boiadas ou a vender e comerciar [...] Nos “livros de barreira”, que registraram o pagamento de impostos de circulação, nas principais estradas, aparecem aqui e ali, registros de mulheres tropeiras. Em abril de 1847, Joaquina Ferreira de Alvarenga passava pela passagem de Caraguatatuba, com 19 bestas, tendo de pagar 3\$800 réis; Beralda Iselgina Pereira, com 15 animais, pagou 7\$400; Quitéria Lopes Moreira com 18 bestas pagou a quantia de 3\$600...

[...] Nos arredores da cidade de São Paulo, algumas mulheres viviam de seus carros de boi, fazendo transportes, trazendo lenha ou pedras para o centro, outras negociando com madeira. Em 1825, a Câmara pagava a Maria Joaquina da Silva nove carradas de pedra a 640 réis cada uma (5\$700). Em 1830, na Penha, uma mulher pagava imposto sobre o seu carro de transporte. Em 17 de dezembro de 1830, cobravam-se multas de algumas mulheres, que não pagavam imposto sobre o transporte de carros de pedra para calçamento das ruas (DIAS, 1984, pp. 35-36).

⁶⁶ De acordo com o Dicionário de Moraes Silva, “cilha” era a “correia com que se aperta a sella, passando-a por baixo da barriga da besta” (MORAES SILVA, 1813, p. 396).

Na década de 1850, Ferreira Rezende (1987) relatou que passavam em frente a sua casa roceiras vendendo ovos. Em registros “ralos e fragmentados, nas entrelinhas dos documentos”, Dias (1984, p. 7) identificou a presença de mulheres do campo no comércio de produtos da roça, boiadas e outras tropas, lenha, pedras e madeiras. Estas mulheres comercializaram com o público em geral e com o governo municipal, pagavam impostos e, em outras situações, eram multadas por deixar de pagá-los. Embora fosse uma cidade imperial, capital de província, São Paulo estava inserida num contexto de cultura caipira e as atividades rurais eram predominantes na economia da região⁶⁷.

Passamos a seguir à caracterização de ofícios que se realizavam predominantemente no espaço doméstico, algumas vezes na própria morada da mulher trabalhadora, noutras em casas de terceiros.

1.1.2 Ofícios femininos majoritariamente realizados em espaços privados

Alguns ofícios femininos eram tradicionalmente exercidos no interior das casas. Um deles era realizado porta a dentro das casas das mulheres que solicitavam os serviços, era o caso das parteiras, que saíam de suas casas para atenderem as parturientes.

1.1.2.1 Parteiras

No mundo do trabalho da São Paulo oitocentista, o *métier* feminino de “parteira” era majoritariamente exercido por mulheres durante todo o século. A ação de “partejar” foi definida, nos dicionários da época, como “fazer officio de parteira, ajudar a mulher no acto de parir” (MORAES SILVA, 1813, p. 401) e “comadre” é “a parteira, familiarmente” (p.416). De acordo com Maria Lucia de Barros Mott (2002, p. 198):

Até o final do século XIX, os partos eram realizados quase que exclusivamente no domicílio da parturiente ou de pessoa de sua relação, assistidos na maioria das vezes por parteira leiga e raramente por parteira diplomada[...] Dar à luz fora de casa era uma situação anormal, considerada apavorante e procurada apenas em casos extremos, sobretudo por pessoas tidas como desclassificadas socialmente.

⁶⁷ Fernanda Moraes (2015, pp. 30-31) analisou as especificidades da escolarização de Cotia, “uma localidade caipira, geograficamente próxima à Capital paulista, mas distante do crescimento econômico que se assistia em outras regiões da Província” e, a partir das reflexões de Antonio Candido (2001) sobre a cultura caipira, percebeu que houve ampliação da escolarização mesmo durante um período de estagnação e, até mesmo, retrocesso econômico na localidade, quando o tropeirismo decaiu com o advento da ferrovia (MORAES, 2015). As aulas públicas femininas tiveram seu início, no seu quartel do século XIX, num contexto marcadamente rural, de relações construídas muito mais a partir da oralidade em que o rural sobrepunha-se ao urbano e a oralidade à cultura escrita, mesmo neste cenário uma parcela das mulheres paulistas mobilizou os saberes escolares em suas vidas e, ao longo do século, a urbanização foi se ampliando e a escolarização feminina também.

Na pesquisa na documentação, optamos pela busca do termo “parteira” nos periódicos paulistas e encontramos raríssimos registros de parteiras leigas, também denominadas práticas, e uma presença maior das parteiras diplomadas. As práticas – que eram maioria – são as menos documentadas. Entre as décadas de 1820 e 1860 foram encontradas apenas três ocorrências do termo “parteira” nos periódicos⁶⁸. A primeira delas, no primeiro periódico paulista, *O Farol Paulistano*, foi um anúncio de venda de uma escrava idosa:

Figura 21: *O Farol Paulistano*, 07/07/1827, p.104.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Entre as habilidades de lavar, engomar, cozinhar e refinar açúcar estava a qualidade de ser uma “boa parteira”; entre as “mil coisas” que trabalhadoras escravizadas faziam, era recorrente a assistência ao parto por parte de mulheres escravizadas ou forras. Maria Lucia Mott M. Souza (1998) aponta que as parteiras do XIX foram caracterizadas, pela literatura médica do XIX, como “provenientes das camadas da população mais desprestigiadas, muitas delas negras e mulatas, com reduzida competência profissional, utilizando as mais variadas superstições e sem moral” (SOUZA, 1998, p. 31). A autora faz a crítica a esta visão preconceituosa das parteiras, voltaremos a ela.

Numa das poucas menções encontradas a uma parteira que não fosse diplomada num periódico, localizamos uma nota que informa sobre o falecimento da parteira “Chica Patriarcha” e outra que conta sobre uma velha parteira de Boraceia que tinha uma numerosa descendência e ainda percorria longas distâncias para partejar:

⁶⁸ Busca feita nos periódicos da Província de São Paulo disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por meio do sistema de busca da própria Hemeroteca Digital.

Figura 22: *Correio Paulistano*, 08/07/1863, p. 03

Hontem 6 do corrente falleceu a respeitavel matrona Francisca de Araujo, por antonomasia Chica Patriarcha, natural desta capital, com 99 annos e meio de idade. Exerceu por muitos annos a profissao de parteira, portando-se sempre com exemplar conducta, pelo que era geralmente estimada. Casou de 14 annos com Francisco de Araujo, com quem viveu na mais perfeita uniao por espaço de 60 annos até 1838. Teve numerosa descendencia, da qual poucas pessoas restam, sendo notavel que ella sobreviveo a maior parte dellas.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 23: *Correio Paulistano*, 23/09/1864, p. 02

PROGENIE FECUNDA—Communicam-nos que no sitio, denominado Boracéa, situado beira-mar entre esta cidade e S. Sebastião existe uma mulher de 85 a 90 annos de idade, cuja descendencia se compoe de 6 filhos, 27 netos, 29 bisnetos e 6 tataranetos: todos vivos. Esta mulher exerce a profissao de parteira e ainda viaja a pé do seu sitio á qualquer lugar da circumvisinhança, na distancia de 4 ou 5 leguas.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Chica Patriarcha atuou na Cidade de São Paulo; seu necrológio destaca a idade de “99 anos e meio” com a qual ela faleceu, a “exemplar conduta”, “estima” e o longo casamento. Quatro anos mais tarde, em 1867, em carta publicada também no *Correio Paulistano*, um leitor que assinava como “Gallo da Torre da Sé” trouxe opiniões sobre a “Praça do Mercado” – uma construção feita em região de várzea que estava cedendo e com riscos de desabamento – e era muito criticada por ser um local no qual os atravessadores aumentavam os preços dos produtos. O leitor/autor ironiza afirmando que tudo o que está em pé corre o risco de cair, tal como ocorreu com a “casa da Sinhá Chica Parteira na rua de baixo de S. Bento” (*Correio Paulistano*, 30/11/1867, p.2.). Trata-se da mesma parteira? É possível. A personagem foi incluída como uma figura popular na cidade, assim como a localização de sua antiga casa que deve ter sido visitada por muitas pessoas buscando assistência no nascimento de suas crianças. Num intervalo relativamente curto, a velha parteira faleceu, sua casa caiu e os modos de viver e nascer iam, também, transformando-se. Num tempo muito próximo, em Boracéa, outra velha parteira continuava caminhando – “viaja[ndo] a pé do seu sitio á qualquer lugar da circumvisinhança, na distancia de 4 ou 5 leguas”; indícios de coexistência de diferentes temporalidades em sincronia.

Betânia Gonçalves Figueiredo (2002, p. 155) aponta que “inúmeros relatos” indicavam que “as parturientes demonstravam preferência pelas mulheres na hora das dores do parto”. Uma nota publicada em 1862 permite observar o processo de desqualificação do trabalho das parteiras práticas que se aprofundou no final do século XIX, e a crescente valorização da figura do médico. Intitulada “Honra ao mérito” (*Correio Paulistano*, 30/03/1862, p.3), a nota prestava homenagem aos “conhecimentos cirúrgicos” e habilidades do sr. Dr. Frederico Borghoff na operação com fórceps no nascimento “em menos de cinco minutos” de uma criança que estava em “estado de incravação [...] havia três dias”. Relatava-se que a mãe “sofia atrozes dores de

parto, tendo só a seu lado os poucos recursos da fraca inteligência de uma velha parteira” (grifos nossos). A intervenção médica no mundo do parto foi acompanhada pela desqualificação e marginalização das parteiras. Os médicos e o hospital alcançaram a hegemonia no universo dos partos no século XX. No XIX, as parteiras diplomadas ocupavam um lugar social diferente daquele ocupado pelas parteiras práticas. De acordo com Maria Lucia Mott⁶⁹ (2002, p. 199):

Algumas parteiras, entre elas muitas estrangeiras que começaram a emigrar para o Brasil a partir da década de 1820, além de atenderem em domicílio, recebiam também parturientes em suas casas.

Os primeiros registros da atuação dessas mulheres, nos periódicos paulistas, são da década de 1850. Na Corte, tem-se registro das parteiras diplomadas desde, pelo menos, a década de 1830 (BARBOSA; PIMENTA, 2016). Constatação que conflui com as questões anteriormente problematizadas sobre as temporalidades e a permanência de costumes na Província de São Paulo. A primeira parteira diplomada, localizada nos periódicos paulistas, é a francesa “Cesarina Chameroy” que “em 1855, [...] aparecia nos anúncios e Almanques da cidade. Formara-se em partos pela Faculdade de Paris em 1853, e em 1857 foi aprovada pela do Rio de Janeiro” (BIVAR, 2007, p. 170). Ela anunciava em diferentes jornais paulistas:

Figura 24: *Correio Paulistano*, 15 de outubro de 1864, p.04.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Anúncios de oferta dos seus serviços foram publicados no *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857* e nos jornais *Correio Paulistano*, *O Ypiranga* e *Diário de São Paulo* e foram se alterando ao longo do tempo. Em dezembro de 1864, ela se apresentou como “professora de partos” sinalizando uma provável atuação na transmissão do ofício. Souza (1998, p. 46) verificou que “muitas parteiras aprenderam o ofício com outras parteiras e mais raramente com médicos”.

Ainda, nos anúncios, ela passou a definir os horários de consultas e a divulgar que “assist[ia] os pobres, grátis” (*Correio Paulistano*, 10/12/1864, p.4). A assistência gratuita era recorrente nos anúncios de profissionais da saúde como médicos e dentistas. No mesmo dia, outro francês, o “médico cirurgião dentista da casa Imperial Dr. Emilio Vautier”, anunciava

⁶⁹ Maria Lúcia de Barros Mott também tem textos publicados com o nome Maria Lucia de Barros Mott de Mello de Souza.

seus serviços, no mesmo jornal, informando que dava “consultas e tira[va] dentes aos pobres gratuitamente todos os dias das 7 as 9 horas da manhã” (*Correio Paulistano*, 10/12/1864, p.4). Em novembro do ano seguinte, Mme Cesarina Chameroy incluiu, no seu anúncio, que “trata[va] moléstias das senhoras, e também das crianças” e podia ser chamada “a qualquer hora em sua residência”. Ela continuava curando aos pobres grátis (*Correio Paulistano*, 12/11/1865, p.4).

Figura 25: *Correio Paulistano*, 10/12/1864, p. 04

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 26: *Correio Paulistano*, 12/11/1865, p. 04

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Além dos partos, seu atendimento ampliava-se para as doenças femininas e às crianças. No primeiro caso, trata-se, provavelmente, de atendimento ginecológico. Souza (1998, p. 49-50) analisa um texto publicado nos “Anais de Medicina Pernambucana” que traz “uma polêmica sobre doenças do útero” entre os médicos Aquino Fonseca e Joaquim de Moraes Sarmento⁷⁰, em 1844. O texto de autoria de Sarmento e outros indícios “revela[m] que além dos partos, as parteiras cuidavam com muita frequência de doenças ginecológicas, aplicavam sanguessugas, que havia cooperação e concordância no uso de determinadas terapêuticas entre elas e os médicos, que algumas delas tiveram um relacionamento profissional muito próximo com os médicos e possuíam uma vasta experiência clínica”. No artigo, o médico relata que pediu a opinião da parteira Rita Maria dos Prazeres⁷¹ sobre “o uso de bichas [sanguessugas] nas doenças do colo do útero” e que a Parteira respondeu por carta – era alfabetizada, portanto – e demonstrou profundos conhecimentos no uso da técnica, adquiridos em mais de “20 anos de exercício contínuo de minha profissão”. A carta foi literalmente citada⁷² pelo médico no artigo

⁷⁰ Joaquim de Aquino Fonseca foi um médico pernambucano, higienista que participou da “criação do Conselho de Salubridade Pública, em 1845” e foi presidente deste órgão que tinha “a incumbência de melhorar as condições sanitárias e auxiliar no combate às epidemias que assolavam o Recife” (FARIAS, 2016, p. 187). Joaquim de Moraes Sarmento era doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina de Paris, aprovado pela Faculdade da Bahia e Secretário da Sociedade de Medicina de Pernambuco (SOUZA, 1998, p. 49).

⁷¹ De acordo com Maria Lucia B. Mott M Souza (1998, p.49), “Rita Maria dos Prazeres foi examinada em Recife no ano de 1827 [e era] branca exposta e casada”.

⁷² Reproduzo aqui em nota, por ser um exemplo significativo de uma mulher alfabetizada que exercia um ofício, era reconhecida por ele, dialogava com colegas de profissão, buscava formação e demonstrava, além de aprofundados conhecimentos técnicos, a capacidade de articulação deles por meio da escrita: “Compadre [...] Tenho aplicado bichas [sanguessugas] em mais de 20 anos de exercício contínuo de minha profissão certamente a mais de quatrocentas mulheres por ordem de quase todos os professores que tem vivido no Recife e que eram em geral os que mais gozavam de conceito público. Nunca observei convulsões em mulher alguma por causa das bichas. Algumas mulheres são incomodadas com a introdução do vidro ao princípio da cura, mas logo se habituam e nunca vi que isso impedisse a cura quando a moléstia era das que curam. Os nomes que os professores dão à moléstia são muito diferentes uns dos outros; o que vejo é ora inflamação, ora dureza e tumor, ora são feridas mais ou menos fundas. A maior parte das doenças curam-se da inflamação ou dureza e ficam boas. Posso mostrar a quem quiser um

que, em seguida, teceu elogios afirmando que a carta de Rita dos Prazeres parecia ter sido escrita por algum discípulo de médicos franceses e que a parteira parecia ter assistido “às lições da Faculdade de Paris”.

Formas de reconhecimento que se aproximam da apresentada no caso acima também permearam a trajetória da parteira Cesarina Chameroy em São Paulo. Em janeiro de 1865, foi publicada “a pedido” uma carta, assinada por “uma pessoa que é reconhecida” na cidade, com elogios ao trabalho de “Mme Cesarina”:

A PEDIDO

Não deve passar despercebida entre nós a presença da Mme. Cesarina a qual dedicou-se com especialidade á arte de parteira e obteve uma carta.

São inúmeros os casos em que vemos ser chamadas para assistir ás parturientes essas mulheres de ínfima plebe que á mais crassa ignorância reúnem a falta de educação, e que são sempre prejudiciais não só aos recém-nascidos como mesmo às parturientes.

Agora, pois, que temos entre nós pessoa tão distincta, que, aos conhecimentos profissionais reúne a mais fina e apurada educação, não posso deixar de chamar a atenção das mães de família que desejarem a sua felicidade e a de seus filhinhos em um transe o mais perigoso e de graves consequências. Sei que com a publicação destas linhas vou ferir a modéstia de tão delicada senhora; entretanto não posso furtar-me a este meio de testemunhar publicamente a minha gratidão pelas maneiras affaveis, e pela felicidade que tive em uma ocasião, para mim solemne em que fui socorrida por Mme. Cesarina, que desvelou-se o mais possível e mostrou a mais apurada pericia da arte.

UMA PESSOA QUE É RECONHECIDA.

S. Paulo, 6 de janeiro de 1865 (*Correio Paulistano*, 12/01/1865. p. 2).

A autoria é, provavelmente, de uma mulher das elites – “uma pessoa que [era] reconhecida” – que foi assistida pela parteira francesa. Esta nota permite problematizar duas questões. Uma delas é o reconhecimento social que o trabalho das parteiras diplomadas recebia dentre as mulheres das elites, as “mães de família que deseja[am] a sua felicidade e a de seus filhinhos”. A autora destaca os conhecimentos profissionais de Cesarina Chameroy, sua “apurada perícia da arte”, e “mais fina e apurada” educação (delicadeza, maneiras afáveis e modéstia). A segunda questão é a desqualificação da atuação das parteiras leigas. As virtudes daquela que se “dedicou com especialidade á arte de parteira e obteve uma carta” é contraposta aos riscos que as parteiras leigas representavam tanto para recém-nascidos quanto para as parturientes, como “mulheres de ínfima plebe” e sua “mais crassa ignorância a falta de educação”. De acordo com Maria Lúcia Mott (1999, p. 159):

sem número desses casos em Pernambuco. Em outras mulheres desaparecem as feridas e também ficam boas. Porém as que tem feridas fundas pouco aliviam e morrem quase todas. Aí tem compadre a pura verdade do que tenho visto em 20 anos de aplicação de bicha” (PRAZERES apud SARMENTO APUD SOUZA, 1998, p.50). Vale destacar que esta carta tão significativa só foi conservada pois o médico Joaquim de Moraes Sarmento a transcreveu num artigo que foi publicado.

Enquanto as mulheres que exerciam o ofício eram consideradas em geral como sendo provenientes das camadas mais baixas da sociedade, escravas, negras e mulatas livres, de comportamento moral duvidoso, velhas, supersticiosas, analfabetas, exigia-se que as alunas do curso de partos fossem jovens, que tivessem uma moralidade comprovada pelo Juiz de Paz, estivessem sob a supervisão do pai ou do marido e tivessem um pecúlio suficiente para pagar a matrícula, que fossem alfabetizadas – que soubessem inclusive francês – como também Aritmética, conhecessem Álgebra e Geometria e, depois da década de 80, Física, Química e História Natural.

A interpretação da autora é de que o perfil exigido nos cursos excluía a população que tradicionalmente se dedicava à parturição: as parteiras práticas. Trata-se de um processo de desqualificação, semelhante ao que ocorreu com os curandeiros tradicionais. Figueiredo (2002, p. 159) destaca que “para a institucionalização do saber médico foram considerados charlatões todos e quaisquer indivíduos que atuavam na cura sem ter passado por formação específica”. Com a desqualificação e marginalização das parteiras, os médicos buscaram monopolizar o atendimento obstétrico; no entanto:

A história do exercício da arte de partejar no Brasil [...] não é linear e simples. É necessário considerar os contextos e, sobretudo, atentar para o fato de que as mulheres que auxiliam outras a darem a luz não constituíam um grupo homogêneo [...] as parteiras tradicionais que atuaram nos limites de uma comunidade específica, aquelas que se restringiram a ajudar familiares e pessoas próximas ou ainda as que exerciam o ofício sem legalizar sua prática existiram durante todo o século XIX (BARBOSA; PIMENTA, 2016, p. 486-487).

O que as pesquisadoras sublinham é que parteiras práticas, diplomadas e médicos conviviam, concorriam e, no caso destes últimos, havia situações de trabalho colaborativo. Em abril de 1872, foi publicada uma “Estatística das operações praticadas no 1º trimestre do corrente anno” na “Clínica cirúrgica do dr. A. Caetano de Campos”⁷³. Após arrolar as cirurgias realizadas, todas “coroadas de sucesso”, o médico ‘aproveit[ou] a oportunidade para agradecer cordialmente o valioso concurso que em diferentes casos lhe prestarão seus distintos colegas, Mme Cesarina, Drs Tinoco, Carvalhal, Ottoni, Murtinho e Rocha Leão” (*Diario de São Paulo*, 03/04/1872, p.3). Estes agradecimentos públicos evidenciam a popularidade da parteira diplomada e a consideração dos colegas que trabalhavam na área da saúde, todos homens.

São recorrentes os anúncios nos quais a parteira informava sobre mudanças de endereço. No exercício do seu ofício, era fundamental que a população soubesse onde procurá-la quando precisasse de assistência. Em 1864-65, ela atendeu nos números 12 e 4 da Travessa do Quartel (o nº 12 era um sobrado) e na Rua da Esperança, nº3; em 1868, anunciou n’*O Ypiranga*, que se

⁷³ Antônio Caetano de Campos (1844-1891) foi médico e educador. Formou-se pela Escola de Medicina da Corte, em 1867, participando como cirurgião da armada na Guerra do Paraguai. Em 1870, transferiu-se para São Paulo e após algum tempo praticando medicina particular, foi nomeado, em 1º de janeiro de 1872, médico e cirurgião da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Era também professor e foi indicado por Rangel Pestana para o cargo de diretor da Escola Normal, a Prudente de Moraes, então presidente do Estado de São Paulo. Ocupou o cargo entre 1890 e 1891, onde também lecionava na cadeira de Biologia (FARINA, 1992).

mudava do Largo do Rosário para a Rua do Ouvidor, nº15 e, em 1869, residia à Rua Direita, nº2.

Figura 27: *Correio Paulistano*, 06/10/1864, p. 3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 28: *Correio Paulistano*, 28/10/1868, p.4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 29: *O Ypiranga*, 02/02/1868, p. 3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 30: *Diário de São Paulo*, 30/07/1869, p.2

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diferente da Sinhá Chica que parece ter permanecido no mesmo endereço por um longo período (cuja casa na Rua São Bento desabou em 1868), Cesarina Chameroy vivenciou uma mobilidade significativa. Outras mudanças perpassaram a vida da parteira no período. Em 1869, no anúncio intitulado “Parteira aprovada”, ela se identificou também como “Viúva Cattaneo”. De acordo com Bivar (2007, p. 298), em 1868, “a parteira Cezarina Chameroy [...] sob os olhares do dentista Emilio Vauthier e do italiano Julio Guse, casou-se com Amador Cathaneo, natural da Itália, em sua casa”. Permaneceu casada por volta de um ano, ficando viúva em julho do ano seguinte, quando publicou, no *Correio Paulistano* (09/07/1869, p.4), um agradecimento às pessoas que haviam acompanhado o funeral até o cemitério e convidava para uma missa pela alma do finado marido na Igreja da Sé.

Em 1870, casou novamente com o francês Joze Fraisse e, neste mesmo ano, publicou um aviso de que se achava “reestabelecida dos seus incômodos [provavelmente a viuvez] [e] esta[va] de novo à disposição de suas freguesias” (*Correio Paulistano*, 05/07/1870, p.04). Em 1873, a parteira vivenciou uma situação de grande tensão e novas mudanças na sua vida privada, iniciando um processo de divórcio nos seguintes termos: “D. Maria Cezarina Chameroy, a bem de seus interesses [...] justific[ou] perante V.S. que seu marido Jose Fraisse a maltrata[va] com frequência, tornando impossível a convivência e permanência do casal sob o mesmo teto” e,

por isso, requereu que “se digne mandar depositar a suplicante com escravos e joias do casal e roupas de seu uso, a fim de poder a suplicante propor a respectiva ação de divórcio” (Arquivo da Cúria Metropolitana. Processo de Divórcio. Notação 54.15.686 apud BIVAR, 2007, p.336). Analisaremos casos de divórcio ainda neste capítulo. O divórcio foi um recurso acionado por mulheres das elites buscando encerrar casamentos que impunham situações de violência e maus tratos – como as alegações de Cesarina Chameroy. Além disso, pelo pedido de divórcio da parteira, sabemos que ela possuía escravos e joias.

No mesmo ano, uma nota publicada no *Diário e São Paulo* (22/08/1873, p. 1), informava que Cesarina Chameroy havia sido multada em 5\$ por infração ao artigo 113 do “Código de Posturas Municipaes”, de 1873⁷⁴, que previa multas entre 5\$ e 10\$ para quem “conservar aguas estagnadas, animaes mortos ou quaesquer immundicias nos quintaes, pateos e casas”. O movimento de normatização da vida pública passava pela higienização e fiscalização, também dos espaços privados. Esta fiscalização era acompanhada pelas exigências de licenças e apresentação de títulos para o exercício de diferentes ofícios. Em julho do mesmo ano de 1873, a Lei Provincial nº 93, art. 196, determinava que “nenhum médico, boticario, cirurgião-dentista e parteira poderão exercer a sua profissão, sem apresentar seus títulos a Câmara para serem registrados; sob multa de 10\$000 (D. de São Paulo, 09/07/1873, p.02).

Entre os profissionais da saúde do período, o único ofício que tinha gênero feminino era o de parteira e a normatização também as atingiu. Os últimos anúncios localizados de Cesarina Chameroy datam do ano de 1875 – quando a parteira residia na Rua da Esperança, nº3 – e recomendava que, quando não fosse encontrada em casa, deixassem carta com a indicação “da morada da pessoa que necessitava de [seus] serviços” (*Diário de São Paulo*, 20/02/1875, p.3). Três anos mais tarde, os jornais *Correio Paulistano* e *Diário de São Paulo* publicavam anúncios de outra parteira francesa, a “Mme Gourgues”, que se autodenominava “sucessora de Mme Cesarina Chameroy”:

Figura 31: *Diário de São Paulo*, 1/05/1858, p.3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 32: *Correio Paulistano*, 1/05/1878, p.3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

⁷⁴ Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1873/resolucao-93-14.05.1873.html>

A referência nos anúncios à antecessora pode significar, simplesmente, que Mme Gourgues era a nova parteira francesa da cidade, mas pode ser indício da transmissão do ofício entre parteiras – é possível que Gourgues tenha aprendido a partejar auxiliando Cesarina Chameroy. Ao longo da década de 1860, aumentou a quantidade de anúncios de outras parteiras estrangeiras diplomadas oferecendo seus serviços à população paulistana.

As fontes consultadas para este trabalho, que não tinham como objetivo principal estudar o tema das parteiras, possibilitou acessar muito pouco sobre a atuação das parteiras práticas. Salvo raras exceções ou em situações em que o seu trabalho era criticado. A prática destas parteiras, que atendiam a maioria das mulheres, foi objeto de preconceito por parte da literatura médica do século XIX e XX. Preconceitos parcialmente reproduzidos pela historiografia⁷⁵. Na segunda metade do Oitocentos, na Corte, a parteira diplomada Maria Josefina Matilde Durocher, num artigo⁷⁶, relatou que:

[...] as primeiras parteiras do Brasil eram caboclas, portuguesas e negras velhas. Eram analfabetas, pertenciam à “última classe da sociedade”, muitas delas ex-meretrizes, que não duvidavam em prestar certos favores: “levavam debaixo da mantilha, capote ou baeta, cartas, presentes, filtros, feitiçarias de simpatia ou repulsão, de ventura ou desgraça”. Provocavam abortos, cometiam infanticídios e abandonavam nas ruas e nas estradas recém-nascidos. Embora houvesse honrosas exceções, [...] este era o perfil da maioria, até por volta de 1830, período em que começaram a chegar as primeiras profissionais francesas e quando foi criado um curso para formação de parteiras nas recém-criadas Faculdades de Medicina. O antigo perfil, porém, não se modificou de imediato, seja pelas exigências mínimas feitas para o registro das parteiras estrangeiras e para a matrícula no curso de partos das alunas nacionais, como pela ausência de controle sobre as parteiras práticas que exerciam ilegalmente o ofício” (apud SOUZA, 1998, p. 30, Grifos nossos).

Os excertos fazem parte de um artigo escrito por Maria Josefina Matilde Durocher, publicado em 1870. Durocher era francesa e foi a primeira parteira mulher diplomada pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1834 (SOUZA, 1998). Nesta cidade, atuou como parteira diplomada entre 1834 e o fim da vida (1893) e, segundo Maria Lucia de Barros Mott de Mello e Souza (1998, p. 38-39), foi “a primeira mulher formada no Brasil, a publicar textos na área de Obstetrícia (em 1848), sendo a única admitida como sócia, no século passado, à

⁷⁵ Como exemplo, ver crítica de Maria Lucia de Barros Mott de Mello e Souza (1998, p. 36) à caracterização elaborada por Dilce Rizzo Jorge (1972) – em tese de livre docência intitulada “Evolução da legislação federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil, apresentada à Escola de Enfermagem da UFRJ – na qual as práticas das parteiras são consideradas “empíricas e absurdas” (JORGE, 1972, p. 27 apud SOUZA, 1998, p.36); outro exemplo é Gilberto Freyre que afirmou: “o mister de parteiras, exerceram-no ao lado de brancas e caboclas boçais, negras nas mesmas condições; todas apelidadas comadres. Comadres que, além de partejarem, curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas, benzeduras. As casas que habitavam tinham à porta uma cruz branca. E elas quando saíam a serviço, era debaixo de uns mantos ou xales compridos, como umas cocas; muitas “levando debaixo das mantilhas cartas de alcoviteiras, feitiços e puçangas”; algumas conduzindo também, “a abandonar nas ruas e recantos, os produtos das práticas ilícitas e criminosas a que essa profissão se presta e a que sem escrúpulos se entregavam” (FREYRE, 1987, p. 363). Contudo, Freyre “igualava” as práticas de comadres, curandeiros africanos e a medicina europeia ao considera-las equivalentes em “porcaria e dissimulação” (p.363).

⁷⁶ Trechos do artigo são citados indiretamente por meio da tese de Maria Lucia de Barros Mott de Melo Souza (SOUZA, 1998, p. 30).

Academia Imperial de Medicina (em 1871)” (SOUZA, 1998, p. 5). O artigo é exemplo da imagem negativa que a medicina lançou sobre as parteiras leigas e suas práticas. Estas eram pejorativamente associadas a superstições, feitiços e consideradas “absurdas e ridículas” (CRUZ JOBIM, 1858 apud SOUZA, 1998, p.33) pelo discurso médico. Entre os médicos que escreviam sobre o tema, havia uma parcela que preconizava “que os partos fossem assistidos por praticantes do sexo masculino”, tal como Mariano José do Amaral no “Plano do Regulamento do Real Hospital de São Paulo”, elaborado em 1804 (apud SOUZA, 1998, p. 31). Na Corte, na “colação de grau da turma de 1858 da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Cruz Jobim fez um balanço da situação do ensino e da prática médica no Brasil”. O médico lamentava que as mulheres brasileiras preferissem ser atendidas por mulheres no parto, devido ao pudor, e defendia “a completa abolição ‘da classe das parteiras’” (apud SOUZA, 1998, p. 33). Neste contexto, a escrita de Maria Josefina Matilde Durocher buscava conferir legitimidade às parteiras diplomadas distanciando-as das ações ditas “absurdas e ridículas” das parteiras práticas.

Outro aspecto é a associação recorrente entre a figura de parteiras leigas e a de “meretrizes” que se “escondiam” sob as mantilhas e baetas para realizarem ações como aborto, infanticídio e abandono de recém-nascidos. Observamos anteriormente que estas vestimentas eram utilizadas por outros estratos sociais, mas neste caso eram condenados em decorrência de um código moral no qual o ideal de honra feminina era estreitamente associado a recolhimento, a “castidade, a obediência, a docilidade, a piedade religiosa” (PRIORE, 1993, p. 111). Souza (1998, p. 80-81) assinala que “a imagem da parteira sem moral que praticava aborto, infanticídio, levava as crianças para a roda dos expostos também é extremamente recorrente na documentação e atravessou os séculos”.

Em 1866, circulou no *Correio Paulistano* sob a autoria de “um brasileiro” o romance “Memórias de um sargento de Milícias”, em formato de folhetim. O romance foi publicado no Rio de Janeiro pelo *Correio Mercantil* entre 1852 e 1853. Posteriormente o romance seria elevado à posição de clássico da literatura brasileira e a autoria identificada de Manuel Antonio de Almeida. O romance, ambientando na Cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do Oitocentos, narra a história de Leonardo, um “malandro”. Neste trecho, o autor descreve a personagem da madrinha do protagonista, a “comadre” parteira.

Uma saia de lila preta, que se vestia sobre um vestido qualquer, um lenço branco muito teso e engomado ao pescoço, outro na cabeça, um rosário pendurado no cós da saia, um raminho de arruda atrás da orelha, tudo isto coberto por uma clássica mantilha junto à renda da qual se pregava uma pequena figa de ouro ou de osso [...] a mantilha era o traje mais conveniente aos costumes da época; sendo as ações dos outros o

principal cuidado de quase todos. A mantilha para as mulheres estava na razão das rótulas para as casas: eram o observatório da vida alheia. Muito agitada e cheia de acidentes era a vida que levava a comadre, de parteira, beata e curandeira de quebranto [...] (*Correio Paulistano*, 12/06/1866, p.01).

A personagem é caricatamente apresentada como beata, benzedeira e curandeira. Fisicamente era baixa, excessivamente gorda, bonachona e tola. O traje “coberto por uma clássica mantilha” era o “habitual entre todas as mulheres de sua condição e esfera”, considerado o “mais conveniente aos costumes da época”. Costumes associados, pelo autor, ao “bisbilhotismo” que as rótulas possibilitavam no espaço da casa. Mais uma vez, a comparação entre mantos e rótulas é estabelecida e relacionada com a possibilidade de “observar a vida alheia” sem se mostrar.

Souza (1998, p. 81) questiona se esta imagem pejorativa da parteira leiga teria sido construída devido ao poder que as parteiras tinham ao acessar os segredos mais íntimos das famílias” e, por isso, se tornarem “a um só tempo poderosas, estimadas, incômodas e temidas”. Para a autora, estas mulheres também detinham “conhecimentos e estratégias que lhes possibilitavam transgredir a norma estabelecida” realizando desejos de mulheres que “não queriam ou não tinham condições de ter filhos, por que eram solteiras, tinham muitos filhos, não tinham como sustentar a criança” ou por serem filhos oriundos de relações extraconjugais. Assim, Souza (1998, p. 81) propõe a interpretação de que tais práticas eram “um exemplo de solidariedade e compreensão das necessidades das parturientes, bem como uma forma de resistência aos papéis e ao comportamento moral imposto à mulheres”. Há pouca documentação de tais práticas, por serem ações ilegais.

A questão racial também é significativa. Para Osava (1997, p. 26):

Como em outras partes do mundo, aqui também os médicos estavam empenhados em estabelecer sua hegemonia no campo da saúde e disputavam sua clientela, nos domínios da parteira. Havia também a questão racial, uma vez que grande parte das parteiras eram negras e mulatas.

Há uma intersecção entre a dimensão de gênero e os pertencimentos raciais na desqualificação das parteiras oitocentistas produzindo tanto uma invisibilização da sua história e memória, quanto representações negativas e etnocêntricas de seus fazeres. A medicalização e hospitalização dos partos foi marcada “pelo fim da feminização e início da marginalização das mulheres sobre o processo do parto e do nascimento” (OSAVA, 1997, p.29). A deslegitimação foi operada em termos de raça e gênero por meio da perseguição às “mulheres que possuíam conhecimentos sobre como tratar do próprio corpo” e a sua desqualificação como “crendices”, “superstições”, “bruxedos” (OSAVA, 1997, p.29) e outros saberes do cativo. Souza (1998,

pp. 76-77) problematiza a questão racial apontando o “olhar etnocêntrico” presente tanto na literatura médica (incluindo-se os escritos de parteiras diplomadas), quanto em representações pictóricas e na literatura de ficção. A intensa presença de mulheres negras e o acentuado preconceito de uma sociedade escravista resultaram no “desprestígio social” dos ofícios ligados à cura e ao parto. Assim, se os registros sobre as experiências históricas femininas já são invisibilizados nas fontes, as ações das parteiras leigas são intensamente apagadas. Apesar da representação negativa das parteiras, construídas pela literatura médica e nos periódicos, Souza destaca que:

[...] a consulta sistemática da documentação fornece sinais que permitem questionar essa imagem. Alguns dos autores citados, dentre eles a própria Mme Durocher, reconhecem que as mulheres preferiam ser atendidas pelas parteiras e que os médicos não apenas as requisitavam para atender esposas, familiares e escravas, como compartilhavam com elas sua clientela e até mesmo consultório (1998, p. 36).

A assistência das parteiras foi bastante mobilizada pelas diferentes classes sociais e atingiram muitas mulheres. Com isso, não se pretende afirmar que não houvesse dificuldades e problemas nas práticas adotadas. A precariedade de condições materiais e de higiene e algumas crenças que as subsidiavam também podiam prejudicar parturientes e recém-nascidos. Os elevados índices de mortalidade de mães e bebês nos partos justificaram a transferência do monopólio da parturição para os hospitais com o protagonismo da figura do médico e a coadjuvação das parteiras e, posteriormente, enfermeiras. Contudo, as possibilidades de atendimento ao parto que garantissem condições seguras aos assistidos e contemplassem a ação das parteiras foram marginalizadas no processo⁷⁷.

Outras mulheres trabalhadoras que atuavam no interior de espaços privados foram aquelas que se dedicaram à costura. No próximo tópico, esboçamos os contornos deste outro ofício feminino recorrente no Oitocentos.

1.1.2.2 Costureiras

Para problematizar este ofício, recorreremos à historiografia e a três tipos de fontes: periódicos entre as décadas de 1820 e 1860; maços de população de 1836 e literatura memorialística. A historiadora Maria Izilda Santos de Matos (2002) considera o “trabalho domiciliar” da costura como uma das “múltiplas estratégias de sobrevivência criadas e recriadas no cotidiano feminino” e destaca que “as atividades de agulha estiveram delineadas no campo

⁷⁷ Desde o início dos anos 2000, a atuação de mulheres profissionais no parto vem sendo atualizada com as obstetrites (enfermeiras obstetras) – as “parteiras urbanas” – em partos domiciliares, casas de parto humanizadas e em hospitais.

de conexão entre os trabalhos doméstico e assalariado, em uma interpenetração do público e do privado” (MATOS, 2002, p. 93-94). No estudo, a autora recorta as cidades de São Paulo e Santos entre 1890 e 1930 quando se assistia a um acentuado processo de industrialização. Neste cenário, o trabalho domiciliar foi visto como uma “ocupação” residual em extinção – tanto nas fontes sindicais e dos empregadores do período, quanto por parte da historiografia (p.90) – análise que é contestada pela autora. Matos (2002, p.95) opera com as interpretações de Yvonne Verdier⁷⁸, considerando que “as mulheres se engajavam na produção de mercado em atividades já desenvolvidas por elas nos quadros domésticos (como lavar, cozinhar, costurar, bordar)”. Um uso tático – que gerava rendas – de saberes próprios da vida doméstica no mudo do trabalho no espaço público. Para Matos (2002, p. 95):

A costura [...] encontrava na mulher – através de uma educação tradicionalmente transmitida – uma mão-de-obra qualificada, cuja rapidez, destreza, repetição e precisão eram elementos importantes para a sua execução.

A costura era um dos ofícios femininos mais recorrentes no XIX, avançando para o século XX. A costura de luxo (bordados, brocados, fios de ouro, modelismo) e cozinha de luxo eram os mais rentáveis. Todavia, todas deviam saber costurar porque não havia como comprar roupas, nem para homens e nem para mulheres o que resultava na existência de costureiras para todo o tipo de público e a base mais simples deste ofício não sofria a concorrência masculina. É fundamental sublinhar que a presença significativa do ofício se relaciona com a “educação tradicionalmente transmitida” (MATOS, 2002, p. 95) e não com uma suposta natureza feminina. Para o início do XIX, Dias (1984, p. 172) identificou que “entre as ocupações relativas ao artesanato caseiro a mais numerosa era a de costureiras”. Dizer-se costureira era uma maneira de não se deixar classificar como “sem ofício”. Segundo a autora, havia 114 “mulheres sós” costureiras registradas nos maços populacionais de 1836:

⁷⁸ VERDIER, Yvonne. *Façons de dire, façons de faire (La laveuse, la coutla cuisinière)*. Paris: Gallimard, 1979.

Tabela 1: Faixas etárias e ocupação das mulheres sós

Idades	%	Lava-deiras	Costureiras	Pequeno comércio	Artesanato	Lavoura	Total
15 a 20	7,35	7	8	6	4	0	25
21 a 25	9,41	6	17	6	2	1	32
26 a 31	12,24	9	14	12	7	2	44
31 a 35	8,24	7	7	8	4	2	28
36 a 40	13,82	8	11	16	6	6	47
41 a 45	10,88	8	7	11	7	4	37
46 a 50	10,29	4	8	6	13	4	35
51 a 55	6,18	3	3	6	2	7	21
56 a 60	9,41	5	5	4	13	5	32
61 a 65	5,00	3	3	5	5	1	17
66 a 70	6,47	2	3	4	11	2	22
Totais	100	62	86	84	74	34	340

Fonte: Tabela elaborada por Maria Odila Leite da Silva Dias, a partir dos Maços populacionais de 1836 do Arquivo Público do Estado de São Paulo (DIAS, 1984, p.141).

Tomemos os casos de alguns domicílios (fogos) para reduzirmos a escala de observação. No maço populacional de 1836, dos 13 fogos arrolados na página 82, 7 eram chefiados por mulheres, dentre as quais uma era viúva, uma casada e 5 solteiras. No que se refere à profissão, uma vivia dos seus negócios, enquanto 6 viviam de suas costuras. Noutro fogo (nº 11, p. 90), composto por 16 pessoas, havia 7 cativas e 9 livres; 6 mulheres livres viviam de suas costuras, contando a mais velha 62 e a mais jovem 14 anos de idade. No mesmo fogo, o chefe era homem, tinha 36 anos, e vivia de suas agências. Os fogos 14 e 16 (p.91) eram ambos habitados por 3 mulheres que viviam de fazer puçá. O fogo 10 (p. 98) era composto por um músico, uma costureira e um alfaiate e o fogo 11 por uma costureira e um sapateiro. Esta documentação indicia que a ocupação de costureira era significativa na cidade em 1836. Eram muitas as costureiras nos domicílios. A presença de mais de uma mulher realizando o mesmo tipo de atividade nos fogos remete ao trabalho familiar e à provável transmissão familiar dos ofícios no interior das casas. Possivelmente, uma aprendizagem pela prática que garantia a sobrevivência da família e, ao mesmo tempo, assegurava a reprodução artesanal do ofício.

Nos periódicos, os primeiros poucos anúncios que registraram o trabalho feminino na costura foram de venda de escravas. Em 1828, “uma negra ladina que sabe cozinhar o ordinário de uma casa, lava, engoma muito bem, e costura sofrível” foi colocada à venda por “Domingos José Vieira” na “Rua da Quitanda” (*O Farol Paulistano*, 20/09/1828, p. 620, grifos nossos). Três anos mais tarde, uma jovem escrava era anunciada:

Figura 33: O Farol Paulistano, 16/06/1831, p. 30012

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Nos periódicos paulistas das décadas de 1820-30, os registros da atividade de coser estavam inseridos em anúncios de venda de trabalhadoras escravizadas para o trabalho doméstico e amamentação. No anúncio anterior, fez-se questão de explicitar que “a escrava de idade de 16 anos” cosia as costuras que lhe fossem dadas alinhavadas, sinalizando o estágio de desenvoltura da menina na atividade. Cor, gênero e condição se fundiam conformando alguns ofícios. Houve casos de anúncios de casais em leilão e para aluguel:

Figura 34: Correio Paulistano, 12/09/1854, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 35: Correio Paulistano, 23/02/1858, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Nos dois casos, tratava-se de um homem e uma mulher escravizados com habilidades domésticas. Num deles, o homem tinha “princípios de officio de alfaiate” e ambas as mulheres costuravam, mesmo que soffrivelmente. Paralelamente às atividades de cozinhar, lavar e costurar, associava-se habilidades relativas aos cuidados de crianças. Uma menina “crioula de idade de 9-10 annos” foi anunciada para aluguel, descrita como “própria para carregar criança com princípio de costura” (*Correio Paulistano*, 17/02/1855, p.4, grifos nossos). Uma “rapariga parda de 26 annos” que cozinhas, lavava, engomava, costurava e sabia tratar de crianças foi colocada à venda num anúncio no ano seguinte (*Correio Paulistano*, 22/08/1856, p.4, grifos nossos). Trabalhos domésticos e cuidados com crianças eram desempenhados pelas mesmas pessoas em muitas ocasiões.

A confecção de roupas era uma necessidade doméstica e o aprendizado dos trabalhos de agulha constituía os saberes denominados “prendas domésticas” que compunham a educação feminina nas casas oitocentistas. Em meados do XIX, os padrões de conduta de gênero

preconizavam uma educação das meninas visando “modéstia, instrução e boas prendas, que servem d’ornamento ao sexo feminino” (*O Vinte Nove de Setembro*, 04/04/1851, p.4), sobretudo para as filhas das elites. Em 1851, a professora particular Ritta Leopoldina da Silva⁷⁹ anunciou o “Collegio de meninas” (*O Governista*, 20/03/1851, p.4); ela lecionava há dois anos – na rua de São José, nº 57⁸⁰ – ensinando a “ler, escrever, contar, gramática portuguesa e dança” e, na ocasião, informava aos “paes de família” que agora contaria com a ajuda da inglesa Maria Heath, “senhora de muito amáveis qualidades, e de educação muito acurada” que ensinaria doutrina cristã, coser, fazer crivos, picados, marcar, bordar de branco e de matiz, de floco d’ouro e prata, obras de lã de todas as qualidades, traduzir e falar francês, e inglês, música, piano e geografia” (*O Governista*, 20/03/1851, p.4). Era uma longa lista de prendas e outros saberes oferecidos, como matérias, para as meninas cujas famílias pudessem arcar com os gastos de sua educação. Além dos anúncios no jornal *O Governista*, foi publicada a carta de um leitor no jornal *O Vinte e Nove de Setembro* em abril de 1851, na qual o autor “Antonio Joaquim Tavares Rodovalho⁸¹” elogiava o trabalho da professora Ritta Leopoldina da Silva e assegurava que, naquele colégio, as famílias poderiam estar seguras de que suas filhas receberiam “uma muito cuidadosa educação cristã, literária, e de prendas” com garantida “pureza de costumes, e progressos das meninas nas matérias anunciadas”, pagando-se módicas quantias (*O Vinte Nove de Setembro*, 04/04/1851, p.4).

Até a década de 1850, as menções à costura na imprensa, referem-se à oferta de escravas ou aos saberes previstos para aulas femininas e não a trabalhadoras livres remuneradas. Anúncios envolvendo o trabalho de costureiras livres aparecem ao longo desta década. O serviço é um daqueles que pouco se valem de anúncios em jornais e são recomendados por meio do “boca a boca”. O trabalho de costureira permanece até os dias de hoje e, embora a oferta de trabalhadoras desta natureza tenha diminuído em decorrência da larga oferta de roupas prontas, o ofício não foi extinto. Uma pesquisa recente sobre a “Evolução histórica do ofício de costureira e sua configuração em ateliês de costura de Viçosa – MG” (2016, p. 78) cita um

⁷⁹ De acordo com Antonio Egydio Martins (2003, p. 314), “em 1856, o Colégio de que era diretora D. Rita Leopoldina da Silva, funcionava na Rua Direita, mudando-se depois para o Largo do Palácio e em junho de 1869 passou a funcionar na Rua da Esperança, tendo sido suas ajudantes D. Ana Luísa Abranches e D. Maria do Carmo Ciparisa, havendo esta última professora particular fundado, em 1865, a Aula Nacional do sexo feminino do Sul da Freguesia da Sé e funcionava a mesma aula no prédio térreo da Rua da Casa Santa, hoje Rua do Riachuelo, nº 18”. Ou seja, a professora particular atuou por mais de 20 anos na cidade de São Paulo empregando outras docentes que atuaram no magistério em outros espaços.

⁸⁰ Em 21/05/1828, a professora Benedita da Trindade do Lado de Cristo anunciou no jornal *O Farol Paulistano*, p. 470, a abertura de sua aula na Rua São José, nº 39.

⁸¹ De acordo com Antonio Egydio Martins, o capitão Antonio Joaquim Tavares Rodovalho residiu com sua família “no grande prédio térreo da Rua Nova São José” e no mesmo prédio “foi estabelecido com armazém de comissão, de gêneros do país e de mar afora” (MARTINS, 2003, p. 336).

trecho do depoimento de uma costureira mineira que explicita a permanência das indicações ainda nos dias de hoje:

[...] aqui a divulgação é boca a boca, quando a gente agrada o cliente ele sempre volta e traz mais cliente junto que aí ele indica a gente e vai trazendo mais e assim a gente nunca fica parada, sempre tem gente nova entrando aqui, tem dia que a gente nem dá conta de fazer muita coisa de tanta gente que entra aqui pedindo algum conserto, uma customização, né? Tem gente que pede cartão mas a gente não precisa não, tá o telefone lá na placa (Maria, 13/10/2014).

Não temos fontes que explicitem esta divulgação das costureiras por meio da oralidade, mas trabalhamos com esta hipótese levando em conta que as práticas atuais sejam permanências e considerando a escassez de anúncios envolvendo o trabalho de costureiras livres. A ausência de anúncios é quase completa até a década de 1850. A diferenciação entre costureiras e modistas é importante. De acordo com a historiadora Leila Algranti, “em todas as famílias abastadas, a costura era feita pelas escravas; algo mais requintado era encomendado fora nas modistas famosas” (ALGRANTI, 1988, p. 90-91). Enquanto as costureiras eram trabalhadoras, escravizadas ou livres, que se dedicavam à feitura de roupas mais simples – a costura ordinária – atendendo à população em geral suprimindo suas necessidades cotidianas de vestimentas; as modistas se dedicavam à feitura e comércio da moda e vestuário de luxo, oferecendo aos clientes tecidos finos e variados, adornos, chapéus e enfeites de cabeça. O processo de modernização e a acumulação de riquezas do café entre as elites alteraram o cenário urbano mudando, aos poucos, os hábitos e costumes da sociedade com transformações também no vestuário e no comportamento relativo à moda” (CHATAIGNIER, 2010, p. 78). Assim, foram criadas novas demandas por serviços e produtos com alteração e diversificação dos perfis dessas profissionais; as modistas atendiam a estas demandas de roupas de luxo. Na década de 1840, foi localizado apenas um anúncio, “um ponto fora da curva”, no jornal “A Phenix”, de uma modista francesa que se apresentava como “Mme. Peyre”:

Figura 36: A Phenix, 17/06/1840, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O espaço do jornal reservado para o anúncio da modista é dividido com o anúncio de um unguento. Além de dividirem o espaço do jornal, o endereço da loja da modista e o local de compra do remédio era o mesmo – Rua do Carmo, nº 77. Provavelmente, “Mme Peyre” trabalhava como modista no mesmo endereço em que seu marido vendia o unguento. Bivar (2007, p. 327) percebeu que “os ofícios [...] se configuravam um ao lado do outro: ourives, cabelereiros, lojas de fazenda, modistas, alfaiates, criando um ambiente onde franceses podiam ser encontrados com suas casas de negócios e moradas, coadunadas sob o mesmo teto”. Os anúncios seguintes de modistas francesas, localizados na imprensa paulista, são de 1856 (*Correio Paulistano*, 12/11/1856). Neste ano, o Hotel do Sr. Lefebre, situado no largo do Colégio, requisitava:

Figura 37: *Correio Paulistano*, 22/08/1856, p.4.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Assim, iniciava-se na 2ª metade da década de 1850, timidamente, a requisição de costureiras nos periódicos. Aproximando-se do final da década, houve um crescimento dos anúncios de fazendas finas e, também, de costureiras francesas e modistas oferecendo os seus serviços.

Figura 38: *Correio Paulistano*, 12/11/1856, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 39: *Correio Paulistano*, 18/05/1857, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Nesta década, assiste-se a uma modernização da cidade e de seus costumes. Os próprios periódicos se modificavam com novas diagramações e uso de imagens. O *Correio Paulistano* é um exemplo deste processo. O anúncio do cabelereiro e lojista francês P. Teyssier (figura 39) que trabalhava com cabelos, vendia “objetos para toilette de Senhoras”, sobretudo espelhos, e contava com uma “boa costureira francesa” para atender suas clientes é um caso de uso recente de imagem na propaganda do seu estabelecimento. A modista de Paris “Mme Sauer”, anunciou em 1856, que vendia sortimentos infantis e femininos, tecidos e prestava seus serviços de costura. Em 1859, máquinas Singer⁸² foram ofertadas (para venda) no mesmo jornal.

Houve, em 1856, a publicação de uma ata de sessão da Assembleia Provincial na qual se discutiu um regulamento para normatizar os trabalhos de costura no *Seminário de Educandas* e a forma de divisão das rendas, provenientes das encomendas entre as internas e os cofres provinciais (*Correio Paulistano*, 08/04/1856, p.2). As prendas domésticas ocupavam um lugar de destaque na educação oferecida às meninas do *Seminário* e foram recorrentes as notas na Imprensa que abordaram a temática. Retornaremos às prendas na instrução feminina nos capítulos seguintes da tese. Por ora, vale ressaltar que além da costura constar entre as habilidades das mulheres escravizadas anunciadas, a atividade também apareceu em publicações sobre o asilo de órfãs e escolas; os anúncios de trabalhadoras livres continuavam escassos.

⁸² Richard Sennet assinala que “A máquina de costura surgiu em 1825 [...] e foi finalmente patenteada pela Singer em 1851 [...]. Por volta de 1857, essas mudanças na produção em série e disseminação de roupas havia penetrado o mundo da *high fashion*” (SENNETT, 1976, pp. 162, tradução livre)

Os anúncios de escravizadas à venda com habilidade de costura, embora diminutos, continuaram aparecendo aqui e ali (*Correio Paulistano*, 04/01/1862, p.4; 22/05/1858, p.4). Na década de 1860, aumentava o número de profissionais francesas oferecendo seus serviços.

Figura 40: *Correio Paulistano*, 09/01/1862, p. 3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 41: *Radical Paulistano*, 16/07/1869, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 42: *Correio Paulistano*, 20/03/1862, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 43: *Correio Paulistano*, 08/06/1865, p. 4

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Fosse trabalhando com o cônjuge, como “Mme Pascouau”, ela como costureira e ele como alfaiate; fosse, individualmente, como Clarisse Martin, que fazia vestidos, chapéus e enfeites e oferecia vagas de emprego para “boas costureiras” em 1865; as francesas exerceram o ofício, anunciando seus serviços em jornais do período. A Madame Pruvot destacou a chegada de duas costureiras francesas, em janeiro de 1862, e um ano depois (*Correio Paulistano*, 04/01/1865, p. 04), fez um anúncio de vagas de trabalho para costureiras em seu estabelecimento. Bivar (2007) identificou os ofícios pelos quais os imigrantes franceses eram mais populares: “As vertentes mais conhecidas de suas atuações eram de modistas, alfaiates, cabelereiros, donos de hotéis e restaurantes” (BIVAR, 2007, p. 219). Segundo a autora:

[...] foi nessa esteira que os imigrantes provindos da França aqui se assentaram. Aproveitando-se da influência cultural, alguns com *savoir faire* e muitos outros não, improvisaram seus papéis [...em] ofícios vinculados à imagem cultural que a França fazia transpassar ao longo dos continentes (BIVAR, 2007, p. 365).

Modistas e costureiras valeram-se da “imagem cultural que a França fazia transpassar ao longo dos continentes” (BIVAR, 2007, p. 365), possuindo ou não *savoir faire*, e atuaram no

mercado da prestação de serviços da capital paulista, principalmente, a partir da década de 1860 – período em que as elites da província já acumulavam fortunas maiores em decorrência da ampliação da agricultura cafeeira. A diferente situação financeira das imigrantes francesas – em relação às costureiras brasileiras – e a difusão anterior da imprensa e da cultura letrada na Europa possibilitavam que estas mulheres acionassem este recurso de forma mais recorrente. Em São Paulo, os anúncios de costureiras e modistas são mais comuns nos jornais a partir da década de 1850. Em Pernambuco, o artifício de publicar anúncios em jornais compunha o repertório das mulheres trabalhadoras que ofereciam serviços domésticos desde a década de 1840. Maciel Henrique Carneiro da Silva (2004, p. 97) problematizou o anúncio de uma engomadeira do *Diário de Pernambuco* em abril de 1845. A engomadeira, que residia à rua do Cotovello nº18, propagandeou os serviços que realizava em sua casa “por muito barato preço, vestidos de senhora, com enfeites, a 240 rs, e sem eles a 160 rs, e camisa de homem, 40 rs, calças a 80 rs, e outra qualquer roupa, por diminuto preço”. Mais um caso que evidencia que algumas transformações urbanas ocorreram de forma diacrônica nas diversas províncias.

O que pretendemos destacar é que o ofício de costureira era bastante presente entre as profissões listadas nos recenseamentos da população em 1836 e ausente nos periódicos do mesmo período. Um dos fatores que influenciaram tal disparidade foram as condições sociais destas trabalhadoras. Dias (1984, p. 161) afirma que “as rendas mais baixas eram das mulheres que viviam de atividades de artesanato caseiro, principalmente fiandeiras, tecelãs e costureiras, cujas declarações oscilavam entre 20\$ e 60\$000 por ano”. A autora afirma que se assistiu à diminuição do artesanato doméstico na cidade de São Paulo, principalmente da utilização de trabalho escravo. Entre o início do XIX e a década de 1830, o artesanato caseiro “gradativamente, passou a ocupar um menor número de escravas e um maior número de mulheres livres, eventualmente, como agregadas” (DIAS, 1984, p. 98). Este declínio ocorreu em decorrência da concorrência com as manufaturas inglesas que vinham baixando os preços desde a época da Independência. Contudo, “nas casas mais pobres, continuaram as técnicas tradicionais, vagarosas e cansativas, de fiar e tecer panos grossos para consumo próprio e da vizinhança, decrescendo aos poucos em importância” (DIAS, 1984, p. 98).

Numa crônica literária publicada em novembro de 1856 no *Correio Paulistano*, há uma passagem em que a personagem, uma jovem costureira viúva, tenta alugar um quarto. O senhorio faz uma série de perguntas, entre as quais se a jovem é casada. Ao responder que é viúva, é indagada sobre “em que se emprega”. Quando diz que é costureira, o senhorio lhe diz que então não lhe pode arrendar “porque não quer em casa senão gente de bem” e que com a

carestia em que se vivia era impossível a uma costureira ser mulher de bem, pois o trabalho com a agulha não dava para viver (*Correio Paulistano*, 22/11/1856, p.3). Tanto nas rendas registradas quanto em representações que circulavam, as costureiras eram tidas como “mulheres [...] que beiravam o mínimo vital, [à] margem de sobrevivência” (DIAS, 1984, p. 160). Maria Odila Dias assevera que:

Predominavam entre as costureiras as moças dependentes (de vinte e poucos anos), ou solitárias, morando nos bairros mais centrais, onde se alugavam para trabalhar por dia em casa de terceiros. Por ser próprio de moças sós, o ofício de costureiras era identificado com a prostituição urbana; fiar e costurar eram ofícios humildes, que se associavam à escravidão doméstica [...] A maior parte das costureiras mais pobres trabalhavam por encomendas e não é fácil deslindar o valor de suas empreitadas (DIAS, 1984, p. 172).

Tanto na crônica literária quanto na análise da historiadora, observa-se a associação entre o ofício e a prostituição (não ser “gente de bem” na crônica). Se, por um lado, a domesticidade da costura colocava-a no espaço privado, que era considerado mais adequado para a população feminina, por outro, a mesma característica de ser realizado “porta a dentro” e a condição de classe pobre destas mulheres as colocavam sob suspeição. Num outro anúncio do Hotel Lefebre, publicado no *Correio Paulistano*, desta vez oferecendo “Fazendas finas, e modernas para Senhoras”, as mercadorias disponíveis foram listadas, tais como “xales de seda”, “capas de veludo bordadas” e outros itens de luxo. Ao final, informou-se que as “Senhoras que não quizerem ir no hotel, para vêr as fazendas podem mandar recado, que serão servidas em sua casa” (*Correio Paulistano*, 08/10/1858, p.4). As fontes evidenciam que havia restrições culturais à circulação feminina nos espaços públicos, sobretudo às mulheres das elites, e que a permanência nos espaços domésticos era valorizada.

Além das fontes de naturezas diversas, a questão da periodização imprime diferenças nas notas dos jornais referentes às costureiras. Para as décadas de 1830 a 1850, o termo costura aparece exclusivamente nos anúncios de oferta de escravas. Na década de 1850, passa a ser associado à instrução feminina – nas aulas particulares e no Seminário – e no fim da década de 1850 e em 1860, tornam-se mais recorrentes os anúncios de costureiras francesas e modistas.

A ideia de culto à domesticidade permite compreender tanto a valorização da permanência da mulher no espaço físico da casa, quanto a legitimidade conferida aos trabalhos remunerados que se realizassem no âmbito privado. Louro (1997, p. 454) assinala que:

o culto da domesticidade já vinha se constituindo ao longo do século XIX e representava uma valorização da função feminina no lar, através da construção de vínculos entre o espaço doméstico e a sociedade mais ampla.

Nesse sentido, ofícios em espaços privados fizeram parte dessa construção de vinculação feminina com a sociedade. Outras ocupações poderiam ser mencionadas, como as de ama-seca, ama-de-leite, cozinheiras, etc. Mas destacamos nesse momento a de costura por ser entendida pela historiografia como um trabalho que se assemelhava ao realizado no magistério. Vale dizer, eram ofícios considerados legítimos para as mulheres que precisavam trabalhar, mas que podiam pertencer a estratos médios da sociedade. Maria Cristina Gouvêa apontou que:

As mulheres pobres da província encontravam no exercício do magistério, no desenvolvimento de trabalhos de agulha e costura um espaço de legitimação do trabalho, que não contrapunham os domínios público e privado da vida social. (GOUVÊA, 2003, p. 11).

Essas representações mais positivas de trabalhos que se realizavam no interior dos lares não eram estanques e tampouco isentas de ambiguidades, como apontou Maria Odila Dias para o caso da associação entre o ofício de costureira e a prostituição, mas tais representações ajudam a compreender a legitimidade social dos ofícios de professora e costureira na sociedade oitocentista. Além da costura e do magistério serem ofícios possíveis para mulheres de estratos médios da sociedade, era comum que fossem reproduzidos por meio da transmissão familiar ou através do acompanhamento de uma mulher que já dominava tais ofícios por novas seguidoras para receber os seus segredos e artes de fazer.

1.2 *Donas: o estereótipo das mulheres das elites “belas, recatadas e do lar”⁸³ e as abastadas senhoras de engenho, proprietárias de imóveis de aluguel no mundo do trabalho*

A historiografia contemporânea tem dado especial relevo aos personagens. Não no sentido em que neles se pensava há tempos, como os “grandes vultos”, homens singulares que teriam os destinos de povos inteiros em suas mãos. Da história “vista de baixo”, muitas vezes entendida como a revanche dos dominados, quando apresentados como os “verdadeiros” protagonistas, avançamos para entender o movimento histórico como integrado pela diversidade de grupos e de indivíduos, pelas relações entre eles, conflituosas ou não, mais próximos ou mais afastados das esferas de poder. (FONSECA, 2007, p. 172)

⁸³ A expressão gerou grande polêmica em 2016, após ser título de uma matéria de uma revista conservadora brasileira (VEJA, 18/04/2016) que versava sobre a então primeira dama, a paulista Marcela Temer, valorizando o seu “recato”, discrição, suas opções por se dedicar à casa, marido e filho e suas características físicas associadas aos padrões hegemônicos de beleza. Houve um movimento nas redes sociais com o #belarecataedolar, no qual a população, sobretudo feminina, e movimentos sociais feministas, artistas e outras pessoas se posicionaram contra a imposição do padrão.

Construir uma interpretação sobre o passado, a partir de uma perspectiva da história social, não significa desconsiderar as diversas classes que compunham a sociedade. Ao narrarmos os ofícios das mulheres trabalhadoras, destacamos os padrões de conduta em que estava inserida a população feminina. Afirmamos que havia uma “iconosfera” sobre esta população, sobretudo das elites, que preconizava pelo recato, domesticidade e cuidados com os filhos. Entretanto, também estas mulheres ricas viveram experiências singulares se aproximando e se afastando dos padrões. Para iniciar uma reflexão sobre as mulheres das elites, mobilizamos uma passagem do relato do viajante Georg Heinrich von Langsdorff⁸⁴, que se tornou “popular” na historiografia.

É difícil entender a educação e o modo de viver das mulheres e moças desta terra. Elas vivem sempre separadas do sexo oposto, raramente se permitem ser olhadas por algum estranho, nem mesmo por parentes próximos, e se têm de aparecer publicamente é quando vão à missa na manhã dos domingos. Nesses dias, mesmo com todo o cuidado dos pais, é que são marcados os encontros de amor. Hoje, uma pessoa bastante confiável contou-nos uma história escabrosa que aconteceu há alguns anos, em Itu. Num domingo, um padre, caminhando depois da missa, viu sua sobrinha observando, curiosa e sem o conhecimento da mãe, através da janela de grade, as pessoas que passavam. O tio foi ter com sua irmã para repreendê-la por estar se descuidando da educação da filha, que, segundo ele, observava furtivamente os transeuntes. À tarde, a irmã mandou chamar seu irmão, que, a essa altura, já estava de novo em casa, e mostrou-lhe o cadáver da filha, que ela havia estrangulado, garantindo-lhe que, a partir dali, ela não olharia mais as pessoas na rua”. (SILVA., 1997, p. 85-86).

Este trecho faz parte dos Diários do Barão de Langsdorff. Não importa confirmar a veracidade do trágico acontecimento, o importante é que ele foi considerado verossímil pelos contemporâneos e é significativo pelas “metáforas precisas relativas aos ideais pregados às mulheres” (ZANATTA, 2005, p. 58). Ou seja, o trecho apresenta elementos da iconosfera sobre as mulheres oitocentistas, em que a reclusão e suposta honra feminina são levadas às últimas consequências e alguns papéis sociais são bem marcados, como o da responsabilidade materna pela educação e vigilância das filhas e a figura do padre como representante e fiscal dos “bons costumes” – socialmente legitimados e apregoados pela Igreja. A possibilidade de assassinato em nome da honra dá a dimensão do acentuado grau de aceitação da violência contra as mulheres. O isolamento feminino em relação ao mundo da rua e a janela, como elo entre o espaço doméstico e o mundo público, são elementos recorrentes na representação feminina hegemônica no Oitocentos. Poucos anos antes, Auguste Saint-Hilaire, num registro menos trágico, também se referiu à reclusão feminina:

⁸⁴ Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), médico, naturalista e explorador alemão naturalizado russo, formou-se em Medicina e frequentava sociedades científicas europeias. Organizou uma expedição com artistas que percorreu 17 mil km do território nacional entre 1824 e 1829 (SILVA, 1997).

Parece que entre 1819 e 1820 a vida social de São Paulo não era mais animada do que a de outras cidades do interior do Brasil, não sendo vistas também publicamente as suas mulheres. Afora isso, porém, não fui convidado para nenhuma reunião social, nenhum jantar, e não conversei com nenhuma senhora. Em certa ocasião, ao visitar uma das pessoas mais importantes da cidade, cheguei à sua casa no momento em que ia sentar-se à mesa. O homem me convidou para partilhar da refeição, mas comemos sozinhos. Sua mulher não apareceu (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 136, grifos nossos).

A ausência de uma vida social animada é diretamente relacionada, pelo francês, à não convivência com mulheres nas terras paulistas, assim como em outras cidades do interior do país – nas cidades litorâneas, o cenário talvez fosse um pouco diferenciado e mais movimentado. Saint-Hilaire conta que conheceu Rafael Tobias de Aguiar⁸⁵ no Rio de Janeiro e que, quando chegou a São Paulo, avisou-o de sua chegada. A partir de então, o anfitrião fez a “gentileza” de lhe arranjar casa e enviar-lhe, diariamente, jantar. O francês relatou ter ficado muito agradecido, mas incomodado em “aproveitar de sua generosa hospitalidade sem que pudesse mostrar-lhe que era digno dela”. Para compensar, Saint-Hilaire fazia visitas diárias ao seu “fornecedor” e não tardou “a perceber a razão por que ele não convidava para sentar à sua mesa”. Descobriu que Rafael Tobias “costumava jantar na companhia da mãe e das irmãs, [...] senhoras [que] não deseja[vam] apresentar-se diante de estranhos” e assim, ele não podia recebê-lo” (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 189).

No cenário da Capitania, e após 1821⁸⁶, Província de São Paulo, “inúmeras regras escritas com tinta invisível no tecido da vida cotidiana da sociedade” (GINZBURG, 2002, p. 53) reservavam à população feminina como papel social ideal o recato, os trabalhos na casa e os cuidados com os filhos. A imagem da reclusão se relacionava com a acentuada desigualdade nas relações sociais de gênero e estava associada à distinção social. O resguardo doméstico era um comportamento adotado (ou ao menos recomendado) pelas elites e por grupos que almejavam ascender ou retornar a este estrato social. Evitar os espaços públicos denotava poder aquisitivo e posse de escravos que realizassem trabalhos na rua, como buscar água, comprar e vender coisas. No interior de uma sociedade escravista, tal conduta visava a diferenciação

⁸⁵ Rafael Tobias de Aguiar (1794-1857) foi um político e militar paulista. Conhecido como "Brigadeiro Tobias de Aguiar", foi um dos chefes da Revolução Liberal de 1842, em São Paulo. Foi deputado provincial e geral em numerosas legislaturas. Somente pela Província de São Paulo, foi eleito em dez legislaturas, entre 1838 e 1861, sendo em quatro delas como suplente. Foi escolhido presidente da Província de São Paulo por duas vezes, de 17 de novembro de 1831 a 11 de maio de 1835 e de 6 de agosto de 1840 a 15 de julho de 1841, acumulando neste segundo mandato, os cargos de presidente e deputado provincial. Casou-se com Domitila de Castro Canto e Mello em 1842, a Marquesa de Santos, antes do início da Revolução Liberal (AMARAL, 1895, p. 173-176). “É considerado o patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo e seu nome figura o primeiro batalhão de Choque: a ROTA” (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) (https://pt.wikipedia.org/wiki/Rafael_Tobias_de_Aguiar).

⁸⁶ A denominação “capitania” foi substituída pelo termo “província” em 28 de fevereiro de 1821, pouco mais de um ano antes da proclamação da Independência em 07/09/1822.

econômica e social em relação à população pobre e, sobretudo, à massa escrava (MARINS, 1999), como problematizamos na análise sobre os mantos e baetas.

Indícios dos modos de viver destas mulheres foram registrados por viajantes e, via de regra, produziram e/ou reforçaram os “estereótipos referentes às mulheres da elite paulista cristalizados nas imagens de devoção e reclusão” (ZANATTA, 2005). Tais estereótipos se relacionavam com os padrões de conduta social na sociedade oitocentista, classificando e hierarquizando, também, outros grupos sociais (mulheres escravizadas e livres, remediadas e pobres). Estes padrões se transformavam paulatinamente e comportamentos diversos coexistiam – como bem pudemos averiguar nos itens sobre as mulheres trabalhadoras em São Paulo.

As vozes sobre a população feminina oitocentista foram dissonantes; se houve insistência na acentuada reclusão feminina, outros viajantes destacaram alguma abertura, desembaraço e espontaneidade como virtudes da população feminina abastada. John Mawe, entre 1809-10, apreciou a conversa animada das paulistas, com “qualquer coisa de musical” e ressaltou que “a sua educação se restring[ia] a conhecimentos muito superficiais” (MAWE, 1978, pp. 90-91). Poucos anos depois, em 1813, Gustavo Beyer⁸⁷ elogiou a beleza das mulheres paulistanas destacando que no “canto e música eram talentos comuns que revelavam com a mesma graça e facilidade, mostrando-se desembaraçadas ao piano, na harpa e na guitarra” (BEYER, 1907 [1859], p. 289). O inglês Mawe e o sueco Beyer registraram observações nas quais as mulheres abastadas paulistas eram representadas como socialmente desembaraçadas, (pouco) polidas (no canto e em instrumentos) e elegantemente vestidas. O Barão de Langsdorff, em 1825, somou considerações convergentes:

Em várias residências particulares, observei um relacionamento mais aberto com o belo sexo do que em outras províncias brasileiras: as moças aparecem, sem constrangimentos, ao invés de se trancarem nos fundos da casa, como sói acontecer muitos outros lugares (SILVA, 1997, p. 26).

Gestos e posturas das paulistas foram positivamente enfatizados por alguns viajantes em meio ao conjunto das províncias brasileiras, nas quais seria – na visão deles – mais usual as mulheres se trancarem nos fundos das casas (lembrando que as generalizações eram recorrentes em tais relatos). Uma valorização relativamente positiva, uma vez que a mulher como o “belo sexo”, era associada à ingenuidade e passividade que justificaria a tutela. Entre 1817 e 1820,

⁸⁷ Gustavo Beyer foi um médico sueco que visitou a Bahia, o Rio de Janeiro e São Paulo entre 1813 e 1818 (GERBOVIC, 2009, p. 11).

em missão para conhecer os territórios da América, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius⁸⁸ registraram, em alguns volumes, suas descobertas e observações. Sobre a população feminina de São Paulo, escreveram o seguinte:

As paulistas da capital têm em comum com o sexo masculino ingenuidade e bondade. O tom da conversa em sociedade é jovial e natural, animado por pilhérias engraçadas. É injustiça acoimá-las de levianas. Embora a sua conversação faça vivo contraste com o modo mais requintado de suas antepassadas europeias, a quem a severa etiqueta não permite expansões ingênuas; entretanto a sua jovialidade sem afetação não destoa nesta província do Brasil, conservando a naturalidade e franqueza. As paulistas são esbeltas, porém de constituição forte, graciosas nos gestos, e nos traços fisionômicos do belo rosto redondo se demonstra alegria expansiva. Também o colorido de sua cutis é menos pálido do que o da maioria das brasileiras, e, por essa razão, são consideradas as mais formosas mulheres do Brasil (SPIX & MARTIUS, 1981, n.p).

Os viajantes identificaram nas paulistas espontaneidade, na comparação com os modos europeus. Na descrição, a alegria de seus modos transbordava para os seus corpos, nos quais se destacou esbelteza, graça, força e cor. Era um recurso recorrente nos textos de viajantes classificar “os mais [...] do Brasil” (bonitos, brancos, que falavam melhor a língua francesa). Adotando este recurso, os viajantes Spix e Martius caracterizaram as paulistas como “as mais formosas mulheres do Brasil”. Uma apreciação intermediária sobre as mulheres de elite foi elaborada pelo pastor estadunidense Daniel Parish Kidder que esteve em São Paulo na década de 1830. Ele afirmou que:

Com prazer declaramos nada ter notado daquele excessivo acanhamento que alguns escritores afirmam constituir uma das características da mulher brasileira. É verdade que as mocinhas dificilmente iam além de um sim senhor, ou não senhor, mas, a extrema sociabilidade de D. Gertrudes compensava esse retraimento. A proprietária fez-nos, muito espontaneamente, uma completa exposição dos seus negócios, mostrou-nos, ela mesma seus tesouros agrícolas e minerais e parecia ter a maior satisfação em divulgar os resultados de sua experiência em qualquer campo (KIDDER, 1940, p. 203).

Parece se tratar de Gertrudes Galvão de Moura Lacerda Jordão⁸⁹, uma proprietária de fazendas no entorno da cidade de São Paulo, que convidou o pastor e seus companheiros de viagem para visitas a sua propriedade no Jaraguá e o impressionou por sua desenvoltura. Esta senhora da elite⁹⁰ é um caso de mulher que chefiava seu domicílio, produzia renda e possuía

⁸⁸ Johann Baptist von Spix (1781-1826) foi um naturalista alemão. Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) foi um médico, botânico, antropólogo. Em 1817, Spix e Carl von Martius foram convidados para realizar uma expedição ao Brasil, com o objetivo de descrever sua fauna e flora. Compunham a Missão Artística Austro-Alemã que acompanhou Maria Leopoldina, futura imperatriz do Brasil (https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Baptist_von_Spix).

⁸⁹ De acordo com o jornal “Freguesia News” de 27/01/2017. “Daniel Kidder destaca a amabilidade de dona Gertrudes Galvão de Moura Lacerda Jordão, viúva do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, proprietário da Fazenda Jaraguá” In freguesianews/docs/jornal_freguesia_news_27_01_2017.

⁹⁰ Outras sujeitas que romperam com o estereótipo da mulher submissa e acanhada são apresentadas no item “Divórcios como caminhos para rompimento com a submissão”.

habilidades sociais, satisfazendo as expectativas do viajante, pautadas por padrões de comportamento eurocêtricos. Como ela, outras mulheres de classes abastadas circulavam pela sociedade paulista, exemplificando a heterogeneidade de experiências inclusive dentro dos mesmos extratos sociais. A seguir, discutiremos algumas dessas experiências.

1.2.1 Vivências femininas possíveis no espaço da casa

Se, às mulheres das elites eram impostos limites mais estreitos de recato – pois este comportamento era “símbolo de distinção social” (MARINS, 1999, p. 221) – no interior destes espaços domésticos, muitas experiências eram vividas pela população feminina, para além dos reiterados trabalhos domésticos. Os registros dessas vivências são mais dispersos e fugidios na documentação, mas quando localizados evidenciam práticas culturais com participação de mulheres nas ações cotidianas. Numa carta de um leitor que assinou como “O que quer saber”, do *Farol Paulistano* de 28/03/1827 (p. 32) há um relato de uma reunião doméstica na qual houve leitura em voz alta de jornais:

Sr. Redactor. Estando quarta-feira n'uma caza de minha amizade, appareceo ahi o N° 7° do Farol Palistano: a companhia era quase toda de Senhoras, e qual primeira queria ouvir ler o nosso Periódico. Depois de feita a leitura, ouvi-as discorrer sobre os diversos objetos, que nelle se annunciavão: quasi todas tomarão a peito o bárbaro trafico, que em Itapeva se faz com os nossos Patrícios Indigenas; e a expressão de ternura maternal da Selvagem, que pedia o seu filho, excitou algumas lágrimas (*Farol Paulistano*, 28/03/1827, p. 32, Grifos nossos).

Apresentando-se como “o que quer saber”, o leitor descreve uma cena que se passa na “companhia” de amigos – a maioria mulheres – no interior de uma casa. A carta foi publicada no dia 28/03/1827 e se refere ao número anterior do periódico, que havia saído apenas uma semana antes (21/03/1827), evidenciando a dinamicidade das ações. Após a leitura em voz alta, o autor da carta diz ter ouvido as senhoras “discorrer[em] sobre os objetos diversos”. Este excerto é indício de que, nos espaços privados, mulheres das elites se aproximavam da cultura escrita em reuniões e expressavam suas opiniões oralmente. Alguns desses “objetos” foram citados, o primeiro deles foi o “bárbaro trafico [... dos] nossos Patricios Indigenas”. Voltando ao número anterior do periódico, verificou-se que naquela edição havia sido publicada uma outra carta denunciando uma “Bandeira de Caçadores” ocorrida no ano anterior que:

[...] depois de aprisionar vários índios, regressando para aquella Villa [Itapeva], achou um Indiozinho, ainda de peito, carregou e o vinha trazendo, quando appareceo a India mãe, batendo as mãos, pedindo misericórdia, e por acenos exigindo o seu pequeno filho, mas os bárbaros além de tratarem deshumanamente a India, trouxerão a criança, e venderão por duas dobras, e não contentes ainda quizerão vender a mesma India, o

que farião, se não fora o Parocho declarar, que ella era livre, e não prisioneira. (*O Farol Paulistano*, 21/03/1827, p. 28).

A leitura do jornal suscitou que as senhoras presentes expressassem indignação frente a práticas brutais e corriqueiras na vida da província – as bandeiras de aprisionamento de indígenas – especificamente a um caso que envolveu uma violência dirigida a uma mulher e ao seu filho, numa alusão explícita à empatia em relação à maternidade, mesmo numa relação de alteridade étnica. Após comentar este episódio com temática feminina, o autor se refere a outro tema da conversa; uma correspondência do número anterior, de autoria do “Sr Amigo dos religiosos” que criticava as grandes propriedades e conventos religiosos, questionando quais benefícios tais religiosos revertiam para a sociedade. Na reunião, uma “Senhora bastante idoza, que conhecera ainda os Jesuitas, Senhora de Juizo são, boa christã, e devota sem fanatismo, nem superstição”, de acordo com o remetente, discordou da opinião afirmando que os “estabelecimentos citados eram ‘muito pios, e de grande utilidade ao Estado’”, e questionou a proposta de confiscar as riquezas dos religiosos argumentando que “a nossa Constituição garante o direito de propriedade”. Ela ainda arguiu se seria legítimo tomar as propriedades de engenheiros, caso administrassem mal os seus bens e terminou lembrando que: “De mais, eu sou do tempo da extinção dos Jezuítas: aonde estão os bens? que é de suas riquezas?...”. A leitura em voz alta no âmbito doméstico era uma possibilidade de acesso à escrita pelo público não leitor. Este episódio sinaliza possibilidades e a amplitude de questões que podem ter perpassado conversas e reflexões com participações masculinas e femininas no interior das casas.

No ano seguinte, o mesmo periódico publicou outra correspondência, na qual o leitor descreveu uma suposta conversa entre um “português velho” e um “rapaz paulista estudante de latim” – presenciada na Ponte do Carmo. A conversa se iniciava com o português e o estudante expressando “tão grande alegria” pela abertura do curso jurídico na Cidade de São Paulo e comparando a cidade à Coimbra, por conta desta última ser uma referência na formação de bacharéis em direito. O português velho rememorava “como era belo ver a ponte do Mondego [em Coimbra] sempre cheia d’aquella rapaziada” e alegrava-se em imaginar que “logo esta ponte hade ser testemunha de iguaes scenas”; entretanto, lamentava que aqui os alunos não usassem *samarra*⁹¹ como uniforme, tal qual os estudantes portugueses. O rapaz, que havia concordado na alegria pela abertura do curso, discordou do português em relação à necessidade

⁹¹ Espécie de túnica ou batina de eclesiásticos. In Dicionário Caldas Aulete digital, disponível em <http://www.aulete.com.br/samarra>.

de uso de uniformes. O português expôs, então, algumas vantagens desta opção como “expressar um sentimento de fraternidade”, igualar ricos e pobres e permitir que o gorro fosse utilizado para se carregar objetos escolares. O rapaz, por sua vez, argumentou que embaixo das *samarras* os alunos ricos usavam roupas de “luxo” e assim o “vício” que se queria evitar permanecia. Acrescentava, ainda, que os tecidos eram caros e poderiam significar um “obstáculo” para os estudantes pobres que vestiriam seus próprios casacos sem a exigência de uniformes. A argumentação do rapaz se encerrava com a crítica às vestimentas “padrescas” ou “eclesiásticas” e a suposição de que se:

[...] uma Senhora Brasileira queira frequentar as Aulas, seria obrigada a trajar á moda dos Padres? Não me diga que isto não pode acontecer, as Universidades da Europa virão a uma Staël, a uma Christina Westephalen, e o convite e assistência das Senhoras no dia da abertura do Curso parece confirmar a minha hypóthese (*O Farol Paulistano*, 15/03/1828, p. 396, grifos nossos).

Embora a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco tenha permanecido exclusivamente masculina até o fim do século⁹², a conversa sobre uniformes demonstra que a ideia do ingresso feminino no ensino superior não era absolutamente interdita entre os contemporâneos, enquanto possibilidade, e traz a informação de que, na ocasião de abertura, algumas “senhoras” foram convidadas e assistiram à cerimônia de inauguração do curso. Assim, convergimos com a interpretação de Aline Zanatta (2005, p. 60) considerando que “os comportamentos foram variados o bastante para não limitarmos as práticas das mulheres, em especial as das mulheres da elite, aos discursos ideais acerca do universo feminino”. A autora reconhece que os espaços “oferecidos para que as mulheres abastadas interagissem no ambiente público” eram restritos e que “era no interior das casas que as mulheres exerciam suas atividades”. Como vimos, estas atividades domésticas eram diversificadas. Além disso, estas mesmas mulheres não estavam excluídas das estruturas burocráticas pois:

[...] como lembrou Algranti, se a mulher branca submetida ao homem pela legislação civil, canônica e consuetudinária, foi excluída da representatividade e da participação política juntamente com muitos homens, por outro lado, embora juridicamente submetida ao homem, isso não ‘significava’ que lhe fosse negado o direito legal de se manifestar [...]. Ela podia mover processos de toda ordem, legar seus bens e servir de executora testamentária. Caso os meios disponíveis falhassem, restava-lhe apelar diretamente à Coroa.”

As possibilidades legais de manifestação feminina, mobilizadas pelas mulheres de elite, são objeto do tópico a seguir.

1.2.2 Divórcios como caminhos para manifestação feminina

⁹² Maria Augusta Saraiva foi a primeira mulher a ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1897, formando-se em 1902. In Portal da memória da OAB, disponível em <http://www.oabsp.org.br/portaldamemoria/vultos-da-advocacia/maria-immaculada-xavier-da-silveira/>.

Aline Zanatta (2005) e Eni de Mesquita Samara (1989) contestam os exageros da historiografia do século XIX no estereótipo da “mulher submissa”. Zanatta (2005, p. 71) analisa o divórcio, acionado pelas mulheres das elites na Capitania de São Paulo, como uma forma legal por meio da qual a população feminina buscou efetivar seus direitos, percebendo que:

[...] os diversos comportamentos femininos provenientes dos diferentes níveis sociais revelam que muitas delas levaram situações de conflito para o casamento, “provocadas por rebeldia e mesmo insatisfação”, o que gerou muitos divórcios.

Um desses casos foi a contestação legal do casamento acionada, em 1822, por Dona Francisca de Paula Bandeira. Ela reivindicou a separação de seu marido, o Capitão-mor Domingos José da Motta”, alegando sevícias⁹³, mal tratos com “pancadas dando-lhe no corpo com palmatória deixando-lhe sinais desta crueldade”. Denunciava que havia sido atacada dormindo com “água forte nos pés com o destino de a maltratar e afligir” e que o marido havia colocado “veneno nos comes” e mercúrio em “sua bebida de mate” (ACM-SP. Fundo processo de divórcio. Est. 15 gav. 15 n. 239 apud ZANATTA, 2005, p. 127.). O caso choca por explicitar as violências sofridas e a vulnerabilidade da integridade física a que estava submetida. O marido, Capitão-mor, defendeu-se das acusações alegando não ser capaz de tais crueldades e conhecer as leis. Contestou, ainda, a conduta da esposa afirmando que ela dizia ser “uma matrona bem comportada revestida de honra e probidade”, mas que as informações não eram verdadeiras pois “vivía como absoluta, sem obedecer ao réu seu marido em cousa alguma” (ACM-SP. Fundo processo de divórcio. Est. 15 gav. 15 n. 239 apud ZANATTA, 2005, p. 127, grifos nossos). O marido buscou atingir a reputação da esposa, o alegado bom comportamento. A despeito da defesa do marido, a suplicante foi atendida no seu pedido de separação. Este e outros casos indiciam que, embora fossem eventos extraordinários, era possível, a algumas mulheres, desfazerem laços matrimoniais e se oporem a “atitudes dos maridos recorrendo à Justiça eclesiástica” (ZANATTA, 2005, p. 133). Vale destacar também que “num mundo construído para a reclusão, no qual as sociabilidades das ‘donas’ deveriam restringir-se àqueles proporcionados pelo interior do lar e da família, poderiam incidir solidariedades que extrapolavam os limites do mundo doméstico” (ZANATTA, 2005, p. 174). Muitas mulheres recorreram às relações de parentesco, amizade e vizinhança para provarem suas acusações com testemunhos de outras mulheres e também de homens nos processos de divórcio. O recurso de se valer do “discurso da honra para desfazer casamentos indesejados” foi mobilizado por

⁹³ No dicionário de Antônio de Moraes Silva (1813), encontramos o termo “sevícias” definido como: “mau tratamento que o marido faz à mulher, o pai ao filho, o senhor a escravo”.

algumas mulheres das elites paulistas. Ou seja, estas donas “endossaram o papel de boa mãe e esposa, para serem protegidas e ouvidas pela Igreja” (ZANATTA, 2005, p. 201).

Contudo, se estes casos indiciam práticas diversas dos estereótipos, é fundamental não minimizar a desigualdade e violência de gênero no Brasil oitocentista. Embora as mulheres tivessem alguns “direitos junto à Igreja e ao Estado” e os acionassem buscando melhores condições de vida, tais direitos eram acentuadamente desiguais “em relação aos homens, os quais podiam castigá-las ou matá-las em casos de adultério”⁹⁴ (ZANATTA, 2005, p. 129).

No que diz respeito à atuação das elites femininas no trabalho, embora elas não vendessem sua força de trabalho, algumas destas mulheres atuaram como capitalistas na “própria organização doméstica, como o comprar e o decidir as tarefas a serem executadas”. Estas atividades eram realizadas por mulheres escravizadas ou pelas senhoras e “deve[m] ser encarada[s] como trabalho e não apenas como simples obrigação de esposa, como os moralistas da época procuravam fazer acreditar” (SILVA, 2002, p. 168). No que se refere às mulheres chefes de família, Elisabeth Almeida (1981, p. 149) contabilizou 25 proprietárias de engenho na capitania de São Paulo em 1798. Eni Samara (1989, p. 110) destacou que, no século XIX, “o sexo feminino tinha uma participação mais ativa, à testa da família e dos negócios, contribuindo com recursos para a manutenção da casa”. Havia mulheres vivendo sozinhas nas diferentes camadas sociais, incluindo as elites – como Gertrudes de Moura Lacerda já citada. Outras mulheres independentes bastante conhecidas por seus contemporâneos foram as irmãs Toledo Rendon, as senhoras ‘Anastácias’ ou as Arouche, mulheres que podiam manter uma vida abastada mesmo permanecendo solteiras, vivendo dos grandes cabedais herdados” (MARINS, 1999, p. 221).

Houve, no período, outro caso de uma mulher paulista das elites que adotou comportamentos que destoavam dos padrões. Era uma figura com muita projeção que é notória até os dias de hoje. Herdeira de grandes fortunas, ela teve um casamento arranjado aos 15 anos com um homem de rica família mineira, mudou-se para a Província de Minas e ficou casada de 1813 a 1819, teve três filhos e reivindicou o divórcio do seu primeiro marido devido a violências sofridas (incluindo tentativa de assassinato) e tentativa de venda de seus bens, pelo marido, sem o seu consentimento. Voltou a viver na Província paulista, em 1819, após o divórcio. Em 1822, conheceu e se envolveu com um poderoso amigo do seu irmão caçula. Em 1823, transferiu-se para a Corte Imperial com a família a fim de viver com o novo companheiro (que era casado),

⁹⁴ Permanências desta cultura podem ser evidenciadas pela grande quantidade de casos de feminicídio no Brasil.

lá permanecendo até 1829, quando a relação terminou e ela voltou a viver em São Paulo. Em 1833, iniciou um novo relacionamento com o então presidente da província, um homem também das elites provinciais e participação de destaque no cenário político paulista, ela também agiu em alguns importantes eventos políticos. Casaram-se em 1842, durante a Revolução Liberal, quando o destino do companheiro, principal líder do movimento, tornou-se incerto. Ela preferiu que o casamento fosse feito com separação de bens, assim continuaria gerindo a sua própria fortuna. Seu marido fora capturado e levado preso para o Rio de Janeiro e ela partiu para a Corte e requereu, por meio de procurador, que o imperador D. Pedro II a deixasse cuidar do companheiro doente. O requerimento foi deferido e ela pôde morar com o marido na prisão. Meses depois, o imperador anistiou os envolvidos na revolução e o casal voltou para casa em São Paulo. Ficaram juntos por 24 anos, até a morte dele, em 1857. Tiveram seis filhos. Ela teve uma atuação muito significativa no cenário sociocultural das elites paulistas promovendo saraus, bailes e outros eventos com intensa participação dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Viveu como viúva por quase 10 anos, administrando suas riquezas e com uma ativa vida social e cultural. Mas quem era tal senhora paulista das elites com atuação tão diversificada? Trata-se de Domitila de Castro do Canto e Melo, a popular Marquesa de Santos. Embora, esta poderosa e rica paulista tenha vivido quase 70 anos (1797-1867) em três províncias, vivenciando experiências destoantes do estereótipos e condutas dos padrões oitocentistas em diversas frentes; a personagem histórica ficou famosa exclusivamente pelos acontecimentos do período entre 1822-29, quando viveu o concubinato com D. Pedro I. Estes anos da sua vida são constantemente revisitados pela literatura e por produções audiovisuais de massa que insistem na sua representação como a bela e sedutora concubina do Imperador. O objetivo de fazermos essa menção não é tentar apagar o caso com o imperador da trajetória de Domitila de Castro do Canto e Melo, mas realçar o processo de redução das experiências femininas a papéis coadjuvantes das histórias masculinas, invisibilizando suas atuações. Como a Marquesa de Santos e outras mulheres abastadas aqui apresentadas, ser *dona* era uma das possibilidades para as pessoas do sexo feminino no período imperial⁹⁵.

⁹⁵ É necessário destacar que há alguns importantes estudos sobre as experiências femininas oitocentistas que não foi possível incorporar ao capítulo. Foram referências que chegaram até nós quando os prazos de finalização e retorno ao trabalho docente na educação básica já não permitiram a inclusão. É o caso da indicação de Alessandra Schueler: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012 e da pesquisa de Sheila de Castro Faria (2001), que investigou a presença de senhoras escravistas não brancas no Sudeste escravista nos séculos XVIII e XIX – indicada por Adriana M. P. da Silva na defesa.

Diferentes condições, cores, classes sociais, ofícios e fontes de rendas constituíam múltiplos arranjos que propiciavam experiências diversas à população feminina. Entre as senhoras escravistas e as mulheres livres de classes sociais mais baixas, encontravam-se algumas perspectivas, entre as quais a dedicação ao magistério – opção não apenas para as mulheres, mas também para homens livres e pobres.

1.3 Breves considerações sobre as professoras de primeiras letras no cenário das mulheres da São Paulo oitocentista

As professoras constituíram um grupo específico que se diferenciava dos demais e, ao mesmo tempo, apresentava muitas características comuns. A condição de “mulheres sós”, já sinalizada, era compartilhada tanto por mulheres abastadas quanto pobres. Embora as condições econômicas e sociais das professoras fossem significativamente mais humildes do que as das mulheres das elites, muitas professoras, após alguns anos, passaram a ser registradas na documentação com o pronome “Donas”, utilizados para as senhoras das elites. A incorporação dos pronomes pode ter ocorrido em decorrência de casamento e, também, do prestígio social que a docência conferia às mestras, pelo domínio da cultura escrita.

Assim como lavadeiras, quitadeiras, quituteiras e parteiras, as professoras estabeleceram relações com os governos local e provincial no interior do processo de normatização das instituições de um Império que se constituía – com a fiscalização de agentes do governo. As exigências de licenças e exames das parteiras, por parte do governo, foi outra experiência que se aproximava das vivenciadas pelas mestras de primeiras letras, assim como a transmissão do ofício entre mulheres. Contudo, enquanto estas foram conquistando mais espaço no magistério – a “feminização” do magistério na segunda metade do século, o ofício de parteira sofreu uma “desfeminização”, marcada pela marginalização e desqualificação de seus fazeres no mundo do parto.

Possibilidades diversas de ser mulher povoaram as experiências na São Paulo Oitocentista. Diversos ofícios eram, muitas vezes, exercidos pelas mesmas mulheres em momentos diferentes. Às condições sociais, econômicas e de trabalho somavam-se as profundas desigualdades raciais de um país escravista que, também, recebia muitos estrangeiros. A iconosfera da “clausura feminina no espaço doméstico” é contraposta pelas fontes a “um complexo quadro de posições e funções sociais diferenciadas” que dá “visibilidade à

multiplicidade de experiências do feminino no período” (GOUVÊA, 2003, p. 5). Neste primeiro capítulo, nossa observação se deu numa escala mais ampliada que privilegiou o universo das mulheres trabalhadoras em São Paulo no Oitocentos. Nossa narrativa partiu de algumas experiências representações femininas no XIX, esboçando uma imagem de conjunto, mais panorâmica que permite uma compreensão geral dos atores no cenário, mas também na qual os sujeitos aparecem com menos nitidez. Passamos, a seguir, a focalizar a invenção do ofício do magistério com o objetivo de deslocar do cenário, com suas várias personagens, para as experiências singulares das professoras no mundo social onde viveram.

CAPÍTULO 2 – MAGISTÉRIO PÚBLICO FEMININO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1828-1860)

Esta investigação tem a experiência docente da mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo como fio condutor (e inspiração) das interpretações, como anunciamos na Introdução. A trama foi tecida a partir de questões, espaços, polêmicas e tradições identificadas na trajetória da primeira mestra pública da Província de São Paulo. Contudo, não nos restringimos à biografia da mestra, mas buscamos compreender a invenção do magistério público feminino, por meio da problematização das experiências de outras professoras e demais sujeitos da Instrução Pública, do processo de escolarização; estabelecendo relações com os processos históricos do período. No primeiro capítulo, delineamos os contornos do cenário do mundo do trabalho feminino paulista em meados do Oitocentos, no qual o magistério feminino se inseriu. Neste 2º capítulo, passamos às questões específicas da docência e da escola. Percorremos querelas, saberes, métodos, salários e dados numéricos da instrução feminina num movimento de cotejamento entre as ações do governo provincial e as experiências das mestras públicas. Iniciamos com a polêmica: as denúncias da ausência do ensino das prendas domésticas na primeira escola pública feminina da Província.

2.1 A “querela” em torno do ensino das prendas domésticas

Ao acompanharmos o dia a dia da Instrução Pública paulista por meio da documentação administrativa e da Imprensa Periódica, a temática das prendas domésticas é recorrente, com cobranças para que fossem efetivamente ensinadas, elogios às professoras que as ministravam em suas aulas ou denúncias por sua ausência. Embora, geralmente, o tema tenha sido objeto de relatórios de inspetores da instrução e de outros funcionários do governo provincial, a primeira menção não foi realizada por um desses homens de poder. Maria Lúcia Hisldorf (2010; 2007), ao entrecruzar suas investigações sobre a mestra Benedita aos seus estudos sobre o *Seminário de Educandas*, aponta que a primeira alusão, nas fontes, à ausência do ensino das prendas nas aulas da mestra da cidade de São Paulo foi realizada no ofício manuscrito enviado pela diretora do *Seminário de Educandas*, Eliziária Cezília Espínola⁹⁶, em setembro de 1829, no qual ela

⁹⁶ Eliziária Cezília Espínola foi diretora do Seminário de Educandas entre 1825 e 1830 e era responsável pelos cuidados e educação das órfãs que nele habitavam. Seu pai, Nicolau Batista de Freitas Espínola, foi síndico entre 1825 e 1828, quando faleceu. Eliziária pediu demissão em 1830 e faleceu em 27 de maio de 1878 (MARTINS, 2003, p. 49-50, 307).

informou que a mestra de primeiras letras Benedita da Trindade ensinava apenas a ler e escrever. A nossa investigação confirma a assertiva de Hilsdorf (2010).

O *Seminário de Educandas* foi um estabelecimento criado em 1825, durante a presidência de Lucas Monteiro de Barros (primeiro presidente da província). Para Hilsdorf (2010), foi uma das ações da filantropia liberal ilustrada da Província de São Paulo. O manuscrito de 1829, enviado pela diretora, informava sobre a vistoria da Comissão nomeada pela Câmara e trazia uma reivindicação de aumento salarial a partir da comparação entre os valores do seu ordenado e o de Benedita da Trindade, assim como uma comparação entre os trabalhos realizados por cada uma (na visão da diretora). Eliziária Espínola lamentava que recebia apenas 76\$800 réis por ano para alimentar, vestir, dar educação religiosa, ensinar as meninas “a ler, escrever, contar, cozer, fiar, fazer crivos, bordar, fazer puçá, fazer flores” (Ofício de Eliziária Cezília Espínola, APESP, OD⁹⁷, 03/09/1829) e ainda realizava os trabalhos de receita, despesa e de elaboração de listas que era obrigada a enviar em cada trimestre como diretora, enquanto a mestra pública de primeiras letras ensinava “unicamente a ler, escrever e nada mais” e gozava de férias e dias santos (como as quintas-feiras), recebendo o ordenado de 300\$000 anuais. E concluía da seguinte maneira:

[...] há de parecer a VV SS incompatível ao meu trabalho, e delicado Emprego que de mim se confiou para merecer a devida consideração levando-se outrossim em conta a ter eu criado o referido Recolhimento e estar nele os anos q tem decorrido com tão insignificante gratificação para merecer a quantia correspondente, uma vez que suponho ter cumprido com o meu dever e desempenhado tão melindrosa e delicada ocupação como melhor julgarão as autoridades constituídas e igualmente o Público. Deus prospere, felicite e guarde a VV SS por muitos anos. Seminário de N. Sra. da Gloria. 3 de 7bro de 1829.

A Diretora Administradora. Eleziária Cezilia Espinola

A cidade de São Paulo era, em meados do Oitocentos, uma área urbana que somava menos de 22 mil habitantes (MULLER, 1923)⁹⁸, fato que proporcionava relações bastante próximas entre os sujeitos. A diretora do Seminário em 1829, Eliziária Espinola, sabia não só o valor do ordenado da professora pública, como também o que ela ensinava (ou deixava de

⁹⁷ A sigla OD é da documentação pertencente à série Ofícios Diversos. A série foi digitalizada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e está disponível para pesquisa no site da instituição. Quando a pesquisa era realizada diretamente nos arquivos físicos, a documentação era acessada nas latas com referências similares à da documentação da Instrução Pública (C00865, por exemplo). Atualmente, a busca é feita pela data, localidade, remetente e destinatário no seguinte endereço digital http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/oficios_diversos. É necessário que o pesquisador faça um cadastro para realizar as buscas. Em decorrência desta mudança na forma de pesquisa, não informamos os códigos de identificação da documentação desta série.

⁹⁸ De acordo com os levantamentos realizados em 1836 pelo engenheiro militar português enviado à América em 1802, Daniel Pedro Muller (1785-1841) (MULLER, 1923).

ensinar) em suas aulas. Se a primeira informação era acessível, pois constava na ata da sessão da Câmara e em documentos do governo provincial que eram publicados nos rarefeitos e incipientes periódicos, a segunda provavelmente era uma informação obtida a partir da oralidade nas relações e conversas “à boca pequena”. Era, portanto, um assunto comentado entre os sujeitos mais próximos à aula da Sé.

O que pretendemos ressaltar é que a ausência das prendas não foi, inicialmente, objeto de uma denúncia da inspeção da Instrução, mas foi informada numa demanda de outra mulher funcionária do governo provincial, como argumento para justificar o seu pedido de aumento. A diretora sublinhou a injustiça na diferença entre os ordenados, destacando que realizava mais serviços e recebia bem menos. Assim, o ensino ou ausência das prendas domésticas nas aulas femininas abrange diversos aspectos do magistério público feminino: era intrínseco aos saberes eleitos, reverberaram na questão salarial, perpassaram as relações entre mulheres e homens ligados à Instrução Pública, modificaram os concursos para ingresso no magistério feminino e possibilitaram diferentes experiências de feminilidade conforme se combinavam fatores de gênero, classe e cor.

Insinuações indiretas como as da primeira diretora do *Seminário de Educandas*, denúncias mais explícitas e questionamentos sobre o tema ocorreram desde 1829, avançando ao longo das décadas de 1830 a 1850. Foi possível localizar um conjunto de registros referentes à *querela* das prendas, entre 1829 e 1858, na cadeira da Sé e em outras aulas femininas. O único caso anterior à década de 1840 é o de Benedita da Trindade. Na maioria, sobressaem-se as denúncias para que o artigo 12 da Lei de 15 de outubro de 1827 fosse cumprido e as prendas efetivamente ensinadas. No final de 1832, no relatório de inspeção do estado das escolas públicas da Cidade de São Paulo, sobre o ensino das prendas, foi relatado o seguinte:

Muito oportunamente devo observar a Câmara que na nesta escola não tem tido cumprimento do artigo 12 da lei de 15 de outubro de 1827 na parte em que determina que as mestras ensinem as discípulas as prendas que servem a economia doméstica. Confessou-me francamente a professora que não sabe como dar execução a este artigo, ignorando quais sejam estas prendas domésticas e o modo prático do seu ensino. A Câmara tomará isto sua devida consideração para representar o quê entender conveniente [...]

Ilmo Sr Presidente da Câmara em São Paulo 17 de Dezembro de 1832

José Xavier de Azevedo Marques

(Relatório do inspetor José Xavier de Azevedo Marques, APESP, IP, C00868, 17/12/1832, grifos nossos)

A descrição da aula feminina e o registro de que parte do artigo 12, da Lei de 1827, não estava sendo cumprido resultou num pedido de esclarecimento à mestra. No início de 1833, a

Câmara da Cidade de São Paulo – que era responsável pela fiscalização da instrução pública⁹⁹ – registrou os primeiros questionamentos à professora da Sé sobre a ausência das prendas. Nesta ocasião, não as ensinar parecia não causar grande polêmica, embora o seu ensino já fosse previsto por lei. A “falha” era identificada, mas as justificativas apresentadas – falta de tempo ou desconhecimento sobre que saberes incluíam – eram aceitas, ao menos por uma parcela dos integrantes da inspeção.

Em 26 de março de 1832, havia sido aprovado um “Regulamento para os mestres da Província de São Paulo”. Este regulamento é importante por conter instruções direcionadas especificamente aos professores de primeiras letras paulistas e, também, por um de seus artigos ter sido literalmente citado pela professora Benedita da Trindade. Em 8 de maio de 1833, numa resposta a um ofício que a questionou sobre a falha, a mestra escreveu explicitamente:

Regendo-me no ensino de minhas Alumnas pelo Regulamento dado pelo Exmo Governo d'esta Província com data de 26 de Março de 1832, q em 11 de Abril do mesmo anno me foi comunicado pela Camara Municipal não ensino as prendas necessárias á Economia doméstica determinadas no Artº 12 da Lei de 15 de 8br, por se acharem excluídas pelo conteúdo do Artigo 3º do mesmo Regulamento que vai junto por copia.

Todavia, se a V Exª parecer justo que devo ensinar as ditas prendas, executarei suas Ordens, com o mesmo zello e atividade com o que até agora tenho servido. Deos Guarde a V. Exc p. muitos anos.

São Paulo 13 de Maio de 1833.

Benedita da Trindade - Professora da Escolla das Meninas.

(Ofício de Benedita da Trindade, APESP, OD, C00869, 13/05/1833, grifos nossos)

A resposta da mestra indica que, em 1833, era possível negociar o ensino das prendas. Para legitimar sua justificativa, Benedita da Trindade copiou o artigo 3º do “Regulamento dado pelo Exmo Governo desta Província de S. Paulo em 25 de março de 1832 para as Mestras de 1ªs letras” e anexou ao ofício de resposta, conforme a figura abaixo:

⁹⁹ A Lei de 1º de outubro de 1828, que “dá nova forma às Câmara Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos juizes de paz” (BRASIL, 1828) previa, no artigo 70, que “terão inspecção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos orphãos pobres, em cujo numero entram os expostos; e quando estes estabelecimentos, e os de caridade, de que trata o art. 69, se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma cidade, ou vida a outras autoridades individuaes, ou collectivas, as Camaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, e augmento dos sobreditos estabelecimentos” (BRASIL, 1828).

Figura 44: Artigo 3º do “Regulamento dado pelo Exmo Governo desta Província de S. Paulo em 26 de Março de 1832 para as Mestres de 1ªs letras”, manuscrito pela mestra Benedita da Trindade em 13/05/1833

Fonte: APESP, IP, C00869

De acordo com a cópia, o artigo previa que “As Mestras de meninas devem igualmente ensinar as matérias constantes do referido artigo 6º com exclusão das que se trata no Artigo 12”. Em 1833, a mestra citou um artigo do Regulamento provincial de 1832, que, de acordo com sua interpretação, as havia excluído. Ao consultarmos o regulamento citado, detectamos uma ambiguidade da legislação. A seguir, o quadro apresenta, à esquerda, a transcrição dos artigos 6º e 12 da Lei Geral de 1827 e, à direita, os 3 primeiros artigos do Regulamento provincial de 1832:

Quadro 2: Artigos da Lei Geral citados pelo Regulamento Provincial de 26 de março de 1832

Artigos 6º e 12 da Lei <u>Geral</u> de 1827	Regulamento <u>Provincial</u> de São Paulo de 26 de março de 1832
<p>Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.</p> <p>Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica;</p>	<p>- Obrigações dos Mestres de primeiras letras Conforme a lei de 6 de novembro de 1772, provisão de 5 de Abril de 1811 e carta de lei de 15 de outubro de 1827.</p> <p>1º os mestres providos antes da lei de 15 de outubro de 1827 são obrigados a ensinar a ler, escrever e pelo menos as quatro espécies de aritmética simples, a gramática da língua nacional e os princípios da Moral Cristã.</p> <p>2º Os que tiverem sido providos em conformidade da referida lei de 15 de outubro de 1827 devem ensinar todas as matérias compreendidas no artigo 6º da mesma.</p> <p>3º As mestras de meninas devem igualmente ensinar as matérias constantes do referido artigo 6º com exclusão das que se trata no Art. 12.</p>

Fonte: Site da Câmara dos Deputados¹⁰⁰ e Jornal *O Novo Farol Paulistano*, 30/11/1832, p. 1

¹⁰⁰ Disponível em: <(http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacao-original-90222-pl.html)>. Acesso em: 13/02/2017.

O artigo 3º do regulamento de 1832 determinava que as mestras deveriam ensinar as matérias do artigo 6º da Lei de 1827 que eram: “ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana” (BRASIL, 1827). Determinava também a “exclusão das [matérias] que se trata no artigo 12” (BRASIL, 1827). É exatamente neste trecho que se encontra a ambiguidade. A dúvida é: a exclusão prevista no artigo 3º do regulamento de 1832 referia-se à geometria ou às prendas domésticas? Era uma reiteração da exclusão da geometria das aulas femininas, já prevista na Lei Geral, ou referia-se à exclusão das prendas, que era a matéria adicionada por este artigo? As práticas sociais teriam resultado numa norma provincial que voltava as aulas de primeiras letras para os saberes da leitura, escrita, aritmética e doutrina religiosa ou a lei provincial teria reforçado a costura, no interior das escolas, diferenciando os saberes de acordo com os padrões de conduta de gênero da época?

Astuta e criativa (CERTEAU, 1994), a mestra Benedita da Trindade usou o regulamento para justificar a ausência das prendas em suas aulas. A dificuldade em se contemplar o ensino das prendas na aula pública de primeiras letras da Sé já havia surgido e considerou-se que o tempo era escasso para o seu ensino somado ao das demais matérias; assim, a astúcia, repertório legal e posicionamento da mestra somada aos obstáculos já enfrentados para a efetivação da lei poderiam ter justificado sua exclusão. Em pesquisa anterior sobre a trajetória de um professor de Curitiba, no século XIX, apontamos:

A trajetória do professor de primeiras letras permite apreender que, se por um lado, as suas práticas eram pautadas pelo cumprimento e sujeição à legislação, por outro, ele fez um uso tático (CERTEAU, 1994) do repertório que havia acumulado ao longo do magistério e de outros cargos político-administrativos para que seus interesses, ao mesmo tempo, individuais e coletivos fossem contemplados pela lei (MUNHOZ; VIDAL, 2017, p. 167).

Na mesma direção, consideramos que a mestra conhecia as leis e acompanhava as suas promulgações, mobilizando-as para justificar o que não ensinava em suas aulas e esquivar-se do ensino das prendas.

A interpretação de que o regulamento reforçou a exclusão da geometria é a mais plausível, já que ele mandava ensinar as matérias do artigo 6º da Lei de 1827 com a exclusão daquelas matérias do próprio artigo 6º que foram mencionadas no artigo 12, no caso, as noções de geometria que foram excluídas; as prendas domésticas não foram especificamente reguladas. A despeito da pretensa racionalidade e objetividade que usualmente subsidiam a análise de

textos legais, por vezes, um recurso utilizado propositalmente pelos legisladores é o de deixar o texto legal vago e ambíguo.

O modo como Benedita da Trindade se colocou também permite especular um possível posicionamento político optando por seguir a lei provincial (1832) e não a lei geral (1827). Este momento inicial da “querela das prendas” desenrolou-se no tempo da Regências em que as oposições entre provincianos e centralistas eram recorrentes em diversas províncias do Império (MATOS, 2004). No início da década de 1840, ocorreram as revoltas liberais, em Minas Gerais e em São Paulo, “contrárias à tendência centralista que se consolidava no país” compreendidas pela historiografia como “reação liberal contra o ‘regresso’ conservador instituído, principalmente, pela Lei de Interpretação ao Ato Adicional e a Reforma do Código Criminal” (OLIVEIRA, 2008, p. 6). Nesta perspectiva, a mestra paulista pode ter sido uma provinciana que expressou seu posicionamento por meio de práticas pedagógicas¹⁰¹. A participação da docente na “Sociedade Sete de Setembro”¹⁰² constitui outra pista do seu engajamento político. Em janeiro de 1859, ela foi arrolada na lista de sócios que contribuíram com doações em dinheiro para os festejos da Independência promovidos pela Sociedade (*Correio Paulistano*, 19/01/1859, p.3).

As denúncias posteriores que Câmaras e inspetores fizeram à Benedita da Trindade e a outras mestras exigindo o ensino das prendas reforçam a interpretação de que o Regulamento não excluiu as prendas e, conseqüentemente, o alinhamento entre os encarregados da fiscalização local da instrução pública e as determinações do Governo da Corte Imperial. Apreende-se o caráter da lei enquanto um “campo de lutas”, uma arena de negociação (THOMPSON, 1987, p. 350).

Maria Lucia Hilsdorf (1997, p. 97) ressaltou que o regulamento do qual Benedita da Trindade se valeu na sua defesa era posterior ao fato que gerara a denúncia. Ou seja, sabia-se, por meio dos requerimentos da diretora do *Seminário de Educandas*, que desde 1829 (pelo menos), a mestra deixava de lecionar costura e afins. Considerando este fato, Hilsdorf (1997, p. 97) ironizou que a explicação da docente “era irrelevante”, já que ela não ensinava as prendas mesmo antes do regulamento ter permitido a exclusão – se é que realmente permitiu? É ainda

¹⁰¹ Esta interpretação foi formulada na ocasião da defesa desta tese pela professora Adriana Maria Paulo da Silva e incorporada à versão revisada.

¹⁰² De acordo com CARVALHO (2015, p.192-193), a Sociedade Sete de Setembro era “uma sociedade de beneficência particular que tinha por objetivo educar meninas órfãs, a fim de prepará-las para o magistério ou o casamento”. Cf. *Correio Paulistano* (30 mar. 1855). ”.

mais irônico (e astuto) cogitar que a professora tenha justificado a ausência valendo-se de um regulamento que determinava exatamente o contrário.

Avançando na problematização da ausência das prendas, é possível interpretar a ambiguidade legal e as respostas da professora como evidências de uma resistência letrada na aula pública feminina de primeiras letras da Sé e de uma tradição da transmissão das prendas no interior dos espaços domésticos. Numa perspectiva em que as leis são analisadas “não apenas como ordenamento jurídico, mas também como linguagem e prática social” (FARIA FILHO, 1998, p. 92) buscando-se realçar as negociações que as atravessam.

Edward Palmer Thompson (1998, p. 86) destaca o *costume* como uma “interface da lei com a prática”, que pode tanto ser considerada como “práxis [...] e igualmente como lei”. Para o autor, os costumes repousam sobre “dois pilares – o uso em comum e o tempo imemorial” (THOMPSON, 1998, p.86). Para Adriano Luiz Duarte:

O que parece fundamental, nas sugestões de Thompson, é perceber a relação entre costume e lei. E essa relação é sempre instável e mutável. Exemplo disso é dado pelo fato de que registrar os costumes, às vezes oralmente herdados, era uma maneira de garantir, na lei, os direitos costumeiros. E, para assegurar a manutenção dos direitos, o costume podia se tornar muito complexo e sociologicamente sofisticado. Ou seja, não havia nada estático nem no costume nem, tampouco, na lei. Exatamente por isso, a lei não aparece como um instrumento de domínio de uma classe sobre outra, mas como um campo de lutas, aberto e indefinido, em que a complexidade dos costumes desempenha um papel decisivo (DUARTE, 2010, p. 177).

Operando com estas reflexões sobre *costume* e *lei*, é possível arriscar uma interpretação para a temática das prendas nas terras paulistas oitocentistas. A questão não era de domínio de uma classe sobre a outra, mas de relações sociais de gênero que envolviam poder, hierarquias e negociações entre sujeitos na disputa por domínios em diferentes espaços. Neste cenário do jovem Império do Brasil, observa-se a dinamicidade e a arena de conflitos entre costumes e lei. A transmissão dos saberes de agulha constituía as experiências femininas nos espaços da casa; a tecelagem e a costura constituíam o conjunto de saberes mínimos para a sobrevivência humana, tal como alimentação, moradia, etc. e a sua transmissão fazia parte da dinâmica familiar. Quando observamos os fogos (domicílios) na cidade de São Paulo, identificamos muitas mulheres que informaram viver de suas costuras.

No mesmo período, a instrução pública feminina era inaugurada nas diferentes províncias. É importante reforçar que, antes de 1827, outras experiências de instrução da população feminina eram vivenciadas desde a colônia, com formatos mais ou menos escolarizados. A escolarização feminina oficial era bastante recente para se apoiar no pilar do “tempo imemorial” (THOMPSON, 1998, p.86) – era incipiente e se efetivava por meio de um

lento processo de criação de cadeiras. Todavia, a instrução pública masculina já contava com um lastro temporal mais prolongado nas nossas terras, com as aulas régias, e articulava-se à tradição da ex-metrópole, inserida entre os países ocidentais.

Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin (2001) denominaram o processo social que tornou a forma de socialização escolar hegemônica de “invenção da forma escolar moderna” (VICENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 27). Tal “forma” é compreendida como uma das interfaces da nova ordem urbana que redefiniu direitos civis e religiosos a partir do século XVII nos países ocidentais. Esta forma de socialização se realizou por meio da constituição de espaços específicos e da pedagogização das relações sociais de aprendizagem. Houve a sistematização do ensino com saberes escriturais formalizados e a aprendizagem de formas específicas de poder. Os autores assinalam as ligações profundas que unem escola e cultura escrita num todo sócio-histórico. A emergência dos Estados modernos foi acompanhada pela organização dos sistemas seculares de ensino e um movimento contínuo de homogeneização dos variados modelos de socialização e transmissão de conhecimentos. Nestes sistemas de ensino oficiais, para se acessar a qualquer tipo de saber escolar, é necessário dominar a língua escrita (VICENT; LAHIRE; THIN, 2001).

Nesta perspectiva, a ausência das prendas domésticas nas aulas da professora Benedita da Trindade pode ser lida como uma interface deste processo de invenção da forma escolar moderna e de afirmação da centralidade dos saberes escriturais nas escolas, inclusive numa aula feminina. Na primeira escola de primeiras letras na Província de São Paulo, os saberes escriturais foram mobilizados e se sobressaíram em relação às prendas, que já eram transmitidos nos espaços domésticos. Nesta “escola”, a mestra optou pela ênfase no ensino da leitura, escrita e aritmética. Em detrimento das prendas, que já “pertenciam” ao domínio dos saberes transmitidos na casa.

Em julho de 1838, a Câmara da cidade considerou que “a mestra mostra[va] zelo” e que adotava o catecismo “do bispo Colbert que na verdade [era] um dos melhores” (Ofício da Câmara ao Presidente da Província de 23 de julho de 1838, Registro Geral da Câmara de São Paulo, vol. XXVIII, p. 133). O parecer reconhecia a qualidade da aula pública feminina da Sé e terminava informando que o tempo de 4 horas, determinado por lei, era pouco para o que se “[...] ensina[va] e portanto [era] inexequível tal ensino de coser” (Ofício da Câmara ao Presidente da Província de 23 de julho de 1838, Registro Geral da Câmara de São Paulo, vol. XXVIII, p. 133). Assim, a justificativa de falta de tempo – bastante factível, aliás – foi acionada

pela professora, e, por algum tempo, considerada legítima por uma parcela dos governantes que inspecionavam a instrução pública.

Entretanto, um movimento de pressão para que as prendas fossem contempladas nas escolas públicas femininas foi se fortalecendo. Em 1835, a inspeção sugeria uma readequação dos horários da aula da mestra Benedita para contemplar o ensino destes saberes:

No andamento que tem esta Aula impossível he que a Mestra cumpra bem a ordem de ensinar prendas para uso domestico: acho por isso necessário que Vmces representem ao Exmo. Presidente afim de que este (se achar útil) altere a marcha do ensino desta Professôra, obrigando-a a ensinar de manhã a coser e bordar e de tarde a lêr e escrever com proveito para objetos opostos, nem os Paes de família quererão sujeitar suas filhas a ensinar tão ligeiro, como agora acontece. [...] (Ofício de José Ignacio Silveira da Mota dirigido ao presidente da Câmara, APESP, IP, 16/03/1835, grifos nossos).

A cobrança do ensino da costura e do bordado foi acompanhada por sugestões de redefinições na divisão do tempo das diferentes matérias. Vincent, Lahire e Thin (2001) destacam que o modo de socialização escolar também realiza a “escolarização das relações sociais de aprendizagem [e é] indissociável de uma escrituralização-codificação dos saberes e das práticas” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 29). Possivelmente, as prendas também sofreram um processo de codificação para se tornarem exequíveis no interior das escolas. Conforme este processo se efetivava, as escusas foram perdendo credibilidade e deixando de ser aceitas. A margem para negociação foi reduzida ao longo da década de 1830. A resistência letrada foi cedendo ainda mais espaço para a invenção de uma tradição “prendada” nas escolas femininas. Em 1846, a Lei provincial nº 34 determinou que:

Art. 2º A instrução primária para o sexo feminino constará das mesmas matérias do artigo antecedente, com exclusão da geometria; e limitada a aritmética á teoria e prática das quatro operações; e também das prendas que servem à economia doméstica (SÃO PAULO, Lei provincial nº 34 de 1846).

Leda Rodrigues (1962) e Maria Lucia Hilsdorf (1997) concordam na interpretação de que o movimento de pressão foi se acentuando ao longo do XIX. Para a Hilsdorf, o comportamento de não ensinar as prendas não significava que a mestra Benedita da Trindade “infringia uma norma e revertia uma imagem, [ou que] era ‘avançada para a sua época’ ou até feminista” (HILSDORF, 1997, p. 99), mas, sim, que houve uma mudança social, do início para a segunda metade do século XIX, que se deu com um movimento de pressão da sociedade, via legislação e normatização, “para fazer com que todas as mulheres figurassem o ‘anjo do lar’” com a imposição dos “lavors feminis” (HILSDORF, 1997, p. 99) às aulas públicas femininas via fiscalização, denúncias e admoestações às mestras. Além de Benedita da Trindade, outras professoras deixaram de ensinar as prendas e foram repreendidas por isso. A diferença é que os

demais casos são todos posteriores a 1850. O inspetor geral, no Relatório da Instrução Pública de 1856, advertia acerca da necessidade de parcimônia nos casos de denúncias contra professores:

Figura 45: Relatório da Instrução Pública, Instrução Pública de SP, 1856, p. 10

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

Na análise das denúncias é fundamental considerar o alerta de que era comum o “espírito de partido”, envolvendo contendas pessoais ou mesmo difamações com o objetivo de retirar professores de seus cargos. O quadro abaixo dá visibilidade aos casos que envolveram questões relativas ao ensino das prendas domésticas.

Quadro 3: Notas sobre a ausência do ensino das prendas nas aulas públicas femininas

Nº	Data	Tipo de documento	Local	Conteúdo
1.	03/09/1829	Ofício da diretora do Seminário de Educandas, Eliziária Cezília Espínola à Câmara Municipal	SP	Informava que “recebia 76\$800 réis anuais para administrar e dar educação econômica e religiosa, ensinar a ler, escrever, contar, crivos, bordados, fiar e coser, fazer flores e puçá”, ao passo que Benedita recebia 300\$000 réis anuais de ordenado para ensinar a ler e escrever, e tinha férias todos os dias santos e 5 ^{as} feiras”.
2.	12/11/1829	Ofício da diretora do Seminário de Educandas, Eliziária Cezília Espínola à Câmara Municipal	SP	Suplicou decisão do seu requerimento enviado em setembro
3.	Fim de 1832	Denúncia do inspetor José Xavier de Azevedo Marques de que Benedita não ensinava as prendas domésticas		Informou que Benedita da Trindade tinha 61 alunas, sendo que 10 delas, as mais adiantadas, estudavam gramática portuguesa e as 4 operações, era zelosa, cuidando bem de ensinar a programação exigida, com exceção das prendas domésticas determinadas pela lei de 15/10/1827, porque “não sabe quais sejam essas prendas domésticas e o modo prático do seu ensino”.
4.	05/02/1833	Ofício manuscrito por Benedita da Trindade	SP	Informou os saberes ensinados em sua aula e não incluiu as prendas
5.	13/05/1833	Ofício manuscrito por Benedita da Trindade	SP	Resposta da professora assumindo que não ensinava as prendas
6.	16/03/1835	Relatório da Câmara sobre as escolas de Instrução pública	SP	Sugere alteração dos horários de ensino para contemplar o ensino das prendas.
7.	23/07/1838	Ofício da Câmara ao Presidente da Província	SP	Denúncia de que Benedita não ensinava as prendas domésticas “e que sua aula hé hoje pouco frequentada pelo só motivo de não ensinar mais do que a ler e a escrever”, sem se preocupar com as prendas domésticas. Encarregou-se vereador, Cônego Cura Manoel da Costa e Almeida, de “examinar a veracidade da denúncia”.
8.	Julho ou agosto de 1838	Parecer de Inspeção da aula	SP	Informou que a Mestra mostra zelo, ensina a ler escrever e contar. Destacou cada matéria e considerou que “o tempo de 4 horas que a lei determinava para as escolas “é pouco para o que n’ellas se ensina e portanto é inexequível tal ensino de cozer”.
9.	06/09/1838	Ofício da Câmara	SP	Ordem de ensino das prendas domésticas: “Foram enviados ofícios da Câmara à Professora Maria Benedita admoestando-a e ao Inspetor das Escolas de Primeiras Letras da Cidade, comunicando o ocorrido ‘para sua inteligência’”.
10.	1836	Ofício que acompanhava relação de alunos da professora Fortunata Rosa d’Oliveira Doria	São Sebastião	Informava que algumas discípulas deixavam de frequentar as aulas assim que aprendiam os “rudimentos de leitura e escrita”.
11.	Entre 1841 e 1845	Relatório da Professora de <u>Sorocaba</u> , Vicentina Adelaide de Vasconcelos.	Sorocaba	A professora lastima “que as alunas só frequentavam [a escola] nas horas em que ensinavam os trabalhos de costura e bordado” (RODRIGUES, 1962, p. 76).
12.	12/10/1852	Ofício do inspetor do Distrito da Cidade de São Paulo, Cônego Ildefonso Xavier Ferreira	SP	Dispensou a mestra Benedita do ensino das Prendas domésticas

13.	18/09/1852	Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto, para o Presidente da Província	Bragança Paulista	Determinava que a “professora Maria da Glória do Sacramento da primeira cadeira de Bragança” “por não ter desempenhado um dos deveres qual o de ensinar prendas domésticas, não está habilitada a perceber o seu ordenado”.
14.	1852	Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública – SP, 1852, p.9	SP	Inspetor informa que as prendas não são ensinadas na aula feminina da Sé.
15.	08/10/1853	Relatório do Inspetor de Distrito de Pirapora Francisco da Costa Álvares	Pirapora	Informa que “a professora não tem ensinado prendas domésticas alegando enfermidades que a impossibilita seu trabalho”.
16.	19/05/1854	Ofício do inspetor de distrito de Sorocaba	Sorocaba	Consulta do inspetor de distrito ao inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto sobre as matérias referentes às prendas domésticas. Resposta de que se tratava dos trabalhos de agulha, bordados etc.
17.	1854	Ofício do Inspetor Diogo de Mendonça Pinto	Província SP	Determinava o exame em prendas domésticas para ingresso no magistério público paulista. Foi designada a mestra de primeiras letras de Santa Ifigênia, Anna Antônia da Costa Guimarães, “para servir de examinadora em prendas domésticas”.
18.	1856	Relatório do Inspetor de Distrito de Piracicaba, José Joaquim Rodrigues Lopes.	Piracicaba	Aconselhava ao Inspetor Geral Da instrução Pública que fechasse a escola de Inácia Flora da Silva Santos, porque “não tem utilidade nenhuma, pois as alunas não estão aproveitando nada, principalmente por que aquela não proporciona ensino de prendas de obras de agulha como é obrigada por lei”.
19.	18/05/1857	Ofício da professora de São Vicente, Mafalda Virgínia das Dores	São Vicente	Professora informava que “os pais de suas alunas lhe propuseram que ensinasse só costura para as filhas, porque ler e escrever de nada lhes serviria e que portanto era um despropósito gastar tanto tempo para aprender isso”.
20.	20/03/1858	Ato oficial publicado em O publicador paulistano, p.3	Santos	Resposta ao inspetor geral sobre as razões apresentadas pela professora de primeiras letras de Santos de deixar de ensinar as prendas domésticas às suas alunas. A professora que suas alunas muito jovens, e por isso impróprias para esse serviço. A razão não foi considerada satisfatória pelo inspetor, que ordenou que a professora fosse admoestada fazendo-a “ver que devia pedir-lhe instruções, e nunca por si dispensar-se de um serviço a que é obrigada por lei”.
21.	20/03/1858	Ato oficial publicado em O publicador paulistano, p.3	Santos	Consulta sobre o caso de “alguns pais de família [que] mandão suas filhas a escola para aprenderem unicamente as primeiras letras, dando-lhes em casa o ensino das prendas domésticas”. Pede parecer sobre “possibilidade de dispensar as professoras e discípulas em tais circunstâncias”.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de (RODRIGUES, 1962), (HILSDORF, 1997), relatórios de presidentes da Província de São Paulo; relatórios do inspetor da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto, ofícios da Câmara de São Paulo e de notas publicadas nos periódicos da Província de São Paulo.

Em setembro de 1852, o inspetor geral informou ao presidente que a professora Maria da Glória do Sacramento, de Bragança Paulista, não estava “habilitada a perceber seu ordenado [...] por não ter desempenhado um dos deveres [...] o de ensinar prendas domésticas” (RODRIGUES, 1962, p. 83). Em Piracicaba¹⁰³, no ano de 1856, o inspetor de distrito aconselhava que o inspetor geral fechasse a escola da mestra Inácia Flora da Silva Santos por “não tem utilidade nenhuma, pois as alunas não estão aproveitando nada, principalmente por que aquela não proporciona ensino de prendas de obras de agulha como é obrigada por lei” (Relatório do Inspetor de Distrito José Joaquim Rodrigues Lopes, Sorocaba, de 1856 apud RODRIGUES, 1962, p. 84).

Na mesma perspectiva, houve casos de famílias que demandavam somente o ensino da costura nas aulas de primeiras letras. Em 1857, a professora de São Vicente comunicou, em ofício, ao inspetor geral, que “os pais de suas alunas lhe propuseram que ensinasse só costura para as filhas, porque ler e escrever de nada lhes serviria e que, portanto, era um despropósito gastar tempo para aprender isso” (Ofício da professora pública de primeiras letras Mafalda Virgínia das Dores, 18/05/1857, APESP, IP, São Vicente-Santos).

Leda Rodrigues (1962) e Maria Lucia Hilsdorf (1997) concordam na leitura de que pressões como essas levaram o inspetor geral da Instrução Pública a interferir na década de 1850, impondo que “os exames de capacidade das candidatas ao cargo de professoras públicas passassem a incluir o desempenho nos trabalhos de agulha” (HILSDORF, 1997, p. 99; RODRIGUES, 1962, p. 83). Concordamos com a interpretação; consideramos que o ápice deste movimento de pressão foi a inclusão de uma avaliação em prendas nos exames para ingresso no magistério público feminino a partir de 1854, quando o inspetor geral da Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto¹⁰⁴, acionou os recursos disponíveis para garantir o cumprimento da lei. Ele se dedicou diretamente ao projeto e registrou seu empenho no relatório de 1854:

¹⁰³ Neste período, a localidade era denominada “Constituição”.

¹⁰⁴ Diogo de Mendonça Pinto formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1839. Foi nomeado inspetor da instrução Pública em abril de 1852 e aposentou-se em 1873. Foi professor de História e Geografia da Faculdade de Direito (era em 1870, mas não foi possível identificar o período exato) (MARTINS, 2003, p. 90, 212, 316, 317). De acordo com Marco Antonio Rodrigues Paulo e Miriam Jorge Warde, “Diogo de Mendonça Pinto foi Deputado Provincial de São Paulo na 5ª legislatura (1844/1845) quando ocupou a comissão de Estatística (1845) da Assembleia paulista; na 8ª legislatura (1850/1851) quando ocupou as comissões de Poderes (1850) e a de Instrução, Educação e Catequese e Civilização dos Índios (1850); na 9ª legislatura (1852/1853) quando tornou a ocupar a comissão de Instrução, Educação e Catequese e Civilização dos Índios (1852 e 1853); na 10ª legislatura (1854/1855) quando ocupou as comissões de Constituição, Justiça e Força Policial (1854), Fazenda e Orçamento (1855) e de Instrução, Educação e Catequese e Civilização dos Índios (1855) e a 11ª legislatura (1856/1857) quando ocupou a comissão de Instrução, Educação e Catequese e Civilização dos Índios (1857). Foi ainda deputado suplente (7ª legislatura - 1848/1849). Portanto, foi na condição de deputado provincial que passou a ocupar o cargo de Inspetor Geral da Instrução pública paulista, tendo acumulado os dois cargos até 1857” (PAULO; WARDE, 2015, p. 285).

Figura 46: Trecho do Relatório geral da Instrução Pública, SP, 1854, p. 14

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

A requisição do inspetor geral pode ser lida como uma ação estratégica de um homem que ocupava um lugar de poder (CERTEAU, 1994), no sentido de garantir o cumprimento da lei. A implementação do exame em prendas, na Província de São Paulo, ocorreu no mesmo ano em que foi promulgado, na Corte, o “Decreto nº1331-A, de 17 de fevereiro de 1854”, a Reforma Couto Ferraz¹⁰⁵, que determinou:

Art. 19. Nos exames para professoras, ouvirão os examinadores ácerca dos diversos trabalhos de agulha o juizo de huma professora publica, ou de huma senhora para este fim nomeada pelo Governo.

Esta coincidência sinaliza a circulação das leis e as relações entre a Província de São Paulo, Corte e outras províncias, tal como de suas representações sociais nas diferentes regiões do Império. O Decreto da Corte era de fevereiro de 1854 e teve intensa circulação pelo país e, provavelmente, influenciou Diogo de Mendonça Pinto e outras personagens paulistas oitocentistas, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura que dedicava uma parte significativa dos tempos escolares das meninas ao aprendizado das prendas domésticas (o relatório geral da Instrução Pública de São Paulo de 1854 era de dezembro). Heloísa Villela (2002) e Mattos (2004) destacam que o estado imperial buscava que o professor fosse um agente capaz de reproduzir um conhecimento que conservasse a sociedade tal como se apresentava e não subvertesse a estrutura social. O estabelecimento dos exames em prendas foi uma das ações, concomitante à intensificação da fiscalização, que favoreceu a hegemonização dos trabalhos de agulha nas aulas públicas femininas e a relativa manutenção das relações hegemônicas de gênero. Houve mudanças, mas estas foram alinhadas aos padrões de conduta tal como estavam.

Para efetivar os exames em prendas, era necessária a participação de uma pessoa sapiente nos trabalhos de agulha para a avaliação das candidatas. Como se tratava de um domínio considerado feminino, a eleita para a realização destes exames foi Anna Antonia Costa

¹⁰⁵ A Reforma Couto Ferraz foi anterior na exigência de exame em trabalhos de agulha para as candidatas ao magistério feminino. Outros temas foram normatizados anteriormente na Província de São Paulo, como as escolas primárias superiores, que foram criadas pela “Lei nº 34, de 16 de março de 1846”, da Província de São Paulo, e, na Corte, foram introduzidas pelo decreto de 1854 – que dividiu o “ensino primário em dois graus: elementar e superior”. É possível que a lei paulista e, quiçá, as de outras províncias que criaram as escolas primárias de 2º grau tenham sido apropriadas pelo Governo Central para a elaboração do novo Regulamento.

Guimarães – professora pública da cadeira de Santa Ifigênia desde 1853, egressa do *Seminário de Educandas*. Ainda criança, ela ingressou como educanda no Seminário em 1829 (ano seguinte à criação), com aproximadamente 9 anos¹⁰⁶. Em 1839, a diretora Maria Leocádia do Sacramento informava que Anna Antonia, com 19 anos, natural de Jundiá e filha de Francisco de Paula Ferreira, “acha[va-se] corrente em ler, escrever, contar, cozer, bordar, marcar, fazer puçá e os mais usos domésticos” (Relação de Educandas anexa ao Relatório do Presidente de Província de 1840). A ex. educanda que se tornou professora pública continuou residindo no *Seminário* mesmo após sua nomeação.

Se a pressão pelo ensino das prendas, iniciada na segunda metade da década de 1830, pode ser considerada vitoriosa com a exigência dos exames para as ingressantes no magistério feminino a partir de 1854¹⁰⁷, os processos históricos são atravessados por negociações e projetos diferentes daqueles que se tornaram hegemônicos. Em 12 de outubro de 1852, “a mestra Benedita da Trindade conseguiu dispensar suas discípulas dos trabalhos manuais, provando ser o tempo regulamentar escasso para ensinar a ler e escrever e sugerindo que aquelas prendas podiam ser aprendidas pelas alunas em seus próprios lares” (RODRIGUES, 1962, p. 83)¹⁰⁸. Assim, mesmo após duas décadas de denúncias e cobranças, em 1852, o inspetor geral da Instrução Pública expunha (e lamentava), no relatório geral da Instrução Pública, que a mestra da Sé – a única cadeira da Capital até 1853 – seguia sem ensinar as prendas:

Figura 47: Trecho do relatório geral da Instrução Pública de Diogo de Mendonça Pinto, 1852, p.9.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

O inspetor fez questão de registrar que a “omissão” da professora havia sido autorizada pelo Governo, segundo informação da própria mestra. Na principal cadeira de instrução pública feminina da província, observa-se a ausência quase total das prendas domésticas, por mais de 20 anos, a despeito do que prescrevia a legislação e das sucessivas cobranças. Localizamos 14 listas de alunas referentes aos anos de 1832 a 1842 e de 1846 a 1848; neles, a professora

¹⁰⁶ A trajetória de Anna Antonia Costa Guimarães é retomada no capítulo 3.

¹⁰⁷ A exigência dos exames em prendas domésticas é retomada no item “Ingresso, recrutamento docente, exames e indicações”.

¹⁰⁸ Alguns documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo citados por Leda Rodrigues não foram localizados e por isso são citados indiretamente.

informava o estado de adiantamento de suas alunas e a costura foi citada apenas em 2 anos: 1839 e 1840 e, mesmo nestes anos, foi mencionada apenas na descrição do estado de conhecimento de 5 meninas (havia 43 matriculadas em 1839 e 41 em 1840). É possível que as famílias tenham solicitado o aprendizado ou que a mestra tenha registrado saberes que não foram aprendidos na escola. Apesar destes registros, após 1840 houve outras denúncias de ausência das prendas na aula da Sé.

Outros episódios de ausência do ensino das prendas domésticas foram registrados. Em Santos, algumas famílias se manifestaram junto ao governo sugerindo a exclusão da matéria. O jornal *O Publicador Paulistano* (20/03/1858, p.3) publicou o caso de “alguns pais de família [que] mand[avam] suas filhas a escola para aprenderem unicamente as primeiras letras, dando-lhes em casa o ensino das prendas domésticas”, solicitando um parecer do inspetor geral sobre a possibilidade de dispensar a professora e suas discípulas em tais circunstâncias. A resposta não foi localizada, mas o registro do pedido evidencia a convivência de diferentes perspectivas de educação escolar feminina no interior de uma mesma sociedade. Embora em menor quantidade, as experiências de instrução feminina sem as prendas povoavam as possibilidades oitocentistas e é fundamental dar visibilidade a essas vivências dissonantes. Em história, os projetos não hegemônicos importam na construção de narrativas que buscam interpretar como os sujeitos lidaram, negociaram, conformaram-se e resistiram frente às condicionantes em que viveram. Considerá-los enquanto experiências históricas é interpretar as vozes dos sujeitos no seu tempo e a tradição como uma arena de conflitos, “uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um ‘sistema’” (THOMPSON, 1998, p. 16-17).

A escolarização era um dos espaços públicos parcialmente aceitos para a circulação das meninas e, assim, a exigência do ensino dos trabalhos de agulha representava um controle dos conteúdos neste pouco tempo de permanência em tais espaços. A partir de 1835, a Câmara e o governo provincial de São Paulo tiveram uma ação mais intensa, no sentido de buscar efetivar e escolarizar o ensino das prendas nas aulas femininas; ação que diminuiu o tempo de ensino das letras e demais saberes e impactou as trajetórias escolares de meninas e meninos, diferenciando-as, em termos de gênero. Para a mestra Benedita da Trindade e em algumas outras aulas públicas, as escolas eram espaços para o aprendizado de leitura, escrita, aritmética etc. e não incluía costura, bordado e afins.

Em contrapartida, em muitas aulas particulares femininas, o ensino de prendas mais refinadas, associado à música e às línguas estrangeiras, foram recorrentes. Estes saberes

excedentes às primeiras letras evidenciam que as questões de gênero e de classe se fundiam e constituíam experiências diversas à população feminina.

2.1.1 Aulas particulares femininas: saberes, gênero e classe em experiências de instrução feminina

Nosso objetivo não é aprofundar a análise sobre o magistério feminino em São Paulo no século XIX, mas mostrar que quando as relações de gênero são entrecruzadas com a questão de classe, é possível matizar algumas nuances na instrução feminina oitocentista. Algumas aulas particulares femininas foram mencionadas pelo cronista Antonio Egydio Martins (2003, p. 314-315), entre as quais a de “D. Ana Maria da Luz Corrêa”, que havia falecido em 19 de agosto de 1856 e:

[...] tinha aula na grande casa térrea de sua residência, à Rua do Ouvidor; hoje José Bonifácio, nº 11, há três anos demolida pela Prefeitura. Nessa aula particular, aquela distinta e bondosa senhora paulista lecionava, gratuitamente, primeiras letras, costura e mais prendas a meninas de distintas famílias paulistas (MARTINS, 2003, p. 314-215, grifos nossos).

Ana Maria da Luz Corrêa era filha de um capitão e esposa de um comerciante português chamado José Corrêa. Fazia parte das elites e ensinava gratuitamente. Como faleceu em 1856, esta mestra foi contemporânea das professoras públicas Benedita da Trindade, da Sé, e Anna Antonia Guimarães, de Santa Ifigênia. O memorialista destacou o caráter particular da aula – não aberta ao público e não custeada pelo governo – a sua gratuidade (ser particular não era sinônimo de ser cobrada), ressaltou a distinção e bondade da mestra, discriminou alguns conteúdos ensinados (primeiras letras, costura e mais prendas) e classificou as alunas como pertencentes a “distintas famílias paulistas”. Era, portanto, uma aula marcada pela “distinção” da mestra e das alunas que aprendiam, segundo o cronista, gratuitamente.

Outro exemplo é a coexistência de professoras pública e particular em Mogi das Cruzes nos anos de 1854 e 1859. Em 1854, a professora pública Francisca Carolina de Freitas redigiu o seguinte relatório:

Tenho a honra de acusar [recebimento ?] de portaria de nº 414 do dia 18 do corrente em que vossa senhoria me ordena que informe qual o número de estabelecimentos particulares da instrução primária e secundária que existem nesta vila, em resposta tenho a honra de levar ao conhecimento de vossa senhoria que existe nesta Vila uma escola particular de instrução primária do sexo feminino, cuja escola foi outrora inspecionada por vossa senhoria e a instalação dela tem notícia que foi em 1850 ou 1851: foi aberta a dita aula sem licença as alunas que a frequentam são 12 mais ou menos, consta-me que essa senhora ensina a ambos os sexos, porém o número dos alunos eu ignoro; dizem que esta escola é frequentada pelas afilhadas da mestra que

ensina: faz admirar a ver quem acredite que as pessoas que tem bastante afilhadas possam fazer tudo quanto desejam, e que não estão sujeitas às leis: não sei porque razão uma professora aprovada pelo governo não pode difundir as primeiras elementos da instrução as afilhadas da Dona Francisca. Convenço-me que será um presságio feliz para esta Vila se vossa senhoria se dignar mandar fechar dita escola, que serve de embaraços a instrução pública.

Da inteireza de vossa senhoria espero que fará cessar essa infração ao regulamento da instrução pública.

Deus guarde o senhor ia por dilatados anos, Mogi das Cruzes, 29 de setembro de 1854. Ilustríssimo Senhor Doutor Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor-geral da Instrução Pública.

A professora Francisca Carolina de Freitas
(Relatório de Francisca Carolina de Freitas,
29/09/1854, APESP, IP, C05073, grifos nossos)

Não localizamos a circular a que se refere a mestra, mas no relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública de 1854, ele informou que não foi possível averiguar o “procedimento profissional e civil de cada um dos professores”, tal como “o número de alunos de cada escola acerca dos estabelecimentos privados”. Justificou alegando que os inspetores silenciavam sobre os professores particulares de seus distritos e que, para reverter tal situação, ele expediu circulares insistindo para que os inspetores de distrito remetessem as informações solicitadas e ordenou “a todos os professores públicos que remetessem uma relação das aulas e escolas particulares, de que tivessem conhecimento, com declaração do número de alunos” e que a partir de tais informações, pôde organizar um Mapa passível de “confiança” em relação ao número de estabelecimentos, mas não no número de alunos, já que era “natural o ciúme e rivalidade entre os Mestres públicos e privados” (Relatório da Instrução Pública, SP, 1854, p.20-21).

O relato da professora Francisca Carolina de Freitas cumpria a determinação, expondo a existência de uma escola particular feminina aberta sem licença e frequentada pelas “afilhadas da mestra” particular em Mogi das Cruzes. Denunciava que a aula era promíscua, ou seja, que alguns meninos a frequentavam e criticava as “pessoas com bastante afilhadas”, que pensam que podem “fazer tudo quanto desejam, e que não estão sujeitas às leis”. Francisca C. de Freitas solicitava o fechamento da aula para a felicidade da instrução pública daquela vila.

Sobre a mesma aula particular, o professor de latim de Mogi das Cruzes informou, 2 meses depois, que havia, na vila, “uma escola particular de meninas dirigida por Dona Francisca Peixoto Gomide” (Relatório do professor de latim Isidoro Boucault, APESP, IP, C05073, Mogi das Cruzes, 23/11/1854) com “14 a 16 meninas além de um sobrinho da mestra de idade de 6 a 7 anos e dois outros meninos de muito menor idade”. O professor também informou que “esta senhora” era irmã do falecido juiz Municipal e que não lhe “consta[va] que recebia “retribuição

alguma” por seu trabalho. Informava, “com conhecimento de causa”, que a mestra ensinava, “além de ler escrever e contar”, as “prendas as mais delicadas da agulha até a costura mais singela e que da casa dela já tem saído senhoras perfeitas nas prendas domésticas, coisa que na aula pública não me consta se ensine”. Terminava afirmando a “conduta moral da referida mestra particular” como “isenta de toda e qualquer sombra” (Relatório do professor de latim Isidoro Boucault, APESP, IP, C05073, Mogi das Cruzes, 23/11/1854).

A aula de “D. Ana Maria da Luz Corrêa”, na Capital, e a de “Dona Francisca Peixoto Gomide”, em Mogi das Cruzes, ocorriam nas casas das mestras, eram particulares, gratuitas, ensinavam as prendas e tinham um público selecionado. A “distinção” foi apontada como marca da primeira e o parentesco e compadrio marcaram as relações da segunda. Maria Celi Chaves Vasconcelos (2005), ao estudar “A casa e seus mestres”, focou a modalidade de “educação doméstica” – identificada pela autora como aquela que ocorria no interior da casa dos aprendizes com atendimento individualizado. A autora identificou categorias próximas, mas com algumas especificidades. As aulas particulares citadas podem ser classificadas entre as categorias denominadas, pela autora, como “aulas domésticas” e de “mestre-escola”. As primeiras eram “aulas ministradas no espaço da própria casa por membros da família como mãe, pai, tios, tias, avós ou até mesmo pelo padre que não tinham custo algum e atendiam apenas as crianças daquela família e parentela” (VASCONCELOS, 2005, p. 12), enquanto “mestres-escolas” eram “aqueles que ministravam aulas em sua própria casa para crianças e jovens de diversas famílias” (VASCONCELOS, 2005, p. 12-13) em horários determinados, recebendo, para isso, pagamento dos pais dos alunos. No caso de Ana Maria da Luz Corrêa e de Francisca Peixoto Gomide, as aulas atendiam um público selecionado, não eram realizadas nas casas das crianças, mas na moradia das mestras e eram gratuitas. A professora particular de Mogi das Cruzes ensinava às suas “afilhadas”, de acordo com a sua concorrente, a professora pública. A principal diferença em relação aos mestres-escolas é que estes recebiam pagamento dos pais das crianças enquanto as mestras citadas ensinavam gratuitamente.

Ao considerarmos a intersecção do gênero com as diferenças de classe, identificamos experiências de feminilidade diversas (SCOTT, 1990; NICHOLSON, 2000). As distintas experiências de escolarização para meninas que frequentavam aulas públicas ou particulares, possibilitavam a apropriação de variados saberes e relações com diferentes sujeitos que certamente faziam diferença nas relações estabelecidas por estas meninas e, depois, mulheres, na sociedade.

As prendas domésticas ocuparam lugar de destaque nas aulas de primeiras letras femininas, tanto públicas quanto particulares, mas outros saberes constituíram as experiências de escolarização de meninas, como podemos observar no próximo tópico.

2.2 Os saberes nas aulas públicas femininas de primeiras letras da Província de São Paulo entre e 1828-1860

Em 1833, num relatório manuscrito, a mestra Benedita informou que:

A maneira porque dou execução ao Art. 12 da Lei de 15 de Novembro (sic)¹⁰⁹ de 1827, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exc^a que me presto ao ensino das meninas (nunca menos de 50 efetivamente) 2 horas de manhã e outras tantas de tarde conforme a Lei em todos os dias uteis, constando o ensino de ler, escrever, contar arithmeticamente, da Gramatica da língua Nacional, dos princípios da Moral Christã, da Doutrina da Religião do Imperio: também faço ler a Constituição Política e a parte Geográfica do mesmo, não me sendo possível aplicar as meninas a este estudo pela Historia do Brazil por falta desta obra. Finalmente não me descuido ensinar-lhes tudo quanto as possa tornar boas filhas do mesmo Império e boas mães de família. He quanto se me ofereceu informar V. Ex^a. Deos guarde a V. Ex^a sempre.

São Paulo. 5 de fevereiro de 1833.

(Ofício de Benedita Trindade do Lado de Cristo, APESP, OD, C00869 05/02/1833).

O artigo 12 da Lei de 1827 é o que substituíra a geometria, das aulas masculinas, pelas prendas, nas femininas. Curiosamente, embora a professora informe que vai expor a “maneira porque d[ava] execução ao Art. 12”, ela não mencionou justamente as prendas, mas afirmou que não descuidaria de ensinar tudo que pudesse tornar suas alunas “boas filhas do Império e boas mães de família”. Contrapondo-se ao que afirmou a diretora do *Seminário*, em 1829, a mestra fez questão de registrar que ensinava muito mais do que apenas “ler e escrever”. Ela arrolou, exceto as prendas domésticas, todos os demais saberes especificados na legislação, iniciando pela leitura, escrita e contagem aritmética, passando pela religião, política e geografia, justificando a ausência da história pela falta de compêndios.

No quadro abaixo, cotejamos os saberes prescritos pela lei de 1827 para as aulas masculinas e femininas e os saberes que a mestra Benedita da Trindade informou ensinar:

¹⁰⁹ No manuscrito, a professora escreveu “lei de 15 de novembro de 1827”, mas a mestra incorreu em erro, pois a lei é de 15 de outubro de 1827.

Quadro 4: Saberes previstos pela Lei de 15 de outubro de 1827 para aulas masculinas e femininas e saberes nas aulas de Benedita da Trindade

Aula Saberes	Aulas masculinas	Aulas femininas	Aula de Benedita
Leitura e escrita	ler, escrever, prática	ler, escrever, prática	ler, escrever. Ler ABC, sílabas, cartas de nomes, livros.
Gramática	gramática de língua nacional	gramática de língua nacional	Gramática da Língua Nacional Gramática Portuguesa.
Aritmética	as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria	as quatro operações de aritmética	contar aritmeticamente, contas de somar, de diminuir, de multiplicar e de repartir, tabuada.
Conhecimentos sociais	Preferência, para as leituras, a Constituição do Império e a História do Brasil	Preferência, para as leituras, a Constituição do Império e a História do Brasil	Constituição Política e a parte Geográfica do mesmo [Império], não sendo possível este estudo de História do Brasil por falta desta obra Geografia do Brasil, especialmente da Província.
Religião	princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos	princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana	princípios da Moral Cristã, da Doutrina da Religião do Império Princípio de história sagrada.
Prendas Domésticas	X	prendas que servem à economia doméstica	Não registrou em quase todos os mapas. <u>Há menções de 5 alunas que costuravam em 1839-40.</u> Acessamos os mapas entre 1832-1848

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Lei Geral da Instrução Pública de 1827 e de ofícios e "relações de alunas" da professora Benedita da Trindade (1832-1848)

A “Lei Geral de 1827” foi usada na elaboração do quadro por ter sido a primeira que normatizou as aulas de primeiras letras femininas e por seu conteúdo, principalmente no que se refere aos saberes, que foi praticamente replicado pelas legislações seguintes. Em relação à leitura e escrita, os saberes previstos para as aulas eram os mesmos, para meninos e meninas, e a mestra os contemplava apontando o modo como os abordava: por meio do ABC, das sílabas, utilizando as cartas de nomes e livros para ensinar a ler e escrever e, também, a gramática da Língua Nacional. Em religião, os saberes previstos para meninos e meninas coincidiam e eram contemplados pela mestra. Para José Gondra e Alessandra Schueler (2008), a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 ratificou a organização do ensino público elementar na forma de “escolas de ler, escrever, contar e crer” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 53), já contemplados nas aulas régias. No que se refere aos conteúdos, a lei imperial previu uma pequena ampliação, por meio do artigo 6º. Ela incluiu o ensino de “práticas de quebrados, decimais e proporções” (BRASIL, Lei de 15 de outubro de 1827). Tais saberes eram importantes em escolas localizadas em áreas urbanas e tinham relação com a comercialização por peso, medidas e nos valores dos produtos; eram, portanto, úteis nas práticas comerciais e em outras atividades sociais e de trabalho. Acrescentou-se também a geometria. Eram saberes adequados à vida na cidade.

A professora Benedita da Trindade informou, no ofício citado, que ensinava – além dos básicos ler, escrever e contar – sobre a constituição política e geográfica do Império e os princípios de religião cristã e doutrina católica. Nos mapas de frequência, a mestra registrou, em 1846, que as alunas “acha[vam]-se estudando [...] elementos de geografia universal, e especialmente da história e da geografia do Brasil” e que “sab[iam] bem a doutrina cristã” (Relação Nominal das Alumnas que se acham Matriculadas na Aula Nacional de 1ªs letras desta Imperial Cidade de São Paulo dada em 30 de Novembro de 1846). O ensino da gramática da língua nacional e a sugestão da “Constituição do Império” e de “História do Brasil” como leituras sinalizam a preocupação com o estabelecimento de um idioma nacional e a formação do cidadão para a consolidação de um Estado-Nação. De acordo com os registros de Benedita da Trindade, tais saberes foram contemplados na sua escola.

Em aritmética, as 4 operações eram previstas para ambos os sexos e foram registradas nos “mapas de alunas” da professora, que identificava aquelas que já sabiam contar aritmeticamente, somar, diminuir, multiplicar e repartir e também mencionava o ensino da tabuada. O mais recorrente em Aritmética, nas aulas femininas, era que as professoras ensinassem as quatro operações; era comum, entretanto, a ausência do ensino de saberes matemáticos. Encontra-se, na lei, uma diferenciação de gênero, em que o ensino de geometria,

prática de quebrados, decimais e proporções era para os meninos, e o ensino de prendas, para as meninas. A diferenciação de gênero localizava-se nos saberes relacionados com o mundo do trabalho urbano oitocentista. A escola pública destinada à população livre – grande parte pobre que concorria com o trabalho escravo – contemplava em seu currículo saberes que poderiam agregar uma qualificação que a favorecesse.

Em estudo anterior (MUNHOZ; VIDAL, 2016), analisamos a primeira aula pública de Paranaguá – localidade que até 1853 pertencia à Província de São Paulo. Nela, a professora Joanna Maria de Mello registrou alunas que “liam, escreviam e coziavam/costuravam com/sem adiantamento” (Relação Nominal das alunas da aula de primeiras letras da Villa de Paranaoá, com observações que abaixo se vê. 04/11/1841. APESP, IP, C04914). Não há menção à aritmética ao longo dos 26 mapas de frequência da mestra e tudo indica que esta parte das matérias previstas pela lei não foi ensinada. Não localizamos registros das autoridades advertindo ou exigindo esclarecimento pela falta da matemática. Na lei, a aritmética mais simplificada era prevista como matéria a ser ensinada às meninas, assim como as prendas domésticas. Quando a primeira não foi ensinada na aula de primeiras letras pública de Paranaguá, uma longínqua localidade da 5ª Comarca, não houve retaliação à professora Joanna Maria de Mello, já a ausência das prendas domésticas, na Capital, gerou denúncias contra a professora Benedita da Trindade.

Diversas pesquisas sobre a história do ensino de matemática no Império mencionam a Lei Geral de 1827 (PAIS, out/2010-mar/2011), registrando uma ampliação dos conteúdos a em matemática no ensino primário, passando a ser ensinado aos meninos as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais, proporções e as noções gerais de geometria. Como a referida lei previa uma restrição para o ensino de meninas, essas mesmas pesquisas – cujo escopo de análise é o ensino de matemática – acabam resvalando na temática do ensino de prendas domésticas ao explicitarem que a Lei Geral restringia o ensino de matemática para as meninas às quatro operações, além de acrescentar o ensino das prendas domésticas.

Na “relação de alunas” de Sorocaba, Joaquina Roza de Vasconcelos registrou, em 1833, que algumas alunas faziam “contas de juros” (Relação de alunas de Joaquina Roza de Vasconcelos, APESP, IP, 31/08/1833, C04913). Nas aulas masculinas, no mesmo período, muitos professores deixavam de ensinar prática de quebrados, decimais e proporções e noções de geometria, como evidenciou a Lei [provincial] nº 9 de 24 de março de 1835, que possibilitava o ingresso no magistério masculino sem a realização do exame em geometria com a diminuição da sexta parte do ordenado. Estas experiências evidenciam diferentes condições de

possibilidade de ser homem e mulher em meados do XIX, que tensionam, em alguns momentos, os parâmetros de masculinidade e de feminilidade hegemônicos. Ao não ensinar prendas e ensinar saberes aritméticos mais avançados do que o previsto na legislação, questiona-se estes padrões; ao dar enfoque às prendas e excluir a aritmética, reforça-se o parâmetro hegemônico.

Outra diferenciação por gênero foi estabelecida por lei. A lei provincial nº 34 de 1846 introduziu as “segundas aulas” (SÃO PAULO, 1846, art. 4º) ou as cadeiras de “instrução primária superior”, de modo que as “segundas cadeiras masculinas” existiriam nas localidades em que as primeiras cadeiras contassem com mais de 60 alunos frequentes, acrescentando-se “as seguintes matérias: noções gerais de história e geografia, especialmente da história e geografia do Brasil; noções das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida”. Também ficaram previstas as “segundas cadeiras femininas” nos locais em que as primeiras cadeiras contassem “mais de 40 frequentes” e as matérias seriam: “noções gerais de história, e geografia, e música” (SÃO PAULO, 1846, art. 4º). Assim, as primeiras cadeiras de primeiras letras das localidades passaram a ser denominadas de 1º grau e as 2ªs cadeiras, de instrução primária superior, de 2º grau ou aulas médias. Thiago F. Sant’Anna, em tese sobre a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás, assinala que a oferta de duas modalidades de instrução primária foi uma forma de se contornar “as dificuldades de oferecer atendimento escolar nas localidades menores ou suprir a falta de escolas ou colégios de instrução secundária” (SANT’ANNA, 2010, p. 60) e que se relacionava com hierarquizações de classe, raça, gênero e de região – ficando as pequenas localidades desprovidas de atendimento escolar público.

Antes da Lei provincial de 1846, a lei nº 09, de 19 de fevereiro de 1845, extinguiu uma segunda cadeira existente na Sé e determinou que o professor assumisse alguma cadeira vaga para a qual não aparecesse “opositores” para concurso. Foram poucas as aulas médias criadas até o final da década de 1850. Em 1847, havia três dessas cadeiras; uma em Sorocaba e outras em Guaratinguetá e Paranaguá (Discurso recitado pelo excellentissimo senhor marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, 1847, mapa 3). Em 1853, o inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto informou a quantidade de escolas de primeiras letras da província, discriminando as 2ªs cadeiras:

Instrução pública primaria

Escolas – Estão instituídas 183 Cadeiras de 1ªs Lettras, sendo 125 para o sexo masculino, e 58 para o feminino¹¹⁰. N’esse numero incluo as 2ªs Cadeiras que podemos dizer que constituem entre nós a instrução primária superior, ou de 2º grau,

¹¹⁰ Foram mais de 20 anos com apenas uma escola pública feminina na Capital da Província. Em 1853, foi criada a Cadeira de Santa Ifigênia.

e que são 5 para o sexo masculino existentes nas Cidades de Paranaguá, Guaratinguetá, Iguaé, Sorocaba e Taubaté, e 1 par ao feminino na de Sorocaba (Relatório da Instrução Pública, 1853, p. 9).

Embora tenham sido contabilizadas 6 segundas cadeiras de instrução primária superior, na página seguinte do mesmo relatório de 1853, o inspetor esclarecia que, apesar da denominação, ainda não se ensinava “história e geografia e ciências sociais aplicáveis aos usos da vida” (Relatório da Instrução Pública, 1853, p. 10), como prescrevia a lei de 1846. Isso ocorria, pois as 2^{as} cadeiras criadas antes da Lei de 1846 não eram obrigadas a ensinar as matérias extras e, até 1853, todas as 2^{as} cadeiras existentes haviam sido providas anteriormente à lei¹¹¹. O inspetor criticou a forma como ficou normatizada a criação das 2^{as} cadeiras, na dependência de que a primeira contasse com mais de 60 alunos frequentes. Para o inspetor, isso prejudicava duplamente as localidades que possuísem um professor “inábil”, por também ficarem privadas da criação de uma 2^a cadeira, mesmo se fosse uma localidade com grande população, riqueza e progresso.

Neste cenário, Diogo de Mendonça destacou que a única escola onde se lecionava as matérias previstas era a da professora da 2^a cadeira feminina de Sorocaba. Ela foi criada legalmente em 1846 e ocupada em 1853 por Maria Flora Vaz de Souza¹¹². Em 1856, Sorocaba foi destacada como uma localidade na qual havia um número avultado de alunos e uma instrução primária superior (Relatório da Instrução Pública, 1856, p. 11). Em 1857, continuava sendo apontada como a única 2^a cadeira que ministrava as matérias previstas pela lei de 1846.

Por ter sido criada 7 anos depois da lei de 1846, a 2^a cadeira de Sorocaba já iniciou incorporando os saberes extras previstos por lei, diferenciando-se das demais e representando, aos olhos da Inspeção da Instrução Pública, um aperfeiçoamento da instrução primária. Não é demais lembrar que a criação destas “escolas médias” era condicionada à existência de uma primeira cadeira na localidade que contasse com mais de 60 alunos (masculina) e mais de 40 alunos (feminina). A diferença de gênero na quantidade de alunos exigida se relacionava com a realidade da instrução pública e com a quantidade de meninas e meninos frequentes às 1^{as} cadeiras. A medida era “compensatória”¹¹³ e facilitava a criação de 2^{as} cadeiras femininas,

¹¹¹ Apenas uma foi provida por contrato em 1853 – durante um período em que o inspetor não se encontrava na repartição da Instrução Pública – e se destinava à instrução primária elementar; caso que havia sido objeto de uma representação do inspetor geral.

¹¹² Foi provida professora de primeiras letras em São Roque em 13 de agosto de 1845, após exame e aprovação na Forma da Lei, com ordenado de 360 mil/ano.

¹¹³ Consideramos que o termo se aplica mais às políticas do século XX e XXI, mas optamos pelo seu uso devido ao seu sentido de “ação de governos que tem por objetivo minimizar carências nas condições de vida de estratos sociais específicos, vistos como prejudicados” (SILVA, 2010).

sobretudo naquelas localidades em que a primeira cadeira fosse apreciada pela população e bem frequentada. A diferenciação de gênero também restringia as ações educativas provinciais ao nível primário para o sexo feminino e o inspetor da Instrução destacou este aspecto no relatório de 1860:

Figura 48: Trecho do relatório do Inspetor Geral da Inst. Pública, anexo ao Relatório do presidente de Província, 1860, p. 24

Nas informações não menciono quanto ao sexo feminino a instrução secundária, visto que esse sexo somente receba a primária. Ainda quando se entrega ao estudo de materias que na sua applicação ao sexo masculino constitúe a secundária como por exemplo o idioma francez, a geographia e historia, esse estado faz parte da instrucção média, ou propriamente da primária superior.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

O tema exigiu esclarecimentos, uma vez que matérias que constituíam o ensino secundário – quando aplicadas ao público masculino – não tinham a mesma classificação quando dirigidas às meninas. O máximo que a instrução pública feminina atingiu durante as décadas de 1820-60 foi a instrução primária superior, também denominada “instrução média”¹¹⁴.

2.3 Métodos de ensino nas aulas públicas femininas de primeiras letras

No Brasil, na primeira metade do século XIX, os métodos de ensino eram incipientes na documentação da instrução pública, sobretudo naquela produzida por professores de primeiras letras. Marilaine Inácio (2003), ao estudar o processo de escolarização e as aulas de primeiras letras em Minas Gerais entre 1825 e 1852, destaca que “a partir da modernidade o método tornou-se a espinha dorsal do conhecimento, de um modo geral, e de conhecimento escolar de forma mais específica. Os discursos pedagógicos modernos são atravessados de alto a baixo pela questão do método de ensino” (INÁCIO, 2003, p. 40).

No Brasil, as primeiras escolas públicas masculinas de primeiras letras adotaram o método que era recorrente nas aulas domésticas – o sistema individual, uma vez que a maioria das escolas públicas também funcionava na casa do professor ou em casa cedida pelo governo ou algum particular de posses na localidade. Maria Helena Camara Bastos (1999), a partir de

¹¹⁴ Voltaremos à questão da diferenciação entre instrução primária superior e do ensino secundário no item “Ordenados no magistério público paulista: paradoxos nas relações de gênero”.

texto de Pierre Lesage (1999), definiu o “sistema individual” como aquele que consistia na reunião de um grupo de alunos num mesmo lugar, onde o professor ensinava a cada aluno:

separadamente, um após o outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. O professor dedica poucos minutos a cada aluno. O emprego de meios coercitivos garante o silêncio e o trabalho. Não existe um programa a ser adotado, e as variações, de escola para escola, são imensas (BASTOS, 1999, p. 96).

O método individual foi criticado por pedagogos, políticos e professores pela brevidade da permanência do docente com cada aluno e pela morosidade do aprendizado. Marcilaine Inácio (2003) refere-se ao professor mineiro José Carlos Marink que, em 1828, chamava o método individual de “método antigo” e o criticava por sua “irregularidade”, “desordem” e “inércia”. Ele dizia ser este o método empregado pelo professor que buscava cumprir os seus deveres, mas que ele era a causa de “desgraçados mestres”, “infelizes alunos” e de um “trabalho sem fruto”, visto que o mestre dirigia, a cada aluno, pouco mais de dois minutos por dia para o ensino de contas e leitura (INÁCIO, 2003, p. 59).

Franciele França (2011), em estudo sobre “Os métodos de ensino na História da educação pública paranaense no século XIX”, destacou que, “devido aos inconvenientes advindos do ensino individual, outros métodos foram propostos para a efetivação da instrução escolar” (FRANÇA, 2011, p. 1).

O método mútuo foi a primeira forma de ensinar aos alunos – concomitantemente – colocada em vigor no país por uma lei, a Lei Geral de 15 de outubro de 1827. Como assinalou Rita Gallego (2008, p. 228), ele estava em

consonância com o que se difundiu e se instalava nos países de governos liberais e mentalidade filantrópica [e] parecia atender à expectativa de disseminar mais rapidamente a cultura letrada sob o benefício de não se ampliar os custos com professores, visto que buscava-se modos que permitissem o ensino a vários alunos ao mesmo tempo.

Ao acompanhar a “história da divulgação, institucionalização e crise do sistema de ensino mútuo na Província de Minas Gerais”, Faria Filho e Rosa (1999, p. 183) interpretam a lei de 15 de outubro de 1827 como “a principal estratégia de divulgação e de expansão do método de ensino mútuo no país”.

O método mútuo, monitorial ou lancasteriano foi sistematizado no fim do século XVIII, separadamente, pelo escocês anglicano Andrew Bell e pelo inglês quacker Joseph Lancaster. O primeiro o colocou em prática num asilo militar de órfãos e o segundo abriu uma escola num bairro popular de Londres. A singularidade do método estava na figura dos monitores que eram

escolhidos entre os melhores alunos e auxiliavam o professor. Toda a sua estrutura se baseava no ensino dos alunos por eles mesmos: os mais adiantados servindo de professores àqueles que sabem menos. Rosa Fátima de Souza (2011), remetendo-se à pesquisa do português Carlos Miguel J. M. da Silva (2008)¹¹⁵, ressalta, como aspecto pedagógico inovador, “a reciprocidade do ensino entre os alunos” (SOUZA, 2011, p. 342) por meio da “dissociação da autoridade pedagógica no plano disciplinar e moral da presença exclusiva do adulto” (SOUZA, 2011, p. 342), característica que o difere do método de ensino simultâneo e do individual, nos quais o professor é o agente do ensino. O método foi proposto para o atendimento simultâneo de grande quantidade de crianças numa mesma grande sala e suscitou o interesse dos governos por não exigir grande investimento em formação docente. Os “agrupamentos de alunos” foram caracterizados, por Pierre Lesage (1999, p. 12-13), como “flexíveis, móveis, diferenciados”, resultando da “natureza das matérias” e das “atividades”. Cada matéria tinha programas específicos e hierarquizados que deviam “ser percorridos sucessivamente” (LESAGE, 1999, p. 13), sendo que as etapas eram denominadas “classes” e havia 8 classes para serem percorridas desde a 1ª, a dos iniciantes, até a 8ª, a de conclusão (LESAGE, 1999). A materialidade era outra característica marcante do método que previa suportes materiais específicos, como “quadros murais, sólidos para geometria, bancos e mesas para todos os alunos, ponteiros e estrados para os monitores, campainhas e matracas para os sinais sonoros, caixas de areia para o treino da escrita, ardósias e quadros-negros” (HILSDORF, 1999b, p. 198), assim como a variação de atividades realizadas pelos alunos, permitindo e solicitando a mobilidade e, principalmente, trocas de ensino e aprendizagem. Por fim, vale mencionar o caráter inovador no que se refere à disciplina; o método preconizava os castigos morais, as punições e premiações simbólicas em substituição aos castigos físicos.

Retomando o recorte espacial da pesquisa, há fontes que indicam que o método foi adotado por várias escolas do sexo masculino¹¹⁶. Na aula feminina de primeiras letras da Sé, meninas de diferentes idades frequentavam as aulas ao mesmo tempo. Apesar da simultaneidade da frequência, o aprendizado não era simultâneo. Embora a professora não tenha identificado o método que adotava, os registros indicam que ela empregava o método individual

¹¹⁵ Sobre este aspecto, Carlos Miguel J.M. Silva (2008) se reporta às pesquisas de Gabriel Compayré, Octave Gréard e Marcelo Caruso. A tese de doutorado de Carlos Miguel J.M. Silva tem o título “Do modo de aprender e ensinar: renovação pedagógica e cenários de experimentação da escola graduada (1834-1892)”.

¹¹⁶ Pelos professores João Damasceno Góis (São Paulo); João Francisco dos Santos (Seminário dos Educandos e Freguesia de Santa Ifigênia); Carlos José da Silva (Santos e São Paulo); Padre Bento José Pereira, (São Paulo); Vicente José da Costa Cabral, (São Paulo); Candido Justino de Assis (candidato à escola da cidade de Lorena em 1834); Agostinho José de Oliveira Machado e Daniel Augusto Machado, candidatos a duas escolas da capital; Thomas Rufino de Jesus (Santos), João Baptista Brandão Proença (Curitiba) e Jacinto Heliodoro de Vasconcelos (Sorocaba) (HILSDORF, 1999, p. 213; VIDAL, 2006, p. 164).

e, em 1832, no relatório do estado das escolas da Cidade enviado para a Câmara municipal, as escolas masculinas da Sé e de Santa Ifigênia foram denominadas “escolas de ensino mútuo” e a feminina foi intitulada “Escola de ensino individual das meninas” (Relatório do inspetor José Xavier de Azevedo Marques, APESP, IP, C00868, 17/12/1832). Maria Lucia S. Hilsdorf ressaltou que “a primeira aula pública feminina da província [...] foi lecionada no sistema de ensino individual por Benedita da Trindade do Lado de Cristo, embora o texto legal determinasse o ensino mútuo para as escolas das capitais¹¹⁷” (HILSDORF, 1999b, p. 207, grifos nossos). A cadeira feminina da Sé foi a única escola pública da cidade de São Paulo até 1853, quando foi criada a cadeira da freguesia de Santa Ifigênia. O método mútuo caiu em desuso entre as décadas de 1830-40 e a Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846, não prescreveu um método específico. Assim, na única cadeira feminina que tinha obrigação legal de adotar o método mútuo, este não foi empregado¹¹⁸. Apresentamos, na sequência, as primeiras páginas de listas de alunas da mestra Benedita, nas quais se observa que as meninas foram listadas consecutivamente, com descrições individualizadas:

¹¹⁷ Art. 4º da Lei de 15 de outubro de 1827: “As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se”.

¹¹⁸ Voltamos ao tema no capítulo 4, no tópico “Alunas e alunos oitocentistas por meio da voz da inspeção da Instrução e em escritas discentes”.

Figura 49: “Relação de meninas que se matriculão nesta Aula de Primeiras Letras”. Profª Benedita da Trindade do Lado de Cristo. APESP, C04914, 28/09/1840.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Offícios Diversos.

Figura 50: “Relação de meninas que se matriculão nesta Aula de Primeiras Letras”, p.1, profª Benedita da Trindade do Lado de Cristo. APESP, C04916, 18/12/1847.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Offícios Diversos.

Quadro 5: Sistematização das informações da 1ª página da Relação das alunas da Escola da Sé, 18/12/1847, (figura 50)

Nome	Cidade	Filiação	Data de matrícula	Estado em que entraram	Estado	Idade	Frequência	Aprovadas em exame em 1847 ¹¹⁹
Ambrozina Palhares	São Paulo	Thomaz Palhares	17/07/1843	Nada sabia	Acha-se corrente em ler, escrever, contar, doutrina cristã, catecismo, gramática, elementos de geografia universal (especialmente do Brasil). É de bons costumes.	11	Tem tido algumas faltas por moléstias	X
Anna Joaquina de Souza	São Paulo	Bento Joaquim de Souza	29/08/1843		Acha-se lendo cartas, livro, tabuada e escrevendo mal. Tem tido pouco adiantamento por causa das muitas faltas. Tem bons costumes.	8,5	—	
Anna Miquelina Braga	São Paulo	Falecido Doutor Miguel Braga	16/04/1844	Nada sabia	Acha-se corrente em ler, escrever, e contar, gramática, catecismo, doutrina cristã, e elementos de geografia universal, especialmente do Brasil. Tem bons costumes.	9	Tem poucas faltas	X
Adriana Xavier d'e Oliveira	São Paulo	Francisco Xavier de Oliveira	20/05/1844	Nada sabia	Acha-se estudando gramática, catecismo, escrevendo sofrivelmente, e fazendo contas de multiplicar. Tem bons costumes.	8,5	Tem muitas faltas	
Anna Rodrigues de Camargo	São Paulo	Pais incógnitos	08/01/1845	Lia muito mal	Atualmente acha-se corrente em ler, escrever, contar, gramática, catecismo, doutrina cristã, e elementos de geografia universal (especialmente do Brasil). Tem bons costumes.	12	Tem poucas faltas	X
Antônia Maria Pinheiro	Santos	Doutor Francisco Lourenço de Freitas	12/01/1845	Lia e escrevia muito mal	Acha-se lendo e escrevendo muito melhor. Está analisando gramática, fazendo contas de repartir, e estudando catecismo, e elementos de geografia universal, e especialmente a história e geografia do Brasil. Tem bons costumes.	9,5	Poucas faltas	

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir da “Relação de meninas que frequentão a aula da profª Benedita da Trindade”, APESP, IP, 18/12/1847.

¹¹⁹ Alunas “plenamente aprovadas perante a Comissão nomeada por S. Ex^a Snr. Presidente da Província nas seguintes matérias: 1ª Doutrina Cristã, e princípios de história sagrada; 2ª Ler, escrever, e contar, e nas quatro operações d’Arithmética; 3º Gramática Portuguesa; 4º Princípios gerais de geografia, e especialmente do Brasil, e desta Província” (Relação de meninas que se matricularam na aula Nacional de Primeiras Letras desta Imperial Cidade de São Paulo, 18/12/1847).

O próprio formato das listas indicia o enfoque individual e a heterogeneidade dos graus de aprendizado das alunas. Quando se tratava das meninas mais adiantadas, a mestra descreveu sua situação em leitura, escrita aritmética, gramática. Para as iniciantes, ela relatava que estavam lendo “carta de nomes” ou “em ABC” e “princiando a escrever”, sem mencionar outras matérias. Além do grau de adiantamento, informava-se a filiação, a naturalidade, a idade e a frequência de cada aluna.

Na primeira página do mapa de 1847 (quadro 5), que foi organizado em ordem alfabética, encontramos algumas alunas com “adiantamento” avançado. Na última página da lista, a professora informou quais alunas haviam sido “plenamente aprovadas perante a Comissão nomeada por S. Ex^a Snr. Presidente da Província” (Relação de meninas que se matricularam na aula Nacional de Primeiras Letras desta Imperial Cidade de São Paulo, 18/12/1847). Das 6 alunas aprovadas, três estão listadas nesta página (Ambrosina, Anna Miquelina e Anna Rodrigues). Todas tinham “bons costumes” e estavam matriculadas há mais de 2 anos (duas estavam há mais de 3 e outras duas estavam há mais de 4 anos). Por isso, encontramos mais semelhanças do que diferenças em suas descrições. Os tempos de permanência das alunas na escola eram prolongados provavelmente por não existir outras perspectivas de escolarização pública, após as primeiras letras, que incitassem o encurtamento. A dependência da frequência de alunas para recebimento dos ordenados constituem outro elemento que tornavam interessante para as mestras mantê-las por mais tempo.

Mesmo que o tempo de frequência das meninas fossem parecidos, há discrepâncias nos aproveitamentos. Enquanto Anna Joaquina, de 8 anos e meio, estava lendo cartas e escrevendo mal; Anna Miquelina Braga, de 9 anos, encontrava-se “corrente em ler, escrever, e contar, gramática, catecismo, doutrina cristã, e elementos de geografia universal, especialmente do Brasil”. As idades eram próximas e Anna Joaquina (a mais atrasada) havia se matriculado antes. O elemento que as diferenciava, na descrição, era a assiduidade. Enquanto a primeira tinha muitas faltas e, por isso, “pouco adiantamento”, a segunda tinha poucas faltas. Havia alunas com variadas idades – geralmente entre 5 e 12 anos – sobre as quais a professora relatou diferenças significativas, como nos dois exemplos a seguir:

Acha-se corrente em ler, escrever, e está analisando gramática, estudando catecismo, e elementos da geografia universal, e principalmente do Brasil. Contas de repartir. Sabe bem a doutrina cristã. Tem bons costumes. (Descrição da aluna Ignácia Maria, filha de Manoel Joaquim do Espírito Santo, 10 anos).

Acha-se lendo sílabas, e princiando a escrever. Tem bons costumes. (Descrição da aluna Joana Roza, filha de Manoel Rodrigues da Fonseca Roza, 5 anos).

(Relação de meninas que se matriculão nesta Aula de Primeiras Letras”, p.1, profª Benedita da Trindade do Lado de Cristo. APESP, C04916, 18/12/1847).

Neste exemplo, a aluna “Joana Roza” de 5 anos, matriculada há menos de 6 meses, encontrava-se num estágio bem incipiente, lia sílabas e principiava a escrever e, provavelmente, não havia iniciado outras matérias, visto que as mesmas não foram citadas pela professora. A mais velha, Ignácia Maria, encontrava-se tão adiantada quanto as alunas aprovadas em exame (em 1847). Sobre o método, Maria Lúcia S. Hilsdorf (1999b) considerou que, nas aulas de Benedita da Trindade:

o ensino era individual, sendo cada criança atendida segundo a sua particular progressão nos estudos; e, no arranjo linear, e não, seriado das matérias, de modo que havia uma sequência de aprendizagem muito marcada, na qual as “disciplinas” eram introduzidas e ensinadas uma após a outra [...] (HILSDORF, 1999b, p. 207-208, grifos nossos).

Esta linearidade está presente nas “relações de meninas” que frequentavam a escola pública da Sé. Dos 32 anos de magistério da mestra Benedita, localizamos listas referentes a 14 anos e 13 eram “textos corridos” (como nas figuras 49 e 50), nas quais as alunas eram relacionadas em ordem alfabética sem utilização de tabelas com linhas e colunas que organizassem as informações em categorias, como a maioria dos professores de ambos os sexos fazia no período.

Na Capital da Província, apesar da Lei prever a adoção do método mútuo, a mestra da cadeira da Sé utilizava o sistema individual; mas na então vila de Taubaté, a professora Maria Francisca da Conceição Barbosa enviou listas que classificavam as alunas com denominações que remetiam ao método mútuo/monitorial:

Figura 51: Relação nominal de alunas da escola pública de Taubaté, 30/11/1846

Relação nominal das Alunas, que frequentam a Escola Pública de 1ª Letra em Taubaté em 30 de Novembro de 1846

Meninas	
Frederica Antônia da Silva	2 ^a
Frederica Antônia da Silva	2 ^a
Concetta Paulina Bastian	3 ^a
Maria Rosa de Carmo	4 ^a
Donas	
Maria da Rosa Gomes	1
Maria Cândida de Almeida	2
Gracinda Louisa de Almeida	3
Antônia Augusta de Almeida	4
Maria Henriqueta de Almeida	5
Maria Antônia de Almeida	6
Concetta Antônia de Almeida	7
Clara Maria da Silva	8
Frederica Maria de Almeida	9
Maria Antônia de Almeida	10
Maria Antônia de Almeida	11
Aprendizes	
Maria Frederica de Almeida	1
Maria Antônia de Almeida	2
Maria Antônia de Almeida	3
Maria Antônia de Almeida	4
Maria Antônia de Almeida	5
Maria Antônia de Almeida	6
Maria Antônia de Almeida	7
Maria Antônia de Almeida	8
Maria Antônia de Almeida	9
Maria Antônia de Almeida	10

Fonte: APESP, Instrução Pública, C04914

Figura 52: Relação nominal de alunas da escola pública de Taubaté, 30/11/1846

Relação nominal das Alunas, que frequentam a Escola Pública de 1ª Letra em Taubaté em 30 de Novembro de 1846

Donas	
Maria da Rosa Gomes	1
Maria Cândida de Almeida	2
Gracinda Louisa de Almeida	3
Antônia Augusta de Almeida	4
Maria Henriqueta de Almeida	5
Maria Antônia de Almeida	6
Concetta Antônia de Almeida	7
Clara Maria da Silva	8
Frederica Maria de Almeida	9
Maria Antônia de Almeida	10
Maria Antônia de Almeida	11
Maria Antônia de Almeida	12
Maria Antônia de Almeida	13
Maria Antônia de Almeida	14
Maria Antônia de Almeida	15
Maria Antônia de Almeida	16
Maria Antônia de Almeida	17
Maria Antônia de Almeida	18
Maria Antônia de Almeida	19
Maria Antônia de Almeida	20
Maria Antônia de Almeida	21
Maria Antônia de Almeida	22
Maria Antônia de Almeida	23
Maria Antônia de Almeida	24
Maria Antônia de Almeida	25
Maria Antônia de Almeida	26
Maria Antônia de Almeida	27
Maria Antônia de Almeida	28
Maria Antônia de Almeida	29
Maria Antônia de Almeida	30

Para quem se quer saber a frequência e as faltas de cada uma das alunas, basta olhar para o lado direito da página, onde se encontra a frequência de cada uma das alunas, e o lado esquerdo, onde se encontra o nome de cada uma das alunas.

Taubaté, 30 de Novembro de 1846

Maria Antônia de Almeida

Professora da Escola Pública

Fonte: APESP, Instrução Pública, C04914

A aula tinha 45 meninas matriculadas, sobre as quais sabemos somente os nomes completos e que 4 foram classificadas como “monitoras”, 11 foram consideradas “provectas”, 10 “aproveitadas” e 20 “iniciantes”. No dicionário oitocentista de Moraes Silva, “provecto” é definido como “adiantado, que tem feito progressos nos estudos” (e o exemplo do dicionário é “aulas cheias aqui de principiante, ali de provectos”) (MORAES SILVA, 1813, p. 521). Como as últimas das listas eram as iniciantes e as primeiras eram as monitoras, as “aproveitadas” deviam ser as alunas que já haviam ultrapassado o estágio inicial, mas com menos adiantamento que as “provectas”. Embora a professora não tenha discriminado o adiantamento das meninas nas diferentes matérias, como previa o método mútuo, ela se valeu de uma classificação que remete à nomenclatura lancasteriana e, provavelmente, conheceu o método e o aplicou parcialmente na organização das aulas. É bastante razoável inferir que as 4 monitoras auxiliavam a mestra no ensino das demais e que os agrupamentos tenham sido mobilizados nas práticas pedagógicas visando o aproveitamento das alunas. A mestra fazia a classificação das alunas num cenário em que muitas ainda não “correctas”¹²⁰ eram retiradas da aula, constrangidas por diferentes “pretextos” de seus maiores – “dissabor” sobre o qual nada podia a professora fazer, conforme informou Maria Francisca da Conceição Barbosa ao final de sua lista.

Em 1852, a professora Rita Candida Pacheco Freire enviou um relatório da sua aula, em Itu, à Inspeção da Instrução Pública, no qual não mencionou a utilização de um método, mas ao explicitar como corrigia as alunas, ela informou que “as correções que uso são as praticadas pelo método de Lancaster e da palmatória como fui autorizada pelo Exmo. Presidente da Província em 30 de janeiro de 1837” (Relatório da professora Rita Candida Pacheco Freire, APESP, IP, C04933, 31/03,1852). O método Lancaster preconizava o uso dos denominados “castigos morais”, em substituição aos castigos físicos que eram comuns na Instrução Pública no XIX, mas a professora buscou respaldar-se da permissão das autoridades competentes para poder punir fisicamente com a palmatória. Em 1836, a Rita Candida Pacheco enviou ofício consultando o Vice-presidente da Província, José Manuel de França, a respeito do uso de castigos físicos nas escolas de meninas e ele, “achando fundamento para a dúvida”, levou a questão à Assembleia Provincial. A resposta foi publicada no jornal *O Paulista Official* (14/06/1836, p. 1), com a resolução de que a professora deveria “abster-se dos castigos físicos, ainda mesmo moderados, que permite a citada Lei” (*O Paulista Official*, 14/06/1836, p. 1). Ele

¹²⁰ O termo “correctas” não havia sido localizado em outro registro docente. Considera-se que tinha o sentido de “pronta”, concluído o ensino.

esclareceu que não havia “inconveniente algum” em não utilizá-los, pois mesmo que fosse certo que a lei “abrange as escolas de meninas, a sua disposição não obriga a usar de tais castigos, mas unicamente as deixa ao prudente arbítrio dos Professores” (*O Paulista Official*, 14/06/1836, p. 1). Contudo, a professora parecia buscar autorização para utilizá-los e, no ano seguinte, a conseguiu, de acordo com seu próprio relatório de 1852, informou que estava autorizada a usar a palmatória desde “30 de janeiro de 1837” pelo “exmo Presidente da Província”.

Outro registro do método Lancaster numa aula pública feminina paulista data, curiosamente, do final da década de 1850. No “Regimento da aula de Instrução Pública do Sexo Feminino da Freguesia da Sé”, de 9 de dezembro de 1859 (RODRIGUES, 1962, p. 108), Agostinha Leme da Silva Prado¹²¹ relatou que o regimento interno da sua aula se baseava nos “métodos de Lancaster ‘quanto aos arranjos materiais, divisão de classe e disciplina’” e que ela dividia:

suas alunas em seis classes de nível diferente e era auxiliada no ensino por monitoras. As horas de estudo marcavam-se por sinais e, conforme este, as alunas deveriam ler, escrever, rezar, repetir a tabuada, etc. No fim do dia, enquanto esperavam que os pais viessem buscar “para não se ocuparem em prejudiciais brinquedos aprendiam prendas domésticas cada uma em seu lugar” (RODRIGUES, 1962, p. 108).

Embora, o método já houvesse caído em desuso, a professora fundamentou o regimento da sua aula nas suas prescrições concernentes à divisão das alunas e ao auxílio de monitoras¹²². Como sugere Diana Vidal, é possível que Agostinha associasse “os métodos individual, mútuo e simultâneo, ou apenas dois destes três métodos” inventando “um quarto método: o ensino misto” que reunia “as vantagens da graduação dos conhecimentos e da organização dos alunos em classes características do ensino mútuo e simultâneo, sendo empregadas de acordo com as necessidades do funcionamento da classe e em consonância à experiência docente” (VIDAL, 2006, p. 167).

2.4 Ordenados no magistério público paulista entre as décadas de 1840-1860: paradoxos nas relações de gênero

¹²¹ Neste ano, Benedita da Trindade se aposentou e a cadeira da Sé foi ocupada por sua ex aluna, Agostinha Leme, após aprovação em concurso. A nova mestra tinha aproximadamente 30 anos em 1859.

¹²² A descrição feita por Agostinha Leme também pode se referir ao método simultâneo, que já estava em difusão no período, resíduo das escolas francesas de Jean Baptiste de La Salle surgidas no século XVIII, o professor regia grupos de alunos no mesmo nível de conhecimento com a ajuda de auxiliares (VIDAL, 2006, p. 167) .

Vamos retomar as 2^{as} cadeiras de instrução primária para problematizar a questão dos salários dos professores públicos na Província de São Paulo numa perspectiva de gênero. A ausência de cadeiras que efetivamente ensinassem as matérias previstas neste nível era associada à escassez de pessoal habilitado e à questão salarial.

A Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846, criou a Escola Normal que era aberta exclusivamente à população masculina e determinou que apenas os professores nela formados seriam providos efetivamente. Como já mencionamos, a mesma lei criou as 2^{as} cadeiras, que previam, para os meninos, o ensino de “noções gerais de história e geografia, especialmente da história e geografia do Brasil; noções das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida” (SÃO PAULO, 1846, art. 4º), matérias não contempladas pela Escola Normal. O adicional nos ordenados nestas escolas, em relação àsquelas de 1º grau, seria de um acréscimo de ¼ e seria pago pelas municipalidades. No caso dos professores homens das escolas médias¹²³, exigia-se a formação na Escola Normal para provimento definitivo e salários por inteiro, fato que levava a uma consequência:

Figura 53: Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 25

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

As exigências de mais conhecimentos, a impossibilidade do provimento efetivo e os baixos ordenados eram considerados os empecilhos para a aproximação de candidatos às 2^{as} cadeiras masculinas. Mais uma vez, o inspetor declarava que a única escola média efetivamente em exercício era a escola média feminina de Sorocaba. Sendo considerada a única de instrução primária superior, a aula recebia atenção especial nos relatórios e parece ter sido visada pelo poder local. No mesmo relatório de 1858 – ano em que a professora Maria Flora Vaz de Souza

¹²³ Para os professores das 1^{as} cadeiras, a lei nº 31 de 1856 permitiu que os interinos – que servissem bem por dois anos e fossem aprovados em exame perante o governo – pudessem ser providos definitivamente. Esta alteração é problematizada adiante.

tinha 53 alunas matriculadas, sendo 43 frequentes – o inspetor relatou com indignação que a Câmara municipal de Sorocaba havia se recusado a pagar o acréscimo de $\frac{1}{4}$ ao ordenado previsto por lei no caso das 2^{as} cadeiras.

O caso explicita as tensões que permeavam as relações entre as instituições de administração pública, neste caso, entre a inspetoria da instrução pública e a Câmara municipal, visto que os ordenados eram custeados pelo governo provincial e as gratificações das 2^a cadeiras eram incumbência dos municípios (SÃO PAULO. Lei Provincial nº 34 de 16 de março de 1846, art. 16). A inspetoria da instrução cobrava que o município arcasse com o que a lei lhe obrigava. A localidade, buscando esquivar-se dos gastos, inicialmente justificou falta de recursos, mas ao se ver coagida legalmente, buscou outra justificativa. Valendo-se da própria lei, a Câmara de Sorocaba suspendeu o pagamento sob o argumento de que a maioria das alunas não aprendiam as noções previstas de história e geografia e, tampouco, de música. O inspetor geral opôs-se à decisão da Câmara argumentando que:

a Municipalidade de Sorocaba [...] não quis pois ver que aquela escola tem também de ensinar as primeiras letras, e que ninguém aprende as ciências e artes senão depois de saber ler e escrever; e não refletiu que recusar o pequeno contingente com que contribui é desobrigar a professora de instruir as discípulas nas matérias que constituem as 2^{as} cadeiras, e transformar em primária a escola média (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.26).

O trecho do relatório explicita o caráter não sequencial das 1^{as} e 2^{as} cadeiras. Nosso olhar retrospectivo, “contaminado” por mais de um século de hegemonia da escola seriada, tende a interpretar que as 2^{as} cadeiras fossem uma continuidade das 1^{as}. Não se tratava disso, ambas ensinavam a ler, escrever e contar e distinguiam-se pela complementação prevista para as 2^{as} cadeiras com as matérias de história, geografia e música, no caso feminino. Além de defender a necessidade das primeiras letras para o aprendizado das ciências e artes, o inspetor destacou o aspecto legal lembrando que as municipalidades não tinham “a faculdade de inspecionar as escolas [...] e, portanto, legalmente não t[inham] o direito de saber o que n’ellas se passa[va]” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 27-28). Frisou ainda que o pagamento dos ordenados era condicionado à apresentação de “atestados firmados pelo inspetor de distrito” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 28) e como tal atestação havia sido devidamente realizada, a Câmara não tinha o direito de simplesmente desconsiderá-la, mas, sim, denunciar o inspetor se julgava que “faltava com a verdade” e “requerer providências”. A atitude representava um desrespeito à “autoridade competente” e uma confusão de funções que poderia “provocar conflitos e introduzir a anarquia na administração” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 28), na visão de Diogo de Mendonça Pinto.

A perspectiva era a de manutenção da única “escola média”, que representava um aperfeiçoamento na instrução pública por possibilitar o acesso a saberes que iam além do ler, escrever, contar e doutrina cristã. Para a inspetoria da Instrução, a existência da aula era a concretização de uma melhoria prevista legalmente, mas de difícil efetivação. O inspetor da instrução via, nas 2^{as} cadeiras, superioridade em relação às aulas de primeiras letras, algo que “a Câmara de Sorocaba” deveria se “gloriar”. Para ele:

o que faltava n’aquela, como nas outras grandes povoações, é uma cadeira para onde pudessem concorrer os alunos, pertencentes a famílias abastadas, que desejam para seus filhos as lições um pouco mais sólidas e variadas, que fazem com que vulgarmente se diga de quem as aproveita que recebeu *fin*a educação. Á Sorocaba coube a fortuna de encontrar pessoa que relativamente ao sexo feminino pode bem dar satisfação á semelhante necessidade. É a povoação que inaugura a primeira escola média; é a única cidade entre todas, inclusive a Capital, que vê em seu seio funcionando instituição de tanta utilidade, e para a qual podem afluir meninas de todas as classes por ser o ensino gratuito. São estes títulos sobejos ao reconhecimento dos habitantes de Sorocaba; só a Câmara Municipal quis a todo custo se livrar da escola média (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.26-27, grifos nossos).

As 2^a cadeiras pareciam constituir um projeto de instrução mais “sólida e variada” que atendesse aos “alunos” filhos das “famílias abastadas” para receber a “fina educação”. Em ofício de 6 de agosto de 1858, publicado no *Correio Paulistano* (16/081858, p.1), o presidente da Província ordenou o pagamento, retomando a argumentação elaborada pelo inspetor geral da Instrução Pública.

Uma instrução superior para alguns alunos inseria-se num projeto de consolidação das instituições imperiais e formação de seus quadros, numa nação recentemente emancipada, assim como de formação de cidadãos que contribuíssem com o desenvolvimento econômico. A cidadania, por meio do voto censitário, assim como o exercício de cargos públicos, eram atribuições quase exclusivamente masculinas, portanto, é possível concluir que tal formação tinha como público alvo preferencial a população masculina. Paradoxalmente, tal projeto foi primeiramente efetivado numa cadeira feminina. A existência de uma mulher habilitada que se interessasse pelo cargo relaciona-se com os poucos espaços disponíveis para a população feminina no mundo do trabalho letrado com remuneração média. Maria Flora Vaz e Souza, que ocupou a 2^a cadeira de Sorocaba, havia sido professora da 1^a cadeira de São Roque (localidade vizinha a Sorocaba) entre 1845 e 1852 e já contava, em 1853, com 7 anos de experiência no magistério público. A “pessoa que relativamente ao sexo feminino pode bem dar satisfação á semelhante necessidade”, nas palavras do inspetor, havia acumulado um repertório durante um período de exercício do magistério e propôs ensinar em outra localidade, que proporcionava maior remuneração e representava um avanço na carreira.

Se para um homem que dominasse a leitura, escrita, aritmética, história, geografia e ciências sociais aplicáveis aos usos da vida havia outras possibilidades de trabalho com melhor remuneração num país de uma minoria letrada (na própria Instrução, as escolas secundárias tinham ordenados e status mais atrativos), para a população feminina, o cenário era diametralmente oposto. Para além das professoras, parteiras e, depois de 1850, modistas, apenas as privilegiadas filhas das “famílias abastadas” podiam alcançar rendas superiores, como vimos no capítulo 1.

Além da significativa diferença nas oportunidades, que tornava o cargo muitíssimo mais interessante para o público feminino do que para o masculino, a legislação teve um resultado não previsto que, paradoxalmente, proporcionava uma situação salarial mais favorável às professoras do que aos professores no magistério de primeiras letras. No relatório da Instrução pública do ano de 1852, Diogo de Mendonça Pinto explicou quais eram os três tipos de professores públicos que havia na Província de São Paulo. Esta diferenciação é importante e se constituía de forma distinta para homens e mulheres. Todos eram nomeados pelo “Exmo Governo Provincial”:

Quadro 6: Tipos de professores públicos de primeiras letras da Província de São Paulo em 1852

Tipos	Homens	Mulheres
Contratados (as)	Propostos pelos inspetores de distrito, não faziam exames e recebiam 2/3 dos ordenados. Não recebiam gratificações.	Propostas pelos inspetores de distrito, não faziam exames e recebiam 2/3 dos ordenados. Não recebiam gratificações.
Interinos (as)	Faziam exames em concurso perante o governo, recebiam 2/3 dos ordenados mais uma gratificação. Podiam ser efetivados após 2 anos de serviços bem prestados ao magistério.	Faziam exames perante o inspetor fora da capital, recebiam 2/3 dos ordenados mais uma gratificação.
Definitivos (as)	Haviam se formado na Escola Normal, eram dispensados de exame, salvo quando se candidatassem após três anos de sua aprovação na Escola Normal; quando houvesse outros concorrentes para a mesma cadeira; quando fosse uma 2ª cadeira. Recebiam os ordenados por inteiro, mais gratificação. Eram vitalícios. Após 1850, a lei permitiu que os professores interinos que servissem bem por dois anos e fossem aprovados em exame, perante o governo, podiam ser providos definitivamente. Nas 2ªs cadeiras só podiam ser efetivos se fossem formados pela Escola Normal.	Eram vitalícias, aprovadas em concurso e recebiam salários por inteiro. Como a Escola Normal era exclusivamente masculina até 1875, não se aplicava tal exigência para as professoras.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Relatórios da Instrução Pública, 1852, p. 10-11; 1858, p. 13

Para professores “contratados” e “interinos”, os critérios para homens e mulheres eram iguais. Contratados e contratadas não tinham direito à gratificação por número de alunos, enquanto interinos e interinas tinham. Para se tornar um professor efetivo, a lei exigia que os candidatos às cadeiras masculinas fossem egressos da Escola Normal para a provisão efetiva (exigência que se aplicava somente aos homens por ser a Escola Normal aberta exclusivamente para a população masculina). A medida parece ter sido uma tentativa de legitimação do modelo da Escola Normal, empreendido pela Lei nº 34, de 16 de março de 1846, com o objetivo de incitar matrícula e frequência de alunos; contudo, uma decorrência foi o impedimento à provisão efetiva da maioria dos candidatos homens. Em 1856, o inspetor geral lamentava:

Figura 54: Relatório da Instrução Pública, 1856, p. 13.

Sendo outorgado aos alumnos approvados da escola normal o privilegio da vitaliciedade das Cadeiras, aos outros concurrentes só se teem concedido nomeações provisórias. Mas infelizmente não é da escola normal, qual subsiste, que pôde provir todo o pessoal que tantas escolas vagas ou mal preenchidas reclamão: e demais, porque negar a effectividade do cargo ao mestre que práticamente exhibir sobejas provas de aptidão no ministerio que lhe foi confiado? A Lei do Orçamento vigente, pois, foi inspirada pelos principios de justiça quando no art. 23 facultou o provimento vitalicio aos Professores interinos plenamente approvados em exame feito perante o Governo, uma vez que satisfação em dous annos os deveres do Magisterio.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

A inspetoria geral da Instrução considerava negativo o condicionamento da efetividade dos professores (que gerava salário inteiro e vitaliciedade) à frequência à Escola Normal. A lei resultou numa quantidade muito maior de professoras efetivas do que de professores; como a Escola Normal atingia uma parcela muito pequena dos docentes¹²⁴, a quantidade de provimentos efetivos no magistério masculino era diminuta. Os ordenados previstos legalmente para homens e mulheres eram idênticos¹²⁵ e, assim, uma professora aprovada em concurso era provida definitivamente e recebia o salário integral. Já um professor que passava pelo mesmo processo era provido interinamente e recebia 1/3 a menos. Com isso, proporcionalmente, havia uma quantidade maior de provimentos femininos efetivos recebendo os salários por inteiro. No ano de 1856, existiam:

¹²⁴ De acordo com Carmem S. V. Moraes (2000, p. 15), “em 1846 foi fundada na província uma Escola Normal, destinada só aos homens. Tinha apenas um professor, o Dr. Manuel José Chaves, catedrático de filosofia e moral no Curso Anexo à Faculdade de Direito. Parece que a escola só formou 40 professores até 1866; em 1867 foi suprimida”.

¹²⁵ Para cotejar com outra província num período próximo, em Sergipe, o artigo 26 da Lei nº 508 de 16 de junho de 1858 também previu “pagamentos [...] válidos, tanto para os professores como para as professoras” (FERREIRA, 2016, p. 61).

Gráfico 1: Número absoluto e porcentagens de cada tipo de professores de primeiras letras masculinos em 1856

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações contidas no Relatório da Instrução Pública, 1856, p.11-12

Gráfico 2: Número absoluto e porcentagens de cada tipo de professoras de primeiras letras em 1856

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações contidas no Relatório da Instrução Pública, 1856, p. 11-12

Em 1856, o número de professores era, praticamente, o dobro do que o de professoras. Os dois grupos apresentavam, internamente, características bem diferentes. Enquanto quase 50% dos professores homens eram contratados, apenas 17% das professoras o eram. Ora, se os contratos podiam ser indicados pelas Câmaras sem a necessidade de concurso e o provimento interino e definitivo dependiam da realização do concurso, isso significa que as professoras em exercício se submeteram, proporcionalmente, mais aos exames do que os professores, na Província de São Paulo. No interior do grupo das professoras, destaca-se a alta porcentagem de

definitivas (quase 70%), número que se relaciona com o fato de não serem obrigadas (ao contrário, eram interditadas) a frequentar a Escola Normal para provisão definitiva. Em 1861, o inspetor geral considerava que:

Se as escolas do sexo feminino conseguem pronto preenchimento, e dentre 80 são simplesmente 20 as contratadas e vagas, é porque as opositoras, uma vez aprovadas em exame ante o governo, recebem logo a nomeação vitalícia, enquanto que os aspirantes às outras, por melhores que sejam suas provas de capacidade, só a recebem interina se não são filhos da suposta Escola Normal, e consequentemente, segundo o artigo 36 da Lei nº 34 de 1846, vencem hoje unicamente dois terços do mesquinho ordenado da cadeira que regem (Relatório da Instrução Pública, 1861, p. 18, grifos nossos).

A interdição das mulheres à frequência às escolas normais foi uma das facetas de uma sociedade em que as relações de gênero eram acentuadamente hierarquizadas. Esta exclusão do acesso ao conhecimento escolarizado de formação de professores, paradoxalmente, teve o resultado não previsto de salários mais elevados para as mulheres. Em 1866, a discrepância entre as quantidades de professores efetivos nas cadeiras masculinas e femininas permanecia e era um dos itens do relatório do inspetor da Instrução Pública:

Figura 55: Relatório da Instrução Pública, 1866, p.21.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

Por mais de 20 anos, houve mais professoras mulheres providas vitaliciamente do que professores homens. Em 1856, um destes casos foi objeto de discussão na Assembleia Provincial, cuja ata foi publicada no *Correio Paulistano*. O deputado provincial João Baptista da Silva Gomes Barata¹²⁶ apresentava uma emenda para corrigir o que ele considerava uma injustiça que ocorria na cidade de Taubaté:

¹²⁶ Foi deputado provincial na legislatura de 1854-55 e suplente na de 1856-57 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, s.d.). Formou-se pela Faculdade de Direito de São Francisco em 1842 e foi um dos conferencistas das “Conferências populares da Freguesia da Glória”, em 1875, no Rio de Janeiro (BASTOS, 2002).

Figura 56: *Correio Paulistano*, 05/04/1856, p.2

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O professor “injustiçado” era Luiz Marques da Silva e é um dos vários exemplos de professores que não tinham provimento definitivo, apesar de ter realizado exame e ter mais de 12 anos de magistério. Seu ordenado equivalia a pouco mais de 70% do valor integral que recebiam o professor da 2ª cadeira e a professora de meninas. A emenda propunha a equiparação dos salários dos três professores e, na sessão, sugeriu-se que fosse indeferida, pois a assembleia não deveria conceder “favores especiais sem tratar de um plano geral de reforma da instrução pública” (*Correio Paulistano*, 05/04/1856, p.2). Apesar dos debates recomendarem que não se conferisse “favores especiais”, o ordenado do professor da primeira cadeira de Taubaté foi elevado de acordo com o artigo 15 das “Disposições transitórias do orçamento provincial”¹²⁷ (*Correio Paulistano*, 12/09/1856, p.1).

Foram várias as legislações que normatizaram os ordenados no magistério público no segundo quartel do XIX. Havia uma lei geral, um decreto e duas leis provinciais, conforme o quadro abaixo:

¹²⁷ Tais disposições elevaram a 500\$000 os ordenados do professor da 2ª Cadeira de Guaratinguetá, dos professores das 1ªs cadeira de Taubaté e Tatuí e da professora de Jacaré. Para o professor de Cotia, o salário passou a 400\$000 e a diretora do Seminário de Educandas e as professoras de Santos e Mogi das Cruzes receberam um acréscimo de 100\$000.

Quadro 7: Ordenados dos professores de primeiras letras nas leis da Instrução Pública

Localidades Leis	Cidade	Vilas de beira mar	Vilas do interior	Freguesias	Capital	Gratificações
<i>Lei Geral de 15 de outubro de 1827</i>	Ordenados de 200 a 500\$000 réis taxados pelo Governo “com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares”					1/3 para cadeiras com mais de 12 anos não interrompidos e bom aproveitamento
<i>Decreto provincial de 07 de agosto de 1832</i>	_____	400\$000	360\$000	240\$000	480\$000	
<i>Lei Provincial nº 9 de 1835</i>	- Seriam designados pelo Governo e inferiores ao decreto de 07 de agosto de 1832 quando considerados excessivos - Ordenados de 2/3 dos previstos pelo referido decreto para as professoras nomeadas interinamente independente de concurso, por meio de propostas das Câmaras municipais					
<i>Lei nº 11 de 1839</i>	_____					100\$000 para escolas com mais de 80 alunos
<i>Lei Provincial Nº 34 de 1846 (art. 15)¹²⁸</i>	Lei que criou a Escola Normal e exigiu que os professores tivessem formação					4\$000 (definitivos) e 3\$000 (interinos) para cada excedente ao nº de 20 (masc.) e 15 (fem.)
	400 a 500\$000	300 a 400\$000	outras povoações: 166\$666 a 200\$000	_____	—	
<i>Lei nº 47 de 1857 art. 1º § 6º¹²⁹</i>						100\$000 aos professores definitivos e 50\$000 aos interinos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das leis da Instrução Pública e do relatório da Instrução Pública da Província de São Paulo de 1858, p. 14-15

As leis do quadro acima atingiam o conjunto dos docentes, eram várias e se sobrepunham, gerando diferenças entre os ordenados de professores que realizavam o mesmo tipo de trabalho. Em 1827, a Lei Geral fixou um mínimo e um máximo, prevendo que os

¹²⁸ Ordenados de 5/6 do valor integral para os professores não examinados em Geometria (SÃO PAULO. Decreto de 07 de agosto de 1832, Art. 6º).

¹²⁹ Esta foi uma lei do orçamento, seu texto previa: Art. 1.º - O presidente da provincia é auctorizado a despender no anno financeiro de 1.º de Julho de 1857 a 30 de Junho de 1858 a quantia de 740.293\$051. § 6.º - Com a instrucção publica, sua inspectoría geral e secretaria, inclusivè mais 200\$000 rs. de gratificação ao 1.º amanuense, 60\$000 rs. ao porteiro, 100\$000 rs. a cada um dos professores e professoras effectivas de primeiras letras, e 50\$000 rs. aos interinos e contractados (SÃO PAULO, 1857).

governos definiriam o valor a partir das características da localidade. Por ser uma lei geral, abrangia um amplo território com diferentes custos de vida e com variações internas em cada Província e tinha grande relevância para os potentados locais pois representava gastos para o poder municipal com a Instrução Pública.

A questão da diferenciação salarial conforme a localidade da cadeira é um aspecto que marcou o magistério oitocentista. A legislação que normatizava ordenados previa salários diferentes conforme a carestia dos locais habitados pelos docentes. Em São Paulo, o Decreto Provincial de 07 de agosto de 1832 fixou valores maiores para as vilas litorâneas e para a capital da província, que tinham custos de vidas mais elevados; ordenados intermediários para as vilas do interior e salários que equivaliam à metade do que era pago na capital para as freguesias. Em 1832, a única cidade da Província era a própria capital, todas as demais localidades eram vilas ou freguesias. Santos foi elevada à categoria de cidade em 1839 e em 1842 foi a vez de outras localidades populosas, como Sorocaba, Taubaté e Itu. Por isso, não foi incluída a categoria cidade no Decreto de 1832. Já em 1846, definira-se ordenados maiores para as cidades, incluindo-se a capital, ordenados intermediários para as vilas litorâneas e ordenados mais baixos para as “outras povoações”. As gratificações¹³⁰ também foram sendo alteradas, ora sendo fixados valores que atingiam ao conjunto dos professores, ora condicionadas à quantidade de alunos matriculados.

Apesar das mudanças nas vidas dos docentes, o maior impacto foi, sem dúvida, a lei de 1846 em relação aos salários, que impedia que professores que não tivessem frequentado a Escola Normal fossem nomeados definitivamente. No relatório de 1858, Diogo de Mendonça mais uma vez discorreu sobre o modo de provimento das cadeiras de professor de primeiras letras e apontou uma mudança na legislação:

Figura 57: Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 13

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

Dez anos depois da lei de 1846, a lei nº 31 de 1856 extinguiu a necessidade de ter sido aluno da Escola Normal para provimento efetivo. Exigia-se aprovação no concurso e a

¹³⁰ Na reflexão sobre o quadro 3 – “Gastos com ordenados e gratificações de professores e professoras públicos de primeiras letras em 1858.” – destacamos alguns impactos das gratificações na remuneração dos docentes.

permanência por “dois anos consecutivos [cumprindo] os deveres do magistério”. A mudança na legislação relaciona-se com inúmeros casos de provisões interinas masculinas consideradas injustas. No entanto, houve uma ressalva; o inspetor sugeriu que a concessão da vitaliciedade fosse dada aos aprovados após um período superior a dois anos devido à “preponderância à afilhadagem” no país.

Figura 58: Relatório da Instrução Pública, 1856, p.13.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

A vitaliciedade no magistério é descrita como uma “situação que deve[ria] ser muito cobiçada” e que os interessados poderiam “violentar” o seu próprio “caráter” para alcançar o objetivo. O inspetor via tais riscos e considerava necessário que os pretendentes demonstrassem “longa provança” e o governo fosse cauteloso nas concessões, sugerindo um tempo maior como interinos para que os professores concursados que não fossem egressos da Escola Normal pudessem ser efetivados.

Às normas gerais, algumas práticas clientelistas somavam “leis especiais” com normatizações que determinavam aumentos diferentes dos previstos pelas leis para alguns sujeitos e complexificavam, ainda mais, o panorama salarial do magistério oitocentista. Se o pedido de equiparação dos ordenados para a cidade de Taubaté foi efetuado por um deputado provincial em 1856 e logrou sucesso, em Sorocaba, 5 anos antes, um pedido equivalente partiu da própria professora de primeiras letras. Em 1851, Vicentina Adelaide de Vasconcellos pediu que “o seu ordenado fosse igualado ao dos professores de primeiras letras da mesma cidade” (*O Governista*, 14/04/1851, p. 1). Não localizamos a resposta a esta solicitação, mas, em 1856, uma “corresp. do Correio” de Sorocaba foi publicada no *Correio Paulistano* relatando notícias da cidade, entre as quais, a visita do “Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto, inspetor geral da instrução” (*Correio Paulistano*, 13/12/1856, p.2), que visitou as 5 aulas públicas da

localidade¹³¹ nas quais “todos os professores ficaram penhorados pela delicadeza e maneiras afáveis do Sr. Dr. Diogo” (*Correio Paulistano*, 13/12/1856, p.2). O inspetor presidiu os exames dos alunos de francês e esteve presente ao exame de 10 alunas da “Sr^a D. Vicentina Adelaide”, que “foram plenamente aprovadas” numa sala “ornada de flores” e “apinhada de meninas ricamente vestidas” (*Correio Paulistano*, 13/12/1856, p.2). O autor anônimo da correspondência ressaltou que Vicentina Vasconcellos era “incontestavelmente uma professora incansável, que se esmera[va] no adiantamento de suas discípulas” (*Correio Paulistano*, 13/12/1856, p.2), mas que “o seu ordenado não correspond[ia] ao seu trabalho, pois [era] a que ganha[va] menos, só [...] 480\$000 anuais” (*Correio Paulistano*, 13/12/1856, p.2). Diferente do professor de Taubaté, seu pedido de equiparação não foi atendido, denotando as hierarquias que perpassavam uma sociedade excludente e com relações de gênero desiguais. Contudo, a professora alcançou ordenados mais elevados por outras vias: em vários anos recebeu gratificações por ter muitas alunas. Os ofícios abaixo foram publicados nas seções oficiais de periódicos paulistanos e confirmam a concessão da gratificação à mestra:

Figura 59: O Publicador Paulistano, 10/09/1857, p. 2

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 60: Correio Paulistano, 12/08/1858

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A quantidade de alunas ultrapassava significativamente o mínimo exigido, mais de 50 alunas em “excesso”, que proporcionavam, à docente, um acréscimo de 40% no ordenado (mais de 200\$000) e, ainda, possibilitava a existência da 2ª cadeira, apenas possível nas localidades em que a 1ª cadeira fosse frequentada por mais de 40 alunas. Este caso permite apreender a complexidade das relações de dependência e reciprocidade que engendravam uma comunidade escolar (professores, alunos, inspetores, famílias) na qual um acontecimento específico de uma escola reverberava na malha escolar da localidade e da região. Nesta situação, a abundância de alunas proporcionou um aumento significativo nos ordenados da própria professora e a existência de uma 2ª cadeira que atendia e impactava a instrução pública local e mesmo

¹³¹ A aula de francês regida pelo Sr. Toledo, a 1ª cadeira de primeiras letras regida por Jacintho Heliodoro de Vasconcellos e a 2ª regida pelo Sr. Medeiros, a 1ª cadeira do sexo feminino regida por Vicentina Adelaide de Vasconcellos e a 2ª por Maria Flora Vaz de Souza (já citada).

provincial, ao ser a única “escola média” onde se lecionava as matérias adicionais previstas por lei para estas cadeiras.

No relatório da instrução pública de 1858, Diogo de Mendonça Pinto se esforçava para organizar uma dispersa profusão de “leis especiais” referentes aos salários:

Figura 61: Relatório da Instrução Pública, 1858, p.14.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

O trecho do relatório de 1858 mostra que professores e professoras conseguiram o aumento de seus ordenados por meio das “leis especiais”, que era previsto pelas leis “gerais”¹³² ao incluírem a possibilidade de adequações “às circunstâncias peculiares das localidades e à concorrência certa ou provável de alunos” (SÃO PAULO, Lei provincial nº 34 de 1846, Art. 15). Pouco mais de uma dezena de professores havia sido beneficiada até 1858, uma minoria quando comparada à recorrência de pedidos de aumento que os professores dirigiam ao governo provincial, minoria beneficiada na “convicção segundo a qual as pessoas eram, natural e hierarquicamente, desiguais entre si” (SILVA, 2007, p. 237), intrínsecas à sociedade imperial.

Se a própria legislação abria brecha para a legitimidade dos privilégios com as leis especiais, alguns privilégios que ferissem a letra da lei eram condenados por parte dos sujeitos que constituíam os governos. Foi o caso da professora de Ubatuba, em 1858, que recorreu ao presidente da Câmara da localidade para obter o atestado para o recebimento de ordenado. O caso foi denunciado pelo inspetor geral como ilegal e perigoso por abrir precedentes para abusos quando professores que deixassem de receber seus atestados por cometerem faltas acionassem as “autoridades do lugar onde resid[i]sse” para obtê-lo (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.17). Seria este um caso de “afilhadagem”? Além do pedido de atestado ao presidente da Câmara realizado pela professora de Ubatuba, relembramos que também houve a negativa da

¹³² As leis gerais eram as leis fixadas pelo Poder Central, o governo imperial. Neste caso, usei geral entre aspas para me referir a leis que atingiam ao grupo de professores da província.

Câmara de Sorocaba em pagar o adicional à professora da 2ª cadeira que tinha atestados, a qual também foi condenada por descumprir o que a legislação previa.

Nos periódicos da Província de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1850, localizamos muitos pedidos de aumento de professores (como reprodução de “atos oficiais”). Em 20 de abril de 1857, o *Correio Paulistano* publicou uma resposta a um ofício de pedido de aumento, informando aos professores que tivessem “paciência, [pois] não e[ra] possível elevarem seus ordenados”. Dentre os diversos pedidos de aumento de ordenados remetidos ao governo provincial, houve uma mestra de Queluz que solicitou um “aumento de ordenado ou uma cota a título de ajuda de custo para ir à capital fazer exame de habilitação a fim de ser provida definitivamente” (*Correio Paulistano*, 07/04/1856, p. 1); o pedido foi indeferido e sinaliza que os sujeitos agiam taticamente buscando melhores condições de vida, improvisando a partir de seus repertórios. A improvisação não se restringia aos sujeitos, ela também perpassava as ações governamentais nas diversas leis mais amplas que foram se rebuscando nas “leis especiais” que privilegiavam indivíduos isolados e nas inúmeras ações cotidianas materializadas por meio de circulares e ofícios.

Percorremos diferentes fontes buscando mostrar que a legislação possibilitou que a maioria das professoras públicas fossem efetivas e recebessem os ordenados integrais e que, inicialmente, desfavoreceu os provimentos definitivos dos professores homens e, consequentemente, permitiu a limitação de seus ordenados a 2/3, como previa a lei de 1846. Uma improvisação foi adotada em 1856, a fim de contornar a injustiça com a possibilidade de provimento definitivo para os professores que fossem aprovados em concursos, que cumprissem as leis e exercem bem o magistério por dois anos. Contudo, outro fator complexificava o cenário e impactava nos valores dos ordenados recebidos: as gratificações. Em 1858, o inspetor geral da Instrução anexou, ao seu relatório geral, o “Orçamento da Despesa da Instrução Pública”, no qual discriminou os gastos da inspetoria, arrolando desde o próprio salário e dos demais funcionários da administração, passando pelos ordenados e gratificações de professores de primeiras letras e do ensino secundário, gastos dos seminários e com “móveis e utensis” das escolas. A partir dos dados disponíveis nesta “prestação de contas”, foi possível construir o seguinte quadro:

Quadro 8: Gastos com ordenados e gratificações de professores e professoras de primeiras letras (1858)

Sexo e provimento	Quantidade	Soma dos ordenados	Gratificações	Ordenado + gratificação	Valor médio do ordenado
Homens definitivos	39	\$20600	\$7020	\$27620	\$708,20
Mulheres definitivas	40	\$22200	\$6930	\$29130	\$728.25

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados do Orçamento, Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 86

O quadro mostra que, em 1858, havia mais professoras definitivas do que professores, mesmo em números absolutos. Destacando, mais uma vez, que havia mais cadeiras masculinas do que femininas, isso significa que, proporcionalmente, havia muito mais professoras efetivas. O total de seus ordenados era maior do que o dos homens e as remunerações finais – ordenados somados às gratificações – também. Calculamos um valor médio das remunerações e a diferença por sexo não ficou tão acentuada, pois as gratificações compensaram parcialmente os descontos dos ordenados. Os critérios para recebimento de gratificações eram próximos para homens e mulheres, nas legislações. A diferença incidia no número de alunos exigidos por turma, sendo que para as aulas femininas, exigia-se um número menor. No que se refere aos salários, nas décadas de 1840-50, houve uma diferença salarial entre professoras e professores que favorecia as primeiras, conferindo-lhe maiores ordenados. Esta diferença foi diminuindo, no entanto, até o fim da década de 1850, os ordenados femininos continuaram um pouco mais altos, em média.

Nosso recorte não avança para as últimas décadas do século XIX, mas é preciso sinalizar que a cena salarial parece ter se modificado por questões que escapam ao recorte da tese. Em 1883, o Inspetor do Distrito da Instrução Pública de Sorocaba informou que:

O Professor da 3ª cadrª. Mel. dos Reis, que é normalista vence annualmte . 1:800\$000; os professores da 2ª cadrª. Pe . Antº Augto Lessa e da cadrª do Cerrado Pe . Joaqm Glvs Pacco vence cada um annualme . a qtia. de 1:500\$000. O Professor da 1ª cadrª Mel. Joaqm de Szª. Guerra, vence 850\$000 e o da capla. da Aparecida João Pires de Lemos vence 650\$000. As Professoras da 2ª cadrª. D. Januaria de Olª. Simas e a da 3ª cadrª. D. Gertrudes Pires de Almdª. Mello vence cada uma 850\$000 pr anno, e as Professôras da 1ª cadrª. D. Vicentina Adelaide de Vascós, e da cadrª. de Jundiaquára, D. Zulmira Ferrs do Valle, vence cada uma pr anno 650\$000 (Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Antonio Gonzaga Sêneca de Sá Fleury, Inspetor do Distrito da Instrução Pública de Sorocaba, em 25 de novembro de 1883 apud GONZÁLEZ; SANDANO, 2006, p. 39, grifos nossos).

Após 42 anos de magistério, a mesma professora pública de Sorocaba, Vicentina Adelaide de Vasconcellos, era a professora com mais tempo de magistério e menor ordenado. Em contrapartida, o professor da 3ª cadeira masculina, que era normalista, recebia quase 3 vezes

o valor do salário da mais antiga professora de primeiras letras em atividade na Província de São Paulo.

2.5 Cenário do magistério feminino entre 1828-60

A geração das mestras de primeiras letras que ocuparam as cadeiras públicas inicialmente criadas indicia que práticas de transmissão da cultura escrita permearam o cotidiano das mulheres oitocentistas mesmo antes da efetivação da instrução pública feminina no país. Foi ao longo do fim dos anos 1820 e das décadas de 1830-60 que a instrução pública feminina foi implementada, ampliada e atingiu uma parcela maior da população no território da Província. Após a Lei Geral de 1827 ter criado as aulas públicas femininas de primeiras letras, a cidade imperial de São Paulo foi contemplada com a primeira escola de meninas em 1828, seis meses após a lei. No mesmo ano, mais 4 localidades iniciaram a instrução pública feminina: Santos, Itu, Taubaté e São Sebastião. Até 1860, foram criadas, na província, 90 cadeiras femininas, as quais foram ocupadas por aproximadamente 137 docentes¹³³, das quais apenas 5 na Capital. O Apêndice 1 apresenta as cadeiras e as professoras públicas de primeiras letras da Província de São Paulo entre 1828 e 1860. O quadro foi organizado cronologicamente a partir da criação das cadeiras e permite acompanhar a movimentação das mestras, identificar tanto as cadeiras que foram ocupadas pela mesma professora por longos períodos quanto aquelas que tiveram maior rotatividade. Até 1842, apenas 9 cadeiras haviam sido criadas. Entre 1843 e 1845, as cadeiras duplicaram, passando de 9 para 19, em 1845. Na primeira metade do XIX, além da Lei Geral de 1827 criando legalmente as aulas femininas, a mudança (em nível provincial) mais impactante ocorreu em 1846, após a “Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846, [que] organiza a instrução pública primária e cria uma Escola Normal na capital da Província”, uma lei provincial que normatizou mais detalhadamente a Instrução e impulsionou o crescimento quantitativo de escolas, como é possível observar no gráfico abaixo:

¹³³ Os quadros e gráficos deste capítulo foram elaborados pela autora a partir de informações coletadas nos relatórios da Instrução Pública, do presidente da Província e no encadernado do Arquivo Público do Estado de São Paulo (E04657 1856-1883 Registro dos professores da Província S/Localidade - mulheres) e de notas publicadas nos periódicos da Província de São Paulo. É possível que professoras tenham ficado de fora em decorrência de passagens muito curtas pelo magistério público. Há também os casos de homônimas, sobre os quais não é possível confirmações.

Gráfico 3: Criação de cadeiras de primeiras letras femininas na Província de São Paulo

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de relatórios de presidentes da Província de São Paulo; relatórios do inspetor da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto; do encadernado do Arquivo Público do Estado de São Paulo (E04657 1856-1883 Registro dos professores da Província S/Localidade - mulheres) e de notas publicadas nos periódicos da Província de São Paulo. Foram contadas as cadeiras da Província do Paraná na elaboração do gráfico, suprimindo-as, ficamos com 83 aulas de primeiras letras na Província de São Paulo.

Com o “boom” em 1846, a província passou a contar com 55 cadeiras femininas, quase o triplo do que havia até 1845. Este salto tem relação direta com a Lei Provincial de 1846 que criou concomitantemente várias cadeiras. É necessário um investimento investigativo comparativo para averiguar se a década de 1840 foi significativa em outras províncias na ampliação da malha escolar, atentando para as diferenças de gênero – quantidade de cadeiras criadas para cada sexo e suas especificidades (saberes, critérios de seleção dos docentes, métodos, etc).

Entre 1847 e 1856, o crescimento foi menor e, em 1857, mais 10 cadeiras foram criadas. O crescimento continuou nos anos seguintes e a província chegou ao início da década de 1860 com 81 cadeiras. Com a emancipação da Província do Paraná em 1853, 7 aulas passaram à administração da nova Província¹³⁴. Na segunda metade do XIX, o crescimento da instrução primária pública na Província foi acentuado, alcançando 274 cadeiras femininas em 1880 (Relatório da Instrução Pública, 1880, p.37). O gráfico abaixo dá visibilidade à progressão na quantidade de cadeiras na Província em intervalos de 10 anos:

¹³⁴ As cadeiras das localidades de Curitiba, Paranaguá, Vila do Príncipe (atual Lapa), Antonina, Morretes, Guaratuba e Castro.

Gráfico 4: Crescimento decenal das cadeiras públicas femininas de primeiras letras (1828-1878)

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de relatórios de presidentes da Província de São Paulo; relatórios do inspetor da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto; do encadernado do Arquivo Público do Estado de São Paulo (E04657 1856-1883 Registro dos professores da Província S/Localidade - mulheres) e de notas publicadas nos periódicos da Província de São Paulo

De 5 cadeiras em 1828 a 242 em 1878, a instrução pública feminina na Província de São Paulo foi se estabelecendo, fortalecendo seus contornos e suas relações com a vida social. Na primeira metade do XIX, o crescimento de mais de dez vezes em 20 anos foi muito significativo. Como, inicialmente, nenhuma localidade possuía aulas públicas femininas, assistiu-se à criação destas cadeiras nas localidades mais urbanizadas como um dos fatores de afirmação do poder político no cenário da província, começando pela capital, depois a cidade portuária e, a seguir, as demais vilas populosas de maior urbanização. Após a década de 1860, a instrução pública feminina ampliou-se para pequenas localidades menos urbanizadas. O número de aulas dobrou em 20 anos (1848-68) e mais que duplicou na década seguinte (1868 a 1878).

Em 1856, o inspetor geral da Instrução Pública ressaltou a “absoluta deficiência em pequenas localidades de pessoas aptas para regência das Cadeiras” (Relatório da Instrução Pública, p.13). Nas escolas femininas, houve muitos casos de cadeiras que ficaram vagas por alguns anos até serem preenchidas e de localidades que permaneceram sem mestras até 1860, como o quadro abaixo permite acompanhar:

Gráfico 5: Intervalo entre a criação e o provimento das cadeiras públicas femininas na Província de São Paulo (1828-1860).

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de relatórios de presidentes da Província de São Paulo; relatórios do inspetor da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto; do encadernado do Arquivo Público do Estado de São Paulo (E04657 1856-1883 Registro dos professores da Província S/Localidade - mulheres) e de notas publicadas nos periódicos da Província de São Paulo.

Se é verdadeiro que a demora no provimento das cadeiras afetou o estabelecimento da instrução pública feminina em algumas localidades, é expressivo que quase 60% (52 cadeiras) tenham sido ocupadas no mesmo ano ou no ano seguinte à sua criação. Pouco mais de 25% (23 cadeiras) demoraram entre 2 e 4 anos para serem providas e menos de 15% (13 cadeiras) demoraram mais de 5 anos até serem ocupadas, sendo que 3 permaneceram vagas por 9 anos e a de Mogi-Guaçu não foi ocupada até 1860. A existência de candidatas ao magistério já para as primeiras vagas, nos anos seguintes a 1827, demonstra que uma parte da população feminina teve acesso ao universo letrado (aulas domésticas, escolas e aulas particulares, autodidatismo) e se valeu deste conhecimento para buscar o magistério público quando a profissão foi criada.

Das 136 professoras providas no período, 17 professoras transferiram-se de uma cadeira para outra pelo menos uma vez, pouco mais de 12%. Destas, 3 eram egressas do *Seminário* e uma se transferiu para uma progressão na carreira, a professora São Roque que se transferiu de uma cadeira de 1º grau para a escola média de Sorocaba, que já citamos.

2.6 Considerações: momentos iniciais da invenção de uma tradição prendada na instrução pública paulista

A querela em torno do ensino das prendas domésticas na escola pública da Sé foi o disparador de diferentes reflexões sobre o magistério feminino paulista neste capítulo.

Problematizamos disputas na instrução feminina entre uma perspectiva mais letrada – na qual a leitura, escrita, aritmética e doutrina cristão eram centrais – e uma perspectiva prendada – na qual a costura, bordado e afins se destacaram. Consideramos que esta 2ª perspectiva se sobressaiu e foi uma característica da instrução pública elementar feminina por adequar-se mais harmoniosamente aos padrões de conduta de gênero da sociedade patriarcal oitocentista. Saberes que eram tradicionalmente transmitidos no espaço doméstico foram escolarizados. Este viés se coadunava com os padrões hegemônicos de gênero tanto no que concerne à domesticidade, ao valorizar os vínculos ente mulheres e lar, e pela possibilidade de serem mobilizados para os ofícios artesanais de costureiras, bordadeiras entre outros no mundo do trabalho. A ampliação da instrução feminina, indubitavelmente, teve relação com esta relativa harmonia entre escola e padrões hegemônicos de gênero da sociedade.

Entretanto, como buscamos destacar, esta prevalência não impediu que outras perspectivas de instrução feminina fossem colocadas em prática, como a da mestra Benedita da Trindade e outras, que excluíram as prendas domésticas e tiveram longas trajetórias no magistério. Negociações, resistências e conformações perpassaram as experiências docentes e a narrativa da constituição incipiente da instrução pública feminina permitiu identificar fragmentos de uma construção cotidiana, na qual as tentativas e erros iam engendrando normatizações e ações governamentais que buscaram institucionalizar a escolarização das meninas. Ao longo do processo, ocorriam contradições e resultados não previstos, como a média salarial mais elevada das professoras em decorrência da interdição da população feminina à Escola Normal e o destaque da única escola média, a cadeira de 2º grau de Sorocaba, em meados da década de 1850.

Ao final deste capítulo, ampliamos a nossa escala de observação acompanhando as estatísticas acerca da criação de cadeiras públicas femininas e foi possível verificar uma contínua e crescente ampliação. No capítulo 3, circunscreveremos a escala de observação delimitando a cidade de São Paulo como recorte espacial. A narrativa a seguir realiza um movimento de aproximação das personagens – as mestras – e de suas experiências no magistério público feminino, focalizando o tema da transmissão do magistério.

CAPÍTULO 3 – TRANSMISSÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ENTRE A POPULAÇÃO FEMININA

A criação legal das escolas públicas femininas suscita a questão sobre como e onde se formavam as mulheres que se tornaram professoras de primeiras letras. Trata-se de um tema que se impõe na problematização sobre a docência como um todo, já que, no século XIX, a formação escolar de professores era bastante incipiente e os caminhos que foram acionados pelos sujeitos são, muitas vezes, invisibilizados pela historiografia da educação.

Partimos da consideração de que a inexistência de Escola Normal não equivale à ausência de formação e de que, para períodos mais recuados, é necessário deslocar a noção de formação e combiná-la à ideia de *transmissão do ofício*. O que ocorre é que as fontes acessíveis para as experiências da primeira metade do XIX (ou anteriores) são mais rarefeitas e fragmentadas e é necessário um conjunto diversificado de registros e uma metodologia de pesquisa que propicie identificar como os sujeitos constituíam seus repertórios e acessavam o magistério e, ainda, lidar com grandes lacunas na documentação.

Análises fundamentais sobre a história da docência estabeleceram categorias e um vocabulário que é muito mobilizado em investigações do campo da história da educação e são operativos em recortes que contemplam o processo de profissionalização do magistério, direcionando o olhar para alguns movimentos específicos, como a escolarização da formação, o associativismo docente e o estabelecimento de uma imprensa pedagógica, por exemplo.

No Brasil, esta perspectiva tem os estudos de Antonio Nóvoa (1995) como uma matriz interpretativa importante. Este autor problematiza “o processo histórico de profissionalização do professorado”, a partir do fim do século XVIII na Europa, destacando o “movimento de estatização e secularização do ensino” quando “os ‘estados docentes’ começaram a controlar os processos educativos com mais rigor” (NÓVOA, 1995, p. 15).

Antonio Nóvoa retornou à segunda metade do século XVIII para destacar a transferência do recrutamento docente da Igreja para o Estado (substituição de professores religiosos por leigos), sem “uma concepção corporativa do ofício” (LENGERT, 2011, p. 13, grifos nossos). Para Nóvoa, a consequência foi a “funcionarização” dos professores, que foi marcada pelo isolamento e pela desvinculação dos profissionais em relação às suas comunidades locais. O ingresso no magistério por meio de “concurso nacional e submetidos ao Estado” (LENGERT,

2011, p. 13) favoreceu o isolamento dos docentes e uma imagem social dos professores, presente ainda na atualidade, foi configurada a partir de três fatores históricos: “a estatização do ensino, a criação da Escola Normal, a fundação do movimento associativo” (NÓVOA, 1995, p. 17-19). Ao intervir no ensino, os estados instalaram “um corpo profissional de professores sob um enquadramento estatal, mas não com uma concepção corporativa do ofício” (LENGERT, 2011, p. 13, grifos nossos). Em seguida, estes estados investiram na formação docente por meio da instalação de escolas normais que se estabeleceram sobre “o desenvolvimento das técnicas e dos instrumentos pedagógicos, bem como a necessidade de assegurar a reprodução das normas e dos valores próprios da profissão docente” (NÓVOA, 1999, p. 16). Tais estudos consideram que as escolas normais favoreceram a constituição de uma cultura profissional em que sobressai um estatuto de ambiguidade no qual os docentes:

são vistos como indivíduos entre várias situações: não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc. (NÓVOA, 1999, p. 18).

Estas análises reconhecem uma identidade e socialização vivenciadas nas escolas normais e no exercício do magistério que engendraram movimentos associativos docentes e consolidaram a identidade profissional, reivindicações coletivas da classe e fomentaram uma imprensa pedagógica. No caso brasileiro, ao longo do XIX, nossa interpretação é diferente. Consideramos que a escola normal atingiu uma parte do corpo docente somente em períodos bem recentes da nossa história (final do século XX) e que o magistério público brasileiro até os nossos dias conta com a atuação de professores leigos. Assim, não é possível traçar um único perfil e que outros elementos fundamentais no “fazer-se” do magistério público (THOMPSON, 2002; 2004, 2004b) precisam ser considerados. Os estudos sobre a “história da profissão docente”¹³⁵ mobilizam fontes institucionais das escolas normais, atas das associações, periódicos educacionais, etc., já que estes processos foram movimentados e produziram uma profusão de registros que atraíram os olhares de historiadores. Em São Paulo, a produção na perspectiva dos “estudos sócio-históricos da gênese e desenvolvimento da profissão docente” foi significativa (CATANI, 1989; 2000; TANURI, 2000; MENDONÇA; CARDOSO, 2007;

¹³⁵ Nesta perspectiva há, nos Congressos Brasileiros de História da Educação, um eixo denominado “história da profissão docente”, o qual ocupa um lugar reconhecido e mantém regularidade na participação, ajudando a construir e consolidar um diversificado estado da arte sobre a história dos professores.

VILLELA, 2005; VICENTINI, 1997; LUGLI, 1997; SILVA, 2006; VICENTINI; LUGLI, 2009, entre muitos outros) e consolidou a temática.

Outras investigações com recortes temporais que recuaram à primeira metade do XIX e ao XVIII, e muitas vezes avançaram para os anos após 1850, debruçaram-se sobre outros objetos, como protagonismo e experiência docente; formação pela prática; atuação de professores em irmandades, sociedades e associações (não especificamente docentes); professores negros; trajetórias de professoras; recrutamento docente e concursos; professores autores; atuação em escolas noturnas; participação em conferências pedagógicas (SCHUELER, 2002, 2007; BORGES, 2014; GARCIA, 2002; SILVA, 2007; NASCIMENTO, 2011; MUNHOZ, 2012; MORAES, 2015, BARROS, 2017). Este conjunto de pesquisas problematiza aspectos do *ofício docente* operando com categorias que permitam analisar estas outras experiências históricas. É nesta direção que propomos a interpretação sobre a transmissão do magistério entre mulheres. Conforme estudo anterior, buscamos destacar a:

pertinência de considerar o magistério como um ofício, regido por regras que se aproximavam das práticas das corporações artesanais de ofícios e exercido especialmente em ambientes urbanos por trabalhadores livres, os professores de primeiras letras (MUNHOZ; VIDAL, 2015, p. 133).

Se não tínhamos “corporações de mestres de primeiras letras” propriamente ditas, as experiências compartilhadas engendraram uma cultura destes mestres, permeada por tradições, laços de solidariedade, reciprocidade e formas de transmitir o ofício. Trabalhamos, neste capítulo, com a ideia de docência enquanto ofício e que houve algumas “ambiências” (NASCIMENTO, 2011) que favoreceram a transmissão do magistério entre a população feminina paulista. Cecília Nascimento opera com a noção de ambiência na problematização dos diferentes grupos sociais/ espaços que foram mobilizados pelas professoras no processo de invenção do magistério, tais como “a ambiência social advinda da Igreja Católica”, “a ambiência da sala de aula” e a ambiência familiar (NASCIMENTO, 2011, p. 8).

Problematizamos três dimensões do acesso e transmissão ao magistério público entre mulheres paulistas do 2º e 3º quartéis do XIX. Inicialmente, retomamos uma interpretação anterior, na qual analisamos a família enquanto ambiência de reprodução do magistério na primeira metade do século XIX (MUNHOZ; VIDAL, 2015). A seguir, analisamos os concursos e indicações na configuração do corpo docente feminino público. Por fim, problematizamos um asilo de órfãs paulistas, o *Seminário de Educandas*, uma instituição que legou o magistério a suas internas, embora não oferecesse uma preparação especificamente docente; e local onde os arranjos familiares foram recorrentes na direção e também no ensino das prendas domésticas.

3.1 A transmissão familiar do magistério

Em estudo anterior, problematizamos a hipótese de que a aprendizagem do ofício no âmbito familiar doméstico foi uma importante via de reprodução da docência (MUNHOZ; VIDAL, 2015) e, operando com a noção de “herança imaterial” (LEVI, 2000), consideramos que houve investimento das famílias tanto em transmitir saberes quanto em favorecer sua inserção no magistério, sobretudo público. As experiências docentes das famílias estudadas permitiram analisar diferentes dimensões da inserção dos sujeitos na docência e a percepção de que estes têm, na família, uma ambiência favorável (NASCIMENTO, 2011), e, mais do que isso, autorizada e legítima de reprodução do ofício, reverberando na legislação educacional do período.

O conceito de Giovani Levi (2000) foi formulado na investigação sobre a trajetória de um padre italiano no Setecentos. O autor propõe uma leitura da família enquanto núcleo ampliado que se vale de cooperações, solidariedades, troca de favores, reciprocidades e proteções com outros grupos, que contribuem diretamente com a sua sobrevivência e fortalecimento. Cecília Nascimento (2011) mobilizou o conceito no estudo de trajetórias de professoras na Província de Minas Gerais e percebeu:

[...] a disposição das famílias em reproduzir e fortalecer sua condição social [...] na inserção de mulheres e, também, de alguns homens no magistério. O magistério, a despeito de reiterados argumentos que reforçam seus baixos salários, certamente, era função revestida de atrativos, sobretudo para mulheres que, com algum nível de conhecimento – tendo em vista que rudimentos de leitura e escrita eram suficientes para a ocupação desse lugar durante longo período – podiam se inserir em uma função cujo esforço físico não era significativo. Além disso, de modo progressivo, transformava-se em uma possibilidade autorizada para ampliação da participação familiar no universo do trabalho, na medida em que as mulheres, grupo familiar numericamente expressivo, passavam a ocupar cada vez de forma mais recorrente esse espaço (NASCIMENTO, 2011, p. 117).

Tal disposição também foi identificada em algumas experiências docentes na Província de São Paulo. Ao investigarmos trajetórias no magistério de primeiras letras em localidades da 5ª Comarca da Província¹³⁶, na Vila de Morretes, localizamos, na década de 1840, uma professora particular de meninas chamada Senhorinha Francisca das Neves. Esta professora era irmã de Francisco da Silva Neves, professor público de primeiras letras da localidade, que ingressou em 1837 e permaneceu no magistério público até 1857.

¹³⁶ O atual estado do Paraná constituía, até meados do século XIX, a 5ª Comarca da Província de São Paulo. A região foi emancipada em 1853, com a cidade de Curitiba como capital.

Até 1844, a Vila não contava com uma cadeira pública feminina de primeiras letras, embora houvesse demanda local para sua criação. Em 1842, a Câmara considerava que a criação de uma aula pública feminina era “urgente”, em decorrência de estar a vila já “populosa” e das “súplicas” de seus habitantes, “mostrando os ardentes desejos de que suas filhas [fossem] instruídas nos primeiros elementos científicos que se recebem nos ensinos das Escolas primárias, na conformidade do Artigo 12 da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827” (SANTOS, 1951, p. 387-388).

A Câmara informava que a “Villa já t[inha] uma Escola Particular dirigida pela Mestra Dona Senhorinha Francisca das Neves, pessoa de reconhecida honestidade, religião e bons costumes, aonde ao presente contem o numero de 25 discipulas” ” (SANTOS, 1951 [1851], p. 387-388), cujos pais pagavam mensalmente à professora e, assim só as filhas de famílias “mais abastadas” tinham acesso, ficando as mais pobres excluídas (SANTOS, 1951).

Houve mobilização das redes clientelistas locais negociando a criação de tal cadeira na localidade. É quase explícita a sugestão de que a professora particular assumisse a cadeira pública. O primeiro pedido localizado data do ano de 1842, quando a professora Senhorinha Francisca das Neves já atuava particularmente e remetia “mapas de frequência de alunas” ao governo provincial. Entre 1842 e 1844, houve outras ocasiões¹³⁷ nas quais representações com teor parecido foram remetidas ao Governo Provincial com menção ao nome da professora particular, que já atuava e tinha sua aula “bem frequentada”. Membros da Câmara e professores possivelmente acionaram suas redes de relações, amizades, cooperações e fidelidades em virtude de interesses individuais que estavam em jogo (LEVI, 2000).

A lei de criação da cadeira feminina de Morretes ocorreu em 22 de fevereiro de 1844, mas contrariando as expectativas de que o cargo fosse ocupado pela professora Francisca das Neves, em outubro do mesmo ano, outra professora ocupou a cadeira pública. Tratava-se de Geraldina Amelia de Souza, esposa de Manoel da Cunha Vianna, que foi provida inicialmente como interina e, em janeiro de 1845, passou por concurso, que teve, na banca, o professor público Francisco da Silva Neves, efetivando-se e exercendo o magistério como professora pública da vila até o seu falecimento.

Em 29 de maio de 1845 foi nomeada “Dona Senhorinha Francisca das Neves, irmã do Professor de 1^{as} letras do Sexo Masculino desta mesma Villa” (SANTOS, 1951, p. 410).

¹³⁷ Foram localizadas quatro representações, três nas “Memórias de Vieira dos Santos” (1951) e outra num ofício da Câmara da localidade, que acompanhava o Mapa do professor Francisco das Neves de 13 de outubro de 1843, que se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 4915).

Consideramos que o vínculo de parentesco entre os professores foi importante para que a nomeação ocorresse e que houve investimento dos irmãos no ingresso no magistério público. A professora foi provida oficialmente em junho de 1850 e continuou atuando particularmente.

Além do fio do nome, enveredamos pela análise de vestígios escolares/docentes destes sujeitos, tomando alguns mapas de frequência (listas de alunos) como fonte central, de modo que analisamos os mapas em sua materialidade como indício de fazeres compartilhados entre professores. Quando confrontamos a materialidade dos mapas de frequência dos irmãos Francisco e Dona Senhorinha Francisca, é possível identificar semelhanças, tais como: mesmo tipo de papel, distribuição espacial quase idêntica, categorias semelhantes e até a mesma caligrafia, sendo remetidos juntos na mesma data ao governo provincial. Aventamos a possibilidade de que a elaboração era compartilhada entre os sujeitos e propomos a noção de lares docentes para a interpretação das experiências de professores com relações parentais, exercidas em espaços domésticos, que se abriam ao espaço público para a realização das aulas. Trata-se de práticas, de segredos compartilhados entre os atores em seus fazeres cotidianos e de relações de proteção, cooperação e reciprocidade.

A hipótese da transmissão familiar ganha força quando consideramos que algumas legislações provinciais implementaram o sistema de adjuntos. Tanto na Corte quanto na Província do Paraná, as leis deram preferência aos filhos dos professores para assumirem a função. Na Corte, o Decreto 1331-a, de 17 de fevereiro de 1854, afiançava no Capítulo II, Art. 35, que formariam a classe de professores adjuntos, preferencialmente “em igualdade de circunstâncias, os filhos dos professores públicos” e os alunos pobres. Na Província do Paraná, o artigo 84 do Regulamento de 8 de abril de 1857 previa que, “em igualdade de circunstâncias, serão preferidos por alunos-mestres, e professores adjuntos, os filhos dos professores da província” (MIGUEL & MARTIN (org.), 2004, p. 31). Ou seja, conferia relativa autonomia para que o ofício fosse reproduzido no interior das próprias famílias.

Nos dois casos citados, tanto no que concerne aos Mapas quanto à formação pela prática, as leis indiciam o reconhecimento da existência de práticas tradicionais do magistério, que permeavam a experiência de tornar-se professor na primeira metade do século XIX. Ao institucionalizar práticas consagradas pelos usos e costumes, as leis foram normatizando e controlando a profissão, os profissionais e sua arte de fazer, ainda que, garantindo, aos professores, alguma autonomia nos processos de reprodução da docência. A legislação constituiu-se enquanto espaço de negociações, lutas e embates, como sugere Thompson (1998).

Ao longo do século XIX, a realização de concurso público ou a indicação da Câmara foram formas de acesso ao magistério público feminino. Assim, problematizamos, no próximo item, a legislação e algumas experiências que permitem compreender como estas formas de ingresso conformaram e foram subvertidas pelos sujeitos.

3.2 Ingresso: recrutamento docente, exames e indicações

O recrutamento de professores para o magistério público masculino ocorria desde o período colonial nas aulas régias, criadas pelas reformas pombalinas. Akistenia E. S. Ferreira (2016), em dissertação sobre os concursos gerais para professores em Sergipe (1832-1858), destacou que:

Em relação à instrução primária, a regulamentação para o recrutamento de professores se deu a partir da autorização de 11 de novembro de 1779, quando o Governo português deferiu a obrigatoriedade de seleção também para a instrução elementar, tanto em Portugal quanto em seus territórios colonizados. Salienta-se que o processo de triagem deveria ocorrer através de aplicação de exames de leitura e, principalmente, idoneidade moral e cívica (FERREIRA, 2016, p. 33).

Na primeira metade do século XIX, a Lei Geral de 15 de Outubro de 1827 afirmou a necessidade do concurso para ingresso no magistério público e a criação do magistério público feminino. De acordo com Castanha (2013, p. 73), esta lei “não estabeleceu os procedimentos para a sua realização” e Akistenia E. S. Ferreira (2016, p. 34) salientou que, deste modo, os “critérios de avaliação do exame e conceitos aplicados prevaleceriam os determinados pelo Alvará de 1779 instituído por Pombal”.

Esta prescrição do período colonial não sofreu alterações pela lei de 1827, que, em seu artigo 7º, determinou que os candidatos às “cadeiras ser[i]ão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes prover[i]ão o que fo[sse] julgado mais digno”. Pelos registros fragmentados, o processo era semelhante ao da Província de Pernambuco. Adriana Maria Paulo da Silva (2007) assevera que, para o caso pernambucano:

desde o século XVIII, o ingresso no magistério público [...] ocorria normalmente por intermédio de um concurso público o qual, a depender dos Examinadores e da quantidade de candidatos [...] previa até três fases: - provas escrita [...]; no caso de haver mais de dois candidatos, dependendo dos examinadores, os candidatos deveriam arguir-se publicamente, entre si, com questões relativas à disciplina ou ao nível pretendido, numa espécie de combate; - no caso de haver apenas um candidato [...] haveria uma prova oral para responder questões por eles formuladas. (SILVA, 2007, p. 171-172, grifos nossos).

A denominação “opositores” relaciona-se com esta arguição em forma de oposição dos candidatos. O dicionário coetâneo de Antonio Moraes Silva (1813, p. 368) define opositor como “o que pretende a cadeira de lente”.

Na lei de 1827 havia um artigo em relação às nomeações femininas, o qual denotava uma preocupação maior com os aspectos morais do que se previa para as nomeações masculinas, como observou Akistenia E. S.Ferreira:

A habilitação das professoras para a participação no certame também se configurava diferente. Conforme preconizava a Lei de 1827, Art. 12, que “[...] serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7^o”. A honradez estava relacionada também ao pudor e caráter ilibado perante à moralidade social e cristã, e, para tanto, as mulheres deveriam apresentar certidões que comprovassem tal respeitabilidade. (FERREIRA, 2016, p. 78).

Embora houvesse diferenciação de gênero na legislação, esta pode ser considerada sutil se comparada aos costumes e padrões de comportamento coetâneos. Ou seja, as leis que criaram as aulas públicas femininas estabeleceram normas mais igualitárias e menos hierárquicas do que o conjunto das relações sociais de gênero de então.

Com relação à criação das cadeiras públicas femininas de primeiras letras, é interessante conhecer alguns debates anteriores à Lei de 15 de outubro de 1827 para compreender as questões perpassaram a discussão. Para tanto, recorreremos à síntese elaborada por Leda Rodrigues (1962). Em julho daquele mesmo ano, o deputado geral Lino Coutinho defendeu que o governo imperial instituísse a instrução pública feminina, justificando que eram as mulheres que davam “a primeira educação aos filhos e que fazem bons e maus, pois os homens moldam suas condutas aos sentimentos delas”, propondo que as mestras fossem “dispensadas de exames públicos porque isso as podia vexar” (RODRIGUES, 1962, p.67). Vários deputados, como Xavier de Carvalho, Feijó e Paula Sousa, apoiavam que não houvesse exigência de exames para o magistério feminino ou que as mestras não passassem por exames tão rigorosos quanto o dos homens. Feijó argumentou que “as mulheres ‘não se impondo tanto como os homens na sociedade’, podem ser isentadas desse ato público e [Paula Sousa] apresenta uma emenda para que o exame seja substituído por prova de capacidade ‘por meio de atestação e justificações’” (RODRIGUES, 1962, p. 67).

Também foi cogitado que o ingresso no magistério público feminino se desse por outra via que não o concurso, contudo, houve um grupo que se posicionou pela necessidade do exame e, nas negociações, este foi o grupo vitorioso. A proposta vencedora foi promulgada pela lei de

outubro de 1827, defendida por Vasconcellos, que considerava os concursos femininos necessários “porque se elas não tiverem desembaraço para o exame, também não o terão para ensinar” (RODRIGUES, 1962, p. 67). Em 1846, a lei provincial paulista nº 34 determinou que:

Art 11. O provimento far-se-há por meio de exame em concurso público, salva a disposição do artigo trinta e cinco, feito perante o Presidente da Província, e por uma comissão fixa de tres membros por elle nomeados, que votarão em escrutínio secreto; e no caso de aprovação poderá o governo prover ou não o candidato, como julgar útil. A época dos exames será regularmente nos mezes de Janeiro e Junho de cada anno: dous mezes antes publicar-se-há pela imprensa, e por editaes nos lugares das escolas, quaes as que se acham, e á concurso.

O artigo 35 da lei provincial nº 34 de 1846, citado no artigo 11, previa que a “aprovação obtida pelos alunos [homens] na Escola Normal no fim do curso, habilita[va]-os para o provimento sem dependência de concurso”. Em 1846, previu-se também a presença do Presidente da Província nos exames; seis anos depois, o Regulamento da Inspeção da Instrução de 1851 trouxe uma alteração, determinando que o inspetor geral assistiria e transmitiria, ao presidente, o seu parecer sobre os candidatos.

Inára Garcia (2002, p.1-2) analisou o “recrutamento de professores primários para as escolas públicas” na Corte e o interpretou como “medida auxiliar no processo de modelação do ofício”, ao lado da “formação escolar” e do “exercício da profissão”. Ela destacou que os “saberes exigidos dos professores” (GARCIA, 2002, p.1) supunham “a posse de um determinado capital cultural da parte dos candidatos [e...] os concursos se configura[va]m como parte do processo de seleção, modelação e atualização permanente do cargo” (GARCIA, 2002, p. 2). Consideramos esta chave de interpretação profícua para a história da educação paulista.

O ingresso de Benedita da Trindade no magistério público feminino ocorreu por meio de concurso, o primeiro na Província de São Paulo, do qual participaram outras duas candidatas. Foram elas: Benedita Maria de Jezus e Joaquina Roza de Vasconcellos. As três candidatas inscritas foram consideradas aptas, no entanto, apenas duas foram providas imediatamente, conforme a ata publicada nas páginas do jornal *O Farol Paulistano* (07/05/1828, p.1, grifos nossos):

Sessão da Câmara do “exame das Opositoras das Escolas de meninas” [...] concorrendo para o referido exame Benedita da Trindade e Lado de Cristo, Benedita Maria de Jezus, e Joaquina Roza de Vasconcellos opositoras à Escollas de meninas d’esta cidade, tendo-se a última oposto igualmente á da Villa de Itú, forão aprovadas pelos Examinadores o Padre Mestre Francisco de Paula e Oliveira, e o Tenente Coronel André da Silva Gomes, de que se lavrou Termo no Livro competente; e a vista dos votos dos dictos Examinadores, e mais circunstancias, que se ponderão, deliberou o Exmº Conselho, que se expedissem os competentes Provimentos, a 1ª para Mestra de Mininas d’esta Cidade, e á 3ª para a Villa de Itú, ficando excuida a 2ª, por terem sido as outras aprovadas com preferencia; e outro sim, que ficasse sobr’estado

o exame das opozitoras ás Escolas da Villa de Sanctos em razão d'estar enferma Maria das Dores, como comprovou autenticamente, pedindo por isso ser esperada, até que conseguisse o seu restabelecimento: e passando o Exm^o Conselho a taxar os respectivos Ordenados, assentou, que fossem o de 300\$ reis para a da Villa de Sanctos, em atenção a carestia do lugar; e o de 200\$ reis para a de Itú, e de todas as mais Villas, em que para ao diante ao se criassem taes Escolas, devendo, quando ellas forem a concurso declarar se sempre nos Editaes o Ordenado correspondente á cada uma.

A novidade da instrução pública elementar feminina foi acompanhada pela inauguração da experiência em exames públicos para as mulheres. A primeira professora, Benedita da Trindade, e as demais fizeram exame em abril de 1828, na Capital da Província. Os examinadores foram o Padre Mestre Francisco de Paula Oliveira, professor régio de Filosofia, que tinha vários padres como alunos e exercia o magistério desde, pelo menos, 1819¹³⁸ e o Tenente Coronel André da Silva Gomes, que também era mestre régio de Gramática Latina, compositor e regente – veio para o Brasil contratado para ser o quartel mestre-de-capela da Sé¹³⁹.

As ocasiões de realização de concurso para uma localidade eram aproveitadas para habilitação de candidatas a outras localidades. Foi o caso da “opositora” Joaquina Roza de Vasconcellos, que fez o exame para a cadeira da Sé, foi aprovada e provida para a cadeira da Vila de Itú¹⁴⁰. Observando outros casos, percebemos que quando havia concurso para uma cadeira, a ocasião era aproveitada pelo governo para examinar candidatas a cadeiras de outras localidades, a fim de obterem a habilitação e poderem ser providas definitivamente.

No primeiro concurso, em 1828, os ordenados estabelecidos foram de 300\$000 para a capital e Santos (devido à carestia) e de 200\$000 para as demais localidades, e ficou registrada a orientação de que, para os próximos concursos, os valores dos ordenados constassem já nos editais, sinalizando a incipiência da prática de exames também por parte do governo provincial. A mesma ata informa que o exame de outra candidata, previsto para aquele dia, havia sido adiado “em razão d’estar enferma”, a candidata Maria das Dores. Sem entrar em detalhes, informa-se que ela provou autenticamente seu estado de enfermidade e o concurso ficou, assim, adiado.

¹³⁸ Relação de alunos do Professor Francisco de Paula Oliveira, professor Régio de Filosofia, 30/12/1819. Arquivo Público do Estado de São Paulo, IP, C0 0337.

¹³⁹ Cf. <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa635852/andre-da-silva-gomes>: “Pertenceu ao Primeiro Regimento de Infantaria Miliciania, sucessivamente como alferes, capitão (em 1789) e tenente-coronel (em 1787), organizando ainda a vida musical da corporação. Em 1821, integrou, como representante da instrução pública, o governo provisório estabelecido em São Paulo, em consequência do levante liberal que levava à instalação de um regime constitucional em Lisboa. Falece aos 91 anos, em 17 de junho de 1844, e é sepultado na catedral da Sé”.

¹⁴⁰ Joaquina Roza Vasconcellos foi aprovada e assumiu a cadeira de Itú em 1828 e em 1830 transferiu-se para a cadeira de Sorocaba.

Apesar de ser o primeiro exame para ingresso de professoras públicas realizado na província, estas mulheres aprenderam a ler, escrever e contar (principais exigências para o cargo) em suas próprias casas ou nas casas de mestres que ensinavam particularmente. Elas podem ter conhecido mulheres que vivenciaram a experiência docente como professoras (pagas ou não), mas foram elas que estrearam como candidatas para cadeiras públicas femininas e se expuseram a provas escritas e orais frente a uma banca composta exclusivamente por homens de poder. Além do inspetor geral e das bancas que presidiam os exames – tanto masculino quanto femininos – estes eram abertos ao público e os concursos femininos pareciam gerar mais interesse e curiosidade da população. A menção à presença de uma plateia para assistir aos exames foi registrada em alguns casos.

Em estudo anterior (MUNHOZ, 2012, p. 72-73), analisamos a questão do ingresso das professoras ao magistério público na 5ª Comarca da Província de São Paulo e destacamos o caso da Vila de Curitiba. Em 1833, a professora Rita Ana de Cácia foi provida após realizar exame público na Câmara, que mobilizou muita gente da vila. De acordo com as atas da Câmara, realizou-se uma reforma no prédio onde a Câmara funcionava, paga por “rata” (rateio) pelos próprios vereadores, com o objetivo de ter uma sala suficientemente ampla para um evento ao qual “concorreria muito povo” (seria um evento concorrido de pessoas para assistir) por ser inédito na localidade (Ata da Sessão da Câmara de Vereadores de Curitiba, 10/09/1833)¹⁴¹. As atas registraram que o exame foi realizado e a professora Rita aprovada plenamente.

Em São Paulo, no ano de 1828, também houve presença de público para assistir ao exame das primeiras professoras públicas da Província, tanto que, após o registro das aprovadas e a definição dos respectivos ordenados, informou-se, na ata, a ocorrência de uma deliberação: “Entrando porem em duvida, depois de concluído o referido exame, se a consequente votação seria com a mesma publicidade” (*Correio Paulistano*, 07/05/1828, p.1, grifos nossos). Dois vereadores defenderam que sim, uma vez que se tratava de uma “sessão pública d’esde o seo principio” (*Correio Paulistano*, 07/05/1828, p.1); e dois defenderam “que fosse em particular. Em razão de que circunstancias haverião que não se devessem divulgar”. O desempate se deu com o voto do vice-presidente, que considerou mais adequado que o restante da sessão fosse em particular (*Correio Paulistano*, 07/05/1828, p.1). A ata da sessão da Câmara confirma a

¹⁴¹ Não acessamos os originais das atas de Curitiba. Valemo-nos das transcrições de Francisco Negrão, publicadas nos Boletins do Arquivo de Curitiba. Boletim do Archivo Municipal de Curityba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, p. 25 a 27. 10-set-1833. Curityba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906.

“publicidade” dos exames femininos e indicia que a exposição gerava constrangimento nos vereadores, que optaram pela realização da sessão em particular, apesar de alguns membros da própria câmara destacarem o caráter público da reunião.

Após a Lei Geral, algumas legislações provinciais estabeleceram determinações referentes aos concursos em São Paulo. Em 1832, o decreto de 7 de agosto permitiu que os exames de mestras fossem realizados fora da capital com a nomeação de examinadores e autoridades para presidi-lo. Para os homens, o recurso era permitido quando as localidades fossem distantes da Capital e, para eles, permitiu-se, também, a realização do exame sem geometria com a diminuição da sexta parte do ordenado (SÃO PAULO, 1832, arts. 3-6). Em 1835, a Lei nº 9, de 24 de março, possibilitou o provimento interino¹⁴² por meio de indicações das Câmaras locais sem a realização de concurso para as cadeiras de ensino de meninas, com a diminuição dos ordenados a 2/3 do total¹⁴³.

Segundo o inspetor geral da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto, “a forma dos exames não se achava determinada; eles não inspiravam confiança. De ordinário consistiam em uma ou outra pergunta, a que uma só pessoa encarregada de examinar as candidatas sujeitava” (Relatório da Instrução Pública, São Paulo, 1854, p. 14). Assim, com a autorização do governo da província, o inspetor expediu instruções sobre o modo de realização dos exames, designando o número de examinadores e o processo a seguir. A inspetoria da Instrução Pública agia, por meio da ação do inspetor geral, buscando o cumprimento das leis e buscava enquadrar casos que fugissem às normas. Um exemplo foi a abertura de sindicância para reversão do provimento vitalício da professora de São Sebastião, pois a mesma não havia sofrido exame em parte alguma; fato que evidencia que em alguns casos a lei conseguiu estar acima do poder de local das Câmaras.

Em relação aos provimentos interinos, em Paranaguá, na 5ª Comarca da Província de São Paulo, a primeira cadeira pública de primeiras letras para o sexo feminino foi criada em 1835 e a professora Joanna Maria de Mello foi provida em outubro do mesmo ano, interinamente, sem a realização de concurso, a partir de uma proposta da Câmara de vereadores da vila, aprovada pelo Capitão-Mor e pelo governo da Província de São Paulo (MUNHOZ,

¹⁴² Embora este tipo de provimento tenha sido denominado “interino” na Lei de 1835, nos relatórios do inspetor geral da Instrução Pública após 1851, Diogo de Mendonça Pinto diferenciou professores interinos de contratados. Os primeiros faziam exames perante o governo (na capital ou fora), recebiam 2/3 dos ordenados e gratificações. Os contratados eram propostos pelos inspetores de distrito, não faziam exames, recebiam 2/3 dos ordenados e não recebiam gratificações. Em alguns momentos, as duas denominações geram dúvida.

¹⁴³ Compreendemos que a diferença em relação ao Decreto de 7 de agosto de 1832 é que este previa a realização de um exame na localidade, enquanto a Lei nº 9 de 1835 permitia o provimento sem realização de concurso.

2012, p.75). Além de constituir uma solução para o plausível problema da falta de candidatas – o recurso das indicações inseria-se na cultura política do Império, em que o clientelismo e o mandonismo local perpassavam as relações. Os provimentos interinos podiam ser mobilizados nos jogos de troca de favores que envolviam a política local. Embora as mulheres não participassem dos processos eleitorais, seus familiares participavam e, assim, as trocas resvalam nas mulheres. Por outro lado, o fato das mulheres não votarem não significa que, de alguma maneira, não pudesse existir a participação das mulheres nos processos eleitorais – envolver-se nas barganhas, intrigas e coerções políticas é algo a se considerar. O recurso do provimento efetivo também foi utilizado em outras províncias, como em Sergipe:

Quanto às cadeiras para a educação de meninas, o artigo 9º traz, de forma específica, instrução para o provimento de professoras. Aquelas que não fossem ocupadas por uma docente habilitada em concurso ficariam sob a tutela da Câmara, que recomendaria uma mestra até que houvesse pessoa hábil aprovada em certame. E a essas professoras, também seria conferido o cargo vitalício. (FERREIRA, 2016, p. 42).

Em São Paulo e em outras províncias foi mobilizado o recurso da indicação da Câmara. Em Sergipe, a prática tinha a “tutela” da Câmara da localidade e a professora indicada permanecia no cargo até que alguma candidata se habilitasse e fosse aprovada em concurso. Em Sabará, na Província de Minas Geraes, Cecília Vieira do Nascimento (2014) destacou o caso da primeira cadeira pública destinada ao sexo feminino (1832-1836). O responsável por fiscalizar o provimento de cadeiras, Manoel Joze Gomes Rebello, em correspondência encaminhada à Câmara de vereadores, afirmava que não apareciam candidatas, pois “a lei exige[a] exame para ser Mestra ou por algum outro motivo, que não descubro”. Em seguida, destacava a lei mineira, “desonerando as Mestras de semelhante ônus” (NASCIMENTO, 2011, p. 83-84). O fiscal, ao desconfiar que a ausência de candidatas fosse decorrência da exigência legal de exame (ou era um mistério que ele não descobria...), caracterizou o exame como um “ônus” do qual as candidatas ficaram “desoneradas” com a “novíssima lei”. Ele indicou dona Maria Anna da Assumpção, uma mulher viúva que não só já praticava o magistério particular, como o fazia “com geral aplauso”. Dona Maria Anna, apesar de ser uma professora experiente e reconhecida na localidade, não se candidatou para ser provida como professora pública. Mesmo sem se candidatar, ela se tornou professora da cadeira por indicação. O provimento não foi imediato, ocorreu quatro anos após a citada correspondência, em 1836. Cecília Nascimento (2014) destaca a menção ao finado marido da professora, um capitão que compunha as elites locais, como elemento que pode ter denotado “autorização” para a ocupação do cargo de

professora pública, assim como os pertencimentos familiares e as condições socioeconômicas da mestra.

As relações sociais e pertencimentos familiares constituíam um importante aspecto que favorecia o ingresso no magistério. As indicações aconteciam a partir de vínculos e de relações de reciprocidade e inseriam-se em costumes que marcavam uma sociedade sustentada pela hierarquia e pela desigualdade (SILVA, 2007).

As experiências paulista, mineira e sergipana evidenciam que as formas de ingresso feminino na docência (masculino também) foram heterogêneas ao longo da primeira metade do XIX, oscilando entre casos como o da cadeira da Sé, em que algumas concorrentes se candidataram e fizeram exame, exames nas localidades e nomeações sem exame a partir de propostas da Câmara.

Ao longo da década de 1850, os provimentos interinos cresceram, contudo, concursos continuavam sendo realizados com a participação e concorrência de candidatas. Um exemplo foi o concurso para a cadeira feminina de Mogi das Cruzes, em 1852.

Em janeiro de 1852, o inspetor geral da Instrução Pública, José Ignácio Silveira da Mota¹⁴⁴, enviou seu parecer manuscrito ao Presidente da Província sobre os exames das “opositoras” à cadeira de Mogi. As 4 candidatas foram Francisca Carolina de Freitas, Maria Joaquina¹⁴⁵, Gabriella Maria de Jesus¹⁴⁶, Antonia Carolina¹⁴⁷. As 3 últimas foram consideradas habilitadas, mas “inferiores” à primeira, que foi descrita como a “que se mostrou mais habilitada para o magistério” (APESP, C05073, IP, Mogi das Cruzes, 29/01/1852).

Em 16 de janeiro de 1852, Francisca Carolina de Freitas afirmou, via ofício, que se “achava habilitada a fazer oposição à cadeira de primeiras letras do sexo feminino” (APESP, C05073, IP, Mogi das Cruzes, 16/01/1852) da Vila de Mogi das Cruzes e solicitava sua inscrição. Para isso, juntou os documentos necessários e solicitou que se marcasse dia e hora

¹⁴⁴ Foi deputado provincial, deputado geral, conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil de 1855 a 1889. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Francisco em 1833. (Disponível em: <http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?q=turma&qvalue=2&grad=#result_busca>. Acesso em: 02/01/2018). Quando senador, foi autor de uma lei aprovada em 12 de junho de 1862 que estabelecia, entre outras medidas, “a proibição de venda de escravos sob prego e exposição pública, bem como a proibição de, em qualquer venda, separar o filho do pai e o marido da mulher” (VERONESE, 1990).

¹⁴⁵ Era a educanda do *Seminário de Educandas*, foi listada sob o nº 2 da Relação de Educandas de janeiro de 1851. Foi provida para a cadeira de Pirapora em 31/01/1852.

¹⁴⁶ Era a educanda do *Seminário de Educandas*, foi listada sob o nº 3 da Relação de Educandas de janeiro de 1851. Foi provida para a cadeira de Santos em 31/01/1852. Sua demissão foi concedida a pedido da professora em 1856 (Correio Paulistano, 05/11/1856, p.1).

¹⁴⁷ Havia uma educanda do *Seminário de Educandas* de nome Antonia Carolina dos Anjos, listada sob o nº 9 da Relação de Educandas de janeiro de 1851. Na carta de provisão de 31/01/1852, para o município de Limeira, seu nome está sem sobrenome.

para esse fim. Um dos documentos foi um ofício do Juiz de Paz, no qual se atestava que a candidata era “sumamente pobre” e vivia em “companhia de sua mãe com honestidade e bons costumes” e que tinha ensinado primeiras letras naquela vila por dois anos (APESP, C05073, IP, Mogi das Cruzes, 7/12/1851). Outro documento foi um atestado do tabelião de notas certificando que a suplicante “Dona Francisca Carolina de Freitas” não estava sujeita a fiança e nem possuía bens hipotecados; tampouco havia sido alguma vez criminosa e não constava no rol de culpados (APESP, C05073, IP, Mogi das Cruzes, 16/12/1851). Por fim, o último documento anexado foi uma cópia da certidão de batismo de “Francisca Inocente”, de 11 de outubro de 1833. O batismo foi realizado pelo “Reverendo Elias de Monte Carmelo” e seus pais eram “Joaquim José de Freitas” e “Carlota Angélica de Jesus”. Foram padrinhos o “Vigário Brás Luiz de Lima” e “Dona Gertrudes de Almeida”. A cópia da certidão de batismo foi fornecida pelo próprio padrinho da candidata, o “Vigário Brás Luiz de Lima”, que era o pároco colado da vila em 29 de abril de 1850 (data do documento). Ou seja, o padrinho da candidata foi quem forneceu um dos documentos exigidos para sua “oposição” à cadeira. É possível que este padrinho tenha sido a pessoa com quem ela aprendeu a leitura, a escrita e demais saberes que ensinava em suas aulas (Certificado de assento de batismo fornecido pelo Vigário Brás Luiz de Lima, APESP, IP, C05073, Mogi das Cruzes, 29/04/1850).

Outro aspecto significativo é o da condição social das candidatas. As fontes indicam que as quatro eram pobres – três eram educandas do orfanato – e Francisca Carolina de Freitas – a única natural de Mogi das Cruzes – recebeu um atestado do Juiz de Paz afirmando que era “sumamente pobre” e que vivia com a mãe. O Juiz de Paz não se referiu ao seu pai – talvez a candidata também fosse órfã paterna – e informou que ela havia ensinado primeiras letras por dois anos. É plausível a hipótese de que a professora fosse chefe de família e seu trabalho provesse a renda para a sua sobrevivência e a de sua mãe.

Os atestados também asseveraram a boa conduta e honestidade da aprovada, assim como a ausência de fiança¹⁴⁸ e crime que envolvesse o seu nome – que também não constava no rol de culpados. A fiscalização da conduta e da “moralidade” de professores primários perpassava as ações da inspetoria da Instrução Pública e da sociedade civil e ocorria em outras regiões do

¹⁴⁸ Na Constituição Política do Imperio do Brazil de 1824, o 9º inciso do art. 179 da carta constitucional dispunha: IX. “Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos, que a Lei a admite; e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fóra da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto”. (COSTA; SANTOS, 2016, p. 207). O Código Criminal de 1832 definiu fiança como “uma faculdade conferida ao acusado pela prática de crimes de menor gravidade [...] de possibilidade (benefício) aberta ao indivíduo colhido em flagrante pelo sistema penal, que lhe possibilita reaver sua liberdade imediatamente após a prisão, desde que preste garantia pecuniariamente mensurável (COSTA; SANTOS, 2016, p. 208).

país. Para o caso da Corte Imperial no 3º quartel do XIX, José G. Gondra e Daniel C. Lemos (2004) analisaram abaixo-assinados, redigidos por moradores, demandando às instâncias administrativas do poder imperial, entre outras coisas, a fiscalização da conduta de professores.

Como já apontamos, as fontes explicitam a heterogeneidade das formas de ingresso no magistério feminino e, como veremos, à medida que a docência foi sendo paulatinamente apropriada pelas mulheres professoras da Província de São Paulo, algumas passaram a atuar como membros de bancas examinadoras de candidatas ingressantes.

3.2.1 Professoras examinadoras na Província de São Paulo

Em 1828, as mulheres da Província de São Paulo estrearam como candidatas nos concursos e, com o passar dos anos, elas foram incorporadas às comissões examinadoras que avaliavam as novas “opositoras”. De acordo com Leda Rodrigues, desde 1844, Benedita da Trindade era convocada a comparecer ao Palácio do Governo para compor comissões “constituída[s] de bacharéis da Faculdade de Direito e clérigos” (RODRIGUES, 1962, p. 81). Em 1851, poucos meses antes do provimento de uma professora para Mogi das Cruzes e das educandas para Pirapora, Santos e Limeira, a convocação da professora Benedita da Trindade foi publicada no periódico *O governista*:

Figura 62: *O governista*, 09/04/1851, p. 2

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Compondo uma comissão composta pelo professor da Escola Normal Manoel José Chaves¹⁴⁹, pelo professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e deputado

¹⁴⁹ A Escola Normal era regida unicamente por este professor desde sua criação.

provincial Dr. Antonio Joaquim Ribas¹⁵⁰ e pelo professor de primeiras letras da primeira cadeira da cidade de São Paulo, Carlos José da Silva Telles (que havia adotado o método mútuo), a professora Benedita da Trindade – ocupando o simbólico último lugar da lista, mas incluída na lista – figurava entre a *finis* do magistério da Capital da Província de São Paulo. Em janeiro de 1852, ela foi convocada novamente “para examinar as concorrentes às cadeiras de primeiras letras do sexo feminino” (*A Aurora Paulista*, 25/03/1852, p. 1). As experiências como examinadora investiram Benedita de um poder que mesmo outros professores homens podem não ter experimentado – estar ao lado de figuras consideradas mais nobres em uma posição decisória. Talvez a concorrência entre os homens fosse maior, visto que não havia professoras de latim, francês, filosofia. Os professores primários tinham que disputar vaga nas comissões com os do ensino secundário e superior e, também com padres, militares.

Além de Benedita da Trindade, outras professoras atuaram como examinadoras. Em 1866, Candida Luiza Moreira, recém nomeada como professora de prendas domésticas do *Seminário de Educandas*, foi convocada para compor uma banca examinadora (*Correio Paulistano*, 18/02/1866, p.3). No interior da província, as professoras também passaram a compor comissões examinadoras em localidades de suas regiões. Foi o caso da professora Vicentina Adelaide de Vasconcellos, que – ao lado de seus colegas Francisco de Paula Xavier de Toledo, professor de Latinidade e Língua Franceza, e Francisco Luiz de Abreu Medeiros, docente da 2ª cadeira de primeiras letras, todos de Sorocaba – examinou e aprovou plenamente Zeferina de Vasconcellos como professora interina de Capivary (*Correio Paulistano*, 13/12/1858, p. 2). Assim, na Província de São Paulo, professoras foram incorporadas às comissões examinadoras que eram exclusivamente masculinas até a década de 1840, tanto na Capital quanto no interior da Província, experiências que constituíram o processo de ocupação, pelas mulheres, das diferentes frentes que cerceiam o magistério.

Como destacamos no capítulo 2, no tópico “A ‘querela’ em torno do ensino das prendas”, em 1854, a professora pública da cadeira de Santa Ifigênia, Anna Antonia da Costa Guimarães, foi designada examinadora em prendas domésticas. Diferente de Benedita da Trindade, Candida Luiza Moreira e de Vicentina Vasconcellos, que foram examinadoras em matérias comuns às cadeiras masculinas e femininas, Anna Antonia atuou exclusivamente na avaliação das candidatas nos saberes considerados femininos (prendas domésticas).

¹⁵⁰ Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1840, ali ingressou como professor, lecionando aulas de história, economia política, direito administrativo, direito público, direito civil e direito eclesiástico. Foi deputado provincial em várias legislaturas (HIRATA, 2011).

Numa série de correspondências publicadas no jornal *O Publicador Paulistano*, entre outubro de 1858 e agosto de 1859, um leitor indignado da cidade de Guarulhos, que assinava como “um pai de família”, denunciou um caso de favorecimento da candidata “D. Catharina” ao magistério da localidade, que, segundo o autor, foi favorecida por ser esposa de uma figura influente. O leitor indignado considerou que a candidata fez um “escandaloso exame” não sendo capaz de recitar o “padre nosso”, nem de escrever os números e ler um escrito. Sobre o exame em prendas, informava que “a Snra. D. Anna Antonia recolhendo-a para uma sala secreta para examinar-lhe em prendas domesticas, depois atestou que ella não fizera exame algum e que o serviço já viera feito de casa” (*O Publicador Paulistano*, 06/08/1859, p. 4, grifos nossos). A denúncia confirma a atuação de Anna Antonia da Costa Guimarães como examinadora em prendas e que esta parte do concurso não era pública e, sim, realizada de modo mais recluso. Além disso, o caso sinaliza que mesmo nos casos de ingresso via concurso, havia a prática de favorecimentos.

O recrutamento de docentes como selecionadoras nos concursos ampliava a participação feminina em espaços de maior visibilidade na instrução pública. Era, também, um dispositivo de hierarquização no interior do magistério. Mestres e mestras foram convocados pelo governo provincial e muitos responderam afirmativamente aos chamados participando destes processos. O ingresso das professoras no exercício desta função – tanto compondo comissões quase absolutamente masculinas (exames em leitura, escrita, aritmética e doutrina cristã – matérias comuns nas aulas masculinas e femininas) quanto atuando na avaliação das candidatas nos saberes considerados femininos (prendas domésticas) – projetava-as na vida pública e engendrava-as na hierarquia como agentes da administração provincial – peças estratégicas na construção do Estado Imperial (MATTOS, 2004).

3.3 “Aquela instrução que é compatível com o sexo dessa gente e sua condição de pobres”: Instrução e transmissão do magistério no Seminário de Educandas

Após conhecer leis e práticas relativas à seleção de quem ingressava no magistério público feminino, passamos à narrativa sobre o *Seminário de Educandas* de São Paulo. Outros estudos tiveram a instituição como objeto; destacamos os trabalhos de Maria Lucia S. Hilsdorf (2005), Wanda Borges (1973, 1980), Celia Giglio (2001) e Carmem S. Vidigal Moraes (2000). Maria Lucia Hilsdorf (2005, p. 53) abordou a instituição sob a mirada da História da educação e analisou “o Seminário em suas primeiras décadas de funcionamento e na perspectiva do seu cotidiano” destacando a filantropia do início do século XIX e suas “muitas funções educativas”.

Wanda Borges estudou a instituição na promoção da profissionalização feminina (1973, 1980) e Célia Giglio focalizou a dimensão do controle social, compreendendo a instituição como um “exemplo flagrante do processo de formação de campos específicos da administração, que envolverão incessantemente os aspectos políticos e científicos da gestão do Estado” (GIGLIO, 2001, p. 42) inserindo-se numa “rede de instituições e [...] práticas que instituem um modo de governar baseado numa lógica que permanentemente deve dominar tudo que é disperso ou inesperado” (GIGLIO, 2001, p. 34). Carmem S. Vidigal Moraes (2000) enfocou o *Seminário* para problematizar a ação dos grupos dominantes paulistas buscando o ajustamento da classe trabalhadora, por meio de instituições de Estado como asilos e reformatórios para crianças pobres. Como vimos, a história da instituição permite interpretações de diferentes questões; nosso recorte buscou problematizar o asilo como forma educativa cujas ações reverberaram na escolarização feminina oitocentista, tanto no que se refere aos arranjos de governo e ensino do estabelecimento (direção familiar) quanto no que concerne ao encaminhamento de educandas para o magistério público feminino.

3.3.1 A administração familiar do *Seminário de Educandas*

O *Seminário de Educandas* foi instalado em 23 de abril de 1825 com o objetivo de atender à “misera orfandade¹⁵¹ do sexo feminino cuja pobreza é poderoso vehiculo de tantos costumes e vícios que desgraçadamente transmitidos pelas mães às filhas tanto influem na depravação e estraga geral dos costumes” (Estatuto de 10 de agosto de 1825, APESP, Registro de Documentos de Ouro enviados ao Ministério Público 1820-1847, Livro 216, Lata 78, nº ordem 436 apud BORGES, 1973, p. 20-21). Neste objetivo presente no estatuto do orfanato de 1825, sobressai o julgamento de gênero e de classe em relação à população atendida pela instituição num contexto das políticas de proteção social da época, que se fundavam nas ideias de regeneração social. A representação sobre as orfãs e suas mães estabelece relação direta entre sexo feminino, pobreza e costumes viciosos “transmitidos pelas mães às filhas” e sinaliza uma crença em que o atendimento na instituição poderia romper com tal destino para as orfãs recolhidas.

¹⁵¹ A mísera orfandade se aproxima da ideia de infância desvallaia. Irma Rizzini define “desvalido [como] aquele que não tem valor, sem valimento e ‘sem valia’, encontra-se desprotegido, desamparado, desgraçado, miserável” (FERREIRA, 1986). Definição aproximada encontra-se em dicionários do século XIX (SILVA, 1922 [1813]; VALENTE, 1881 apud RIZZINI, 2012, p. 13).

A criação do asilo foi proposta na sessão de 24 de novembro de 1824 do Conselho Provisório da Presidência da Província de São Paulo, por Lucas Antonio Monteiro de Barros¹⁵², Presidente da Província, que sugeriu a utilização da Chácara da Glória¹⁵³, na cidade de São Paulo, para um estabelecimento de caridade e o Conselho decidiu que “se instalaria uma ‘Caza de Educação de meninas orfãos, e pobres’” (APESP, Documentos interessantes para a história dos Costumes de São Paulo, Atas do Conselho da Presidência de SP, 1824-1829, v. 86, São Paulo, 1961, p. 24 apud BORGES, 1973, p. 26). Trata-se de uma iniciativa encetada no contexto de

regime liberal oitocentista [...] um movimento profundo pela beneficência relativamente aos pobres, fracos e desamparados, criando, por iniciativa de associações ou por iniciativa individual, estabelecimentos escolares (asilos, recolhimentos, escolas) que albergavam e davam instrução elementar, assim como formação profissional, às crianças e jovens pobres e desamparadas. (MOGARRO; MARTÍNEZ, 2010, p. 46)

De acordo com o estatuto inicial (apud BORGES, 1973, p. 26), as educandas seriam “escolhidas entre as mais indigentes, tiradas da classe das orfãs de militares, de idades não estipuladas” ou “pensionistas admitidas com a permissão do Presidente da Província” (BORGES, 1973, p. 26) entre 7 e 10 anos, sendo obrigadas a deixar o *Seminário* aos 12 anos. Wanda Borges (1973, p. 55-56) identificou 4 itens na educação das internas do *Seminário*: “instrução primária, o ensino de trabalhos manuais, educação religiosa e formação de caráter”, sendo que a instrução primária restringia-se a ler e escrever.

Para Maria Lucia Hilsdorf (2010), entre 1825 e 1845, o *Seminário* foi uma “realidade filantrópica em cotidiana construção, pouco institucionalizada, e marcada por práticas privadas de administração” (HILSDORF, 2010, p. 54). Era, “simultaneamente, espaço de guarda, assistência, educação e lugar de conflitos, tensões e também de alianças entre os poderes socioculturais do período” (HILSDORF, 2010, p. 54). Era uma das poucas instituições públicas que possuía funcionárias mulheres em seus quadros e era um espaço de visibilidade para a atuação na instrução feminina na cidade. Para o recorte temporal desta tese, interessamos as décadas de 1820 a 1860, mas a instituição atravessou o século XIX e foi se transformando. Até 1870, foi administrada pela Inspeção Geral da Instrução Pública e era,

¹⁵² Durante a presidência de Lucas Monteiro de Barros, o Barão e Visconde de Congonhas do Campo, foram criados: dois Seminários de órfãos (um masculino e um feminino), a Biblioteca Pública, o Jardim Botânico, a Casa de Correção, a reforma do Lazareto e a Santa Casa com a Roda de expostos (HILSDORF, 2005, p. 53-54).

¹⁵³ A “Chácara da Glória” foi sede do Seminário em dois períodos. Entre 1825 e 1833 e entre 1840-1844 (BORGES, 1973, p. 37). Outro local de funcionamento do Seminário foi a Rua do Acu (que passou a se chamar Rua do Seminário), defronte ao Beco dos Sapos. Neste local, o Seminário funcionou entre 1833-1840; de 1844 a 1861 e de 1862 a 1895. Houve uma 3ª sede onde o Seminário funcionou entre 1861-1862, à Rua Tabatinguera (BORGES, 1973, p. 41).

portanto, um estabelecimento leigo, “dirigido por senhoras nomeadas pelo Presidente da Província” (MORAES, 2000, p. 78). Em 1871, passou a ser administrado por uma Ordem Religiosa, as Irmãs de São José de Chambery¹⁵⁴, que já administravam, desde 1854, o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu. Para a administração da instituição antes das religiosas o assumirem, a legislação provincial que normatizava o *Seminário de Educandas* previa:

O emprego de Regente do Seminário é da nomeação do Presidente da Província [...] Deverá essa nomeação recair em senhora solteira ou viúva maior de trinta anos, de reconhecida honestidade, moral e bons costumes, discreta sem pedantismo, que tenha a capacidade necessária para administrar o Estabelecimento com discrição, zelo, e economia, que seja indulgente com prudência, e afável, para com as Meninas, sabendo inspirar-lhes amor a si como a uma Mãe carinhosa, e dedicação á instrução, que a Província lhes proporciona com generosidade, e em suma se desvelará em formar o coração das educandas por meio dos verdadeiros princípios da Religião Cristã, e dos preceitos da moral a mais austera.
(SÃO PAULO. Regulamento de 07 de janeiro de 1845 – Para o Seminário de Educandas da capital, art. 6º).

Interessa-nos problematizar este período inicial em que o *Seminário de educandas* foi administrado “por senhoras nomeadas” pelo Governo Provincial. Quem eram estas mulheres solteiras ou viúvas de “reconhecida moral, bons costumes e sem pedantismo”? É possível identificar outros critérios que tenham permeado as escolhas do governo para a direção do asilo de orfãs? É possível estabelecer relações entre a eleição destas mulheres para a direção e a transmissão do ofício do magistério entre a população feminina? O que as experiências históricas destas mulheres diretoras do *Seminário* permitem apreender sobre a história da mulher no século XIX?

Como já mencionamos, mas vale retornar para situar, a primeira direção ficou a cargo de Eliziária Cezília Espínola e seu pai Nicolau Batista de Freitas Espínola, que eram “naturais de Portugal”, de acordo com o cronista Antonio Egydio Martins (2003, p. 50). Em ofício de 17 de janeiro de 1827, uma comissão relatava que a diretora tinha “vida honesta, com instrução suficiente para a boa educação das meninas, sendo na administração economica dirigida e coadjuvada por seu Pai que também ali resid[ia]” (APESP, Ofício da Câmara, OD, 17/01/1827, C00865). Eliziária Espínola foi a diretora que citamos, no capítulo anterior, como autora da primeira “denúncia” à ausência do ensino das prendas domésticas na aula pública feminina de Benedita da Trindade. No ofício em questão, a primeira diretora afirmou “ter [...] criado o referido Recolhimento” (Ofício de Eliziária Cezília Espínola, APESP, OD, 03/09/1829). Maria

¹⁵⁴ A administração religiosa foi objeto de inúmeras críticas. De acordo com Carmem S. V. Moraes, “o jornal A Província de São Paulo, indignado com a conduta das Irmãs, destina um número significativo de seus editoriais de 1880 a questionar a utilidade do estabelecimento e a propor o seu fechamento” (MORAES, 2000, p. 79).

Lúcia Hilsdorf (2010) narra que os tais “ares de recolhimento” foram alvo de críticas dos administradores provinciais. Eliziária pediu demissão do cargo no final do ano de 1829, em decorrência de tensões com o governo provincial que não queria que o *Seminário* oferecesse uma “educação claustral [...] com ares de comunidade” (HILSDORF, 2005, p. 62) e devido a problemas administrativos e financeiros. Como bem capturou Maria Lúcia Hilsdorf (2010), as tensões relacionavam-se com a “difícil construção dos limites entre atuar como funcionário do governo e obedecer às leis recém-instituídas na Província e administrar um serviço público como coisa privada” (HILSDORF, 2005, p. 59).

A autora Maria Lucia Hilsdorf (2010) destaca alguns eventos desta fase, entre os quais: a demora de mais de um ano para prestação de contas pelo síndico Nicolau Batista, que, quando foi convocado pelo governo a ir até o Palácio dar esclarecimentos, “respondeu por escrito, dizendo que tinha 74 anos, estava velho, acamado, e não podia calçar nem botas nem sapatos para ir falar com as autoridades da Província” (APUD HILSDORF, 2010, p. 59). A autora informa que o síndico remeteu uma lista tão genérica que o próprio presidente questionou sobre como eram feitas as compras, ao que o mesmo respondeu que:

[...] quando recebia o dinheiro na Pagadoria levava para a casa do Jacques e do Carlos, dois franceses honrados, conhecidos, que mora[va]m na entrada da cidade, na banda do Carmo, que me compravam as coisas que precisava. Mais do que isso, diz ele, não podia prestar contas, “ocupação tão insignificante que muito bem pode não só fazer-me perder o juízo, mas até a vida (APUD HILSDORF, 2010, p. 59).

A exigência de prestação de contas passou a ser cumprida nos anos seguintes pelo síndico, entretanto, as práticas particulares de administração do serviço público não deixaram de ocorrer (como veremos em outros momentos). O que gostaríamos de frisar é que uma resposta vaga que explicitava arranjos acentuadamente informais foi elaborada como aceitável pelo síndico e rechaçada pelo governo provincial e engendrou novas práticas administrativas. Nicolau Batista Espínola permaneceu no cargo até o seu falecimento em 1828¹⁵⁵ e Eliziária Espínola pediu demissão em 17 de dezembro de 1829, após receber advertência do Presidente da Província.

Após 4 anos de administração da instituição, encerrou-se o ciclo dos fundadores (pai e filha), que foram substituídos por Maria Tereza – de quem localizamos 4 ofícios, todos sem sobrenome – e Angelo José Ribeiro. Sobre esta segunda geração, não localizamos muitas informações. Sabemos que Maria Tereza solicitou o reparo do relógio do estabelecimento em

¹⁵⁵ A filha Eliziária Espínola remeteu ofício ao governo da província em 10 de dezembro de 1828, informando o falecimento de seu pai (APESP, OD, 10/12/1829).

8 de janeiro de 1830, visto que a falta do mesmo resultava em “não pequenos inconvenientes”(O *Farol Paulistano*, 14/04/1831, p. 1) . Em 1831, o síndico Angelo Ribeiro foi advertido pelo Presidente de Província, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, pelas contas exorbitantes. O presidente sugeriu uma “redução para o futuro” (O *Farol Paulistano*, 14/04/1831, p. 1), aconselhando “comprar os generos necessarios pelo menor preço [...] pois que alguns forão comprados mais caros do se vend[ia] a miudo nesta Cidade” e condenou o “excessivo gasto” de açúcar, pois as “orfãs e pobres” não devem depender de “iguarias, que fazem parte de um tratamento de luxo” e que deveriam se limitar ao consumo de “gêneros da primeira necessidade, entre os quais não compreende o chá, café ou doce” (O *Farol Paulistano*, 14/04/1831, p. 1). Os acontecimentos permitem perceber que as tensões em torno da administração de um serviço público continuavam, mas nesta segunda geração não foi possível identificar laços de parentesco entre a diretora e o síndico.

Entre 1831 e 1858, a direção ficou a cargo de Maria Leocádia do Sacramento¹⁵⁶, irmã da Mestra da Sé, Benedita da Trindade. De acordo com Antonio Egydio Martins (2003), Angelo José Ribeiro continuou como síndico, mas não localizamos registros após 1831¹⁵⁷. Em 1831, uma comissão da Câmara realizou uma visita e considerou que o “Seminário não se acha[va] em mau estado” (RODRIGUES, 1962, p. 120), mas na educação, o ensino de primeiras letras foi julgado:

[...] muito deficiente, notando-se “que as escritas das educandas têm muitos erros por falta de traslados”. Além disso não havia no estabelecimento nem catecismo, nem a Constituição do Império, “cuja leitura é porventura preferível a outras quaisquer”. As discípulas não aprendiam nem a a tabuada nem as quatro operações, pois a “Diretora confessa que nada disto sabe”¹⁵⁸[...]” (RODRIGUES, 1962, p. 120).

A instrução das educandas foi um problema que atravessou a história da instituição. Neste período, embora oficialmente a diretora devesse acumular as tarefas administrativas e a educação das meninas, na prática, há fontes que evidenciam que era assistida por mulheres que lecionavam voluntariamente; uma delas foi a sua irmã¹⁵⁹. Não houve um vínculo oficial de

¹⁵⁶ De acordo com Antonio Egydio Martins (2003), Maria Leocádia do Sacramento foi diretora do Seminário de Educandas de 1830 a 1859 e faleceu em São Paulo, em maio de 1899, aos 93 anos (MARTINS, 2003, p. 307), mas, em nossa investigação, identificamos 1831 como ano de ingresso e 1858 como o de saída, sendo a aposentadoria concedida em 1859.

¹⁵⁷ Em 1843, o Major Francisco José de Azevedo exercia a função. Diogo de Mendonça Pinto, no relatório da Instrução Pública de 1862, informou o falecimento do síndico *Seminário* que “por grande número de anos serviu gratuitamente ao encargo” (Relatório da Instrução Pública, 1862, p. 15).

¹⁵⁸ É intrigante o fato de uma das irmãs assumir que não sabia tabuada nem as 4 operações enquanto a outra ensinava tais saberes às suas alunas. Onde e como Benedita teria aprendido?

¹⁵⁹ Como já narramos no capítulo anterior, a educanda mais velha da casa, Anna Antonia da Costa Guimarães, também coadjuvava a diretora durante a década de 1850 (Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, Diogo de Mendonça Pinto, APESP, 30/12/1852, p. 12).

Benedita da Trindade com o asilo de órfãs, mas existiram arranjos informais, provavelmente propiciados pelos laços familiares entre as irmãs, que possibilitaram que ela lecionasse para as recolhidas. Em 23 de dezembro de 1843, a diretora enviou um ofício respondendo a questionamentos realizados pelo Presidente da Província acerca de acusações de que as educandas estavam mantendo contato com pessoas estranhas à instituição. Maria Lúcia Hilsdorf (2005, p. 64) interpretou o evento problematizando a função de “preservar a honra e punir a desonra”, características dos conventos e recolhimentos coloniais, que também perpassaram o asilo de órfãs paulista. O isolamento social das educandas era uma prática cara à sociedade e um dos exemplos disso é que em março de 1853 se criou uma cadeira de primeiras letras na freguesia de Santa Ifigênia e, devido a dificuldades para se encontrar uma casa onde pudesse ser instalada, optou-se por uma sala “no próprio edifício do *Seminário*” em junho do mesmo ano, no entanto, a escola “não era frequentada pelas educandas, pois estas não podiam comunicar-se com pessoas externas” (RODRIGUES, 1962, p. 127).

Retomando o relato da diretora Maria Leocádia de Sacramento em 1843, vemos a diretora dando explicações sobre “a marcha” de funcionamento da casa para desfazer insinuações de que as educandas vinham mantendo contato com pessoas estranhas. Ela informou que:

como algumas educandas entraram a sofrer incômodos em sua saúde, se atribuiu isto principalmente a falta de exercício, e então o governo da província permitiu que eu ao romper do dia desse com elas alguns passeios e ficando no entanto minha mãe tomando conta da casa, o que tenho observado, dando de vez em quando esses passeios, mas não frequentemente. São estas pois as únicas vezes que as educandas saem de casa e, se por ventura algumas tem que passar um dia com sua família, tenho por isso recebido sempre ordens. Tão bem devo observar que nesta casa só tem o livre ingresso o Capelão, o Médico nas ocasiões precisas, minha mãe e minha irmã as quais muito preciso e muito me auxiliam com vantagens dos serviços no desempenho das pesadas obrigações ao meu cargo. É porém verdade que para conseguir[?] nas educandas o amor ao trabalho, e lucros honestos, se tem permitido que elas trabalhem para o público em costuras, bordados, e outras obras próprias do sexo, mas as pessoas que vem encomendar entendem-se somente comigo, entregando-me as obras, e recebendo as quando prontas, cujo producto tão bem recebo para entregar a Educanda a quem pertence, não tendo ellas por isso comunicação alguma com essas pessoas estranhas. Não estando porém todos informados desta marcha invariavelmente seguida, é natural que alguém possa ter causado expectação a entrada de diferentes pessoas no Seminário, mas devo assegurar que disso não pode resultar prejuízo algum a educação e moralidade das jovens a meu cargo. Julgo pois conveniente fazer todas estas explicações não só porque devo zelar do meu crédito, e do da casa, como porque ambiciono gozar sempre do conceito do governo que me emprega (Ofício de Maria Leocádia do Sacramento, APESP, OD, 23/12/1843, grifos nossos).

Por meio do relato de algumas atividades cotidianas, a diretora buscou provar que não ocorria contato entre educandas e pessoas estranhas, mas admitia que algumas situações podiam

causar dúvida para quem não estivesse a par da dinâmica da casa. Ela forneceu detalhes das ações para legitimar sua defesa. Os passeios ocorriam “ao romper do dia”, um horário mais discreto e “de vez em quando”, com moderação, e tinham um objetivo, visavam a melhoria da saúde das meninas. As que ficavam não estavam desprotegidas, pois contavam com a companhia da mãe da diretora. A realização de serviços de costura e bordado para fora constituíam outra possibilidade de interação entre as meninas e o mundo externo, mas a mediação era feita pela diretora para não expor as meninas, de acordo com seu relato. Em meio a estes detalhes, interessa-nos as informações sobre a ajuda da mãe, cuidando das educandas quando a diretora saía para os passeios, e de que tinham livre acesso à casa, além do capelão e do médico, a própria mãe e a irmã de Maria Leocádia do Sacramento, que a auxiliavam nas “pesadas obrigações” e de quem ela muito precisava. Ou seja, embora oficialmente apenas a diretora fosse funcionária ligada ao estabelecimento, a sua administração foi exercida num arranjo em que mulheres da sua família participaram ativa e continuamente dos trabalhos na casa.

Após a saída de Maria Leocádia da direção do *Seminário*, em 1858, o inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto criticou duramente a sua administração e um dos pontos negativos apontados foi no “Seminário de Acu ser raro passar-se por ali sem ver algumas educandas às janelas” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.39). Quinze anos já haviam se passado, mas a sua assertiva foi contrária ao que havia assegurado a diretora em 1843. O inspetor maldisse desde o fato de ela não ter entregado a administração à sua sucessora – “como pede a cortesia” – até a falta de informações administrativas. Deu notícia das dificuldades colocadas para as suas visitas e dos inspetores de distrito, que “eram encarados como intrusos, ou usurpadores da jurisdição alheia”. Relatou que não havia comunicação entre o *Seminário* e a inspetoria da Instrução Pública, que os acontecimentos não eram avisados. Deu o exemplo da condição de uma educanda “morphetica”, doença contagiosa (hanseníase), que ficou convivendo, por 3 anos, com 40 pessoas na casa sem que a inspetoria soubesse. O inspetor soube da situação por acaso e providenciou a transferência da educanda para a “Casa dos Lázaros”. Ele questionava: “Por que é que o Seminário se colocava superior às imposições das Leis?” e respondeu não “descobrir a causa”, mas referiu-se a uma “carta” que “existia na gaveta da diretora” e lhe concedia aposentadoria, em caso de doença, para ser usada “quando muito lhe aprov[esse]”. Após mais de 3 páginas de críticas, o inspetor finalizou relatando uma situação de agressão física, uma “luta” entre uma interna e Maria Leocádia do Sacramento, em que “resultou apanhar das mãos de uma sua discípula e educanda” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.39-41).

Das fontes, apreendemos a convivência entre padrões de conduta conservadores e arranjos cotidianos não oficiais que escapavam ao desejo de controle do governo provincial. Prevaleceu a administração familiar do *Seminário de Educandas* durante a gestão da 3ª diretora da casa, que permaneceu no cargo entre 1831 e 1858. Foram mais ou menos 27 anos de direção, período que muitas educandas viveram suas infâncias e se tornaram adultas, constituindo-se enquanto mulheres, entre as quais, algumas jovens que se encaminharam para o magistério cujas trajetórias problematizamos no item “De educandas do Seminário à professoras de primeiras letras”.

A gestão seguinte contou com uma mãe e sua filha, de 1859 a 1866 – Bernardina Eufrosina Pereira e Alzira Augusta Pereira (até 1862) – a primeira como diretora e a segunda como professora de prendas domésticas. Pouco mais de uma década antes, Alzira, uma menina de 9 anos, matriculou-se como discente na aula pública de Benedita da Trindade e foi registrada nas “relações de alunas” de 1846 a 1848. A menina que tinha “bons costumes” e “nada sabia” quando ingressou, em outubro de 1846, “acha[va]-se lendo sílabas, e principiando a escrever” (Relação nominal das alunas que se achão matriculadas na Aula Nacional de 1ªs letras desta Imperial Cidade de São Paulo dada em 30 de novembro de 1846, APESP, IP, C04916, 30/11/1846) ao final do mesmo ano. No ano seguinte, estava “soletrando cartas, livro, escrevendo mal, e estudando tabuada” (Relação das Meninas que se matricularão, n’aula Nacional de primeiras letras d’esta Imperial Cidade de São Paulo, APESP, IP, C04916, 18/12/1847). Em 1848, a professora só enviou os nomes das alunas sem informar o grau de adiantamento. Não houve nenhum registro, nos mapas, referente ao aprendizado de prendas, como era de praxe na aula de Benedita; fato que não impediu que a ex-aluna da professora que não ensinava prendas domésticas se tornasse justamente mestra especialista em tais saberes no *Seminário de Educandas*, indício de que tais saberes eram transmitidos em outros espaços, provavelmente o familiar.

Em 1861, a diretora Bernardina Eufrosina Pereira remeteu um relatório sobre os acontecimentos e as condições da instituição e o estado da instrução e lamentou que tinha “o desprazer de comunicar” (Relatório da diretora do Seminário de Educandas anexo ao Relatório da Instrução Pública, 1861, p. 36) que “apesar das habilitações e esforços” da professora de primeiras letras, nenhuma “educanda acha[va]-se habilitada para sofrer o exame necessário para o magistério”. A descrição sobre a aula de prendas domésticas não trouxe nenhuma alusão à relação de parentesco e a aula foi considerada bem-sucedida, pois, de acordo com a diretora, os

“trabalhos peculiares ao sexo [...] não demandavam maior grau de atenção” (Relatório da diretora do Seminário de Educandas anexo ao Relatório da Instrução Pública, 1861, p. 36).

Alzira Augusta Pereira, a filha, casou-se com José Emílio Ribeiro Campos em abril de 1862 e permaneceu no cargo até agosto de 1862, quando pediu demissão (*Correio Paulistano*, 12/08/1862, p.1). Na década de 1880, foram publicados anúncios de propaganda de um colégio particular em Santos, dirigido pelo casal “Dr. José Emílio Ribeiro Campos”, bacharel em Direito, e “sua Sr. Alzira Augusta Pereira Campos”. Eram diretores do “Colégio Nacional” (*Correio Paulistano*, 13/03/1883, p.4), que passou a se chamar “Colégio Internacional” no ano seguinte (*Almanach da Província de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial* (SP) – 1884, p. 530). Sabemos, portanto, que a direção do *Seminário de Educandas*, entre 1859 e 1862, foi mais uma administração familiar em que mãe e filha mantiveram relações com outras personagens da instrução pública feminina. A mãe, que permaneceu até 1866, esteve na direção no mesmo período em que, finalmente, foi instalada uma escola de primeiras letras e foi contemporânea à primeira professora pública da instituição, a ex educanda Anna Antonia da Costa Guimarães. Eufrosina Bernardina e Anna Antonia ingressaram e deixaram o estabelecimento no mesmo ano e suas saídas tiveram conexão, como veremos no item “Destino das educandas”. A filha, Alzira Augusta Pereira, foi aluna da primeira professora pública da cidade, depois mestra de prendas domésticas no *Seminário* por pelo menos 3 anos e, na década de 1880, tornou-se diretora de um grande colégio particular em Santos. As trajetórias de mãe e filha entrecruzaram diferentes espaços da instrução feminina no século XIX: aula pública, asilo de órfãs e ensino particular.

Entre 1866 e 1868 a direção do *Seminário* também foi ocupada por “senhoras” de uma mesma família. Em 1866, Maria Candida da Conceição Moreira e sua filha, Candida Luiza Moreira, ingressaram como diretora e professora de prendas domésticas, respectivamente. Já no ano seguinte, a mãe pediu demissão do cargo e Candida Luiza assumiu a direção e sua irmã, Balbina Carolina Moreira, assumiu a aula de prendas. No relatório de 1868 (anexo ao relatório do presidente da Província), o inspetor geral contava que sabia:

[...] com certeza que a Família que dirige o Seminário tem empregado a vara de marmelo, e que por semelhante modo foi até açoitada uma Educanda – moça feita – que escusava-se alegando enfermidade ao penível trabalho de socar milho a que a queriam a força sujeitar, conforme refiriu-me a ex Diretora mãe da atual. (Relatório do Inspetor Geral da Instituição Pública anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, pelo Presidente José Tavares Bastos, em 02/02/1868).

O relato evidencia a exigência de que as educandas prestassem serviços no asilo e que os castigos físicos eram aplicados às internas por esta direção e condenados pela Inspeção da

Instrução que os considerou o trabalho fatigante e a punição, um açoite. As irmãs permaneceram em seus cargos até março de 1868, quando foram demitidas (*Diário de S. Paulo*, 13/03/1868, p.3) em decorrência de uma denúncia que envolveu uma menor de nome Elgilia. De acordo com Candida Luiza Moreira (*Correio Paulistano*, 19/12/1867, p. 3), em 1860, uma mulher de nome Amélia, moradora da Penha, de cor preta, “muito pobre e como tal impossibilitada de alimentar e educar convenientemente a família que tinha” havia dado a menor Elgilia ao seu finado pai, “Candido Caetano Moreira, capitão reformado do exército”. A menina contava 5 ou 6 anos de idade e a família a recebeu sem notificar o juizado de órfãos, deixando de cumprir o que previa a lei. Candida Luiza Moreira relatou também que:

[...] meu pai faleceu no dia 28 de novembro do dito ano; e que desse dia em diante minha boa mãe, tomando a direção da família, com o concurso de meu trabalho honesto e com o de minha irmã Balbina Carolina Moreira, prosseguiu na criação e educação da mencionada menor, ensinando-lhe a coser engomar e cozinhar o preciso de uma casa parca. Que no dia 1º de fevereiro do ano próximo ao pretérito (1866) confiada a minha mãe foi a direção deste seminário; e nesse mesmo dia fui nomeada a professora de prendas domésticas do mesmo; e vindo ela e eu para este estabelecimento trouxemos conosco a referida a menor, a qual não teve vencimento algum até o dia 1º de novembro do mesmo ano, Se bem que prestasse bom serviços neste estabelecimento. (*Correio Paulistano*, 19/12/1867, p. 3)

Ela continuou o seu depoimento informando que sua mãe achou justo empregar Elgilia como servente do *Seminário*, com vencimentos de 16\$000 por mês. Em junho de 1867, sua mãe, Maria Candida, pediu demissão do cargo de diretora e ela o assumiu – Candida Luiza – passando a sua irmã, Balbina Carolina, o cargo de professora em prendas. No mês seguinte, a nova diretora “entend[eu] que devia elevar o salário da mesma menor a vinte mil réis, visto que seus serviços eram permanentes e iguais aos de outras serventes, que ganham igual salário” (*Correio Paulistano*, 19/12/1867, p. 3).

Diferente do que pode parecer ao olhar contemporâneo, a denúncia não foi de exploração do trabalho infantil. Foram duas as acusações: uma de apropriação indevida dos salários de Elgilia e outra de perjúrio, pois, inicialmente, Candida Luiza negou que a menor recebesse vencimentos e, depois, com os documentos oficiais provando que os salários haviam sido pagos pela Província, ela se retratou perante o governo e disse que os tais salários “foram recebidos por sua mãe, em cujo poder se acha[vam] à disposição do juízo competente, deduzida a importância do vestuário desde que [a menina] veio para este seminário”. Candida Luiza justificou a ação de sua mãe como tendo “a melhor boa fé” e o objetivo de “prestar a uma menor desvalida os ofícios que lhe poderia fazer um tutor honesto ou antes uma verdadeira mãe” (*Correio Paulistano*, 19/12/1867, p. 3). Outra publicação de dezembro de 1867, assinada sob o

pseudônimo “Veritas”, no jornal *Correio Paulistano* comentou o caso e apontou como deveria ter sido feito o procedimento de acordo com a legislação do período:

Figura 63: *Correio Paulistano*, 19/12/1867, p. 3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Candida Luiza justificou não terem recorrido ao juizado de orfãos pelo fato de não considerarem Elgilia orfã. Informou que pretendiam entregar o dinheiro à menina quando esta completasse 14 ou 15 anos. Era comum a presença de menores negras como serventes no orfanato, sobretudo de africanas¹⁶⁰. Sobre o desfecho, sabemos que as irmãs Moreira foram demitidas de seus cargos no *Seminário*. Não sabemos se outras punições lhe foram impostas, tampouco se Elgilia efetivamente recebeu os salários que lhe cabiam.

Este acontecimento permite problematizar dois aspectos que estamos destacando neste item: a presença de mulheres da mesma família na administração do asilo de órfãos e a complexidade na delimitação entre público e privado no exercício de um cargo como funcionárias do governo, cumprindo as leis. É bastante factível que Elgilia fosse filha bastarda do falecido Candido Caetano Moreira – e irmã de Candida Luiza e Balbina Carolina – e como sua mãe tinha cor preta, é provável que a menina fosse preta ou parda. Numa sociedade escravista, a condição legal de livre ou escravo definia direitos, privilégios e *status* dos sujeitos. A cor associada à bastardia representava uma condição que desencadeava menor dignidade, pois sendo “fruto de relações ilícitas, a bastardia era um elemento que privava as mulheres de certa dose de dignidade” (ALGRANTI, 1992, p. 137). Há alguns casos destacados pela historiografia de homens negros, filhos bastardos de pais brancos e mães negras – livres, forras e escravizadas – que ascenderam socialmente e ocuparam posições de destaque na sociedade oitocentista. Em São Paulo, Luiz Gama é um dos principais ícones deste tipo de experiência. Embora o foco de nossa investigação não seja as questões de gênero, cor e classe na infância oitocentista, narramos este episódio com o objetivo de sinalizar que, na desigual e excludente sociedade oitocentista, os raros episódios de projeção social entre a população negra foram mais comuns na população masculina do que na feminina. Como bastarda, Elgilia foi criada pelas

¹⁶⁰ Em 1851, ao final da “Relação Nominal de Educandas”, anexa ao Relatório do Presidente de Província Vicente Pires da Motta, a diretora Maria Leocádia do Sacramento informou que as serventes “Maria Monjola, Victoria Conga, Joaquina Conga e Agostinha Conga” tinham a “idade de 14 anos mais o menos”.

mulheres da família Moreira sob a direção da matriarca da casa, Maria Candida, que com a ajuda proveniente do “trabalho honesto” (*Correio Paulistano*, 19/12/1867, p. 3) das filhas, ensinou a menina a “cozer, cozinhar e engomar o preciso de uma casa parca” e a encaminharam para o ofício de servente do *Seminário*. Como elas ocupavam cargos de poder na instituição, puderam empregar uma menina que não “parec[ia] ter mais de treze ou quatorze anos”, nas palavras de Candida Luiza Moreira (*Correio Paulistano*, 19/12/1867, p. 3). Não é impossível que elas pretendessem assegurar o futuro da jovem destinando-a para um ofício que era considerado adequado à sua condição social e racial. Na concepção delas, era uma oportunidade de “trabalho honesto” para a “menor desvalida”; mas também é verossímil que elas estivessem se valendo de seus salários como uma contribuição à renda familiar ou mesmo se apropriando dos salários de Elgília enquanto podiam. O que salientamos é que questões particulares à vida da diretora e de sua família foram incorporadas ao cotidiano do *Seminário* e se tornaram questão de governo, em decorrência do arranjo e do perfil das mulheres que foram contratadas para o cargo: mulheres solteiras ou viúvas com vínculos familiares que habitavam o local.

A penúltima direção do *Seminário de Educandas* – antes deste ter sido colocado sob administração religiosa – foi de mãe e filha, ambas viúvas. Em março de 1868 assumiram a direção e a cadeira de prendas domésticas, Maria Feliciano dos Santos Pinto e Maria Amália Pinto Mauricio. As mesmas haviam sido proprietárias de um colégio feminino particular poucos anos antes, cujo anúncio foi publicado no jornal *Correio Paulistano*:

Figura 64: Correio Paulistano, 03/09/1864

COLLEGIO DA PIEDADE

No dia 15 do corrente mez abrir-se-ha um collegio para meninas na casa n. 36 da rua Direita desta cidade, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade e com a denominação de collegio da Piedade e debaixo da immediata direcção de D. Maria Amalia Pinto Mauricio, viuva do dr. Rodrigo José Mauricio, coadjuvada por sua mãe e cunhada D. Maria Feliciano dos Santos Pinto e D. Carolina do Carmo Pereira Pinto.

Ensinar-se-hão as materias seguintes:

1^a—Primeiras letras, doutrina christã, grammatica portugueza, caligraphia, e as quatro operações arithmeticas.

2^a—Francez, inglez, italiano, elementos de geographia e historia patria, musica, piano e canto.

3^a—Todos os trabalhos de agulha, crivo, bordados de branco, matiz, ouro, pennas, cabellos e contas, crochet e toda a qualidade de malhas de lã, e linhas, bordados de lã de tapete e de froco. Flores de panno, de contas, de froco e de cabellos; obras de phantasia, como cestinhas, almofadinhas, porta relógios, etc., etc.

4^a—Aos sabbados depois da lição de doutrina christã até ao meio dia aprenderão as meninas que já souberem cozer. A cortar toda especie de costuras, sendo feriado de meio dia em diante.

5^a—Recebem-se pensionistas, meio-pensionistas e externas pagando-se pelas pensionistas 25\$000 rs. mensaes, pelas meio-pensionistas 10\$000 rs. e pelas externas 4\$000 rs. exceptuando o ensino de inglez, italiano, canto e piano.

6^a—As externas que aprenderem só primeiras letras, grammatica portugueza, doutrina christã, contas e trabalhos de agulha pagarão 3\$000 rs.

7^a—Todas as meninas que entrarem para o collegio trarão tinta, pennas, lapis, papel e todos os preparos para os trabalhos de agulha.

8^a—As meio-pensionistas e externas estarão no collegio ás 9 horas da manhã, retirando-se as primeiras ás 5 horas da tarde e as segundas ao meio dia para voltarem ás 2 horas e retirarem-se ás 5.

9^a—As pensionistas são obrigadas a trazer para o collegio cama, bacia, jarro, pentes, escovas, etc., etc., e a roupa necessaria não só para o uso diario, como roupa decente para irem à missa.

10^a—Quando existirem no collegio 30 meninas, receber-se-hão gratuitamente na qualidade de externas até 6 meninas pobres, por indicação do sr. dr. juiz de orphãos, ou do reverendissimo cura da freguezia da Sé.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Mais uma vez, mulheres de uma mesma família inseridas no cenário da instrução da cidade de São Paulo, desta vez, no ensino particular feminino, estiveram à frente da direção do *Seminário de educandas*¹⁶¹. O Colégio Piedade, onde também trabalhava a cunhada de Maria Amália Pinto Mauricio, apresentava um currículo variado, que incluía desde as tradicionais matérias (primeiras letras, doutrina cristã, gramática e as quatro operações), passando por 3 idiomas, formação musical, conhecimentos sociais e uma extensa e sofisticada lista de prendas domésticas com os mais diversos materiais. Ter um colégio desse porte poderia qualificar as duas para ocupar a administração do *Seminário*; se eram capazes de manter um colégio bem-conceituado que oferecia uma formação esmerada, estavam gabaritadas para conduzirem o asilo com uma suposta competência e poderia se esperar que fossem bem-sucedidas nisso. Maria Lúcia Hilsdorf (2003) sublinhou a recorrência da atuação de mulheres como professora, diretora ou proprietária de escolas entre 1850 e 1900.

¹⁶¹ Entre 1869-70, a última diretora foi Guilhermina Joaquina da Luz Ramalho, a professora de primeiras letras era Deolinda Bueno de Aguiar e a professora de prendas domésticas era Querubina Maria Lago (Relatório da Diretora do Seminário da Glória em 1869, p. 3, anexo ao Relatório do presidente da província Antonio Candido da Rocha, 02/02/1870. S. Paulo, Typ. Americana, 1870). Não identificamos vínculos de parentesco entre elas.

Numa perspectiva micro histórica, retomamos, nesta narrativa, fragmentos de trajetórias de mulheres oitocentistas que ocuparam a direção do *Seminário de Educandas*, buscando evidenciar que os laços familiares constituíram um critério recorrente na escolha destas funcionárias. Questionamos o porquê do governo provincial não escolher, para a administração do seminário, homens e deixar apenas a aula de prendas a cargo de mulheres. O critério de direções exercidas por mulheres da mesma família impingiram tradições em que as fronteiras entre privado e público se mesclavam. Além disso, as atuações destas mulheres na direção e no ensino na instituição feminina de maior visibilidade na Província legitimaram a ambiência familiar (NASCIMENTO, 2011) e a própria instituição como referências significativas na invenção do magistério feminino. Para além da educação, as experiências narradas contam sobre o “ser mulher” no século XIX e sobre o protagonismo feminino possível, ainda que tenha se dado no âmbito de um espaço exclusivamente para as mulheres.

3.3.2 Destino das educandas

[...] nomeá-las Professoras de 1^{as} letras sem que tenham ainda dado provas de suas habilitações acho imprudência. Entretanto é indispensável tomar-se uma medida qualquer, afim de que possa a casa desobstruir-se das pessoas inúteis, e preencher os fins de sua criação [...].

(Discurso recitado pel Exmo Senhor Doutor Domiciano Leite Ribeir, Presidente da Província de São Paulo, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 25/06/1848)

Foi na década de 1840 que se formulou a proposição de encaminhamento de educandas adultas para o magistério; embora o Presidente da Província, em 1848, considerasse imprudência a sua nomeação sem que se mostrassem habilitadas, a necessidade maior era encontrar um destino adequado àquelas mulheres, consideradas “pessoas inúteis”. A questão se manteve na pauta das assembleias provinciais e a frase “Aquela instrução que é compatível com o sexo dessa gente e sua condição de pobres” (*Correio Paulistano*, 05/04/1856, p. 3) foi dita pelo deputado Joaquim Otávio Nébias¹⁶² na sessão de abril de 1856, na qual se discutiu os possíveis encaminhamentos das adultas que permaneciam no *Seminário de Educandas*. O Governo da Província buscou dar um destino digno e adequado ao sexo feminino e à condição

¹⁶² Joaquim Otávio Nébias, conhecido como Conselheiro Nébias, (Santos 1 de junho de 1811 — Rio de Janeiro, 15 de julho de 1872), foi deputado provincial em São Paulo e também presidente da mesma província, de 30 de setembro a 17 de dezembro de 1852. Foi deputado geral e presidente da Câmara dos Deputados entre 1869 e 1870 e ministro da Justiça (WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre). Flórida. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Ot%C3%A1vio_N%C3%A9bias>. Acesso em: 13 jan. 2018.

das educandas orfãs, já que o objetivo era que a instituição atendesse a outras orfãs crianças e as adultas partissem. As possibilidades previstas por lei para as educandas com idades a partir de 15 anos, na primeira metade do XIX, eram o casamento¹⁶³, a servidão doméstica e, após os 18 anos, o magistério público (BORGES, 1973, p. 59). De acordo com o artigo 22 do *Regulamento*, a educanda que não deixasse o Seminário aos 15 anos (para o casamento ou servidão doméstica) poderia estender sua estadia até os 18, quando seria “provida na primeira cadeira de primeiras letras para o ensino de Meninas, que vagar na Província, independente de exame estabelecido por Lei para taes provimentos, ou no emprego da Mestra de Meninas do Seminário, si achar-se vago” (SÃO PAULO, 1845, art. 22). Legalmente era esta a determinação, na prática, muitas permaneceram após os 18 anos.

O movimento de encaminhamento das educandas para o magistério público iniciou-se em 1843, quando “o síndico, por sugestão da Presidência da Província, foi ao Seminário ver se alguma das meninas queria empregar-se como professora de primeiras letras” (HILSDORF, 2005, p. 63). Naquela ocasião, as educandas Anna Antonia de Jesus (que depois adotou o nome Anna Antonia da Costa Guimarães), Escolástica Maria de Jesus, Maria Joaquina¹⁶⁴ e Fortunata Calidora do Prado se interessaram e se comprometeram a se preparar em Gramática Portuguesa, matéria exigida nos exames para provimento ao cargo de professora. Este movimento dos sujeitos repercutiu na promulgação da Lei provincial nº 05, de 16 de fevereiro de 1847, que previa a criação de uma Escola Normal para o sexo feminino no *Seminário*, com o objetivo de habilitar as educandas para o magistério¹⁶⁵. Os conteúdos e outras disposições previstas seriam as mesmas da Escola Normal, criada pela Lei de 1846¹⁶⁶.

¹⁶³ Possibilidade assustadora aos nossos olhos do século XXI. De acordo com o artigo 20 do Regulamento de 07 de janeiro de 1845, com 15 anos, a Assembleia Legislativa Provincial deveria decretar o pagamento da quantidade prevista no artigo 11, como dote para o casamento da educanda. O casamento seria realizado no dia de “Nossa Senhora da Luz” e os pretendentes deveriam reunir os seguintes requisitos: bons costumes; emprego honesto que permitisse “uma manutenção decente e regular” e “se possível, conformidade de condição e proporção de idade” (SÃO PAULO, 1845, art. 20).

¹⁶⁴ Não encontramos referência a um sobrenome para esta professora.

¹⁶⁵ Art 1º Fica creada no Seminário de Educandas d’esta capital uma Escola Normal d’instrucção primaria para o sexo feminino, na qual se ensinarão em um curso de dous annos as seguintes matérias: Grammatica da língua nacional, theoria e practica doas quatro operações de arimethica, principio, e doutrina da religião do Estado, a língua franceza, e muzica vocal e instrumental, para n’ela se habilitarem as educandas, que forem idôneas para o magistério, e outras pessoas do mesmo sexo que quizerem frequentar-a. (Lei Provincial nº 05, de 16 de Fevereiro de 1847).

¹⁶⁶ Como exemplo, transcrevemos dois artigos da Lei provincial nº 05, de 16 de fevereiro de 1847:

Art 1º Fica creada no Seminário de Educandas d’esta capital uma Escola Normal d’instrucção primaria para o sexo feminino, na qual se ensinarão em um curso de dous annos as seguintes matérias: Grammatica da língua nacional, theoria e practica das quatro operações de arimethica, principio, e doutrina da religião do Estado, a língua franceza, e muzica vocal e instrumental, para n’ela se habilitarem as educandas, que forem idôneas para o magistério, e outras pessoas do mesmo sexo que quizerem frequentar-a.

Art 3º São extensivas à Escola creada por esta lei as disposições da de no 34 de 6 de março de 1846 no art 34 sobre as condições da matricula, e nos arts 35, 36, 37, 38.

Embora tenha sido criada por lei e fosse consenso entre os deputados provinciais que o magistério era um destino adequado às educandas, ela não foi efetivada, pelo menos não sob esta denominação. Em 11 de abril de 1856, uma acalorada discussão foi realizada na sessão da Assembleia provincial sobre o destino das educandas que chegassem à vida adulta. O deputado R. de Andrada¹⁶⁷ questionou o caso da aula da Cidade de Santos, que havia sido provida por Gabriela Maria de Jesus, uma egressa do *Seminário*. O apontamento buscava questionar a necessidade de uma Escola Normal, uma vez que havia casos de educandas encaminhadas para o magistério na ausência dela. Neste contexto, o inspetor da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto informou sobre a atuação da professora da Sé, Benedita da Trindade, no *Seminário*. Ele reconheceu que o sucesso de algumas educandas recentemente providas se devia ao trabalho docente da mais antiga mestra pública da cidade, entretanto, não citou o seu nome. Como já mencionamos, além do magistério nas aulas públicas de primeiras letras, Benedita da Trindade dedicou-se a outra atividade docente voluntariamente; era uma atividade não oficial, mas que parecia ser de amplo conhecimento, inclusive das autoridades. Mais do que isso, havia o reconhecimento da maior autoridade da Instrução Pública, o inspetor geral, da sua contribuição na formação de, pelo menos, uma professora pública, Gabriela Maria de Jesus (em Santos), provida em janeiro de 1852.

Ainda na discussão de 11 de abril de 1856, sobre o tipo de escola adequada às necessidades do *Seminário de Educandas*, o Sr. Nebias introduziu a discussão:

O senhor Nebias: – [...] Eu tinha ontem conversando com o meu ilustrado amigo o senhor inspetor geral da instrução pública, e tínhamos combinado apresentar uma Emenda a este respeito, espero que se não for apresentada agora, o seja na terceira discussão deste projeto. É muito necessário criar ali uma escola.

O senhor Ribas: – Pois é Escola Normal.

O senhor Nebias: – Então não podemos estabelecer uma escola mais simples?

O senhor Ribas: – Aqui existe não tem produzido vantagem, por que não se tem provido.

O senhor Nebias: – Logo, é uma coisa inútil. Quer o Nobre Deputado que a essas desgraçadas educandas se dê uma educação variada, superior, que saibam todas as cousas e outras cousitas mais?

O senhor Ribas: – Quem quer isto? Seria preciso supor em nós um contrassenso.

O senhor Nebias: – Estou certo de que o Nobre Deputado não quer isto; mas o seu aparte é o que dá-nos a entender. Pois nós não podemos estabelecer ali uma escola mais simples, com instrução que possa ser vencida facilmente por qualquer Senhora

¹⁶⁷ Trata-se de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (2º), filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de D. Gabriella Frederica de Andrada e irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva (O Moço). Nasceu a 10 de junho de 1826 na França, durante o exílio do seu pai, onde formou-se em Ciências Sociais e Jurídicas em 1845, recebeu o grau de Doutor em 1856, foi nomeado professor Faculdade de Mucidan em 1854. Foi deputado à Assembleia da Província de São Paulo desde 1848 até a década de 1860. Fez parte do 22º Gabinete (3/8/1866 a 16/7/1868) como secretário e ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e como secretário e ministro de Estado dos Negócios da Justiça 27/10/1866 a 16/07/1868, sendo, depois, nomeado membro do Conselho de Estado. Era do Conselho de S. M. o Imperador D. Pedro II. Presidente da Câmara dos Deputados no período de 17 de fevereiro a 17 de março de 1882. Durante o tempo de estudante escreveu poesias.

de inteligência ordinária, em lugar de uma Escola Normal tão aparatosa, que nenhum resultado tem produzido?

O senhor Ribas: – Então não é a abolição da escola que está criada, e sim uma reforma.

O senhor Carrão: – Se é para formar professoras é Escola Normal.

O senhor Nebias: – Para formar professoras sim, mas professoras para as nossas freguesias; e outras povoações, professoras que saibam ensinar as meninas pobres desses lugares remotos a ler, escrever, contar e mais alguma prenda doméstica; e não para que lhes dê uma educação completa e variada, como se dá nos grandes colégios do Rio de Janeiro ou da Europa. Porque então era melhor que escolhêssemos meia dúzia de Educandas que estão no Seminário, das mais moças ou das mais velhas, das mais bonitas, ou das feias, para mandá-las a Europa, a fim de receberem uma instrução variada e voltarem depois para serem professoras entre nós. Assim pois creio que os nobres deputados concordarão comigo em que se deve estabelecer naquele seminário uma escola sem aparato, com instrução mais restrita para que instruídas aquelas moças medianamente em uma tal escola se habilitem para servirem de professoras nas nossas pequenas localidades.

[...]

O senhor Nebias: – Eu não quero que elas atamanquem; quero que saibam pouco é verdade, mas que saibam bem para depois ensinarem esse pouco que bem souberem às meninas desvalidas das povoações remotas; e os pais que tiverem meios da fortuna e quiserem dar a suas filhas uma educação maior, uma instrução superior às mandem para a capital a fim de que aprendam em algum bom colégio. O que não for isto será uma utopia que há de dar o resultado da Escola Normal do seminário, que há muitos anos está criada, e que tem sido uma perfeita inutilidade.

Falo com esta franqueza: mas creio que assim advogo os interesses positivos da nossa instrução.

Neste sentido estou de acordo com o ilustre Deputado com quem ontem combinei de apresentarmos uma emenda, como disse, criando no estabelecimento das educandas, uma escola com poucas matérias, sem vasto ensino e uma educação variada.

São estas as ideias que tenho a honra de oferecer a consideração da Assembleia.

Muito bem, muito bem.

A discussão fica adiada pela hora.

(Trecho da Ata da Assembleia da Província de São Paulo de abril de 1856, *Correio Paulistano*, 11/04/1856, p.2, grifos nossos).

O diálogo explicita que os deputados concordavam em relação à necessidade de uma escola que instrísse as educandas; a discordância localizava-se no tipo de instrução que deveria ser oferecida. Enquanto o Sr. Carrão¹⁶⁸ entendia Escola Normal simplesmente como aquela que forma professores, o Sr. Nebias associava Escola Normal a uma educação “variada, superior”, que ensinaria às educandas “todas las cousas e outras cousitas mais” e considerava que o mais adequado era “uma escola mais simples, com instrução menos variada”, “sem aparato com instrução mais restricta”. Ou seja, a alcunha “Escola Normal” gerava desacordo entre os deputados provinciais em decorrência da compreensão de alguns que identificavam uma contradição entre o que se previa para a educação feminina e um suposto grau mais elevado das Escolas Normais. A escola jamais funcionou, ficando vaga por 9 anos, e acabou sendo extinta

¹⁶⁸ João da Silva Carrão (Curitiba, 14/05/1810 - Rio de Janeiro, 4/06/1888). Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Deputado Provincial, Senador; Membro do Conselho do Imperador. Nomeado Presidente do Estado do Pará, onde permaneceu por dois anos. Em 1866, no Gabinete do Marquês de Olinda, assumiu a pasta de Ministro da Fazenda. In: Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/joao-da-silva-carrao>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

em 1856 (Lei 31 de 07/05/1856 apud BORGES, 1973, p. 65). Em 1858, o inspetor geral da Instrução Pública relatava o tema e avaliava negativamente a abolição:

Figura 65: Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 46

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

A eliminação da Escola Normal foi considerada sem justificativa pelo inspetor geral, pois era vista como extremamente necessária e o seu fim só podia ser explicado pela dificuldade de provimento. Ele informava que outra lei, de 14 de abril de 1858, havia criado, no *Seminário*, uma cadeira de primeiras letras após “incessantes reclamações” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.46) feitas por ele, reforçando a necessidade de uma aula naquele local. Há o reconhecimento de que existia uma dificuldade intrínseca para o provimento no *Seminário*, mesmo no caso de uma cadeira de primeiras letras, em decorrência das singularidades do público atendido – “que não são crianças” – e ao objetivo de encaminhamento das educandas para o “professorado”. O inspetor acreditava que “a cadeira não pod[ia] ser colocada a concurso” e a indicação era a melhor opção (Relatório da Instrução Pública, 1858, p.46).

Nos anos seguintes, a questão do destino das educandas foi bastante debatida. Alguns deputados que aparentemente desconheciam que já havia uma lei que criara uma aula para aquele espaço, propunham novas leis. A maioria das falas apresentava um tom de lamento por não serem as internas providas professoras. Finalmente, em fevereiro de 1859, o Presidente da Província, José Joaquim Fernandes Torres¹⁶⁹, asseverava que era incompatível o acúmulo das

¹⁶⁹ De acordo com o site do Ministério da Fazenda, José Joaquim Fernandes Torres formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra (1827) e iniciou a como 1º Professor de Direito Criminal da Academia de São Paulo (1829), exonerando-se em 1833 para ser Juiz. Nomeado Catedrático de Direito Criminal; exerceu o cargo de Ministro da Justiça e, interinamente, por cinco dias, o de Ministro da Fazenda. Senador pela província de Minas Gerais em 1847. Foi Presidente da província de São Paulo (1857-60) e de Minas Gerais (1863) e ocupou a pasta do Império com o Gabinete presidido por Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 1866. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de>

pesadas funções de diretora e professora do Seminário de Educandas e que, por isso, ele havia instaurado uma cadeira para aquele local no dia 14 de abril de 1858. Declarava ainda que:

[...] entendendo que a professora deste estabelecimento deve possuir maiores habilitações que aquellas que ordinariamente se exigem para as outras cadeiras, por que ella deve instruir as educandas em ordem a também habilitá-las para o professorado, não tem sido possível prover-se á cadeira instaurada porque não tenho ainda encontrado uma senhora visivelmente habilitada para reger essa escola, que deve ser considerada como normal, talvez porque os vencimentos não convidem a uma pessoa que para isso tenha capacidade. Seria pois muito conveniente que habilitasse o governo a conceder uma gratificação especial para esta cadeira, que, como comprehendéis, exige muito maior aptidão e conhecimento que as mais. (*Correio Paulistano*, 06/02/1859, p. 1, grifos nossos).

Se uma Escola Normal não se efetivou, uma cadeira de primeiras letras que deveria “ser considerada como normal” veio a cabo. Neste ano, a preocupação com a necessidade de nomeação de uma professora com “maiores habilitações”, capaz de habilitar as educandas para o professorado, entrou na pauta do Presidente da Província e foi efetivada. A questão salarial foi destacada com o reconhecimento de que a remuneração para a Cadeira do *Seminário* deveria ser maior. Em julho do mesmo ano, o presidente aprovou uma gratificação para a cadeira e expressou satisfação em relação às informações positivas fornecidas pelo Inspetor Geral sobre o desempenho de Anna Antonia da Costa Guimarães:

– Ao inspetor geral da instrução pública – Acusando o recebimento do officio que vmc. me dirigiu em data de ontem sob nº 225 dando-me parte dos rápidos progressos que tem feito nos estudos primários as educandas do Seminário do Acu, progressos esses devidos a inteligência e zelo da professora d. Annna Antonia da Costa Guimarães, cumpre-me significar-lhe que forão muito agradáveis ao governo as informações por vmc. prestadas a esse respeito; pelo que deverá vmc. entender-se com a mesma professora para que continue a leccionar a cadeira de primeiras letras do referido seminário até que ela seja provida; ficando vmc. na inteligência de que o governo não tem dúvida em conceder-lhe uma gratificação mensal de 30\$000 réis que evidentemente compensa a que a mencionada professora perde proporcional ao nº de alunas; para o que passe desde já a expedir as ordens á tesouraria (*Correio Paulistano*, 03/07/1859, p.3, grifos nossos).

O presidente recomendou que o inspetor geral se entendesse com a professora para que ela continuasse lecionando na cadeira até o seu provimento e concedeu uma gratificação mensal de 30\$000, considerando que a quantia compensava a gratificação proporcional ao número de alunas que a mestra tinha anteriormente na cadeira de Santa Ifigênia. Para substituí-la naquela cadeira, foi nomeada outra ex-educanda, Fortunata Calidora do Prado¹⁷⁰. Como sinalizamos no item “A administração familiar do Seminário de Educandas”, a professora Anna Antonia da

ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/jose-joaquim-fernandes-torres>. Acesso em: 03 jan, 2018.

¹⁷⁰ Voltaremos à trajetória de Fortunata Calidora do Prado ao analisar as trajetórias de outras educandas que se destinaram ao magistério.

Costa Guimarães permaneceu na Cadeira de primeiras letras do *Seminário de Educandas* até 1866. No mesmo período, Eufrosina Bernardina das Neves Pereira exerceu o cargo de diretora. De acordo com Leda Rodrigues:

[...] apesar de D^a. Bernardina Eufrosina ser pessoa capaz para o exercício de seu cargo, desde o começo da administração sofrera por parte da mestra de primeiras letras uma sistemática perseguição. Esta “propalava boatos conducentes ao descrédito da Diretora” predispondo algumas educandas a rebelarem-se contra a autoridade. Conseguiu mesmo por mais de uma vez a intervenção da polícia para pequenos fatos de somenos. Finalmente, havendo uma das alunas descido ao poço da casa, de onde a teve de retirar um escravo, espalhou-se logo o rumor de que ela quisera suicidar-se tais os maus tratos que recebia da Diretora. Avolumaram o fato exigindo a presença da polícia e submeteram D^a Bernardina aos vexames de um acintoso interrogatório. Após a ocorrência, não obstante e destituída de outros meios de subsistência, a diretora resignou cargo (RODRIGUES, 1962, p. 130-131).

O dramático acontecimento é narrado pela historiadora e esboça uma imagem do cotidiano das educandas do asilo, explicitando desde as condições materiais com a diária retirada de água do poço, passando pelas questões sociais decorrentes de uma sociedade escravista, mergulhando na intimidade das disputas entre professora e diretora, chegando ao extremo de uma possibilidade de tentativa de suicídio com intervenção policial. Leda Rodrigues (1962) sublinha que houve uma “sistemática perseguição” da professora Anna Antonia à diretora Eufrosina Bernardina. Seu julgamento é fundamentado na “sindicância realizada pelo Inspetor Geral da Instrução” (RODRIGUES, 1962, p. 131). No relatório de 1866, Diogo de Mendonça Pinto usou um tom taciturno ao discorrer sobre o evento:

Os governos que se sucederão, testemunhas dessas lutas, não deixarão jamais de fazer inteira justiça ás intenções da Diretora: a intriga, porém foi tão pertinaz que afinal raiou o dia em que ela viu coroado de feliz êxito, esforços por 7 anos impotentes. A ocasião foi a descida d'uma menina ao poço da casa, d'onde a tirou um escravo. Espalhou-se logo que ela quis suicidar-se; fez-se imprensa publicar que o estado do Seminário pedia rigorosas providências; deram-se ao sucesso as proporções de um crime; fez-se lá comparecer a Polícia, conseguiu-se que Diretora respeitável, além de empregada na sua dupla qualidade de Senhora, e de pessoa idosa fosse desatendida. Pessoas de elevado critério se constituíram então sem o saberem instrumentos de paixões odientas. Nem todo o apoio que lhe era mister amparou essa Senhora; e certificada de que não poderia mais manter-se, resignou o cargo, não obstante ser destituída de outros meios de subsistência. E contudo se havia averiguado pela confissão da educanda, e asserções das outras que nada absolutamente tinha havido entre ela e a Diretora; e o que é mais, que esta no dia do facto esteve de cama; e portanto que era inteiramente alheia a descida daquela ao poço, ainda quando fora tentativa de suicídio!

Houve pois ahi erro que deploro, fazendo votos para que não encerre futuras e desagradaveis consequencias. Digo que houve erro: e seria bem extranho que por ventura outrem julgasse poder antepor sua opinião á da Inspectoria Geral, que dia por dia, passo por passo, há 16 anos acompanha o Seminario em todo seu movimento. [...]

Da direcção tomou provisoriamente conta conforme o Regulamento a Professora de Primeiras letras D. Anna Antonia da Costa Guimarães. Mas a verdade igualmente teve o seu dia. Nenhuma reparação ao mal havido; conheceo-se porem sua causa

primordial, e renovou-se o pessoal da casa. A Professora de primeiras letras foi removida par a segunda escola de Santa Iphigenia [...]

Estes factos cumpria-me relatar, quer para esta ocasião solemne de tecer os devidos encomios a directora demittida D. Bernardina Eufrosina das Neves Pereira, e manifestar reconhecimento pelo zelo que sempre desenvolveo á prol da prosperidade da instituição; e quer para pedir ao Governo toda a protecção á actual Directora. Quando faltão remunerações aos Empregados que bem servem, urge ao menos não lhes recusar justiça e coadjuvação. (Relatório da Instrução Pública, 1866, p. 13, grifos nossos).

Diogo de Mendonça, consciente do poder da escrita – uma “ocasião solene” – fez questão de “relatar” o incidente como forma de expiação para reverenciar a diretora demitida e reconhecer suas contribuições ao *Seminário*. Pela descrição, inferimos que Anna Antonia teria acusado que, devido a alguma ação da diretora, uma educanda “desceu ao poço” tentando o sucídio para criar “intriga”. Os indícios colocam sob suspeita a idoneidade de Anna Antonia, contudo somos cientes de que a versão oficial pode ter sido forjada e que a chegada de uma educanda à posição de diretora pode ter gerado indignação numa sociedade marcada pela desigualdade e pela hierarquia. Desta gestão, temos o único registro fotográfico em que algumas das personagens desta tese foram retratadas. No ano de 1862, o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo fez um retrato das educandas do *Seminário*.

Figura 66: “Educandas do Seminário da Glória (hoje externato S. José) (Rua da Glória)¹⁷¹”. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862

Fonte: Museu Paulista. Acervo, Iconografia. Coleção Militão Augusto de Azevedo. Nº de identificação: 1-16550-0040-0043¹⁷²

Eram mais de 40 educandas vestidas quase todas de branco¹⁷³, com variadas idades. As mais novas posicionaram-se à esquerda da foto. Três adultas, possivelmente a diretora Bernardina Eufrosina Pereira e as professoras (de primeiras letras e prendas) – Anna Antonia da Costa Guimarães e Alzira Augusta Pereira – posaram¹⁷⁴ com as meninas na área externa ao orfanato, um terreno irregular com vegetação. A mulher mais velha – ao centro da imagem com a menor das meninas à sua frente – provavelmente era a diretora Bernardina; a identidade das outras duas é mais incerta. É possível que a mulher de branco do lado direito da foto fosse a professora Anna Antonia – a vestimenta branca poderia ter sido escolhida para representar que ela era uma ex educanda e a posição mais à frente, a superioridade hierárquica em relação à professora de prendas domésticas; mas também é factível que a filha da diretora e professora

¹⁷¹ Título da fotografia no Banco de Dados do Museu Paulista.

¹⁷² A fotografia é propriedade do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, que concedeu autorização estritamente para uso nesta tese. Créditos fotográficos da reprodução: Hélio Nobre/ José Rosael.

¹⁷³ É possível que as vestimentas brancas indicassem que as meninas estavam em posição de casadoiras.

¹⁷⁴ Rachel Duarte Abdala, em estudo sobre “Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)”, destaca o caráter solene do momento do retrato, “um momento organizado, orquestrado, montado, no qual estão todos envolvidos com a ação, esperando as orientações do fotógrafo. A ansiedade, a dificuldade de permanência no lugar certo e na pose adequada são elementos presentes como parte constitutiva do registro fotográfico (ABDALA, 2013, p. 182). A realização da fotografia no espaço externo certamente se relacionou com as limitações técnicas em relação à luz nos primórdios da técnica fotográfica que também exigiam um tempo de imobilidade para o registro. Contudo, devido ao excesso de claridade, a cor branca dos vestidos tornou-se uma área clara em que os detalhes não foram capturados.

de prendas, Alzira Augusta Pereira, estivesse sentada mais próxima à sua mãe. Ambas, Anna Antonia e Alzira, foram introduzidas ao universo da cultura letrada por Benedita da Trindade do Lado de Cristo; a primeira nas aulas que a mestra lecionou voluntariamente no *Seminário* e a segunda como sua aluna regular entre 1846 e 1848 (pelo menos). O registro permite observar elementos que compunham a materialidade da vida dessas meninas e mulheres: a simplicidade da construção e o entorno rude, as vestimentas “domingueiras” para o momento especial da fotografia e as posturas dos corpos adequadas à ocasião.

Em 1866, todo o quadro do *Seminário* foi renovado e Anna Antonia retornou à Santa Ifigênia – desta vez numa 2ª cadeira, mantendo-se Fortunata Calidora na primeira. Neste episódio, destacamos a ascensão alcançada por uma menina que ingressou por volta dos 9 anos de idade no orfanato, avançou para a posição de educanda voluntária, depois professora pública de primeiras letras (numa Freguesia da Capital) e examinadora em prendas domésticas; a seguir, tornou-se professora do *Seminário* negociando uma gratificação suplementar ao seu ordenado, chegando ao cargo mais elevado na hierarquia de poder do *Seminário de Educandas* por um brevíssimo período. A narrativa da trajetória da condição de menina orfã à de Diretora do *Seminário de Educandas* é exemplo de um caminho de agência feminina no magistério paulista. O pertencimento, a experiência, a formação e os direitos conquistados no *Seminário de Educandas* constituíram uma ambiência favorável ao ingresso no magistério público paulista e Anna Antonia da Costa Guimarães foi astuta para dar golpes furtivos (CERTEAU, 1994) e galgar uma profissão que garantisse seu sustento e, também, a conquista de lugares de poder. Outras meninas tiveram trajetórias semelhantes no que se refere à experiência como educandas e ao ingresso no magistério público feminino, como veremos no item a seguir.

3.3.3 De educandas do *Seminário* a professoras de primeiras letras

Outro instituto [...] é o seminário de Educandas de Acu, para meninas [...]. Informaram-me que as alunas são ali preparadas para o magistério ou para trabalhos domésticos, e que não podem permanecer ali, segundo o regulamento mais recente, passados os vinte e cinco anos de idade. É curioso notar que as meninas educadas para os trabalhos domésticos dificilmente encontram emprego adequado, por causa do arraigado costume de famílias predominantes de São Paulo de se fazerem servir unicamente por escravos. No que concerne às futuras professoras para o ensino primário, as exigências são ainda mais primitivas e contrárias a qualquer razão ponderada. Num relatório do inspetor do ensino público, de 1857, lê-se a respeito de seis meninas, de 17 a 28 anos: “Podem ler com dificuldade cousas impressas ou escritas, sabem de cor as principais orações, sabem as quatro operações com imperfeição, e conhecem alguns trabalhos manuais”. Mas o inspetor propunha mandalas para o interior, argumentando que era preferível utilizar os serviços de professoras ainda que imperfeitas, do que não haver escolas, e que a prática do ensino faria delas,

no decorrer de alguns anos, boas educadoras. A falta de um corpo docente no instituto explica em parte a deficiência nos resultados obtidos (TSCHUDI, 1980, p. 210-211, grifos nossos).

O viajante suíço J. J. Tschudi esteve em São Paulo em 1860, como informamos no capítulo 1 e, apesar de não ter visitado pessoalmente o *Seminário de Educandas*, reuniu algumas informações e consultou o relatório da Instrução Pública de 1857 para descrevê-lo. Deste, ele transcreveu alguns trechos, destacando os dois destinos previstos para as educandas: o trabalho doméstico e o professorado. Os movimentos do sujeitos no governo provincial, insistindo no encaminhamento das orfãs ao magistério público e das próprias internas buscando o ofício, teve, como resultado, um grupo de egressas do *Seminário* que se tornou professoras de primeiras letras.

Wanda Borges interpreta o *Seminário* como a “instituição, que, indiretamente, d[eu] os primeiros passos para conduzir a mulher a um trabalho fora do lar” (BORGES, 1973, p. 21) e considerou que, no XIX, “ser mestre de primeiras letras era a única alternativa que se apresentava a mulher alfabetizada, solteira, sem terras para gerir, e à procura de um meio de vida decente” (BORGES, 1973, p. 88), considerando o asilo a “primeira escola pública paulistana, de caráter leigo, nascida especificamente para acolher crianças do sexo feminino” (BORGES, 1973, p. 89). A caracterização permite identificar os preconceitos da pesquisadora em relação a outros trabalhos femininos e dá dimensão do lugar de primazia que a instituição ocupa na história da educação feminina paulista. A autora informa que 46 internas foram encaminhadas para o magistério entre 1852 e 1870 (BORGES, 1980, p. 67). Em nossa pesquisa, elaboramos um quadro que contém as educandas que se tornaram professoras entre 1852 e 1860, para o qual consultamos os relatórios das diretoras do *Seminário*, do Inspetor Geral da Instrução Pública e dos Presidentes de Província; os atos oficiais publicados nos periódicos e livros de controle de carreira de professoras:

Quadro 9: Meninas do Seminário de Educandas que se tornaram professoras públicas (1851-1860)

Nome da educanda	Cor	Nasc.	Ingresso <i>Seminário</i>	Tempo Sem.	Idade Prov*.	Cadeira	Provimento
1. Escolástica Maria de Jesus	Branca	1824	02/11/1829	22	27	Jundiahy	30/05/1851
2. Gabriela Maria de Jesus	Branca	1830	02/06/1838	14	22	Santos	31/01/1852
3. Maria Joaquina	Branca	1829	04/04/1827	21	23	Pirapora	02/1852
4. Antonia Carolina dos Anjos	Branca	1828	25/10/1835	17	24	Limeira	31/01/1852
5. Josefina Catalã d'Escobar	Branca	1825	19/04/1839	13	27	São José do Parahiba	07/07/1852
6. Anna Antonia da Costa Guimarães	Branca	1821	02/11/1829	24	32	Sta Iphigenia/ <i>Seminário</i>	26/01/1853
7. Maria do Carmo Maciel	Branca	1829	01/12/1837	23	29	Nazareth/ Piedade	1857/1860
8. Maria das Dores de Oliveira	Branca	1837	16/10/1846	12	21	Cotia/Una	11/09/1858
9. Rosa Josefa de Oliveira (de Jesus)	Branca	1835	16/10/1846	12	23	Cotia/Una (?)	1858
10. Fortunata Calidora do Prado	Branca	1820	31/12/1830	29	39	Sta Iphigêna	11/02/1859
11. Gertrudes Maria do Espírito Santo	Branca	1838	03/11/1844	16	22	São José do Parahitinga	1860
12. Maria do Carmo Camargo	Parda	1835	24/12/1845	15	25	Amparo	1860
13. Romana Vicência da Costa	Não informado	1838	16/11/1856	5	24	Iguape	1861
14. Maria Francisca de Paula	Não informado	1841	24/04/1846	5	21	São João da Boa Vista	1861

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações coletadas nas "Relações de Educandas" anexas aos Relatórios de diretoras do *Seminário*, de inspetores da Instrução Pública e Presidentes de Província entre 1825 e 1860 e (RODRIGUES, 1962, P. 130).

* Os anos de nascimento foram calculados aproximadamente, considerando-se as idades constantes nas listas

Embora a ideia de encaminhar as educandas adultas para o magistério e a lei que criou legalmente a Escola Normal fosse de 1847, os primeiros provimentos só se efetivaram a partir de 1851 com a justificativa de que as candidatas precisavam se habilitar em gramática da língua portuguesa. Entre 1851 e 1861, identificamos 14 egressas providas em cadeiras públicas de primeiras letras. Das 11, duas foram para cadeiras na cidade de São Paulo e 12 para outras

localidades. As duas que ficaram em São Paulo eram as educandas mais velhas da casa e aguardaram a criação de cadeiras na capital para deixarem o *Seminário*.

Uma delas foi Anna Antonia da Costa Guimarães, que já mencionamos. Em 1852, Diogo de Mendonça insistiu na nomeação da “educanda mais idosa” (Relatório da Instrução Pública, 1852, p. 13) para vice-diretora e professora da instituição. Ele informou que a diretora, apesar de estar incumbida da instrução, tinha muitos serviços na casa e, assim, a instrução ficava comprometida. Relatou ainda que a diretora contava com “o concurso voluntário de uma educanda [...] que a coadjuva às vezes em todas as atribuições” e propôs a oficialização do arranjo com a contratação da mesma, pois considerava que este “facto” deveria ser tratado no âmbito do “direito” para que não “desaparecesse”. A educanda era Anna Antonia da Costa Guimarães, que tinha 33 anos de idade e era considerada “afeita á vida colegial do estabelecimento, idônea para a regência de uma cadeira, relacionada e estimada pelas suas condiscípulas, dotada de boas maneiras e excelente educação, e já experimentada por ter repetidas vezes substituído a diretora” (Relatório da Instrução Pública, 1852, p. 13). O provimento não se efetivou e, em 1853, a educanda foi provida para a cadeira de Santa Ifigênia, instalada numa sala do próprio estabelecimento – e aquela que as educandas não podiam frequentar para não se misturarem a pessoas estranhas ao orfanato. Em 1854 foi designada examinadora em prendas domésticas. Em 1854 foi designada examinadora em prendas domésticas¹⁷⁵. Em 1859, Anna Antonia foi nomeada para a cadeira específica da casa, onde ficou até 1866, ocupando, por um curto período, em 1866, o cargo de diretora e, em seguida, deixando-o e voltando para uma cadeira de primeiras letras em Santa Ifigênia. Como já destacamos, a trajetória de Anna Antonia é exemplo de astúcia e negociação de uma menina órfã até se tornar uma professora pública com bastante visibilidade no magistério público paulista.

Outra interna que ficou em São Paulo foi Fortunata Calidora do Prado. Ela ingressou no *Seminário* em 1830, com aproximadamente 10 anos, sua filiação era de “pais incógnitos” e permaneceu na instituição até 1859. Desde 1838, quando contava 19 anos, ela já se “acha[va] corrente em ler, escrever, contar, cozer, marcar, bordar, fazer puçá, e os mais usos domésticos” (Relação das Educandas que se achão neste Seminário desde Setembro de 1837 até Dezembro de 1838 por conta do Estado, APESP, OD, C00876, 11/12/1838). Vinte anos depois, após algumas colegas mais jovens já terem sido providas no magistério e aumentar a pressão para

¹⁷⁵ A designação e atuação da mestra como examinadora em prendas foi problematizada no tópico “Professoras examinadoras na Província de São Paulo”.

que as adultas deixassem o local, o jornal *O Publicador Paulistano* (03/03/1858, p.3) trouxe, entre os atos oficiais, uma resposta do Presidente da Província, “tomando em consideração” o que o inspetor havia exposto “sobre a educanda Fortunata Calidora dos Santos¹⁷⁶, que deseja[va] a cadeira de primeiras letras da freguesia da Sé, ora regida pela professora Benedita da Trindade do Lado de Cristo” (*O Publicador Paulistano*, 03/03/1858, p.3). O presidente endossou o despacho do inspetor que indeferiu o pedido e remeteu à Fortunata “uma lista das cadeiras postas a concurso, a fim de [que] escolhe[sse] a que mais lhe convie[sse]” (*O Publicador Paulistano*, 03/03/1858, p.3). Em 1858, ela tinha 38 anos, 28 deles vividos no interior do asilo, requisitou uma cadeira já ocupada pela mais antiga mestra pública da cidade, teve o seu pedido negado e não escolheu nenhuma das cadeiras da tal lista, que ficavam em outras localidades. Em 11 de fevereiro de 1859, finalmente foi nomeada para uma cadeira da Capital, substituindo Anna Antonia, em Santa Ifigênia – quando esta assumiu a cadeira do *Seminário*. Como era substituta, foi provida interinamente.

Em maio, o governo provincial determinou que a professora interina se retirasse do estabelecimento e se instalasse em outra habitação, recebendo a “consignação que costuma[va] ser fornecida as educandas quando dali sahem” (*Correio Paulistano*, 31/05/1859, p.2). Havia ocorrido a mudança na direção com a saída de Maria Leocádia do Sacramento e a entrada de Bernardina Eufrozina Pereira. Fortunata entrou pouco antes da chegada de Maria Leocádia e viveu seus quase 30 anos de asilo sob a direção dela. No relatório da Instrução Pública de 1858, o inspetor relatou a oposição que a nova diretora sofria de algumas educandas, sobretudo das mais velhas que se mostravam “indóceis” e que “movi[am] uma oposição tal que já por vezes [... a diretora havia] desejado resignar o lugar” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 41). Não temos registros sobre a efetivação de sua saída, mas, em 1860, seu nome já não constava mais na “Relação de Educandas”. No magistério público, ela apareceu nos mapas da Instrução Pública até 1865 e, no relatório da Instrução Pública de 1868, informou-se que a professora havia falecido em 1867 – seu tempo de vida após deixar a casa foi de aproximadamente 7 anos.

A trajetória de Fortunata Calidora do Prado com sua insistência em permanecer em São Paulo prolongando o máximo que pôde sua estadia no *Seminário* permite conjecturar o impacto que a experiência de viver recolhida impingiu às vidas destas mulheres. Maria João Mogarro (2010) e Maria Alícia Martinez (2010) refletiram sobre ações de Portugal e do Brasil buscando “dotar cada um dos países de professores primários” (MOGARRO; MARTINEZ, 2010, p. 45)

¹⁷⁶ Algumas educandas carregaram sobrenomes como “Santos”, “de Jesus”, “do Espírito Santo” e outros que remetiam ao cristianismo e adotaram outros sobrenomes quando deixaram a casa.

criando “estabelecimentos que assegurassem uma formação especializada”. Também analisaram o corpo discente destas escolas normais, identificando a presença de egressas de “instituições de proteção a crianças e jovens em risco (asilos, orfanatos, casas de recolhimento)” (MOGARRO; MARTINEZ, 2010, p. 45), em meio a outros alunos. Mogarro e Martinez (2010, p. 47) assinalam que o “regime de internato colocava [as internas] na completa dependência da instituição”, que assegurava a sobrevivência e isolava as alunas “do mundo exterior, numa clausura que as protegia dos perigos e as colocava imersas numa comunidade reduzida e fortemente controlada” (MOGARRO; MARTINEZ, 2010, p. 51). Sair da instituição era uma grande ruptura na vida destas mulheres e é possível que, para muitas, a perspectiva de saída do local onde cresceram trouxesse insegurança e receio às mudanças, à vida solitária e ao distanciamento das pessoas que lhe eram próximas.

Estes possíveis receios foram enfrentados pelas outras 12 egressas que assumiram cadeiras públicas de primeiras letras. Elas viveram a experiência de se mudarem da Capital para o litoral ou interior da Província após um período como internas – de 5 a 22 anos. Uma das mais novas foi Maria das Dores de Oliveira, que saiu aos 21 anos, após viver mais da metade de sua vida no estabelecimento. Em março de 1858, o Presidente da Província enviou ofício ao Inspetor geral a respeito da:

educanda Maria das Dores, que ultimamente foi aprovada em exame que sofreu perante este governo para o magistério público, ainda não tem a idade marcada, convém que Vmc. lhe comunique que, tendo de ser provida a actual professora da freguesia de Santa Iphigênia na cadeira do Seminário de educandas, será mais conveniente aguardar a sua nomeação por aquela freguesia, devendo nesse caso continuar a applicar-se em seus estudos, afim de aproveitar ainda mais o seu talento. No caso porém de lhe ser prejudicial essa demora deverá Vmc. remeter-lhe uma lista das vagas, afim de escolher a que lhe for conveniente. (*O Publicador Paulistano*, 03/03/1858, p.3).

O ofício põe em evidência as tramas entre os sujeitos. Quando o Presidente sugeriu que a talentosa Maria das Dores aguardasse para ser provida em Santa Ifigênia na cadeira em que sua colega Anna Antonia era titular, ele indicou preferência e possíveis concorrências, já que a cadeira foi ocupada pela asilada mais velha, Fortunata Calidora (citada anteriormente), que se tornou substituta na freguesia de Santa Ifigênia. Maria das Dores optou por sair daquela comunidade e, em 11 de setembro de 1858, o presidente aprovava a proposta para sua nomeação “para o lugar de professora da cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila da Cotia, visto ter completado a idade legal, único requisito que lhe faltava para poder ser nomeada” (*Correio Paulistano*, 11/09/1858, p. 2), ordenando que a secretaria de governo expedisse as ordens necessárias para que fosse providenciada a ajuda de custo para o transporte da educanda.

Ainda em setembro foi ordenado o pagamento de 200\$000 rs de ajuda de custo para Maria das Dores (*Correio Paulistano*, 30/09/1858, p. 3). Embora estes ofícios tenham sido publicados nos periódicos, ela não chegou a iniciar exercício em Cotia e, no mapa das professoras públicas de 1861, ela constou como professora da cadeira da Vila de Una.

Ela não ingressou sozinha no asilo de órfãos. As irmãs Rosa Josefa, Maria das Dores e Theresa Rita chegaram ao *Seminário de Educandas* em outubro de 1846 com 12, 10 e 8 anos, respectivamente. Elas vieram de Santos, eram brancas, filhas de Athamasio José d'Oliveira, foram denominadas sob o sobrenome “de Jesus” enquanto permaneceram no *Seminário*, e depois adotaram o sobrenome “Oliveira” (do pai). Alguns meses antes da nomeação de Maria das Dores, em março de 1858, Rosa Josefa foi nomeada professora pública, curiosamente para as mesmas cadeiras de Cotia e, depois, para a Vila de Una. *O Publicador Paulistano* (13/03/1858, p.1) reproduziu um ofício do Presidente da Província informando que “a educanda do Seminário do Acu Roza Jozepha de Jesus, nomeada professora vitalícia da cadeira da Cutia prefere servir este emprego na de Una onde tem relações”. Atendendo ao pedido, o presidente declarou sem efeito a nomeação anterior e determinou o provimento “na cadeira da referida vila de Una”, contudo, Rosa Josefa foi listada na cadeira desta vila apenas no mapa de professoras públicas da Província de 1858. Nos mapas de 1861 e 1865, ela não apareceu e Maria das Dores foi mencionada como a professora daquela vila. Há lacunas na documentação que dificultam a compreensão do processo, mas uma hipótese possível é a de que Rosa Josefa tenha decidido deixar o magistério público e Maria das Dores foi para a Vila de Una viver próxima da irmã. A terceira irmã, Thereza Rita de Oliveira, também se tornou professora pública. Ela apareceu nos mapas de 1865 e 1866 como professora da localidade de Água Choca e, em 1880, era professora na Vila de Pilar.

A década de 1850 foi um período de engajamento do governo provincial no encaminhamento de educandas para o magistério público. Se no começo da década o movimento de pressão vinha do governo provincial, no final, algumas internas pareciam mais familiarizadas e buscavam a possibilidade, como as irmãs Oliveira.

Outra educanda foi Escolástica Maria de Jesus, ela foi interna do *Seminário de Educandas* (1830-51) e professora pública de Jundiá, de 1851 até o seu falecimento em 1870. A educanda Escolástica Maria, filha de Manoel Joaquim de Franca, tinha 7 anos em 1830-31 e foi registrada como “principiante”. Em 1840, “achava-se corrente em ler, escrever, contar, marcar, cozer, e os mais usos domésticos” (Relações nominal da Educandas que se achão n'este Seminário desde Dezembro de 1839 a Novembro de 1840, anexo ao Discurso recitado pelo

exmo presidente, Manoel Machado Nunes no dia 7 de janeiro de 1840) e seu provimento ocorreu 10 anos depois, em 1851. Em 1854, já na cadeira de Jundiaí, ela enviou um relatório informando o estado da sua aula, que algumas alunas haviam feito exames enquanto outras deixaram a escola por terem se mudado e ocorria “falta de frequência de algumas alunas [...] devido à pobreza de seus pais e outros motivos que ignor[ava] por não [a] fazerem participante”. No mesmo relatório, a própria professora informou que havia sido examinada “para reger esta cadeira perante o Exmº Governo da Província em 30 de maio de 1851” e sua aula foi aberta em Jundiaí em 16 de julho de 1851 (Relatório da professora Escolástica Maria de Jesus, APESP, IP, 24/10/1854, Jundiaí, C04923).

Em 1852, tivemos 3 educandas providas em cadeiras fora da Capital em datas bastante próximas. Em 29 de janeiro de 1852, ocorreu o concurso para a cadeira feminina de primeiras letras de Mogi das Cruzes, ao qual 4 “opositoras” concorreram, sendo que uma delas foi considerada mais habilitada, embora as demais também tenham sido consideradas “capazes”. As preteridas eram egressas do *Seminário de Educandas* e foram providas para outras cadeiras: em Pirapora, Santos e Limeira logo em seguida (31/01/1852), conforme sugeriu o inspetor em seu parecer, afirmando que “todas elas [opositoras] me parecem capazes e se tornarão mais com o exercício do magistério e com a inspeção e direção que vão ter as escolas da província” (APESP, C05073, IP, Mogi das Cruzes, 29/01/1852). As nomeações foram feitas nas margens do mesmo parecer. Embora os manuscritos oitocentistas não sejam de fácil decifração, apresentamos, na figura a seguir, o ofício de José Ignácio Silveira da Mota com o parecer sobre os exames e os despachos de nomeação nas margens:

Figura 67: Parecer do inspetor geral da IP sobre exame para cadeira de primeiras letras feminina de Mogi das Cruzes, IP, APESP, C05073, 29/01/1852

Fonte: APESP, Instrução Pública

Em expediente da Presidência da Província de 04 de fevereiro de 1852, houve a recomendação de que os respectivos delegados de Santos, Limeira e Pirapora prestassem toda a proteção às professoras de primeiras letras, “educanda[s] do seminário d’esta capital”, Gabriela Maria de Jesus, Antonia Carolina e Maria Joaquina. No relatório da Instrução Pública de 1853, constava que Gabriela era a professora pública da cadeira de Santos e tinha 40 alunas;

Antonia Carolina, em Limeira, tinha 28 alunas e Maria Joaquina era professora em Pirapora (Relatório da Instrução Pública, 1853, p.31).

Gabriela Maria de Jesus foi provida para a cadeira de Santos e permaneceu entre 1852 e 1856, demitindo-se a seu pedido. Era filha de Theodoro José Moreira e os registros do seu “adiantamento” no seminário indicam que seu aprendizado da leitura e escrita ocorreu com uma idade mais precoce do que as demais. Talvez, por isso, ela tenha sido uma das educandas mais jovens a ser provida. Destaca-se, também, o fato de ter ido para uma cadeira em outra cidade. Outro fator que chama a atenção é ter permanecido pouco tempo no magistério. Seu pedido de demissão foi publicado no jornal *Correio Paulistano* em novembro de 1856.

Antonia Carolina era filha da “falecida Gertrudes Carolina” e, como aluna, seu adiantamento estava “corrente em ler” e “escrevia sofrivelmente” (Relações nominal da Educandas que se achão n’este Seminário desde Novembro de 1841 até novembro de 1842, anexo ao Discurso recitado pelo exmo presidente José Carlos Pereira d’Almeida Torres, no dia 7 de janeiro de 1843) entre os 12 e os 17 anos. No parecer do exame, Antonia Carolina e Maria Joaquina foram consideradas “muito inferiores” (Parecer do inspetor geral da IP sobre exame para cadeira de primeiras letras feminina de Mogi das Cruzes, IP, APESP, C05073, 29/01/1852) a Gabriella Maria de Jesus e Francisca Carolina de Freitas. Antonia Carolina foi provida para Limeira, em 1852, assumiu a cadeira e estava presente na lista de professoras públicas de 1867.

No relatório da Instrução Pública de 1857, aquele citado pelo viajante J.J Tschudi, 6 educandas com idades entre 17 e 23 anos foram citadas. Elas haviam sido examinadas pelo Inspetor Geral e por uma comissão que considerou que “elas sabiam ler impresso e manuscrito, mas não correntemente como é preciso a pessoas que tem que ensinar a leitura” (Relatório da Instrução Pública, 1857, p.41) e sabiam “de cor as principais Orações da Religião, trabalhos de agulha e fazer algumas das quatro operações fundamentais de Aritmética, mas nem sempre expurgadas de erros”. No que estavam “em melhor estado” era na escrita, mais especificamente, na caligrafia, pois escreviam de modo “inteligível”. Em “ortografia e pontuação”, encontravam-se consideravelmente atrasadas. Assim, inspetor e comissão concluíram que “nenhuma estava em estado de sofrer exame e tomar a regência de uma escola” (Relatório da Instrução Pública, 1857, p.41). Mesmo após a avaliação negativa, sugeriram que não haveria nenhum mal em entregar as cadeiras vagas por “provimento por contrato”. Eles consideravam que, “com o decorrer do tempo e a aplicação que requer o ensino”, elas se tornariam “boas professoras”. A conclusão tomava como referência outras professoras contratadas da Província que “não reun[iam] maiores habilitações” e, todavia, não eram exoneradas, “visto ser preferível este

sistema a não haver nas povoações escola alguma”. Terminavam ponderando que, se a inspetoria pública fosse “exigente pelo que respeita a capacidade intelectual”, um grande número de localidades ficaria sem escola (Relatório da Instrução Pública, 1857, p.41, grifos nossos).

Os apontamentos da comissão não cessaram por aí. Conhecendo bem a legislação e as condições materiais para a manutenção de uma escola, os governantes anteciparam três “obstáculos” para o provimento por contrato. O primeiro se referia aos salários, que seriam insuficientes para a instalação da residência e montagem da escola, uma vez que as professoras contratadas recebiam 2/3 dos ordenados. Outro era o risco da perda das cadeiras, pois, legalmente, as cadeiras vagas eram postas a concurso duas vezes por ano e existia a chance de uma opositora aparecer e ser aprovada. O último problema era a exigência de realização de concurso na capital para a “efetividade” no cargo. Assim, a comissão lembrava à “Sua Excelência, o Presidente da Província”, que ele era “amplamente autorizado a reformar a Instrução Pública” (Relatório da Instrução Pública, 1857, p.42) e poderia decretar que, mesmo enquanto contratadas, as educandas recebessem os salários integrais; que os exames para as cadeiras que ocupassem fossem suspensos e que, no futuro, quando fossem prestá-los, estes fossem realizados nas localidades, pois seria “injustiça” obrigá-las a ir até a capital.

Em 1860, das 88 cadeiras existentes na Província de São Paulo, 09 eram ocupadas por egressas do *Seminário de Educandas*, lembrando que Gabriela Maria de Jesus pediu demissão em 1856 e Rosa Josefa de Oliveira só foi listada no ano de 1858. A quantidade de educandas no magistério equivale a pouco mais de 10% do total de professoras públicas. A formação em primeiras letras do *Seminário de Educandas* era objeto de muitas críticas dos deputados provinciais nas décadas de 1850-60. Para J. J. Tschudi (1980, p. 211), as exigências “às futuras professoras para o ensino primário” foram consideradas “primitivas e contrárias a qualquer razão ponderada” (TSCHUDI, 1980, p. 211). Em análise de Maria João Mogarro e Sílvia Alicia Martínez (2010), entre as meninas da Escola Normal do Calvário (Lisboa-1866-1881) que haviam sido asiladas, “apesar da condição de pobreza, destacam-se casos em que [...] superam os constrangimentos e atingem níveis elevados de desempenho” (MOGARRO; MARTÍNEZ, 2010, p. 46).

O objetivo não é contrapor um cenário europeu com melhores condições a uma precariedade da instrução pública feminina paulista, tampouco negar a precariedade do contexto paulista do XIX. A narrativa sobre as educandas que se tornaram professoras permite a compreensão de que, na Província de São Paulo, o cenário era outro. Não havia Escola Normal

aberta à população feminina até 1875, contudo houve uma ampliação das escolas públicas entre a primeira e a segunda metade do século. Conforme destacamos no capítulo 2, havia 5 cadeiras públicas femininas de primeiras letras em 1828; 9 em 1838; 57 em 1848; 82 em 1858; 111 em 1868 e 242 em 1878! Esta narrativa busca evidenciar que o magistério feminino paulista entre as décadas de 1820 e 1860 não se pautou em elevada exigência intelectual para o ingresso. Muitas mestras não tinham condições de serem aprovadas em exames, não liam tão bem, cometiam muitos erros e “com o decorrer do tempo e a aplicação que requer o ensino” Relatório da Instrução Pública, 1857, p.41) poderiam ou não se tornar “boas professoras”; aliás, acreditamos que muitas tenham sido realmente sofríveis, para usar um termo oitocentista. Outras se destacaram, foram publicamente elogiadas e tiveram suas aulas bem frequentadas. Talvez o que pesasse mais fosse dominar as prendas domésticas, numa sociedade em que as meninas não precisavam ter domínio pleno da leitura e escrita e, por isso, não “haveria nenhum mal”. As ex educandas também poderiam se empenhar na aprendizagem da docência, ainda que de forma imperfeita, visto que a outra opção que teriam poderia ser um casamento não desejado. Aprender a docência seria uma questão de sobrevivência, questão de liberdade. Assim, embora não atingisse maciçamente a população, o processo de escolarização se efetivava, impactava socialmente. As meninas e mulheres mobilizavam os repertórios possíveis naquele cenário e o *Seminário de Educandas* foi um dos espaços que tornou acessível a aquisição destes saberes a uma parcela da população feminina.

Consideramos que o emprego de professor de primeiras letras representava uma condição social privilegiada no interior de uma ordem escravista (NASCIMENTO, 2011), em uma nação que se constituía e demandava letrados para suas instituições, a despeito das constantes e legítimas referências aos baixos ordenados no período, sobretudo para a população feminina que tinha um espectro mais limitado de opções de inserção no mercado de trabalho.

O critério de cor parece ter sido levado em consideração para a seleção das meninas que ingressavam no Seminário. Conforme registramos no quadro 9, Maria do Carmo Camargo foi a única registrada como parda. Assim, entre as egressas do *Seminário* que se destinaram para o magistério, mais de 85% foram identificadas brancas. No próximo item, problematizamos o pertencimento racial de asiladas e serventes do *Seminário de Educandas*.

3.3.4 Educandas e serventes: critérios de cor no ingresso ao Seminário de Educandas

O olhar estrangeiro de Tschudi (1980) logo percebeu que num país escravista, onde o trabalho doméstico era majoritariamente realizado por mão de obra escravizada – de ambos os sexos, mas sobretudo feminina – dificilmente as educandas encontrariam “emprego adequado” nas casas. A compreensão do que seria “adequado” passava pelo tratamento abusivo que perpassava as relações entre senhores e escravos, tratamento que tornava “ultrajante” cogitar esta opção na visão do inspetor geral da Instrução e de outros deputados provinciais que eram contrários à proposta.

Em 1852, o inspetor geral Diogo de Mendonça apontava que: "Esta última [servidão doméstica] repugna tanto as minhas ideias e aos nossos hábitos, criado pela existência da escravidão, que peço licença para deixa-la de parte" (Relatório do Inspetor Geral da IP, 1852 anexo ao Discurso do Pres. da Prov. – 01/04/1852). Contrapondo-se à visão do Inspetor, o deputado R. de Andrada defendeu a proposta de que as educandas que não tivessem habilidade para o magistério se tornassem criadas graves. Para ele, “todos os trabalhos [eram] decorosos, quando desempenhados com honra e honestidade” (*Correio Paulistano*, 10/04/1856, p.1) e “as pessoas pertencentes ao sexo feminino que vão para esse seminário” lá estavam por “nasceram em uma classe inferior” e não havia mal em permanecer na mesma classe se “não lhe[s] fosse] possível elevar-se nessa classe por meios honestos e lícitos”. Destacou que não estava propondo que realizassem “esse serviço rasteiro de portas fora”, mas o trabalho como “creadas graves” tal como se tinha na Europa. Sobre a escravidão, considerava que este “obstáculo” havia sido “forte em outro tempo” e tendia a diminuir com as “medidas enérgicas” do governo brasileiro contra o “tráfico” até “aniquilar[em] completamente essa negociação ilícita e desumana” (*Correio Paulistano*, 10/04/1856, p.1).

Em análise de asilos femininos em Portugal, Maria João Mogarro (2010) e Maria Alícia Martínez (2010) destacaram:

Maioritariamente femininos, estes asilos insistiam na execução de tarefas domésticas pelas alunas e no desenvolvimento de competências para bordar e costurar. [...] Preparavam-se os alunos para a vida futura no mundo exterior, havendo uma preocupação pelo destino que seguiriam. No caso das raparigas, geralmente criadas domésticas, costureiras e bordadeiras, as que se tinham salientado nos estudos aspiravam ao exercício de funções educativas. (MOGARRO; MARTÍNEZ, 2010, p. 46).

Como outras iniciativas oitocentistas, o orfanato tinha matriz em práticas e ideias liberais e filantrópicas europeias e, ao ser concretizado no Brasil, a escravidão gerava contradições difíceis de lidar. O aprendizado de serviços domésticos envolvia possibilidades de trabalho remunerado para mulheres e estava relacionado com as conformações sociais, raciais

e de gênero hegemônicas da sociedade paulista oitocentista, em que havia exploração do trabalho escravo nos serviços domésticos.

Nas “Relações de Educandas” do *Seminário*, registrou-se, entre 1843 e 1851¹⁷⁷, a cor das internas e a maioria era branca, com uma minoria parda e nenhuma preta. Entre 1843 e 1845, apenas Candida Josefa Maria da Glória, filha do falecido Francisco de Paula Brandão, foi identificada como parda; ela ingressou em 1835, contando 8 anos, e permaneceu até 1849, quando saiu para se casar com Antonio Rodrigues do Amaral (*O publicador paulistano*, 26/08/1857, p.1). Em 1846, ingressaram mais duas pardas, elas eram irmãs e filhas de Justina Maria do Espírito Santo, chamavam-se Francisca Ermelinda de Camargo e Florencia de Camargo e tinham 13 e 16 anos, respectivamente. Na lista de 1858, apenas Francisca apareceu, com a idade de 23 anos de idade. Não foi possível rastrear o destino destas educandas. Dentre as pensionistas, todas eram brancas entre 1843 e 1851. Em 1857, não houve registro da cor, e apareceu uma coluna para a categoria “condição” e todas foram anotadas como “livres”.

O critério de cor parece ter sido utilizado para a “seleção” das ingressantes no *Seminário* com preferência para as brancas, concessão a poucas meninas pardas e interdição às pretas. Outro aspecto a ser considerado é que:

A declaração raça/cor nos documentos do passado brasileiro é bastante imprecisa. Ela expressa muito mais uma escala social do que uma origem racial, com a cor branca sendo o referencial superior da escala. Em outras palavras, a declaração da cor era muitas vezes influenciada pela posição social do indivíduo (BOTELHO, 2004, p.8).

Nesta perspectiva, o próprio ingresso no *Seminário* poderia representar uma “elevação” social para as meninas órfãs e pobres que o acessavam, em relação ao universo da pobreza social que permeava a sociedade paulista. Marcus Vinicius Fonseca destaca “casos em que alunos figuram como crioulos nas listas nominativas e pardos na documentação das escolas” interpretando-os como “indicativo de que a escola era um dos espaços utilizados como elemento que conferia status no jogo de definição e qualificação da população negra” (FONSECA, 2009, p. 216). É possível que o mesmo procedimento tenha ocorrido no asilo de órfãs paulista. Nas duas possibilidades, embora os critérios de raça não constassem nos regulamentos, eles foram depreendidos pela análise das listas de asiladas, indicando que o internato não era um destino recorrente para descendentes diretos de escravos (RIZZINI, 2012). Se entre as educandas eram raros os registros que remetessem à negritude, há indícios de que algumas meninas que tinham uma identidade mais próxima à África e/ou à escravidão foram incorporadas como serventes

¹⁷⁷ Não localizamos as “Relações de Educandas” entre os anos de 1852 e 1856.

da instituição. Entre 1847 e 1851, a diretora Maria Leocádia do Sacramento incorporou informações sobre as serventes do estabelecimento e Bernardina Eufrosina Pereira fez o mesmo em 1859. O quadro abaixo apresenta estas informações:

Quadro 10: Serventes do Seminário de Educandas (1847-51, 1859 e 1867)

Ano	Serventes
1847	Maria, Moçambique; Maria, Cassange; Miquelina, africana; João, crioulo; Benedita, crioula e as agregadas Rita, parda, e <u>sua filha Luiza</u>
1848	Maria, Moçambique; Maria, Cassange; Miquelina, africana; João, crioulo; Benedita, crioula
1850	Maria, Moçambique; Maria, Cassange; Miquelina, africana (paralítica); João, crioulo; Benedita, crioula
1851	Maria, Moçambique; Maria, Cassange; Miquelina, africana (paralítica); Benedita, crioula; Maria, Monjola; Victoria, conga; Joaquina, conga; Agostinha, conga. “ <u>Esta quatro ultimas de idade de 14 annos mais ou menos. Falta o João crioulo, que anda fugido</u> ”
1859	Africanas livres que servem no Seminário Cecília e <u>3 filhos</u> ; Carolina e <u>1 filha</u> ; Maria; Euviges, Joaquina e <u>1 filha</u> e <u>Domingas, da Sra Anna A. C. G.</u>
1867	Elgilia, filha de mãe preta.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações das “Relações de Educandas” de 1847, 1848, 1850, 1851 e 1859 (grifos nossos) e (Correio Paulistano, 19/12/1867, p. 3)

Todos os serventes apresentavam algum termo, em sua identificação, que remetia à África – como “Moçambique”, “Cassange”, “africana”, “Monjola”, “conga” – ou à designações e cores que denotavam pertencimento à população negra – “crioula(o)” e “parda”. De acordo com Surya A.P. Barros (2017, p. 102), “*Crioulo* ou *crioula* designavam o nascimento no Brasil, diferente daqueles que eram indicados por sua origem africana” e pardo era “o termo mais frequente que denunciava a origem negra e, ao mesmo tempo, indicava miscigenação ou contato com a cultura branca” (BARROS, 2017, p. 112). Entre as mulheres contratadas como serventes, algumas tinham filhos que provavelmente também trabalhavam na casa. Em 13 de janeiro de 1862, a diretora “comunicou o falecimento do menor Vicente, filho da africana Cecília, empregada no Seminário de Educandos em São Paulo” (Ofício de Bernardina Eufrosina Pereira, APESP, OD, 13/01/1862, C0920). Além das serventes com filhos, havia também as serventes com menos de 15 anos. Em 1851, a diretora informou que “Maria, Monjola; Victoria, conga; Joaquina, conga; Agostinha, conga” (Relação Nominal das educandas que se achão neste Seminário desde 1 de janeiro de 1850 até 3 de janeiro de 1851, anexo ao Discurso do pres. Vicente Pires da Motta, 15/02/1851) tinham “idade de 14 annos mais ou menos” e houve o caso de Elgilia (1867), já narrado, empregada como servente pela diretora Maria Candida da Conceição Moreira.

Ou seja, meninas negras de 14 anos ou menos não estavam entre as educandas, mas foram admitidas como serventes, evidenciando que a questão do trabalho infantil, no XIX escravizado, complexifica a história da educação e do acesso à escolarização. A exploração do trabalho infantil da população não branca a afastava da escola mas não significa que esta população não tenha buscado e ingressado em escolas. No caso específico do asilo de órfãs paulistas, Ana Flavia Magalhães Pinto (2014) – em tese de doutorado sobre “Experiências de homens negros, livres, letrados e atuantes na imprensa e no cenário político-cultural das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, tais como “Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio” (PINTO, 2014, p. 1), entre outros – apontou a ação em busca de “possibilidades de atuação político-cotidiana de indivíduos oriundos de estratos sociais não abastados” (PINTO, 2014, 65-66). Segundo ela, uma destas ações foi realizada por Luiz Gama quando ele defendeu, junto ao inspetor geral da instrução pública, em 1867, “a admissão da menor Maria de Jesus Arouche no Seminário de Educandas, instituição destinada a acolher filhas de militares pobres, meninas órfãs ou expostas da Casa de Misericórdia, que, por meio desse recurso, tinham alguma chance de se tornar professoras de primeiras letras” (PINTO, 2014, p. 66). A autora não apresentou fontes que indicassem que a menor protegida por Luiz Gama fosse negra e não localizamos outras informações, tampouco outros casos como este que mencionou Ana Flavia M. Pinto, mas consideramos a hipótese bastante possível e mostra que “práticas clientelistas e assistencialistas que envolviam as relações entre o público e o privado na sociedade brasileira” (RIZZINI, 2012, p. 19) também foram mobilizadas em prol de ideais progressistas.

Problematizamos a questão racial por meio da cor e outras designações entre as meninas admitidas no *Seminário* e constatamos que, entre as educandas, a população negra feminina foi quase totalmente excluída do acesso ao asilo de órfãs. Em contrapartida, entre as serventes, encontramos meninas de origem negra. Se o critério oficial de ingresso era ser órfã e preferencialmente filha de militares, “fatores como cor, grupo étnico e os favorecimentos que alimentavam as relações clientelistas costumavam estar condicionados à articulação entre a prática institucional e a administração provincial” (RIZZINI, 2012, p. 13) na seleção de quem entrava e quem ficava de fora da instituição.

3.4 Protagonismo docente na transmissão do magistério

La historia de la escuela es una historia de estas recepciones, acomodaciones, traducciones, apropiaciones, rechazos, resistencias, fusiones, metamorfoses... Y la

historia de la profesión docente es también la historia de como los actores reales de la enseñanza, excluídos como señalamos al principio de los juegos de verdade que impuso el positivismo – en lo político –, han ido construyendo empíricamente um arte com el que legitimar, desde la própria pratica, su protagonismo social y cultural (ESCOLANO BENITO, 2011, p. 24-25).

Para finalizar este capítulo sobre a transmissão do magistério entre a população feminina na Província de São Paulo, valemo-nos da noção de “protagonismo docente” mobilizada por Angélica Borges (2014) em estudo sobre o magistério primário na Corte Imperial. A autora se apropriou das reflexões de Escolano Benito (2011) sobre a “arte e o ofício de ensinar”, em que o espanhol problematiza a história dos atores reais do ensino na construção empírica da sua arte, realçando a dimensão empírica do ofício docente. Num dos capítulos da tese, Angélica Borges buscou:

apreender a inserção dos professores na dinâmica da cidade por meio de suas instituições sociais, culturais e políticas. O intuito deste movimento de reflexão consistiu em discutir a circulação de professores por espaços de sociabilidade, de entretenimento e de reivindicação não relacionados diretamente à escola, mas possivelmente conectados a ela, que permitiram o exercício de um protagonismo docente e constituir maneiras de se inserir na sociedade (BORGES, 2014, p. 37).

Ao acompanhar a circulação dos professores por diferentes círculos sociais, a autora os identificou em várias instituições, nas quais empreenderam ações como abaixo assinados contra a supressão de trens do subúrbio, reivindicações pelo saneamento da cidade, exerceram as funções de subdelegados de polícia, juízes de paz, participaram dos processos eleitorais e de sociedades abolicionistas. Foram diversos caminhos de inserção na sociedade nos quais o ofício docente possibilitou o exercício de um protagonismo.

Consideramos que a mestra Benedita da Trindade exerceu um protagonismo docente na transmissão do ofício entre a população feminina no magistério feminino paulista. Em janeiro de 1859, ela enviou um ofício ao inspetor geral da Instrução Pública se oferecendo para lecionar no asilo de meninas (*Correio Paulistano*, 02/02/1859). Ela ressaltou sua atuação voluntária na instrução das internas para fazer uma proposta:

Durante o tempo que minha irmã Maria Leocádia do Sacramento exerceu o emprego de diretora do seminário de educandas desta cidade, prestei-me a lecionar as educandas que quiseram dedicar-se ao Magistério Público, sendo por isso examinadas e aprovadas algumas perante Vossa Excelência. Entendi que nisto fazia um serviço público e favor as mesmas educandas, e estando hoje animada dos mesmos sentimentos ofereço-me para continuar a prestar o mesmo serviço nas horas vagas, se vossa excelência assim julgar conveniente; por que jámais me escusarei de concorrer para a educação da mocidade, e particularmente das órfãs a cargo da província.

Deus guarde a Sua Exc. São Paulo, 27 de Janeiro de 1859.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro João Joaquim Fernandes Torres, Digníssimo Presidente da Província .

Benedita da Trindade do lado de Cristo.
(Ofício de Benedita da Trindade do Lado de Cristo, APESP, OD, 27/01/1859, C04911, grifos nossos)

Se em 1856 o governo resolveu que a criação de uma Escola Normal no *Seminário* não era condizente com as condições da Província e, inclusive, alguns deputados consideraram uma instituição deste tipo muito elevada para as necessidades da instrução feminina, suprimindo a lei que previa a criação de tal escola no *Seminário de Educandas*¹⁷⁸; em 1859, a professora Benedita da Trindade relatou, ao Presidente da Província, a sua própria atuação na transmissão da docência, formando aquelas jovens orfãs que “quiseram dedicar-se ao Magistério Público” nas matérias que constituíam os exames e estas asiladas fizeram concurso e foram aprovadas, algumas delas perante o próprio Presidente da Província. Já citamos anteriormente uma situação em 1856, na qual o mesmo inspetor, Diogo de Mendonça Pinto, ao responder ao questionamento de um colega deputado na Assembleia Provincial sobre como havia educandas que coseguiam a aprovação nos exames para o magistério sem escola no *Seminário*, explica o fato mencionando justamente que a irmã da diretora e uma educanda mais velha lecionavam e auxiliavam a diretora; ele se referia a Benedita da Trindade e Anna Antonia Guimarães.

Voltando ao ofício, a mestra fez questão de registrar que considerava que, ao lecionar a estas jovens, “prestava um serviço público” e fazia um “favor” às orfãs e estes “sentimentos” a animavam a se oferecer para “continuar a prestar o mesmo serviço nas horas vagas” se o presidente considerasse conveniente. Terminava a mensagem reforçando seu compromisso com a “educação da mocidade”, sobretudo no caso das “orfãs a cargo da província”. Possivelmente, as necessidades financeiras também a moveram a tentar ocupar a cadeira criada no *Seminário*.

Vale destacar que a professora se dirigiu diretamente ao Presidente sem a mediação do Inspetor da Instrução. O Regulamento de 8 de novembro de 1851 previa que “os requerimentos e ofícios que os professores dirigi[ssem] ao inspetor geral ou ao Presidente da Província” deveriam ser transmitidos pelos inspetres de distrito (Art. 9º) e desde 1852, o Inspetor Geral devolveu vários ofícios de professores que fizeram a remessa sem a mediação, mesmo em casos que os professores enviavam a comunicação para fazer reclamações de inspetores de distrito. A mestra continuava se comunicando com o governo provincial da mesma forma como fazia

¹⁷⁸ Conforme a narrativa apresentada no item “Destino das Educandas”. Neste item, mostramos que havia governantes favoráveis à efetivação da Escola Normal no Seminário de Educandas, como era o caso do próprio inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto, mas a proposta de supressão da lei foi vitoriosa.

quando ingressou no magistério público no fim da década de 1820, reportando-se ao presidente. O Inspetor respondeu, menos de 10 dias depois, o seguinte:

O oferecimento que a professora pública desta capital fez no ofício que tenho a honra de devolver a vossa excelência e sobre o que me cumpre informar, me parece pouco refletido como passo a ponderar.

Se a professora se propõe a preencher pontualmente às funções de mestra no Seminário e na sua escola, julgo que o seu oferecimento é difícilimo senão completamente impossível de cumprir, a menos que senão entenda que ela vá ali algumas vezes lecionar a preparar uma ou outra educanda que se tenha de examinar para empregar-se no magistério, como diz em seu ofício que o fazia em outro tempo, por quanto esse trabalho é muito diverso do de satisfazer todos os deveres de professora, para o que seria mister fazer todos os dias 4 trajetos de sua residência ao seminário e do seminário voltar, a fim de haverem os devidos intervalos entre o ensino de manhã e de tarde ali, e na sua escola da Freguesia da Sé. Isto é pois sem dúvida superior as forças ainda de um homem, sendo tão distante, como é, um lugar do outro, quanto mais a de uma senhora. Além disto a escola da professora, segundo a lei, deve durar 5 horas, e a do seminário pelo menos outro tanto, sendo em ambas 2 ½ de manhã e igual tempo à tarde, e dando-se para os quatro trajetos 80 minutos (a 20 cada um) são necessárias para o ensino, e ida, e volta 11 horas e 20 minutos. Ora de Sol a Sol durante o inverno, que é o tempo das escolas não há entre nós mais de 11 horas, e assim o exercício teria de estender-se pela noite. Suporei que se deva aceitar o estudo a tais horas, mas ainda deste modo é mister ter a professora o tempo necessário para o seu descanso e refeição, e por conseguinte é claro que, como disse ela, não pensou bem naquilo a que quer se comprometer.

Julgo isto bastante para não ser aceita a proposta, e [pondero?] outras considerações como a da aptidão ou inaptidão da professora para o ministério de que quer encarregar-se, e da necessidade de uma professora que habite no Seminário para coadjuvar a Diretora, e substitui-la em suas enfermidades e impedimentos.

Apesar de ser meu parecer que a oferta não pode ser aceita penso que a professora é digna de louvor e gratidão.

Vossa excelência mandará o que for servido.

Deus guarde vossa excelência

Ilmo Exmo Senhor Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres

Presidente desta Província

(Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública, APESP, OD, 05/02/1859, C04911).

O indeferimento e argumentação explicitam que o inspetor não considerava Benedita da Trindade adequada para a cadeira do *Seminário*, opinião que já havia ficado implícita em 1858, quando ele não cogitou a mestra ao declarar que era “de indisputável utilidade tentar o provimento [de uma] professora da província que por experiência se conheça estar na classe das melhores” (Relatório da Instrução Pública, 1858, p. 46, grifos nossos). Diogo de Mendonça Pinto foi minucioso em sua resposta. Já de início deixou claro que a proposta não deveria ser aceita e, a seguir, classificou-a como “difícilima” e talvez “completamente impossível de cumprir”, levando em consideração que a mestra já era a professora efetiva da Cadeira da Sé e que, assim, tratava-se, na sua visão, de uma proposta próxima ao que, atualmente, denominamos “acúmulo de cargos”¹⁷⁹, enfatizando que a vaga aberta era de professora do *Seminário*, o que

¹⁷⁹ Algo corriqueiro no cotidiano de muitos professores e professoras atualmente, mas distante do possível para a instrução pública oitocentista.

era diferente de “ir ali algumas vezes lecionar a preparar uma ou outra educanda que se tenha de examinar para empregar-se no magistério”, como a professora dizia que fazia em outro tempo. Na ata da assembleia provincial de 1856, já citada, ele havia exposto que estava informado a respeito desta prática e neste ofício de 1859, ele atribui a informação exclusivamente a Benedita, não mencionando que sabia. A partir deste trecho, o inspetor começou a detalhar a inviabilidade concreta da proposta de Benedita, atento a todas as exigências legais, com foco no tempo. A legislação¹⁸⁰ exigia que as aulas fossem lecionadas diariamente, de manhã e à tarde, e que houvesse intervalo entre elas. Com base na exigência legal, o inspetor previu que seriam necessários 4 deslocamentos diários, calculou os seus tempos, somou-os aos períodos de duração das aulas e chegou a um total de 11h 20 minutos e concluiu comentando que a duração do sol era inferior a 11h durante o período letivo, e que na suposição de se aceitar que parte da aula ocorresse à noite, ainda assim era inviável pois era indispensável que a professora tivesse seu tempo de descanso e de refeição.

Na conclusão desta argumentação, Diogo de Mendonça foi irônico considerando que era “claro que, como disse ela, não pensou bem naquilo a que quer se comprometer”. No ofício de Benedita da Trindade que tivemos acesso e transcrevemos acima, a professora não escreveu que não havia pensado bem na proposta que fazia. É possível que se trate de outro ofício ao qual não tivemos acesso, mas é bem factível que tal afirmação tenha sido feita oralmente numa conversa entre inspetor e professora, na qual ele a tenha inquirido e, em seguida, expôs, por escrito, neste ofício que remeteu ao Presidente da Província. Encaminhando-se para a conclusão do seu parecer, ele destacou que julgava necessário que a professora que assumisse a escola do *Seminário* lá habitasse para auxiliar e substituir a diretora quando fosse necessário. Encerra explicitando seu “louvor e gratidão” à mestra, a despeito de seu parecer contrário à oferta.

Este episódio é muito significativo do processo que era vivenciado pela instrução pública e representa as diferentes perspectivas em tensão. A institucionalização foi expressivamente alavancada após a entrada de Diogo de Mendonça Pinto na Inspetoria da Instrução Pública. Sob a sua diretoria, que durou 21 anos (1852-1873), a administração da Instrução foi normatizada de forma mais detalhada, a inspeção realizada e registrada mais efetivamente e a malha escolar se ampliou. Seu esforço se deu no sentido de normatizar, divulgar as leis entre o professorado e inspecionar buscando garantir o cumprimento. Ele conhecia sistemas de ensino de países europeus e buscava aplicar algumas medidas que

¹⁸⁰ Na Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846, havia dois artigos que determinavam o seguinte:

Art. 44 – [...] a duração diária dos exercícios, que não será menos de duas horas e meia de manhã, e outro tanto de tarde [...].

considerava benéficas na Província de São Paulo e também se atualizava em relação ao estado da Instrução Pública de outras províncias. O que almejamos destacar é que sua perspectiva era a da institucionalização da instrução; perspectiva que conflitava com a perspectiva na qual Benedita estava imersa. A experiência da mestra na instrução pública foi se realizando a partir das possibilidades concretas da primeira metade do século XIX. Ela ingressou no magistério público assim que a legislação permitiu, lecionou em sua escola de primeiras letras e voluntariamente na instituição dedicada à educação de meninas órfãs da cidade, pois era este um espaço possível para a atuação docente feminina, onde ela podia transmitir seus saberes e tornar a possibilidade do magistério uma realidade para aquelas meninas que o almejassem. Diferente da lógica do inspetor que previa uma escola para todas as educandas, Benedita considerava que eram algumas órfãs que se interessavam pelo ofício e, nesta lógica, as “horas vagas” seriam suficientes.

Ainda em 1859, no mês de abril, Benedita da Trindade do Lado de Cristo se aposentou e o ato oficial da Câmara da Capital foi publicado no jornal *Correio Paulistano*:

A Actual professora de primeiras letras desta cidade, que conta 32 annos de bons serviços fica aposentada com o ordenado e gratificação que actualmente percebe. – Valladão. – U. Cintra. – Andrade. – F. de Godoy. R. Silva. (*Correio Paulistano*, 29/04/1859, p.4).

Foi uma homenagem bem sutil, levando-se em conta o tempo dedicado pela primeira mestra pública da cidade ao magistério (32 anos) e se comparamos ao entusiasmo em relação ao provimento de sua sucessora, noticiado pelo jornal *O publicador Paulistano*:

Figura 68: *O Publicador Paulistano*, 24/09/1859, p.1.

Foi nomeada Professora Publica de Instrução primaria do sexo feminino da Freguesia da Sé a Illm.ª Srta. D. Agostinha Leme da Silva Prado. Muito bem recebida foi e até aplaudida a nomeação da Srta. D. Agostinha; com effeito suas habilitações e suas virtudes altamente recommendão-na; felicitamos a Freguezia da Sé por tão acertada e feliz escolha. Igualmente foram nomeadas em a mesma data a Illm.ª Srta. D. Fortunata Calidora para a Freguezia da Santa Iphigenia e a Illm. Srta. D. Anna Antonia para o Seminario de Educandas.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A aposentadoria de Benedita foi concedida em abril e, no mesmo ano, finalmente foi provida a cadeira do *Seminário de Educandas*, como já mencionamos no item sobre o “Destino das Educandas”. A jovem ex-educanda Anna Antonia de Jesus, que passou a chamar-se Anna

Antonia Costa Guimarães¹⁸¹ e lecionava na cadeira pública da cadeira de Santa Ifigênia desde 1853, foi a escolhida. Para o *Seminário*, entre a professora experiente da cadeira da Sé (e talvez considerada ultrapassada) que não ensinava prendas domésticas e a jovem, ex-educanda, que ensinava e ainda examinava as novas candidatas, a mais jovem foi eleita. Ao se aposentar, a professora Benedita da Trindade não abandonou o magistério. Após oferecer-se para lecionar no *Seminário de Educandas*, ainda em 1859, e não assumir a cadeira, ela publicou um anúncio bastante incomum no jornal *Correio Paulistano*:

Figura 69: *Correio Paulistano*, 18/08/1859, p. 4.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O anúncio sinaliza a possibilidade da permanência da mestra no magistério paulista. Ela possivelmente seguiu lecionando, na instrução de senhoras nas matérias necessárias para a realização dos exames para ingresso no magistério, ou seja, concorreu na preparação de candidatas mulheres para concursos públicos, dispondo-se a trabalhar gratuitamente para as que fossem muito pobres. Exercia assim, um protagonismo docente e disputava um espaço na formação das novas gerações do sexo feminino. Como modo de conferir legitimidade e prestígio à sua própria trajetória, ela destacou novamente que algumas ex-*educandas* (egressas do *Seminário de Educandas*), que foram suas discípulas, já haviam se tornado professoras. A aprovação das discípulas funcionava como uma espécie de aprovação da própria Benedita. Outro aspecto é que o movimento pela permanência no magistério possivelmente teve relação

¹⁸¹ Trata-se da mesma Anna Antonia mencionada anteriormente. Verificou-se que algumas meninas asiladas no *Seminário de Educandas* carregavam o sobrenome “de Jesus” durante o período em que eram educandas. Dentre elas, algumas alteraram-os ao chegarem à idade adulta.

com o perfil de mulher solteira e sem filhos, condição que pode ter sido propícia ao prolongamento da trajetória no trabalho docente.

O anúncio articulado ao ofício no qual a professora se ofereceu para a vaga do *Seminário* consituem fios bastante importantes na trama desta narrativa, pois evidenciam que o trabalho docente atendia à necessidade de subsistência da mestra – possivelmente com pagamento de aluguel e sustento de familiares e, também, o protagonismo docente da primeira mestra pública da Sé na transmissão do magistério e mostram que a história do magistério feminino e a formação de professoras têm muitas outras facetas além daquela vivenciada no interior das escolas normais, duas décadas mais tarde (HILSDORF, 2003)¹⁸², tão destacada pela historiografia. Ao mesmo tempo, o anúncio é um fio frágil, pois não localizamos, até o momento, outras fontes sobre a atuação da professora aposentada na preparação das candidatas para os concursos. Não encontramos sequer o anúncio repetido em outras edições do *Correio Paulistano* – prática que era bastante comum nos periódicos do Oitocentos. Assim, não é possível saber se ela teria continuado a prática sem anunciar em jornais, desistido da ideia ou sofrido algum tipo de constrangimento pela Inspeção da Instrução Pública.

Ficam as questões. Benedita da Trindade e suas possíveis alunas teriam tecido relações solidárias e efetivado a transmissão do magistério como uma “herança imaterial” (LEVI, 2000) entre mulheres provenientes das classes populares em meados do século XIX? É uma hipótese plausível, principalmente se inserida na trajetória de Benedita da Trindade, que se destacou pela longa permanência no magistério e pela atuação voluntária no *Seminário de Educandas*. O anúncio de uma professora aposentada se oferecendo para formar novas aspirantes, único do gênero localizado até o momento, é um vestígio de práticas engendradas pelos próprios sujeitos às margens das ações oficiais.

Nas investigações sobre o Oitocentos, principalmente naquelas sobre a história das mulheres, as questões e hipóteses sobressaem em relação a afirmações e constatações. As trajetórias das mestras Benedita da Trindade e Anna Antonia Guimarães e de outras tantas professoras paulistas constituem experiências e possibilidades diversas das personagens

¹⁸² Maria Lúcia Hilsdorf chama a atenção para o predomínio da chave interpretativa que analisa a presença de mulheres na profissão docente em correlação com a questão do ingresso delas nas escolas normais (HILSDORF, 2003) e propõe um deslocamento investigativo para outros processos históricos, “para o que vem sendo mantido à sombra da Escola Normal”. Neste estudo, a professora assinala que “a mulher professora, diretora ou proprietária de escola é uma figura recorrente da sociedade brasileira entre as décadas de 1850 e 1900”. Em São Paulo, a Escola Normal era exclusivamente masculina entre 1846, quando foi criada, até 1867, quando foi suprimida. Ela foi reaberta reformada em 1875. A seção masculina funcionava nas salas do Curso Anexo da Academia de Direito e a feminina foi inaugurada em 1876 e funcionou, justamente, no Seminário da Glória (TANURI, 2000).

trilharem caminhos no magistério feminino. Era possível tanto uma experiência que se valia das representações hegemônicas de feminilidade quanto vivências que se afastavam, relativamente, dos padrões de conduta, sendo que os diferentes caminhos possibilitavam relações diversas com os poderes locais, provincial e com a sociedade. Sem desconsiderar as lacunas, as experiências destas mulheres no magistério evidenciam o quanto elas também se valeram das possibilidades: afirmando, modificando e rompendo com os destinos mais recorrentes, dependendo do contexto.

CAPÍTULO 4 – DE MENINAS A ALUNAS DA AULA PÚBLICA DA SÉ

Buscamos construir até aqui uma narrativa sobre a história das professoras paulistas no universo da história das mulheres trabalhadoras e da sociedade paulista oitocentista, ou seja, nossa mirada para o magistério feminino de São Paulo foi construída numa perspectiva da história social (THOMPSON, 1981; THOMPSON, 1998; THOMPSON, 1987; PERROT, 1995). Entre a primeira cadeira da Sé, em 1828, e o início da década de 1860, criaram-se 88 cadeiras em 84 localidades com a circulação de 136 professoras. Em 1836, a população total¹⁸³ da Província de São Paulo era de 284.012 habitantes (MULLER, 1923), em 1854 era de 418.532 (BASSANEZI, 1998) e, em 1872, chegava a 837.534 (BRASIL, 1872). Os dados demográficos dos censos são mobilizados como parâmetros, sob os alertas acerca de suas condições de produção no século XIX e a necessária crítica às fontes estatísticas¹⁸⁴. No que se refere à dimensão quantitativa, o impacto do magistério público enquanto trabalho feminino é singelo; em 1854, as professoras representavam pouco mais de 0,014% do total da população total, 0,046% da população livre e 0,092% da população feminina livre¹⁸⁵. Embora pequena, a porcentagem de mulheres professoras públicas em meados do século XIX não é desprezível.

Os números permitem matizar a relevância do ofício entre a população feminina, mas nossa perspectiva, nesta investigação, é outra. Buscamos problematizar a invenção do magistério público enquanto um ofício possível à população feminina e os contornos que o foram delineando na Província de São Paulo oitocentista nas relações estabelecidas com a administração e com a sociedade. Uma das dimensões significativas deste ofício é a de reverberar na trajetória da população feminina que frequentou as escolas públicas – as meninas paulistas do XIX. Angélica Borges (2014), em sua tese sobre o magistério e as relações da escola com a sociedade na Corte imperial, apontou “a frequência à escola primária [como] parte do processo de inserção na cidade” (BORGES, 2014, p. 173), destacando que os saberes de:

ler, escrever e contar certamente [fizeram] diferença nas maneiras como os indivíduos se posicionavam perante os outros e as instituições com as quais deveriam lidar no

¹⁸³ Livre e escravizada.

¹⁸⁴ Valemo-nos da problematização realizada por Sandra M. Caldeira-Machado (2016) sobre as estatísticas educacionais. A autora mobiliza a análise de Jean-Louis Besson (1995), do livro “A ilusão das estatísticas”, que faz a crítica da concepção das estatísticas enquanto uma fotografia da realidade igual para todos os observadores. O autor propõe a noção de “observação estatística”, que se constitui como “imagens de síntese que representam não as situações individuais, mas a média destas situações” e é “afetada por certo grau de inexatidão cuja estimativa é incerta” (BESSON, 1995, p.29 apud CALDEIRA-MACHADO, 2016, p.57-58).

¹⁸⁵ Porcentagens calculadas a partir dos números dos mapas escolares associado aos dados da publicação “São Paulo do passado: dados demográficos 1854” (BASSANEZI, 1998).

cotidiano, bem como no exercício de suas atividades profissionais, políticas, religiosas, sociais e culturais (BORGES, 2014, p. 183).

Nesta perspectiva, o objetivo deste capítulo é problematizar questões acerca das alunas. Para fazer o movimento de aproximação ao corpo discente, circunscrevemos a análise ao caso da escola pública feminina da Sé, reduzindo a escala da análise do macro (estatísticas) para o micro da aula de Benedita da Trindade. Realizaremos quatro breves movimentos; no primeiro, analisamos 3 relatórios sobre as escolas públicas da Cidade de São Paulo de 1834-35, focando no que eles nos dizem sobre alunas, alunos e práticas escolares; a seguir, apresentamos escritas de alunas da mestra Benedita da Trindade e tecemos algumas interpretações; no terceiro movimento, traçamos um perfil das meninas que frequentaram a escola da Sé a partir da coleta, sistematização e problematização de informações das listas de alunas de 1832 a 1842 e de 1846 a 1848. Por fim, valemo-nos de um cruzamento de fontes estatísticas: os “Maços de população de 1836” do Sul da Sé e as listas de alunas de Benedita do mesmo ano e localizamos três famílias, responsáveis por 5 meninas que frequentaram a escola naquele ano. A interpretação conjunta das informações possibilitou a interpretação de pertencimentos sociais e raciais das famílias e algumas de suas inserções na cidade.

Para a elaboração deste último tópico, valemo-nos das contribuições de Marcus Vinícius Fonseca (2007). O pesquisador mobilizou a documentação censitária mineira de 1831, identificando o perfil racial das crianças que estavam nas escolas. Ele assevera que as fontes “revelaram uma presença majoritária dos negros nos espaços voltados para os processos de educação formal” (FONSECA, 2007, p. 4) na Província de Minas Gerais. Ao problematizar o uso das fontes censitárias para pesquisas em história da educação, ele assinala que o “registro de crianças que frequentavam a escola não era algo sistemático” (FONSECA, 2007, p. 83) nas listas nominativas, possivelmente em decorrência da ausência de um padrão definido para a coleta dos dados nos diferentes bairros das localidades. O autor associou a pesquisa nas listas nominativas à investigação em fontes da Instrução Pública, caracterizando, num primeiro momento, o perfil racial das escolas a partir das listas de alguns professores que informaram as cores de seus alunos e, num segundo momento, o perfil racial das escolas mineiras a partir de algumas listas nominativas de habitantes com registros de crianças nas escolas; por fim, cotejou quantitativamente os dados dos dois conjuntos documentais.

Inspirada pelo recurso metodológico mobilizado por Fonseca (2007), buscamos trabalhar com as fontes censitárias da cidade de São Paulo e da escola pública feminina da Sé do ano de 1836. Como afirmamos na Introdução, a documentação censitária paulista da segunda

metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX é considerada uma das mais completas coleções seriadas de censos nominativos existentes do mundo ocidental (MARCÍLIO, 1974). Em São Paulo, tal como em Minas Gerais, também se constatou irregularidade no registro das crianças que frequentavam a escola nos maços populacionais, havendo registros para alguns bairros e para outros não. Com o objetivo de conhecer as características das meninas que frequentavam as escolas e suas famílias, entrecruzamos os dados das listas nominativas aos das listas de alunas, buscando nominalmente as meninas e suas famílias. Dentre os maços populacionais, selecionamos o do “Sul da Sé” considerando os seguintes critérios: localização da escola e presença de registro de crianças “na escola”.

Percorremos 110 páginas do maço populacional do Sul da Sé de 1836, com o objetivo de buscar as famílias das alunas listadas pela professora Benedita da Trindade. Localizamos 5 alunas provenientes de 3 diferentes famílias que habitavam a região, uma amostragem que permite algumas interpretações. A intenção é analisar as características das famílias e sinalizar a potencialidade do entrecruzamento de fontes ao se pesquisar nominalmente discentes da documentação escolar na documentação censitária.

4.1. Alunas e alunos oitocentistas por meio da voz da inspeção da Instrução e em escritas discentes

Em 1835, uma comissão da Câmara da cidade de São Paulo remeteu, ao Presidente da Província, um conjunto de relatórios sobre o estado das aulas de primeiras letras em 1834 e 1835. O conjunto continha um ofício subscrito pelos vereadores da Câmara, um relatório específico de cada aula do município – das aulas masculinas do Largo do Palácio, Santa Ifigênia, São Bernardo e Conceição de Guarulhos – e dois relatórios da aula feminina da Sé. Além dos relatórios, este conjunto contém três escritas de alunas de Benedita da Trindade.

O objetivo deste tópico é a análise destes relatórios das aulas públicas feminina e masculina e das escritas discentes, buscando contextualizar e problematizar alguns aspectos sobre os alunos e algumas práticas escolares:

[1º relatório da aula feminina]

Satisfazendo a solicitação que por parte da Câmara Vmcê me fez de alguns esclarecimentos sobre o estado da escola de meninas de primeiras letras dessa cidade, levo a informar que a mestra da referida escola consegue algum adiantamento da mocidade que está entregue aos seus cuidados: duas vezes tenho já visitado esta escola, em uma delas observei a mesma execução prática do método de ensino e com

quanto precise de algumas correções ainda assim não deixou de produzir alguns bons resultados como vossa mercê certificará a Câmara à vista de algumas escritas que vão inclusas e tenho sempre observado também assiduidade e regularidade da mesma professora no exercício do seu Magistério.

Deus guarde por muitos V. Ex^a

São Paulo, 30 de setembro de 1834, Ilmo Joaquim José dos Santos Silva. José Ignácio Silveira da Mota.

Secretaria da Câmara de São Paulo a 16 de março de 1835

O secretario José Xavier de Azevedo Marques

(Ofício dos inspetores sobre o estado das Escolas de Primeiras Letras enviado à Câmara de Vereadores do município de São Paulo, APESP, OD, 16/03/1835, grifos nossos)

[2º relatório da escola feminina]

A escola de meninas é frequentada por 30 a 40 ordinariamente. Em escrita mostram algum adiantamento como em outra ocasião informei a vossas Mercês: os livros que se adotam nesta aula para leitura são muito impróprios: preciso é fornecer ou recomendar alguns que sejam morais, resumidos e acomodados a capacidade de tais leitores. No andamento que tem esta aula impossível é que a mestra cumpra bem a ordem de ensinar prendas para uso doméstico: acho por isso necessário que vossas Mercês representem ao excelentíssimo presidente a fim de que este (se achar útil) altere a marcha do ensino desta professora, obrigando-a a ensinar de manhã a cozer e bordar e de tarde a ler e escrever. Aliás a atenção dela não poderá ser distraída com proveito para objetos opostos nem os pais de família quererão sujeitar suas filhas e ensino tão ligeiro como agora acontece.

No momento é quanto me ocorre para informar a Vmcê. Deu guarde Vmcês por muitos anos. S. Paulo, 28 de fevereiro de 1835.

Sr Presidente e mais membros da Câmara Municipal desta Cidade. José Ignácio Silveira da Mota.

Secretaria da Câmara de São Paulo a 16 de março de 1835

O secretario José Xavier de Azevedo Marques

(Ofício dos inspetores sobre o estado das Escolas de Primeiras Letras enviado à Câmara de Vereadores do município de São Paulo, APESP, OD, 16/03/1835, grifos nossos)

O primeiro excerto, de setembro de 1834, é bastante sucinto, e termina informando que Benedita da Trindade cumpria bem suas funções no magistério, com assiduidade e regularidade, característica que parece ter sido uma marca da mestra que lecionava há pouco mais de 6 anos. Algumas correções no método prático de ensino foram consideradas necessárias, mas o inspetor não identificou os problemas, tampouco sugeriu como o método poderia ser aperfeiçoado. Não foram fornecidas informações sobre as alunas.

Já no segundo relatório¹⁸⁶, o inspetor além de sugerir a alteração da marcha do ensino da escola feminina a fim de que as prendas domésticas fossem contempladas, informou o número de alunas, reforçou que elas mostravam “algum adiantamento” na escrita e censurou os livros utilizados para leitura por considerá-los impróprios.

¹⁸⁶ Este relatório foi parcialmente transcrito no tópico “A ‘querela’ em torno do ensino das prendas” do capítulo 2.

Como veremos, há uma diferença significativa entre as descrições da aula feminina e masculina. Com o objetivo de analisar o caráter relacional de gênero, transcrevemos, a seguir, a descrição da “Aula de ensino Mútuo do Palácio” (masculina), assinada pelo inspetor José Ignácio Silveira da Mota, que também remeteu os relatórios das aulas femininas:

A Aula de ensino Mútuo do Largo do Palácio é frequentada ordinariamente por 60 meninos, ainda que o número dos matriculados exceda muito àquele. O aproveitamento deles longe de ser satisfatório, é tão pouco que deixam a escola mal sabendo ler e muito imperfeitamente escrever; quando uma longa experiência de 18 anos nos deixa ver na França e há muito mais tempo na Inglaterra, que de todos os métodos de ensino o de Lancaster é o mais rápido, e que em dois anos um menino de ordinária inteligência aprende por ele a ler escrever, e contar bem, e a desenhar. Não me atrevo em informar a Vmcês que esta falta seja devida à incapacidade do mestre: o sistema de Lancaster fragmentado como está entre nós e mesmo a falta de meios de levar a uma execução completa um sistema tão útil, mas tão pouco simples são razões que ao menos podem bem esconder a inabilidade profissional daquele, ainda quando esta aviltasse.

O método de Lancaster posto em prática como convém e como dele tem tirado felizes resultados alguns dos povos mais cultos oferece bases de educação e bases de instrução, mas nem umas, nem outra observei. Não achei bem estabelecido o encadeamento de poderes, e de procedências desde o mestre até o Discípulo menos adiantado, que aliás bem classificado serve muito para habituar a mocidade a uma suave subordinação, acostumando-se cedo a reconhecer, e respeitar aquela sucessão, e série de poderes sem a qual nenhuma sociedade pode existir.

Não achei mesmo a ordem, e uniformidade que inspira na infância o gosto, e as disposições para o desempenho de seus deveres, e para aquela regularidade de vida que constituem o homem probo, e o Cidadão útil. Mesmo a economia, e divisão exata do tempo não achei mantida de modo, que pudesse familiarizar os meninos com hábitos úteis que tão dificilmente se adquirem mais tarde. Finalmente dentre os princípios de que o sistema de Lancaster se aproveita para preparar a educação moral só vi em prática a aplicação dos castigos morais, em vez de penas corporais e arbitrárias na conformidade das Instruções mandadas observar n'estas escolas.

Mas este princípio é de todos o que deveria ser aplicado com algumas restrições. Não me aventuro a propor como meio de melhoramento a substituição dos castigos Morais pelos corporais, mas não posso deixar de comunicar a Vmcês que a geral exigência de todos os Mestres é esta, pois que eles se acham sem um meio coercitivo para conter a mocidade pela maior parte indiferente á sanção das correções morais e ao gosto das precedências: a nossa educação doméstica corrompe geralmente o brio pelo contato com escravos, e á vista dos castigos que se lhes aplica: esta mesma escola do Largo do Palácio é frequentada por alguns pretos livres, aos quais não se pode nem deve negar o ensino, mas que desdenharão e de fato desdenham de todas as correções morais a que o Mestre os condena: tudo isto concorre para se dar alguma razão á exigência dos Mestres, e mesmo para serem desculpados da desordem, e mesmo da desobediência pertinaz que observei "com pesar" em todas.

As bases de instrução em que se funda este método igualmente faltam n'esta escola. Ensina-se alguma coisa por meio da imitação e da repetição: o que são sem dúvida bases d'este sistema de ensino; mas não vi precisa e justamente assinado ao discípulo o lugar que o estado de seus conhecimentos lhe merece: a classificação desta Aula está mal instituída; d'onde se segue que o abrasamento ou adiantamento de uns retarda ou precipita n'alguns casos a marcha regular da instrução dos outros. A atenção não é eficazmente sustentada em todo tempo que durão as lições quando esta propriedade é a mais essencial e difícil n'esta idade, e a mais indispensável a qualquer pessoa. A falta de monitores é uma das causas que retarda o ensino, porque os meninos que estão em estado de o serem se despedem. Mesmo as partes do ensino estão entre si mal combinadas, e não há sistema algum por bom que seja, que posto em prática sem unidade produza bens.

Além da falta das bases do sistema, acresce que o material da casa em que se dão as lições é acanhado, e está desprovido de muitos objetos indispensáveis: quando visitei esta escola não havia nem esponjas, de modo que os meninos que ou estavam na classe de escrita na pedra, ou na de contas limpavam-as nos seus vestidos ou nas mãos, e os quadros de leitura são poucos e maus.

[...]

No momento é quanto me ocorre para informar a Vmcê. Deu guarde Vmcês por muitos anos. S. Paulo, 28 de fevereiro de 1835.

Sr Presidente e mais membros da Câmara Municipal desta Cidade. José Ignácio Silveira da Mota.

Secretaria da Câmara de São Paulo a 16 de março de 1835

O secretario José Xavier de Azevedo Marques

(Ofício dos inspetores sobre o estado das Escolas de Primeiras Letras enviado à Câmara de Vereadores do município de São Paulo, APESP, OD, 16/03/1835, grifos nossos)

Uma das diferenças é visualmente perceptível, o tamanho dos relatos. O texto sobre a aula masculina do Palácio excede em mais de cinco vezes cada um dos relatos sobre a aula feminina. Num relato tão extenso foi possível descrever muito mais. O inspetor José Ignácio Silveira da Mota informou a quantidade de alunos distinguindo frequentes e matriculados e criticou o aproveitamento dos alunos, o qual considerou insatisfatório. A seguir, discorreu sobre as vantagens do método Lancaster, atribuindo as deficiências da aula à fragmentação da forma de aplicação do método. Constatou que as relações de hierarquia entre mestre e discípulos estavam mal estabelecidas e frisou a importância de uma “suave subordinação” para o bom funcionamento da sociedade. Na mesma toada, criticou a falta de ordem e de regularidade que contribuiriam para a constituição do “homem probo” e do “cidadão útil”. Passou ao tema da educação moral, relatando que o sistema Lancaster só era seguido neste aspecto, já que o professor aplicava os castigos morais e condenava os físicos. Para o inspetor, este princípio era o que deveria ser aplicado “com restrições”; na sua argumentação, a convivência com escravos e com os castigos aplicados a esta população na educação doméstica corrompia o comportamento e tornava os meninos “indiferentes” às correções morais. Ele articula este assunto à informação de que a aula era frequentada por “alguns pretos livres” que desdenhavam dos castigos morais e que, por isso, a desordem e a desobediência observadas na aula deveriam ser desculpadas. A diante, retomou o tema do método, criticando a classificação dos alunos e suas consequências no desenvolvimento das aulas. Pontuou, ainda, detalhes práticos que exigem uma observação mais prolongada para serem verificados, como a consideração de que os alunos não sustentavam a atenção durante o tempo de duração das lições. Expôs o problema da falta de monitores, uma vez que os alunos que tinham condições para exercer a função saíam da escola, e, em meio a outras críticas, o inspetor encerrou alertando a Câmara para a falta de materiais “indispensáveis” para as lições.

O relato sobre a aula masculina é abrangente e permite a problematização de diferentes temas caros à história da escolarização oitocentista, como método, frequência dos alunos, escolarização da população não branca, castigos, cultura material. Nosso olhar está direcionado para as semelhanças e diferenças (ditas ou silenciadas) entre os relatos da aula feminina e masculina. Em relação ao método, houve a identificação do de Lancaster na aula masculina, não obstante os vários defeitos, e nenhuma indicação de sistema na aula feminina. A professora Benedita usava o método individual, apesar da previsão de utilização do ensino mútuo pela Lei Geral de 15 de Outubro de 1827¹⁸⁷. A não adoção do método na aula feminina não gerou denúncias da inspeção da Instrução, como ocorreu com as prendas domésticas, indício de que, na prática, tal exigência se voltava para as aulas masculinas, evidenciando que era socialmente mais importante, na instrução feminina, a habilidade em prendas domésticas do que um método que possibilitasse maior domínio da leitura e escrita. Os relatórios comprovam a discrepância entre a fiscalização dos métodos de ensino aplicados nas aulas feminina e masculina.

Mas o que mais os relatórios contam sobre as alunas e os alunos? No caso das primeiras, além da quantidade, uma menção indireta às discentes ocorre quando o inspetor sugere a alteração dos horários para garantir o ensino das prendas, já que os “Pais de famílias” não tolerariam o ensino ligeiro. Assim, sabemos que o inspetor considerava que as meninas que frequentavam a aula eram de “família”. Já sobre os meninos, sabemos algo muito significativo e problematizado pela historiografia recente da educação¹⁸⁸, que meninos pretos livres frequentavam a aula pública em 1835 e que o inspetor associava a desordem e a desobediência dos alunos à presença deste público, aos quais não se devia e nem se podia negar ensino¹⁸⁹, de acordo com ele. José Ignácio Silveira da Mota também remeteu o relatório sobre a aula feminina e não fez registro sobre as cores das alunas.

Para finalizar a análise dos relatórios das escolas públicas, sublinhamos a alusão aos utensílios da escola. Na aula feminina, o inspetor se referiu aos livros para leitura que considerou impróprios. Embora não tenha justificado a classificação, ele deu pistas quando sugeriu o fornecimento de livros mais “morais, resumidos e acomodados a capacidade de tais

¹⁸⁷ Como destacamos no item “2.3 Métodos de ensino nas aulas públicas femininas de primeiras letras”, previa-se o ensino mútuo nas capitais das províncias, cidades, vilas e lugares populosos, sem referência ao sexo.

¹⁸⁸ Sobre o tema ver (SILVA, 2000; BARROS, 2005, 2017; FONSECA, 2007; BARROS, 2017).

¹⁸⁹ Surya P. A e Barros narra um caso parecido em São Paulo em novembro de 1877, o professor Antonio José Rhormens relatou “uma situação desagradável para ele e para a maioria de seus alunos: certos negrinhos que por ali andão, filhos de Africanos Livres que matriculão-se mas não frequentam a escola com assiduidade, que não sendo interessados em instruir-se, só freqüentariam a escola para deixar nella os vícios de que se achão contaminados; ensinando aos outros a pratica de actos e usos de expressões abominaveis, que aprendem ahi por essas espeluncas onde vivem”. Na análise da autora, o “professor demonstra[va] aversão à presença desses alunos na escola, que só est[avam] lá porque ele não os pod[ia] proibir” (BARROS, 2005, p. 49).

leitores” e deu continuidade ao relato denunciando que as prendas domésticas não eram ensinadas na aula pública. A inadequação parecia se relacionar com a preferência por uma instrução mais simplificada para a população feminina, visto que havia uma visão negativa de uma educação mais elevada para as meninas, tal como averiguamos no capítulo 3 (no tópico “Destino das educandas”), no qual narramos a resistência à criação de uma Escola Normal feminina no *Seminário de Educandas*. Os livros mais morais possivelmente eram os mais “resumidos” e simplificados, que estariam “acomodados” à capacidade das meninas, na visão do inspetor. Na escola masculina, o inspetor não mencionou os livros adotados, mas denunciou a falta de materiais básicos, como as “esponjas” para limpeza das pedras nas quais eram feitos os exercícios de escrita ou contas, o que obrigava os alunos a limparem-na com as mãos ou em suas roupas. Para os exercícios cotidianos, meninos e meninas se valeram de pedras nas quais se iniciaram nas aventuras pelo mundo da cultura escrita. Os registros dos debuxos, letras, números, contas e palavras nas pedras eram apagados por esponjas e, na falta delas, por mãos e roupas das crianças oitocentistas. Se estas escritas ordinárias não existem mais, outras escritas permaneceram e compuseram o mesmo conjunto de relatórios enviados pela Câmara ao Presidente da Província, como veremos no próximo tópico.

4.1.1 Escritas discentes

Para provar que a escola feminina não havia deixado de produzir “alguns bons resultados”, apesar de todas as imperfeições, foram anexadas, ao primeiro relatório, “algumas escritas” de alunas. Estas continuam apenas ao conjunto resistindo à deterioração de mais de 180 anos, indiciando que aquelas meninas frequentaram aulas públicas, aprenderam a escrever e realizaram alguns exercícios escolares. Localizamos 3 escritas de alunas de Benedita da Trindade: uma de Paula Marianna de Assis, uma sem assinatura e uma de Theolinda Zeferina de Jesus.

Figura 70: Escrita da aluna Paula Marianna de Assis, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de São Paulo, 16/03/1835.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Offícios Diversos, C00871

A autora deste escrito era a menina Paula Marianna de Assis, que contava 12 anos quando escreveu estas linhas. Era natural de São Paulo, filha de um militar, o capitão Francisco de Assis Cruz, foi matriculada na aula de Benedita da Trindade no dia 03 de agosto de 1829 com aproximadamente 6 anos. Em 1832, aos 9 anos, lia, escrevia, estava em gramática e em contas de somar. No ano seguinte havia avançado para multiplicação em aritmética e, em 1834, foi considerada “corrente em ler, escrever, e contar, finalizando gramática” (“Relação das Meninas que se matriculão, n’aula pública d’esta Imperial Cidade de São Paulo”, APESP, IP, C04913, 15/11/1832). Em 1835, ano deste escrito, ela não mais constava na lista das matriculadas da aula da Sé. Paula Marianna permaneceu por mais de 5 anos na escola e encerrou sua trajetória escolar produzindo uma escrita exemplar, que compunha um conjunto de exercícios recolhidos “periodicamente [com] os melhores trabalhos dos alunos, ou

confeccionados expressamente devido à visita de um inspetor ou de qualquer outra autoridade” (GÓMEZ, 2012, p. 68).

A escrita foi selecionada para compor “os bons resultados” enviados pelo inspetor à Câmara possivelmente pela destreza e capacidade gráfica para formalizá-la com correção, de forma legível, regular, homogênea e equilibrada (MAGALHÃES, 2001, p. 101). A ocupação do espaço gráfico da página foi realizada com a disposição e alinhamento do texto à direita, embora a folha não contenha linhas. O conteúdo apresenta forte teor cristão que apela para o perdão e generosidade, condenando a cólera.

Outra escrita que compõe o conjunto é anônima e apresenta menor desenvoltura com a utilização da pena e da tinta. O texto é sucinto e é perceptível que foram desenhadas linhas ao fundo, que orientaram a escrita da aluna.

Figura 71: Escrita de aluna sem nome, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de São Paulo, 16/03/1835.

“Para se conhecer qualquer
objeto não há melhor meio
que averiguar quais são”

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Ofícios Diversos, C00871

Ela escreveu parte do alfabeto em letra cursiva maiúscula e há o acúmulo de tinta em alguns pontos das letras e pequenos borrões sinalizam menor destreza (MAGALHÃES, 2001).

A sentença copiada tem conteúdo que remete à construção empirista do conhecimento, afirmando que para se conhecer bem um objeto é preciso verificação.

O último exercício apresenta o texto mais longo, que ocupa a largura da folha de modo alinhado e com traçado sem excesso de tinta:

Figura 72: Escrita de Theolinda Zeferina de Jesus, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de São Paulo, 16/03/1835.

O interesse, ou o amor de si mesmo, que lhe é equivalente, tão inerente está à natureza humana que parece impossível podê-los separar. Tal é outro o princípio; o primeiro móvel de quase todas as nossas ações. A credulidade entre os homens faz que eles reciprocamente se enganem por meio de um exterior, que lhes ofusca o entendimento: de maneira que muitas vezes teríamos ocasião de envergonhar-nos de uma ação que nos houvesse granjeado a estima e adoração[?] dos nossos semelhantes se estes pudessem penetrar[?] os motivos porque o fizemos.

Fonte: APESP, Offícios Diversos, C00871

Na escrita, há um erro evidenciado por uma palavra repetida, interrompida antes do término, riscada – “~~de envergo~~” (8ª linha) – indício de que possivelmente o texto foi copiado e a escriba se distraiu durante o exercício. A autora foi a aluna Theolinda Zeferina de Jesus, registrada nas “Relações de alunas” de 1832 e 1833, filha de pais incógnitos, que estava “lendo, escrevendo, contas de diminuir, e em gramática” em 1833 (“Relação das Meninas que se

matriculção, n'aula pública d'esta Imperial Cidade de São Paulo", APESP, IP, C04913, 15/11/1832). O conteúdo do texto apresenta uma perspectiva diferente dos anteriores, nem explicitamente cristão, nem com questões relativas ao conhecimento; trata-se de uma reflexão moral. Ana Chrystina Mignot (2010), em análise sobre os cadernos escolares, alude à dimensão moral presente em enunciados utilizados para os exercícios de cópia e caligrafia. Pelo caráter exemplar das escritas aqui apresentadas, sobressai a regulação da instituição escolar e não há indícios de transgressão das alunas às normas instituídas.

Para realizar alguns apontamentos na problematização do aspecto relacional da dimensão de gênero, acrescentamos duas escritas produzida por alunos da escola pública masculina de primeiras letras da Vila de Santa Isabel (interior da Província de São Paulo) em 1847. Apesar de serem localidades diferentes e do intervalo de 12 anos entre as produções, o formato, a apresentação gráfica da página e os conteúdos se aproximam das escritas das meninas da aula da Sé:

Figura 73: Escrita do aluno Antonio Pinto de Assis, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de Santa Isabel, 04/12/1847.

“Uma boa educação faz ser o pequeno grande; mas vai de mais para menos mocidade malcriada; maus vícios, má criação tornam grandes em pequenos”

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Instrução Pública, C04916.

Figura 74: Escrita do aluno Ezequiel Barbosa Machado, anexa ao Relatório sobre o estado das escolas de primeiras letras de Santa Isabel, 04/12/1847.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Instrução Pública, C04916.

Os autores destas últimas escritas foram Antonio Pinto de Assis e Ezequiel Barboza Machado, alunos do professor Francisco Lourenço de Castro, da Vila de Santa Izabel. A estrutura textual apresenta um padrão que se inicia com o local e a data, passando para a cópia de uma sentença com forte dimensão moral – uma na perspectiva de que a educação enaltece e

engradece o homem e, em oposição, os maus comportamentos e vícios o tornam pequeno; e outra que censura o comportamento perdulário. Após a sentença, há a cópia do alfabeto, depois dos números (de 1 a 0) e a finalização com a assinatura do aluno.

As escritas discentes analisadas apresentam desenvoltura, clareza, equilíbrio e homogeneidade (MAGALHÃES, 2001) próprias daquelas que eram elaboradas com o objetivo de comprovar o bom andamento das escolas junto às autoridades. São escritas exemplares que não eram correntes no cotidiano escolar. No século XIX, usava-se, na escrita ordinária, as caixas de areia, pedras/ardósias ou lousas, como o inspetor evidenciou no relatório da aula masculina. Valdeniza Barra (2013), em estudo na área da história da educação sobre as lousas escolares enquanto tecnologia da escola moderna, insere estes objetos da cultura material escolar no “itinerário da produção da sala de aula como célula básica do espaço escolar moderno” (BARRA, 2013, p. 122). A autora problematiza a necessidade da instituição escolar produzir uma forma de organização do ensino e de seus utensílios básicos para o ensino e aprendizado do ler, escrever e fazer contas entre as classes populares. A autora retoma o verbete “ardósia” no dicionário de Buisson, elaborado por E. Brouard, no qual o francês contextualiza o início do uso deste material “numa época em que se queria ensinar aos pobres” (BROUARD, 1911 apud BARRA, 2013, p.122). Sublinha também a inviabilidade econômica e prática da “utilização de materiais como o papel ou a pena de ganço”¹⁹⁰ devido ao alto preço do papel, seu rápido gasto, excesso de sujeira e exigência de mesa, tinteiro, pena, régua e lápis. Para o autor, “o preparo da pena exigia habilidade e era tarefa do professor” (BROUARD, 1911 apud BARRA, 2013, p.122) enquanto a ardósia podia ser apoiada nos próprios joelhos das crianças e não sujavam suas roupas.

Outra referência à escassa utilização do papel e tinta no cotidiano das escolas primárias aparece no manual do método mútuo, traduzido do inglês para o português¹⁹¹. Nele, previa-se o “emprego de mesas de areia para os alunos iniciantes, e de lousas e papel para os mais adiantados, na execução de lições de escrita e de aritmética”. (BARRA, 2013, p. 126). Estas informações sobre as práticas usuais no ensino da escrita no XIX contextualizam as produções

¹⁹⁰ Para aprofundamento sobre a articulação entre cultura escrita, leitura e métodos de ensino, ver estudo de Anne-Marie Chartier (2016), intitulado “Os três modelos da leitura entre os séculos XVI e XXI: como as práticas sociais transformam os métodos de ensino”.

¹⁹¹ Cf Barra, 2013, p. 126, “o manual do método de ensino mútuo que foi traduzido do “original inglez” para o português por Guilherme Skinner em 1823 [...] obra intitulada Systema Britanico de Educação: sendo hum completo Tratado de melhoramentos e invenções praticadas por Josè Lancaster, tinha como finalidade a “illustração das Academias e Aulas do reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, tanto paras Meninos como para Meninas” (LANCASTER, 1823, folha de rosto).

apresentadas como extraordinárias nas rotinas de meninos e meninas das escolas de primeiras letras oitocentistas.

Por fim, gostaríamos de assinalar a questão da desigualdade no acesso à cultura escrita. Antônio Castillo Gómes (2003, p. 117) alerta para a importância de se observar “o que a escrita significou em cada período e para as diferentes classes sociais”. O autor insiste neste aspecto buscando evitar uma perspectiva excessivamente culturalista, pois considera que “a história da cultura escrita não pode escapar ao fato da desigualdade no acesso” (GÓMES, 2003, p.117). O autor também assinala a desigualdade no que concerne às relações de gênero, exemplificando com os testemunhos escritos produzidos pelas mulheres ou a elas dirigidos. Sabemos, no caso das meninas autoras, que uma delas era filha de militar e outra, de pais incógnitos. No caso da primeira, Paula Marianna de Assis, a filiação de um capitão denota uma condição social média ou elevada, devido à alta patente de seu pai. Já a condição de Theolinda Zeferina de Jesus não significa, necessariamente, que se tratava de uma órfã sem recursos financeiros. Voltaremos à questão dos “Pais incógnitos” no tópico “Alunas irmãs”.

Quanto à dimensão de gênero, é importante assinalar que as escritas aqui apresentadas são representativas de uma população que acabava de adquirir o privilégio da instrução primária. No XIX, no Império do Brasil, a educação não era direito, era um privilégio que o rei concedia às suas povoações mais populosas. Uma vez concedido o privilégio, cabia aos potentados locais decidir se e como iriam implementá-los¹⁹². São registros raros da incipiente apropriação da cultura escrita por estas personagens femininas que, na infância, iniciaram um pequeno movimento de mudança na acentuada desigualdade no acesso no que refere ao gênero, e, lentamente, participaram da alteração da estrutura social existente e da transformação da marcha das discriminações.

4.2 As meninas que se tornaram alunas na escola pública da Sé

Neste tópico, descrevemos e analisamos as características das alunas por meio da sistematização dos dados dos mapas de frequência¹⁹³ remetidos pela mestra Benedita da Trindade entre 1832 e 1842 e de 1846 a 1848. Como sinalizamos na introdução do capítulo, o

¹⁹² Este aspecto foi destacado por Adriana Maria Paulo da Silva na defesa.

¹⁹³ Exemplos destas relações foram reproduzidas no tópico “2.3 Métodos de ensino nas aulas públicas femininas de primeiras letras”, figuras 48 e 49.

objetivo é realizar um movimento de aproximação ao corpo discente numa abordagem metodológica quantitativa circunscrita à escola pública da Sé.

4.2.1 Maria vai com as outras à escola: dados gerais a partir das relações de alunas

Maria do Carmo, Maria das Dores, Maria Leopoldina, Maria Joaquina, Maria da Penha, Maria Francisca, Rosa Maria, Rita Maria, Anna Maria e mais 53 variações de nomes compostos por “Maria” denominaram as alunas da primeira escola pública da Sé entre 1832 e 1848.

Gráfico 6: Ocorrência do nome "Maria" entre as alunas da escola pública feminina da Sé.

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, C0 IP, C04913, C04914, C04916).

Mais de 1/3 das matriculadas chamavam-se Maria – 100 alunas, 82 como primeiro nome e 18 como segundo. Era um nome recorrente e com forte referência cristã, que aproximava suas experiências enquanto personagens comuns da história da escolarização paulista. Muitas destas Marias e, também, Annas, Franciscas, Joannas, Paulas, Teresas e muitas outras constituíram o corpo discente da professora Benedita da Trindade. Mas, quantas meninas se matricularam na escola pública feminina da Sé? Não foi possível realizar esta contabilidade, pois não localizamos os mapas de frequência de todos os anos e, assim, não é possível identificar que alunas se matricularam em vários anos seguidos. É possível saber que a escola teve no mínimo 34 e no máximo 61 alunas matriculadas por ano. O gráfico abaixo permite visualizar as variações na quantidade de alunas. Para os anos cujas listas não foram localizadas, trabalhamos com as informações fornecidas nos relatórios da Instrução Pública e de Presidentes de

Províncias que, quase todos os anos, apresentavam “mapas” das escolas públicas informando o local da cadeira, o nome do docente e a quantidade de alunos matriculados.

Gráfico 7: Quantidade de alunas matriculadas ano a ano (1832-1848)

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir das informações das relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, C0 IP, C04913, C04914, C04916); Mapas das escolas públicas anexos aos relatórios dos Presidentes de Província (Center of Research Libraries) e Relatórios da Instrução Pública da Instrução Pública (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital).

Considerando o total de matriculadas entre 1832 a 1842 e de 1846 a 1848, contabiliza-se 591 alunas. Contudo, muitas se matriculavam por alguns anos seguidos e a identificação das rematrículas permitiu-nos chegar a um total de 286 meninas no período¹⁹⁴. Assim, temos uma média de aproximadamente 20 ingressos por ano. É factível usar este número para projetar uma estimativa do total de alunas em 32 anos de magistério de Benedita da Trindade, que resulta em mais de 600 meninas¹⁹⁵. Nos dados da publicação “São Paulo do passado: dados demográficos 1854” (BASSANEZI, 1998), a cidade de São Paulo tinha 12.697 mulheres (livres e escravas)¹⁹⁶. Assim, conclui-se que mais de 5% do total da população feminina da cidade, em 1854, havia sido aluna de Benedita¹⁹⁷.

¹⁹⁴ A metodologia adotada para esta verificação foi a identificação das alunas por nome, filiação e data de matrícula. O recurso permitiu identificar os casos de rematrículas. Contabilizamos estes apenas uma vez.

¹⁹⁵ Reforçando, mais uma vez, que estas quantidades são mobilizadas enquanto parâmetros.

¹⁹⁶ Os dados foram apresentados no Quadro estatístico da População Província de São Paulo de 1854 (BASSANEZI; BACELLAR, 2002, p. 31-45), no qual foram contabilizadas 12.967 mulheres (livres e escravas) de todas as freguesias (Juqueri, Guarulhos, Penha, Sé, São Bernardo, Nossa Senhora do Ó, Brás, Cotia, Santa Ifigênia).

¹⁹⁷ Número que seria muito superior com recortes circunscritos às mulheres livres até 40 anos das freguesias mais próximas à escola – que representam as que teriam condições materiais concretas para frequentar à escola.

A escola da Sé era a única pública da cidade até 1853; neste ano, foi criada a cadeira de Santa Ifigênia e houve diminuição na quantidade de alunas na Sé. É provável que tenha ocorrido alguma movimentação entre as duas escolas, mas como não localizamos os mapas de frequência de Benedita da Trindade após 1848, não foi possível realizar esta verificação.

Outra questão que permanece em aberto se refere às egressas. Benedita registrou informações sobre alunas examinadas apenas em 1847, quando 6 alunas foram plenamente aprovadas perante uma comissão nomeada pelo Presidente da Província (Relação de meninas que se matriculão nesta Aula de Primeiras Letras”, p.1, prof^a Benedita da Trindade do Lado de Cristo. APESP, C04916, 18/12/1847). Nos demais mapas de frequência, não forneceu informações sobre quem deixava a escola de um ano para o outro e, conseqüentemente, não temos informações sobre as motivações das saídas.

Nos anos de 1857 e 1858, o número de alunos das escolas públicas da Província de São Paulo foram informados de forma diferente pelo Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto. Nos relatórios gerais da Instrução Pública, ele estabeleceu uma distinção entre “matriculados” e “frequentes”. Na escola feminina da Sé, foram 40 matriculadas e 31 frequentes em 1857 e, em 1858, 34 matriculados e 15 frequentes. É possível que o número esteja incorreto, se estiver correto, pode significar tanto um declínio no interesse das famílias pela aula da experiente mestra quanto uma intensificação do rigor da inspeção na contagem das frequentes.

Além dos nomes em comum, muitas alunas da aula da Sé também eram da mesma família. É bastante elevado o número de irmãs matriculadas ao longo dos anos, como podemos verificar no próximo tópico.

4.2.2 Alunas irmãs

Fernanda Moraes (2015), em dissertação sobre o processo de escolarização no município de Cotia entre 1870 e 1885, assevera que “havia grande ocorrência de irmãs estudantes ou de meninas que moravam com o mesmo responsável (tutor, parente etc.)” (MORAES, 015, p. 180). Em São Paulo, entre as décadas de 1830 e 1840, também identificamos a presença de irmãs na escola pública:

Gráfico 8: Vínculos familiares entre alunas da Escola Pública da Sé

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir das informações das relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, C0 IP, C04913, C04914, C04916).

Ir à escola na companhia das irmãs ou, ao menos, matricular concomitantemente filhas de diferentes idades foi prática comum na escola da Sé. Dos 13 anos cujos dados foram localizados, em 6 a quantidade de alunas com a mesma filiação – mesmo pai ou responsável – foi superior ao número de meninas sem irmãs e nas demais foi um pouco inferior, mas, ainda bastante alto. A matrícula conjunta de irmãs era conveniente por possibilitar que fossem juntas à escola. Também é possível que as famílias matriculassem suas várias filhas com o objetivo de serem solidárias à professora – mesmo as com 5 anos ou menos, que algumas vezes nem cursavam efetivamente. De acordo com a Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846, artigo 21 §6º, os professores cujas aulas fossem frequentadas por menos de 12 alunos seriam demitidos pelo Governo. A mesma lei previa gratificações para as aulas bem frequentadas¹⁹⁸. Ainda no que se refere à escolarização de irmãos, identificamos que alunas da escola feminina eram irmãs de alunos que frequentavam a aula pública masculina da Sé, regida pelo professor Padre Bento José Pereira. Possivelmente, a companhia de irmãos favoreceu a inserção na escola, sobretudo das meninas, pois havia limitações à circulação feminina nas ruas.

¹⁹⁸ Conforme Art. 17 da Lei nº 34, de 16 de março de 1846, “além do ordenado fixo vencerão os professores, cujas escolas forem frequentadas por mais de vinte alunos efetivamente, uma gratificação anual de quatro mil réis por cada aluno que exceder o dito número; para as escolas do sexo feminino, o número será de quinze. Os professores provisórios só perceberão três mil réis.

A filiação registrada como “pais incógnitos” foi constante nos mapas de Benedita da Trindade. Ela registrava, na categoria filiação, apenas o nome do pai, assim, a expressão “pais incógnitos” era utilizada para bastardas, órfãs de pai que viviam com mães viúvas com ou sem riquezas e, possivelmente, em outros arranjos familiares.

4.2.3 Naturalidade das alunas

Por meio dos mapas de frequência também temos acesso à origem das alunas. Quanto ao país de nascimento, a grande maioria era brasileira, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 9: Nacionalidade das meninas.

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, C0 IP, C04913, C04914, C04916).

Além do próprio Brasil, houve meninas naturais do Uruguai e da França, mas foi uma presença muito pequena, que representava menos de 5% do total. Desta maioria de brasileiras, a maior parte havia nascido na própria Província de São Paulo.

Gráfico 10: Naturalidade das meninas brasileiras (por Província)

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, C0 IP, C04913, C04914, C04916)

Das 286 meninas, 257 eram paulistas, mais de 90%. Das 17 alunas oriundas de outras províncias, a maioria (6 alunas) era proveniente de localidades que até 1853 faziam parte da 5ª Comarca da Província de São Paulo e, neste ano, emanciparam-se e constituíram a Província do Paraná, como já mencionamos. No mais, as poucas “não paulistas” eram principalmente de províncias do Sul (atuais regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste)¹⁹⁹, sobretudo do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Por fim, entre as paulistas, a grande maioria era natural da cidade de São Paulo:

¹⁹⁹ No século XIX, as expressões “províncias do Sul” e “províncias do Norte” eram utilizadas sem normatização oficial. As do Norte equivaliam às atuais regiões Norte e Nordeste (GREGÓRIO, 2012).

Gráfico 11: Naturalidade das meninas paulistas

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, IP, C04913, C04914, C04916)

De 257 alunas paulistas, 21 haviam nascido em outros municípios e se deslocado para a capital (8%). Eram localidades de relevo no cenário oitocentista, como Itu, Santos, Campinas e Jacareí e localizavam-se num raio de aproximadamente 200 km de São Paulo. Portanto, a imensa maioria das meninas da aula pública da Sé havia nascido ali por perto da escola, mais de 80% (236) nasceram na própria capital. Contudo, embora tímida, houve uma circulação de famílias de outros países, províncias e localidades que matricularam suas filhas na primeira escola pública da Província. Outra informação acessível sobre as alunas da escola da Sé entre 1830 e 1847²⁰⁰ é a idade das discentes, como veremos no próximo tópico.

4.2.4 Idades

Em 1859, foi publicado, no jornal *Correio Paulistano*, uma resposta do Presidente da Província a uma consulta do inspetor geral da Instrução que envolveu a questão da idade permitida para matrícula. O Presidente aprovava a deliberação do inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto, que não permitia a matrícula de meninas de 2 ou 3 anos de idade nas escolas, nem que se recusasse a matrícula de meninas com 15 anos de idade (*Correio Paulistano*,

²⁰⁰ Em 1848, a professora enviou uma lista que continha apenas os nomes das estudantes, sem mais informações.

02/06/1859, p. 2). A deliberação se referiu especificamente às “meninas”, ficando a questão acerca da maior recorrência de matrículas precoces nas escolas femininas. Buscando problematizar as idades de ingresso na escola da Sé, construímos alguns gráficos:

Gráfico 12: Frequência das idades de ingresso

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, IP, C04913, C04914, C04916)

Para a construção deste gráfico, usamos as datas de matrícula e as idades informadas nas listas de alunas e calculamos a idade que cada aluna tinha quando ingressou. O resultado permitiu constatar que existiram casos de meninas com 2 ou 3 anos na matrícula (ao menos na projeção), como a consulta do inspetor geral mencionou. Como sinalizamos no item sobre as irmãs, estas situações de matrículas de meninas muito pequenas podiam ser táticas acionadas pelas famílias em colaboração à docente para o aumento da quantidade de matriculadas e conquista de prestígio para a escola e, conseqüente, recebimento de gratificações. Meninas entre 2 e 4 anos somaram quase 6%; o montante mais significativo de matrículas era nas idades de 5 a 7 anos, somando-se mais de 55%; entre 8 e 10 anos, quase 27% e de 11 a 13 anos, houve um número muito pequeno de matrículas, que representou 3%. No gráfico, a categoria “Desconhecidas” refere-se às alunas sem informação sobre idade ou data de matrícula e às que apresentaram dados muito discrepantes. Era mais recorrente a matrícula de meninas com 2 a 4 anos do que entre 11 a 13 anos. A idade média das alunas na matrícula variou entre 5 e 8 anos e a média geral na matrícula foi de 7 anos. O gráfico abaixo traz uma amostragem das idades das alunas da escola em 4 diferentes anos (1832, 1836, 1842, 1846):

Gráfico 13: Variação da Frequência de idade em diferentes anos.

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, IP, C04913, C04914, C04916)

Verifica-se que não havia maiores de 13 anos na aula pública da Sé, evidência de que existiu uma interdição às meninas com idade superior nesta escola e que a deliberação²⁰¹ que proibia a recusa da matrícula de garotas com 15 anos de idade procedia. Em 1846, a aluna mais velha tinha 11 anos. Em 1836 e 1832, as mais velhas contavam 12 anos e, apenas em 1842, houve a presença de uma aluna de 13 anos. Já as meninas mais jovens eram mais numerosas. Houve presença de crianças de 4 anos em 1832, 1836 e 1842. A maior concentração era entre as idades de 6 a 9 anos, diminuindo sensivelmente após os 10 anos. A categoria “desconhecida” engloba alunas com idades não declaradas.

4.2.5 Filiação como sinônimo de paternidade na escola pública feminina da Sé

Registrar a filiação exclusivamente com o nome do pai foi uma singularidade dos mapas de frequência de Benedita da Trindade. A prática não foi adotada por outros professores do mesmo período. O Padre Bento José Pereira, por exemplo, seu colega professor da escola pública masculina da Sé, usou nomes de pais ou mães – algumas vezes, ele anotou o nome da mãe acompanhado pelo pronome de tratamento “dona”, outras sem e, alguns não apresentavam sobrenomes. Outras professoras, como Benedita Maria de Jesus, de São Sebastião, e Joaquina

²⁰¹ Citada no início do tópico (*Correio Paulistano*, 02/06/1859, p. 2).

Roza de Vasconcellos²⁰², de Sorocaba, registraram pais e mães. A primeira opção destes mestres costumava ser o nome do pai, mas foi comum o uso de nomes maternos. Já Benedita da Trindade não empregou sequer uma vez o nome de mães, informando apenas nomes de pais falecidos ou utilizando a expressão “pais incógnitos”. O fato chama a atenção e pode ser interpretado como resignação da mestra frente aos padrões de conduta de gênero hegemônicos da sociedade patriarcal oitocentista²⁰³. A própria Benedita era filha de mãe solteira e pai incógnito, como já destacamos. Além disso, não havia nenhuma lei que a obrigasse a registrar somente os nomes dos responsáveis do sexo masculino. Fica a questão: O que significa uma mulher que viveu a experiência da bastardia e foi criada pela mãe não registrar os nomes das mães? Assim sendo, as listas de alunas da escola da Sé permitiram identificar o pai e/ou o responsável das alunas, mas nenhuma mãe. Foi possível conhecer a paternidade da maioria das alunas, conforme o gráfico abaixo permite observar:

Gráfico 14: Filiação das alunas de Benedita da Trindade.

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, IP, C04913, C04914, C04916)

Em mais de 85% dos casos a paternidade foi informada, 15% foram os “pais incógnitos”. Foi usado o adjetivo “falecido” antes do nome quando foi o caso. Não houve uma preocupação sistemática da mestra em anotar as ocupações, mas para alguns, principalmente militares, ela

²⁰² Coincidentemente foram as professoras que ingressaram no mesmo concurso que Benedita da Trindade, em 1828.

²⁰³ Esta interpretação foi destacada pela professora Maria Angela Borges Salvadori e incorporada à versão revisada após a defesa.

usou insígnias relativas aos postos que ocuparam e adjetivos que remetiam a profissões consideradas de mais prestígio, como “doutor”, “cirurgião” e “desembargador”. Outro ofício registrado foi o de ferrador para o caso de “Floriano, Ferrador”, pai de Maria Angelica do Carmo, cujo nome completo era Floriano Antonio Rodrigues, mas não foi anotado por Benedita da Trindade. No gráfico abaixo, apresentamos as ocupações informadas nas listas:

Gráfico 15: Ocupação dos pais.

Fonte: Gráfico elaborado por Fabiana Gonçalves Bastos a partir dos dados coletados por Fabiana Garcia Munhoz nas relações de alunas da escola pública da Sé (1832-1848, APESP, IP, C04913, C04914, C04916)

As insígnias e os adjetivos que remetiam a profissões permitiram identificar a ocupação de pouco mais de 35% dos pais. Os militares formam o grupo com maior quantidade de registros, representando quase 30% do total, seguidos pelos doutores, que representaram quase 5%. Os demais constituem referências bastante esparsas na documentação, com apenas uma ocorrência em todas as listas consultadas – trata-se de um cirurgião, um desembargador e um ferrador. De acordo com Diana Vidal (2008), mapas de frequência constituíam uma prática escriturística, próxima à estatística, que “nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social” (VIDAL, 2008, p. 43). Neste sentido, a seletividade na identificação das

ocupações reproduz as hierarquias sociais ao realizar a distinção de figuras que ocupavam posições de poder.

4.3 Três famílias no entroncamento das fontes: as alunas dos mapas de frequência nos maços populacionais

Por fim, realizamos um primeiro ensaio na busca das personagens femininas em meio aos dados estatísticos. Ao longo da tese, a investigação sobre a experiência dos sujeitos foi uma constante. Nas estatísticas apresentadas no tópico anterior, temos uma espécie de esboço das alunas, que nos mostra uma maioria de meninas paulistanas, geralmente menores de 10 anos, muitas frequentando a escola na companhia de suas irmãs e uma parcela significativa de filhas de militares. Reajustando o foco de análise, uma última vez, voltamos a nos aproximar dos sujeitos, desta vez não mais das mestras, mas de suas alunas e famílias.

4.3.1 A família Sertório

A primeira família de alunas de Benedita da Trindade localizada no maço populacional do Sul da Sé habitava o fogo registrado sob o número 1, no Largo do Bixiga. O chefe do fogo era João Sertório, branco, italiano, solteiro, que contava 50 anos em 1836, vivia de seus negócios, tinha duas moradas de casa e sabia ler. Sua renda anual era de 2000\$000 réis. João Sertório foi proprietário de um curtume na cidade, que foi objeto de um abaixo assinado contra a sua instalação (GIORDANO, 2006, p. 179). No mesmo fogo, morava a brasileira Maria Jacinta, branca, 34 anos, que também sabia ler e escrever. Possivelmente, João e Maria Jacinta viviam em concubinato, pois após os seus nomes foram listados 7 habitantes que, pelas idades e nomes, parecem ser seus filhos.

Reproduzimos, na sequência, a página do maço populacional em que o fogo foi registrado. Dentre os 3 fogos com alunas da Sé, este apresenta o registro mais completo, informando, inclusive, que as crianças “andavam na escola”, conforme detalhe ampliado:

Figura 75: 1ª página do Maço de população do Distrito Sul da Sé (Capital), 1836, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Acervo Textual, Maços de População.

Figura 76: Detalhe do registro do Fogo da Família Sertório.

Estudan-
te
“
anda
na escola
“

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital, Acervo Textual, Maços de População.

Dois eram jovens adultos; Francisca Sertório com 19 anos e João Sertório Filho de 18 anos, que teve sua ocupação registrada como “estudante”. Ele frequentou a Academia de Direito de São Paulo e formou-se na 10ª turma em outubro de 1841²⁰⁴. Ao todo, o fogo era habitado por 17 pessoas, 10 livres e 7 escravos. Dos livres, 5 eram adultos e 5 crianças. Além dos 4 adultos livres já apresentados, o último chamava-se José Antonio d’Oliveira, era branco, cocheiro, tinha 25 anos e renda de 100\$000, provavelmente empregado da família. A presença de um cocheiro e de escravos no fogo indicam que a família tinha posses. Dos 7 escravos, todos eram pretos, sendo 5 adultos (Miguel, Candido, Luis, Felícia, e Manoella). Os homens

²⁰⁴ Cf Site da “Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo”, Disponível em: http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?q=nome&qvalue=Sert%F3rio&grad=#result_busca. Acesso em: 20 jan. 2018.

escravizados foram registrados como vendedores de fazendas e as mulheres como costureiras. As 2 crianças escravizadas chamavam-se Inocenza e Joaquim e tinham 4 e 3 anos, respectivamente.

Das 5 crianças brancas livres, havia 3 meninas que eram alunas de Benedita da Trindade em 1836; Anna Eufrosina Sertório (10 anos) foi listada de 1830 a 1837, Joanna Sertório Baptista (7 anos) apareceu entre 1834 e 1839 e Maria do Carmo (5 anos) foi registrada de 1836 a 1839, não apareceu em 1839 e 1840 e voltou a aparecer em 1842. No quadro abaixo, acompanhamos as trajetórias escolares e o aproveitamento das irmãs:

Quadro 11: Aproveitamento das alunas da família Sertório na escola pública feminina da Sé (1832-1842)

Ano Nome	1º ano escolar	2º ano escolar	3º ano escolar	4º ano escolar	5º ano escolar	6º ano escolar
Anna Eufrosina (7-12 anos)	1832* Acha-se lendo, escrevendo, e contas de somar	1833 Acha-se lendo, escrevendo, e em contas de diminuir	1834 Acha-se lendo, escrevendo, em gramática e contas de multiplicar	1835 Acha-se lendo, escrevendo, em gramática, e contas repartir	1836 Acha-se corrente em ler, escrever, contar e gramática	1837 Acha-se corrente em ler, escrever, contar, e gramática
Joanna (5-10 anos)	1834 Acha-se lendo, sílabas e princiando a escrever	1835 Acha-se lendo cartas, tabuada, e escrevendo	1836 Acha-se lendo, escrevendo, e em contas de somar	1837 Acha-se lendo, escrevendo, e em contas de somar	1838 Acha-se lendo, escrevendo, em gramática, e em contas de multiplicar	1839 Acha-se lendo, escrevendo, em gramática, e contas de repartir
Maria do Carmo (5 a 11 anos)	1836 Acha-se lendo o A, B, C, e princiando a escrever	1837 Acha-se lendo cartas, livro, e em tabuada	1838 Acha-se lendo, escrevendo, e em contas de somar	1839 Acha-se lendo, escrevendo, e em contas de diminuir	1840-1841 Não frequentou	1842 Acha-se lendo, escrevendo, em contas de diminuir

*Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações das "Relações de meninas que frequentavam a Aula Pública da Sé" (APESP, IP, C04913, C04914, C04916). * No caso de Anna Eufrosina, trata-se do 3º ano, já que foi matriculada em 1830, mas não localizamos os mapas de 1830 e 1831*

É possível observar semelhanças e diferenças na evolução da leitura, escrita e aritmética. Entre as três, apenas Anna Eufrosina, a primogênita, foi classificada como “corrente”; ela ingressou em setembro de 1830 e não temos informações de seu primeiro ano na escola. Em aritmética, as meninas aprenderam a somar, depois subtrair, multiplicar e Ana Eufrosina e Joana chegaram às contas de repartir – Maria do Carmo aprendeu a somar e subtrair. Embora Joanna e Maria do Carmo tenham iniciado os estudos aos 5 anos, a professora deixou anotações diferentes para cada uma em seus respectivos anos de ingresso; enquanto a primeira lia sílabas ao final do ano, a segunda lia o ABC, possivelmente por Joanna ter sido matriculada em junho e Maria do Carmo em setembro. Ambas liam “cartas” e estavam em tabuada no 2º ano de escola.

Nos maços populacionais, além das filhas, os filhos José e Joaquim Sertório, de 9 e 8 anos, também foram registrados com a nota “anda na escola” (Maço de população do Distrito Sul da Sé, 1836, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital). Quando os buscamos na “Relação dos Alunos matriculados que frequentam esta Aula Nacional do Ensino Mútuo da Freguesia da Sé em São Paulo”, ministrada pelo Padre Bento José Pereira, os irmãos não foram localizados.

No fogo nº 1 do Sul da Sé, chefiado por José Sertório, habitou uma família branca, proprietária de escravos com uma situação financeira privilegiada que matriculou e manteve as 3 filhas meninas em idade escolar na escola pública feminina, a única da cidade em 1836. Ana, Joanna e Maria eram filhas de um pai imigrante e mãe brasileira, tinham irmãos já adultos, um homem e uma mulher – o irmão frequentou o seletivo curso de Direito da Cidade. Tinham irmãos meninos em idade escolar. Viviam num domicílio onde também habitavam 7 pessoas negras escravizadas, cujo trabalho dos adultos – vendendo fazendas e como costureiras – era explorado por sua família e compartilhavam a infância com 2 crianças pequenas negras, também escravizadas. Na escola, permaneceram um período entre 5 e 7 anos, apropriando-se dos saberes da leitura, escrita e aritmética.

4.3.2 A família Villares

Outra aluna cuja família foi localizada no maço populacional habitava o fogo nº 37, no 12º Quarteirão (que incluía a Rua da Esperança e parte da Rua Santa Tereza). Era um fogo chefiado pelo empregado público Dr. Mannoel Rodriguez Villares, brasileiro, branco, 33 anos. Era casado com D. Eufogenia Henriqueta, brasileira, branca, 27 anos. Era outro fogo populoso,

com 17 pessoas, onde habitavam 9 escravos e 8 pessoas livres. Além do casal e das 5 crianças, a outra moradora livre era Quitéria dos Passos, parda, 24 anos, que foi anotada como agregada. Entre a população escravizada, havia 5 adultos (Vicente, Felipe, Fortunato, Antonio e Lucinda), todos solteiros com exceção de Lucinda, que foi registrada como casada; suas funções não foram especificadas no maço populacional.

O casal Mannoel e Eufogenia tinham 5 filhos, os meninos Luiz e Manuel (de 9 e 6 anos) e três meninas, Joanna, Joaquina e Carolina (com 5, 3 e 2 anos, respectivamente, em 1836). As duas mais velhas foram matriculadas na aula de Benedita. Joanna foi registrada no mapa de 1836, mas a professora informou que a discípula de 6 anos não frequentou as aulas naquele ano. Ela voltou a ser registrada em 1838, com 7 anos, e estava lendo cartas, livros e em tabuada. Apesar do aproveitamento, a professora registrou que Joanna frequentou pouco às aulas em 1838. A situação se alterou no ano seguinte, quando Joanna Emilia Villares, com 10 anos, “achava-se lendo, escrevendo, em gramática, e contas de somar, e costura” (Relação das meninas matriculadas n’esta aula de 1^{as} Letras, 28/09/1839, APESP, IP, C04913) e nenhuma observação acerca da sua frequência foi registrada. Joanna foi uma das poucas discentes que tiveram a costura registrada como parte dos seus saberes. Como já destacamos anteriormente, a mestra Benedita ficou popular por não ensinar as prendas domésticas. Nos 14 mapas que localizamos, a costura foi citada apenas em 2 anos: 1839 e 1840 e mesmo nestes anos, foi mencionada apenas na descrição do estado de conhecimento de 5 meninas (havia 43 matriculadas em 1839 e 41 em 1840). Há possibilidade de que as famílias tenham solicitado o aprendizado ou que a mestra tenha registrado saberes que não foram ensinados na escola. A irmã Joaquina foi matriculada em 1838, aos 5 anos, mas não frequentou as aulas; pode ser um dos casos sinalizado no tópico “Alunas irmãs”, quando problematizamos os vínculos familiares entre as estudantes e aventamos a possibilidade de que as famílias matriculassem as filhas mais novas em solidariedade à professora, mas só as enviavam efetivamente após os 5 ou 6 anos de idade.

A família Villares, família branca de posses chefiada por um empregado público com alta renda e posse de escravos também constituiu o público da escola feminina de primeiras letras, mas suas filhas apresentaram uma frequência escolar irregular. Por fim, a última família localizada é representativa de outro arranjo domiciliar, um fogo chefiado por uma mulher.

4.3.3 A família Valle

O fogo nº 1 do quarteirão 14 era chefiado por D. Maria L. do Valle, brasileira, branca, 47 anos, viúva de Luiz do Valle. Ela vivia de seus bens, tinha 5 filhas e 1 filho. Além dos membros da família, havia outra moradora livre que se chamava Modesta, uma agregada, parda, de 51 anos. Relativamente à população livre, eram 8 pessoas, sendo 6 mulheres configurando um domicílio predominantemente feminino. Todas estas mulheres livres eram adultas com exceção de Luiza do Valle, uma menina entre os 8 e 10 anos em 1836²⁰⁵, que também frequentou a escola pública feminina. Ela foi matriculada em abril de 1835 e em 1836; avançou um pouco em leitura e escrita, mas sem se tornar corrente, não iniciou gramática e, em aritmética, aprendeu apenas a somar.

Seu único irmão, Paulo Antonio do Valle, tinha 13 anos em 1836 e era estudante, de acordo com as informações do maço populacional. Paulo também se formou na Academia de Direito de São Paulo em outubro de 1848, na 17ª turma²⁰⁶, e foi autor de peças de dramaturgia. Em 28 de agosto de 1849, foi publicado, no jornal *O Piratininga*, um anúncio do seu “drama histórico brasileiro em três atos, Caetaninho, ou o tempo colonial”.

Figura 77: *O Piratininga*, 28/08/1849, p.4.

Fonte: Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional

Também foi colaborador no Jornal “O Diário de S. Paulo” (MARTINS, 2003, p. 354). Este fogo era habitado por mais pessoas escravizadas do que livres. Eram 12 pessoas, cujas cores foram identificadas pela letra N; chamavam-se Joaquim (40 anos), Bonifacio (25), Thomaz (25), Paula (35), Luiza (25), Joaquina (19), Martinha (29), Ana (23), Francisca (6), Bibiana (4), Benedita (4), Maria (3).

Destaca-se a configuração predominantemente feminina do domicílio sem menção às ocupações das filhas da chefe do fogo D. Maria L. do Valle. O único habitante homem livre formou-se bacharel em Direito e experimentou alguma projeção pública na Imprensa Periódica

²⁰⁵ No maço populacional, sua idade foi de 10 anos e na relação de alunas foi de 8 anos em 1836.

²⁰⁶ Cf Site da “Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo”, Disponível em: http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?q=nome&qvalue=Paulo+Antonio+do+Valle&grad=#result_busca . Acesso em 20 jan. 2018.

paulista. Outro fator significativo do fogo habitado pela aluna Luiza do Valle é a grande quantidade de população escravizada.

4.4 Síntese sobre as alunas da escola pública feminina da Sé

Como anunciamos no início deste capítulo, consideramos que a experiência como alunas de escolas públicas certamente fez diferença em suas vidas e em seus posicionamentos “perante os outros e as instituições com as quais deveriam lidar no cotidiano” (BORGES, 2014, p. 183). No caso das meninas, não foi possível acompanhar suas trajetórias após o egresso da escola, pois, depois da saída, a presença delas na documentação é quase inexistente. Na vida na cidade, para além da escola, as ex-alunas “sumiam” dos registros. Na documentação, há uma diferença de gênero significativa para a população letrada. Os homens letrados ocupavam cargos em instituições públicas, no mundo do trabalho como autônomos, participavam dos processos eleitorais e suas atuações em associações, irmandades e sociedades foram mais documentadas, sendo possível rastrear muitos outros fragmentos das vidas desses sujeitos para além do magistério. Isso não ocorreu com ex alunas, contudo, não significa que elas não tivessem vidas públicas movimentadas, mas, sim, que suas trajetórias foram menos registradas nas fontes. A situação só foi um pouco diferente para uma minoria²⁰⁷, entre as quais estão professoras, como mostra esta tese. As mestras estão presentes na documentação oficial, em periódicos e em livros de memórias de cidades e podemos afirmar que a escolarização e atuação no magistério propiciaram a produção de fontes sobre experiências históricas femininas – de alunas e professoras – para além do âmbito privado.

Neste capítulo, conhecemos fragmentos do corpo discente da escola pública feminina da Sé a partir de 4 diferentes conjuntos documentais. Iniciamos com a narração de como alunas e alunos foram relatados pela voz da Inspeção da Instrução Pública. A seguir, observamos e interpretamos algumas escritas discentes das meninas da escola da Sé em 1835, e da escola masculina de Santa Izabel em 1847, que configuram raros registros produzidos por alunos de escolas públicas primárias da primeira metade do século XIX. Da singularidade das escritas discentes, passamos para os dados gerais de estatísticas educacionais, esboçando um perfil das

²⁰⁷ A condição social também é um elemento que impacta na produção de registros, as mulheres de elites têm suas trajetórias mais documentadas. Contudo, como destaca Michele Perrot, a perspectiva política é hegemônica e os relatos históricos se organizam, majoritariamente, em torno dos acontecimentos públicos e “as mulheres, que estão a maior parte do tempo ausentes desses lugares, desaparecem consequentemente do relato histórico. Há, nessa história, uma espécie de encobrimento do âmbito privado e do cotidiano” (PERROT, 1995, p. 14).

alunas por meio da sistematização e primeiras análises de informações dos dados das listas de alunas da mestra Benedita da Trindade. Por fim, ensaiamos um primeiro investimento investigativo no entrecruzamento de informações provenientes das listas de alunas e de um maço populacional do ano de 1836, rastreando o fio dos nomes das alunas e de seus pais. Na intersecção entre as fontes foi possível conhecer o pertencimento sócio-econômico e racial de 5 alunas, a ocupação dos adultos com quem conviviam e, concomitantemente, acompanhar suas trajetórias escolares.

Por fim, destacamos a potencialidade da associação da documentação escolar e das listas nominativas²⁰⁸ na busca dos sujeitos escolares, investimento que permite inserir os atores na trama social e analisar aspectos que escapam às abordagens estritamente quantitativas.

²⁰⁸ Agradeço à sugestão da professora Adriana Maria Paulo da Silva, no exame de qualificação, que instigou à abertura desta frente investigativa que, certamente, dará origem a outros estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: elementos constitutivos da invenção do magistério feminino paulista entre as décadas de 1820 e 1860

Encerramos a narrativa com o fechamento do ciclo de vida daquela que foi o fio condutor da narrativa, a mestra Benedita da Trindade. Em 1875 foi publicada a notícia do seu falecimento no *Correio Paulistano*:

Figura 78: Detalhe da nota de Falecimento de Benedita em *Correio Paulistano*, 12/10/1875, p. 3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A nota de falecimento da professora após “longos padecimentos” numa condição “obscura e pobríssima” evidencia que o ofício de professora de primeiras letras era uma necessidade material de sobrevivência. É possível que a mestra pagasse aluguel e sustentasse outras pessoas. A tentativa de ocupar a vaga do *Seminário de educandas* e o seu anúncio no *Correio Paulistano* oferecendo-se para instruir senhoras para prestarem concurso constituem outros indicativos da necessidade do trabalho. Entre a aposentadoria da mestra, em 1859, e a

notícia do seu falecimento, em 1875, localizamos apenas três registros nas fontes, evidência de que ao deixar o magistério, estas mulheres desapareciam na documentação. Dois registros foram também sobre a aposentadoria e uma nota, do mesmo ano da aposentadoria, no jornal *Correio Paulistano* trouxe uma reclamação de um leitor:

em nome da ortografia contra aquele letreiro que está na parede de uma casa de *comição* da rua do Ouvidor. Julgo esta reclamação muito necessária, e comigo concordou uma digna professora aposentada, que não deixa escapar estas cousas por que decorou muito bem a artinha, e por ela ensinou, com geral aplauso, a mocidade feminina. (*Correio Paulistano*, 21/08/1859, p. 2, grifos nossos)

A única professora pública aposentada na cidade de São Paulo em 1859 era Benedita²⁰⁹. Sendo assim, essa nota é um dos poucos registros com algum tipo de apreço ao seu trabalho, frisando a competência na ortografia e o exercício do magistério com “geral aplauso”, indício de que ela ocupava um lugar de autoridade e referência na instrução da cidade. Na documentação da inspetoria da instrução pública, são raro comentários favoráveis após a década de 1830, principalmente do inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto. A única menção positiva foi feita ao final do seu parecer contrário à mestra ocupar a cadeira do *Seminário de Educandas*, no qual o inspetor expressou que a professora era “digna de louvor e gratidão” (Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública, APESP, OD, 05/02/1859, C04911)²¹⁰.

No tocante ao valor da aposentadoria, em fevereiro de 1860, ano seguinte à concessão, o governo provincial determinou que a profesora aposentada recebesse os ordenados por inteiro e a gratificação prevista pela Lei do Orçamento (Relatório do Inspetor da Instrução Pública, anexo ao do presidente da Província de S. Paulo, 1860). O *Almanak da Província de São Paulo para 1873* traz os valores das pensões dos professores aposentados, e o valor da pensão de Benedita era de 920\$000 anuais, o maior valor entre docentes do sexo feminino e, quando considerados também os do sexo masculino, ficava abaixo apenas do professor de São Sebastião, que recebia de pensão 1:099\$320 anuais. Destaca-se que as pensões destes dois eram significativamente maiores do que as dos demais docentes²¹¹ – e até do que a pensão do professor da Escola Normal. Uma hipótese para condição “obscura e pobríssima” à época do falecimento é a de que a mestra não tenha recebido a aposentadoria no período final de sua vida, talvez por estar fisicamente incapaz de cumprir exigências burocráticas.

²⁰⁹ É possível que o leitor se referisse a alguma professora particular que também tivesse deixado de lecionar, mas pela proximidade da aposentadoria de Benedita, que ocorrera no mês anterior, é provável que fosse ela.

²¹⁰ O tema foi abordado no tópico 3.4 (Protagonismo docente na transmissão do magistério).

²¹¹ Depois deles, as maiores pensões, entre os mestres de primeiras letras, eram as do professor de Ubatuba, Manoel Ignacio da Fonseca, que recebia 600\$000, e das professoras de Itu, Rita Candida Pacheco Freire e de Jacareí, Maria Laudelina de Moraes, que recebiam 500\$000 anuais. O professor da Escola Normal recebia 800\$000 de aposentadoria e a Diretora do Seminário de Educandas, Leocádia Maria do Sacramento (irmã de Benedicta da Trindade), 460\$000 anuais.

Sua trajetória foi o fio que nos permitiu enveredar por diferentes aspectos e outras trajetórias no magistério feminino público. Em alguns momentos, caminhamos bastante próximos da mestra, adentrando em sua aula, bisbilhotando o que e como ela ensinava, investigando sobre suas alunas e famílias. Em outros, afastamo-nos e olhamos para o entorno.

Foi o que ocorreu no primeiro capítulo, que iniciamos desenhando um cenário, a cidade de São Paulo oitocentista, e povoando-o com outras personagens femininas que exerceram diferentes trabalhos. Identificamos paulistas nas ruas, praças e casas, em diferentes ocupações, ultrapassando a iconosfera da “clausura feminina no espaço doméstico”, atrás de rótulas ou sob mantos. Buscamos dar visibilidade à multiplicidade de experiências inserindo o magistério num espaço onde outras mulheres já trabalhavam como lavadeiras, roceiras, quitandeiras, quituteiras, costureiras, parteiras, entre outras atividades. Em contraposição ao mundo das mulheres pobres trabalhadoras, observamos a representação das mulheres das elites em relatos de viajantes e na literatura memorialista, mas também identificamos essas mulheres administrando riquezas, movendo processos de divórcio e vivenciando experiências de aproximação com a cultura letrada no espaço doméstico.

Nossa historiografia é marcada por perspectivas que carregam fortes marcas de classe e raça, invisibilizando alguns processos da história. O estudo da pesquisadora Jane Soares de Almeida (1998) sobre o percurso profissional feminino no campo da educação e o processo de feminização do magistério em São Paulo²¹² é uma referência importante e aborda a profissionalização no magistério como possibilidade de maior liberdade e autonomia para as mulheres, numa perspectiva que privilegia o protagonismo feminino e se contrapõe a um discurso de vitimização das professoras. A despeito de suas contribuições, é importante apontar que a autora, em alguns momentos, apresenta uma leitura do magistério feminino que desconsidera outras experiências de trabalho desta população, conforme se pode extrair da seguinte passagem:

Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhes foram vedados (ALMEIDA, 1998, p. 23, grifos nossos).

²¹² Ela pesquisou em fontes da imprensa periódica educacional e feminina de 1890 a 1930 e colheu testemunhos de antigas professoras primárias do interior paulista que lecionaram entre as décadas de 1940-50 como base empírica do estudo e destacou as ações femininas na reivindicação de instrução, na busca por firmar-se no espaço público e conquistar legitimidade no trabalho docente, não obstante os estereótipos de maternidade e vida dedicada à família e às lides domésticas. O estudo foi concluído em 1996.

Em outros momentos, a autora considera que “principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro [...] a contribuição da imprensa feminina foi decisiva e as mulheres instruídas aproveitaram esse espaço aberto no mundo das letras para se fazer ouvir e expor uma nova maneira de pensar, diferente daquela dos tempos do Império”²¹³. A narrativa do primeiro capítulo desta tese caminha em outra direção, evidenciando as múltiplas experiências femininas no mundo do trabalho, às quais o magistério se integrou com a singularidade de ser um trabalho que exigia a cultura letrada, menor esforço físico²¹⁴ (NASCIMENTO, 2011, p. 76) e possibilitava o ingresso como funcionárias públicas. A afirmação de que o magistério era a “única opção” de “trabalho digno” para as mulheres desconsidera as experiências e resistências de outros grupos que foram fundamentais para a construção de um contexto em que fosse possível a aprovação de uma lei que criava escolas públicas femininas²¹⁵.

Após delinear uma imagem mais panorâmica, no segundo capítulo aproximamo-nos de nossas personagens, enfocando as experiências singulares das professoras públicas paulistas e as questões específicas da docência e da escola. A querela em torno do ensino (ou ausência) das prendas domésticas na escola da Sé constituíram o ponto de partida, destacando-se as interpretações já realizadas pela historiografia. Propusemos a hipótese de que, nos anos seguintes à Lei de 15 de outubro de 1827, a primeira escola pública feminina elementar se efetivou com saberes mais próximos aos das aulas masculinas. Entretanto, uma tradição prendada foi se fortalecendo e acabou sobrepujando a primeira após a década de 1850, embora as negociações e diferentes perspectivas de instrução feminina continuassem permeando a escolarização. A tradição prendada se conciliava de modo mais harmônico com os padrões hegemônicos de gênero no que concerne tanto à domesticidade, ao valorizar os vínculos entre mulheres e lar, quanto à possibilidade de serem mobilizados para os ofícios artesanais de costureiras, bordadeiras, entre outros no mundo do trabalho. A ampliação da instrução feminina, indubitavelmente, se associa a esta relativa harmonia entre escola e padrões hegemônicos de gênero da sociedade. Destacamos o exemplo das aulas particulares que ofereciam um programa mais variado de prendas domésticas, mostrando que na intersecção entre gênero e classe social se configuraram diferentes experiências de escolarização feminina.

²¹³ Ibidem, p. 28.

²¹⁴ Em comparação ao trabalho de lavadeiras, roceiras, quitandeiras, costureiras, etc.

²¹⁵ Vale destacar que este tipo de leitura é uma possibilidade do nosso contexto atual, no qual pesquisadoras e militantes vêm refutando a segregação e hierarquização “dos grandes eixos da diferenciação social”, as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”. Propõe-se um enfoque interseccional que não só reconheça a multiplicidade dos sistemas de opressão, mas opere na interação dessas categorias na interpretação sobre a “produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70).

Ainda no segundo capítulo, discutimos os demais saberes contemplados nas aulas femininas e vestígios de métodos aplicados pelas professoras. Destacando o caráter relacional da perspectiva de gênero, problematizamos a questão salarial, analisando como a exigência legal de frequência à Escola Normal para provimento efetivo e o acesso a esta mesma escola restrito à população masculina resultaram em maiores salários para as professoras do que aos homens professores. Por fim, apresentamos dados sobre a criação de escolas públicas femininas na província identificando uma contínua ampliação da malha escolar entre as décadas de 1820 e 1860.

No capítulo 3, focalizamos o tema da transmissão do magistério e analisamos a família como uma ambiência favorável à transmissão do ofício com a proposição da noção de lares docentes para a interpretação das experiências de professores com relações parentais, exercidas em espaços domésticos, que compartilhavam fazeres cotidianos no magistério. A hipótese da transmissão familiar se fortalece quando observamos que algumas legislações provinciais deram preferência a filhos de professores para assumirem a função, permitindo que o ofício fosse reproduzido no interior das próprias famílias. Ainda no capítulo 3, adentramos no *Seminário de Educandas* e o analisamos como forma educativa que impactou a escolarização feminina oitocentista pública em São Paulo. A direção do asilo foi exercida por mulheres leigas entre as décadas de 1820 e 1860, preferencialmente viúvas, e ao acompanhar as sucessivas gestões de diferentes diretoras, identificamos a presença de mulheres da mesma família na administração e a complexidade na delimitação entre público e privado no exercício do cargo.

Acompanhamos, também, as discussões sobre o destino das educandas do *Seminário*, nas quais houve aceitação da sugestão de que as egressas se tornassem professoras de primeiras letras. A proposta conflitava com as dificuldades enfrentadas para efetivação de uma escola na instituição. Uma cadeira de primeiras letras foi instalada na instituição apenas em 1859 e ocupada por Anna Antonia da Costa Guimarães, uma ex-educanda. Seguimos a trajetória de Anna Antonia e de outras egressas que assumiram outras cadeiras públicas (até 1861), percebendo que a docência foi uma alternativa de sobrevivência e liberdade na vida dessas mulheres. Para o governo provincial, era uma solução para livrar a província do ônus que elas representavam como internas e um meio de prover pessoal para o magistério. O fato de não saberem muito era considerado suficiente para a maioria dos governantes, que aliás propunham que as professoras soubessem pouco, mas soubessem bem, “para depois ensinarem esse pouco que bem [sabiam] às meninas desvalidas das povoações remotas” (trecho da Ata da Assembleia da Província de São Paulo de abril de 1856, *Correio Paulistano*, 11/04/1856, p.2). Concluimos,

portanto, que a instituição teve uma participação significativa na invenção do magistério público feminino paulista, não em quantidade, mas como um espaço educativo de referência. Em seguida, abordamos a questão do ingresso no magistério, identificando uma variedade de formas, tanto por meio de concursos públicos como por indicações das Câmaras. Após pouco mais de uma década de criação do ensino elementar feminino público, a partir da década de 1840, algumas professoras passaram a atuar como membros de bancas examinadoras de candidatas ingressantes.

Encerrando a análise sobre a transmissão do magistério, exploramos o episódio em que a mestra Benedita se ofereceu para continuar a lecionar no *Seminário de Educandas*, em 1859, quando a cadeira de primeiras letras foi criada na instituição. A proposta foi rechaçada por Diogo de Mendonça Pinto e o acontecimento ilustra bem o conflito entre diferentes perspectivas de instrução pública. O inspetor buscava a institucionalização da instrução com o estabelecimento de normas e tempos escolares, enquanto Benedita operava considerando outras possibilidades, já que para ela apenas algumas órfãs se interessariam pelo magistério e, nesta lógica, as “horas vagas” seriam suficientes para o ensino. Consideramos que a mestra exerceu um protagonismo docente na transmissão do ofício entre a população feminina no magistério feminino paulista com a atuação no *Seminário*. Quando a possibilidade de atuação nesta instituição deixou de existir, a mestra publicou um anúncio no *Correio Paulistano* (18/08/1859, p. 4) dispondo-se a lecionar às senhoras que quisessem se instruir nas matérias necessárias para o magistério público até ficarem aptas para serem examinadas, o que interpretamos como um protagonismo docente na formação das novas gerações do sexo feminino.

No último capítulo, direcionamos nosso enfoque para as alunas de Benedita da Trindade. Inicialmente, analisamos como alunas e alunos foram relatados pela voz da Inspeção da Instrução Pública. Foram produzidos relatórios menos detalhados sobre as escolas femininas, nos quais o inspetor considerou que as alunas apresentavam adiantamento. Houve críticas à ausência do ensino das prendas domésticas e aos livros utilizados para leitura, qualificados como impróprios para as leitoras da escola. Em contrapartida, o relatório sobre a aula masculina trouxe muitas informações, salientou os defeitos na aplicação do método mútuo e o aproveitamento dos alunos “longe de ser satisfatório”; ao descrever o comportamento e ponderar sobre os castigos aplicados, o inspetor aludiu à presença de alguns meninos pretos livres na aula e considerou que, devido à escravidão e à convivência com os castigos físicos impostos à população escravizada, os meninos se tornavam “indiferentes” às punições morais.

Nenhum comentário sobre o comportamento e as cores das alunas foi realizado pelo mesmo inspetor.

Após a análise dos relatórios, analisamos algumas escritas discentes produzidas em escolas públicas paulistas: das meninas da escola da Sé, em 1835, e da escola masculina de Santa Izabel, em 1847. Destacamos que, no cotidiano, os exercícios de escrita eram realizados em pedras e lousas e que as escritas em papel apresentavam um caráter exemplar, eram produzidas para exposição e verificação de autoridades do ensino. Percebemos nos conteúdos dos textos mensagens morais e sublinhamos a relevância das escritas femininas infantis em face do caráter excludente do acesso à cultura escrita.

Num terceiro momento, esboçamos um perfil das alunas da escola pública da Sé por meio da sistematização e da análise de informações dos dados das listas de alunas. Verificamos que havia muitas irmãs frequentando simultaneamente a escola e que a maioria das alunas era natural da própria cidade de São Paulo, mas houve meninas de outras localidades, províncias e até outros países. Percebemos uma maior concentração de discentes entre 5 e 8 anos. Constatamos a resignação da mestra Benedita da Trindade ao não registrar nomes de mães no item referente à filiação e, embora a professora não anotasse sistematicamente as ocupações dos pais, ela o fez quando estes tinham cargos militares e, com isso, soubemos que uma quantidade significativa de filhas de militares frequentou a escola pública da Sé. Por fim, ensaiamos um primeiro investimento metodológico no entrecruzamento de informações provenientes das listas de alunas e de um maço populacional do ano de 1836. Trabalhamos com uma amostragem de 3 famílias responsáveis por 5 alunas que frequentaram a escola naquele ano. As 3 famílias eram brancas, proprietárias de escravos com situações econômicas privilegiadas e habitaram fogos com diferentes configurações; havia um chefe de fogo italiano e uma brasileira solteiros que formavam um casal; um casal oficialmente casado; e uma mulher viúva que chefiava um fogo predominantemente feminino e administrava seus bens. Estas meninas conviveram com irmãos que frequentavam outras escolas e até a Academia de Direito de São Paulo, bem como com agregados e um número muito expressivo de pessoas escravizadas.

A historiadora Louise Tilly (1994) inicia o artigo “Gênero, história das mulheres e história social” contando uma anedota. Relata que participou de um seminário no qual um historiador das mulheres apresentou “uma brilhante interpretação dos escritos polêmicos de

Olympe de Gouges e da recepção que tiveram [...] durante a Revolução Francesa” e que, no momento das questões, “um historiador da Revolução, velho e rude, levanta-se [...] pergunta [...]: ‘Agora que eu sei que as mulheres participaram da Revolução, que diferença isto faz?’” (TILLY, 1994, p. 29). Lançamos a mesma questão, relativamente às contribuições do presente estudo, nestas considerações finais. Que diferença faz olhar para o passado procurando especificamente as mulheres no magistério paulista oitocentista?²¹⁶

Consideramos que conhecer alguns aspectos da história do magistério por meio do exercício da alteridade de gênero permitiu não só contar sobre as especificidades das mulheres, mas contar também sobre o magistério oitocentista como um todo. A perspectiva de gênero faz mais do que somar a uma história que já conhecemos uma outra história, a das mulheres professoras; mas oferece a possibilidade de uma interpretação do todo a partir de um outro lugar (PERROT, 1995, 2007; TILLY, 1994). Por meio da interpretação das experiências históricas das mestras paulistas entre 1828 e 1860, buscamos contribuir com a compreensão que se tem sobre a história do trabalho docente no XIX, que se relaciona com a história do trabalho feminino. Um exemplo, nessa direção, foi a análise sobre a questão salarial apresentada no capítulo 2²¹⁷, que demonstra que generalizações acerca da relação entre baixos salários e feminização do magistério devem ser confrontadas com as diferentes experiências históricas.

Na tessitura das tramas da invenção do magistério feminino paulista, nossos aportes teóricos constituíram os *nós* que sustentam as interpretações. A opção por acompanhar a trajetória da mestra Benedita da Trindade, como fio condutor da narrativa, foi uma entrada que se aproximou do recorte biográfico, uma tradição na história das mulheres ligada ao esforço de inverter a invisibilização e valorizar as experiências femininas. Contudo, buscamos não nos restringir à experiência individual e sim abordar as experiências coletivas, construindo uma biografia coletiva do magistério inserida na história das mulheres, uma vez que compartilhamos do pressuposto de que o caso excepcional não confirma o protagonismo dos sujeitos.

Esta leitura da “invenção do magistério” dialoga com a “Invenção do Cotidiano” cereteuniana. Michel de Certeau (1994) analisa as ações dos sujeitos nos fazeres cotidianos e considera que estes mobilizam, de forma criativa/inventiva, repertórios constituídos a partir de sistemas impostos, e aplicam “golpes” nas regras que normalizam as condutas alterando seus efeitos. Nesta perspectiva, buscamos perscrutar, à medida em que as fontes permitiram, as

²¹⁶ Esta questão foi formulada pela pesquisadora Maria Angela Borges Salvadori na arguição da defesa desta tese em 26/04/2018 problematizando as contribuições desta pesquisa.

²¹⁷ Item “2.4 Ordenados no magistério público paulista entre as décadas de 1840-1860: paradoxos nas relações de gênero”.

táticas e estratégias das mestras nas diferentes conformações que vivenciavam em seu cotidiano. Destacamos a centralidade de saberes práticos acumulados pelas docentes relativos à legislação, aos trâmites administrativos e ao trânsito de informações para ingresso e exercício do magistério, com a constituição de redes de solidariedade que possibilitaram a transmissão de saberes.

Consideramos que uma tradição prendada conformou a invenção deste magistério sem anular resistências letradas. Benedita da Trindade foi a principal expoente das mestras que disseram não à legislação, ao ensino das prendas. A recusa da mestra, um golpe furtivo, ocorreu durante o período Regencial, quando se observa uma tendência do governo imperial à centralização do poder na Corte. Talvez Benedita fosse uma provinciana, uma localista, que aderiu à legislação provincial em detrimento das prescrições da Lei Geral (de 1827).

A perspectiva thompsoniana foi outra importante referência. As reflexões do autor acerca do processo de constituição da classe operária inglesa, do seu “fazer-se”, permitiu uma abordagem do magistério feminino enquanto um grupo de trabalhadoras em processo de formação (THOMPSON, 2002; 2004, 2004b). Destacamos que estas professoras não nasceram prontas, elas estavam se constituindo no período recortado para este estudo. As escolas públicas femininas, criadas a partir de 1828, foram espaços nos quais se constituíram culturas escolares em relação com culturas femininas, marcadas pelos pertencimentos de gênero e de classe. Eram lugares híbridos perpassados por aspectos que estavam entre o público e o privado, o permitido e o interdito, entre a vontade dos sujeitos e o que as condições materiais de vida limitavam e possibilitavam.

À interpretação sobre o fazer-se do magistério público feminino, somamos a operação historiográfica a partir do conceito de experiência (THOMPSON, 1981) problematizando as trajetórias das mestras. Mobilizamos, também, as propostas de análise das fontes da legislação, propostas pelo historiador social inglês, ressaltando as leis enquanto espaços de negociações, lutas e embates (THOMPSON, 1998) e a noção costume. A história social trouxe conceitos e noções que permitiram a interpretação do magistério, do protagonismo docente e das condições materiais. As professoras buscavam controlar os espaços de trabalho docente, às vezes concorrendo, boicotando, disputando e denunciando colegas. Outras vezes, redes de solidariedade femininas se estabeleceram. Tal como outras mulheres trabalhadoras que tinham um viver sobre si – eram sozinhas ou tinham seus filhos e, em alguns casos, até escravos e bens – as concorrências e disputas evidenciam as agências femininas. Assim, a invenção do trabalho docente feminino foi interpretada nos termos de uma história social do trabalho em geral e nos

termos de uma história social do trabalho das mulheres da São Paulo do século XIX, destacando as relações que as mulheres professoras estabeleceram com o outro, com aquela sociedade na qual viviam – que era hierarquizada, machista, patriarcal, escravista, preconceituosa – na tensão entre a aceitação e a insubmissão, entre a resistência e a resignação.

Se a história social subsidiou as interpretações relativas ao “trabalho”, a abordagem sobre a categoria “família” foi pautada por contribuições da micro história. O estudo de Giovani Levi (2000) fundamentou a operação empiria-teoria compreendendo-se a família enquanto núcleo ampliado que se vale de solidariedades, trocas de favores, reciprocidades e proteções na busca pela sobrevivência e fortalecimento do grupo na concorrência com os demais.

As noções e os conceitos mobilizados como referências teóricas intentaram a aproximação aos sujeitos, às suas vivências, experiências, ao cotidiano – ao que chamamos, na pesquisa em história de “encarnar os sujeitos”. Concluindo a narrativa, consideramos que as experiências destas mulheres no magistério público evidenciam o quanto elas se valeram das possibilidades em cena. Ao operarmos numa perspectiva micro-histórica, buscamos chamar a atenção para o fato de que as condições históricas das personagens precisam ser exploradas em suas nuances. As professoras públicas atuaram num cenário em que outros grupos de mulheres exerciam seus ofícios, e tradições como a da transmissão familiar, comuns em diversos ofícios, foram compartilhadas. A preponderância de uma tradição prendada nas escolas femininas foi uma das facetas da conformação da cultura escolar aos padrões sociais de gênero da sociedade oitocentista. Assistiu-se no período a um processo de ampliação da escolarização pública feminina, cuja construção cotidiana, não obstante alvo de conformações de toda natureza, pôde contar com experiências dissonantes, negociações, contradições e resistências.

Se o processo de feminização do magistério, enquanto monopolização do trabalho docente pelas mulheres, efetivou-se somente no fim do XIX e início do século XX perpassado pela ampliação da co-educação dos sexos, pela permissão de que as professoras assumissem classes masculinas e pela abertura das escolas normais às mulheres; a presença feminina na instrução elementar se ampliou lenta e continuamente desde o final da década de 1820 à medida em que as resistências impostas pelos potentados locais se viram pressionadas a ampliar a escolarização. Assim o magistério foi inventado a partir das ações governamentais da Província com a criação de cadeiras, das experiências cotidianas dessas mulheres na docência, de concorrências, disputas entre as docentes, e, também de solidariedades.

FONTES

Coleções e Índices

Registro da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, Arquivo Municipal, 1917.

Dicionários

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da língua portugueza recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. 2. ed. Lisboa, 1813. 2v.

Estatísticas (Maços populacionais e recenseamentos)

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística, IBGE. Recenseamento do Brazil de 1872 – Província de São Paulo; Sexo, raça estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_sp.pdf> Acesso em: 9 set. 2017.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'un Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Reedição Litteral Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1923.

SÃO PAULO. Maço de população do Distrito Sul da Sé (Capital). 1836, APESP, Repositório Digital. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/macros_populacao>. Acesso em: 13 nov. 2017.

Leis

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brazil* (de 25 de março de 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Lei Geral da Instrução Pública de 15 de Outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do império. *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

_____. Lei Geral de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de paz. In: CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1981.

SÃO PAULO. Regulamento Provincial de 26 de março de 1832

_____. Decreto de 07 de agosto de 1832. Declara os ordenados dos professores e mestres de primeiras letras da província de S. Paulo, e os requisitos que devem ter os que quiserem opor às ditas cadeiras. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1832*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

_____. Lei [provincial] nº 9, de 24 de março de 1835. Autoriza o Presidente da Província a designar salários e prover cadeiras. *Assembléa Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 até 1868*. São Paulo: Typografia Imparcial, 1868.

_____. Lei nº 11, de 23 de março de 1839. Marca a receita e fixa a despesa provincial para o ano financeiro de 1839 a 1840. *Coleção da Legislação paulista*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1839/lei-11-23.03.1839.html>>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Regulamento de 07 de janeiro de 1845. Para o Seminário de Educandas da capital.

SÃO PAULO. Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846. Dá nova organização às escolas de Instrução Primária, e cria uma Escola Normal. *Collecção das leis promulgadas pela Assembléa Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 até 1888*. São Paulo: Typografia Imparcial, 1888.

_____. Regulamento de 25 de setembro de 1846, “Para a Comissão Inspetora das Escolas. Regulamentos expedidos pelo Exmo Governo Provincial para execução de diversas leis provinciais coligidos e anotados pelo bacharel José Candido de Azevedo Marques e mandados imprimir pelo exmo sr. Dr. João Theodor Xavier Presidente da Província de São Paulo na forma da lei que autorizou a reimpressão da legislação provincial. São Paulo: Typografia do Correio Paulistano de J. R. Azevedo Marques, 1874.

_____. Lei Provincial nº 05, de 16 de fevereiro de 1847. Aprova os estatutos do Seminário de meninos da cidade de Itu. *Collecção das leis promulgadas pela Assembléa Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 até 1888*. São Paulo: Typografia Imparcial, 1888.

_____. Lei nº 47, de 7 de maio de 1857. Marca a receita e fixa a despesa da Província para o anno financeiro de 1857 a 1858. *Collecção das leis promulgadas pela Assembléa Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 até 1888*. São Paulo: Typografia Imparcial, 1888.

_____. Regulamento de 08 de Novembro de 1851. Para a Instrução Publica. São Paulo: Typografia do Correio Paulistano de J. R. Azevedo Marques, 1874.

Literatura memorialista e Relatos de Viajantes

AMARAL, Edmundo. *Rótula e mantilhas e evocações do passado paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

BEYER, Gustavo. “Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro á capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* 12, São Paulo, p.275-311, 1907 [1859 – 1ª ed.].

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953. v. II.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e permanência no Brasil III (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. São Paulo: Livraria Martins, 1940 [1845 – 1ª ed.].

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1911-1912]. v.2.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1978 [1812].

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987 [1944?].

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938 [1822].

_____. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte e São Paulo: Ed. Itatiaia e Edusp, 1976.

SANTOS, Antonio Viera dos. *Memoria Historica Chronológica Topogrphica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto de Cima Antonio Viera dos Santos (1851), Cidadão Brasileiro e por ele oferecida a Ilustre Cammara Municipal*. Curitiba: Museu Paranaense, 1951 [1851].

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. *Os diários de Langsdorff. São Paulo. 26 de agosto de 1825 a 22 de novembro de 1826*. Campinas; Rio de Janeiro: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Fiocruz, 1997. Volume II.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS. Carl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil – 1817-1820*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1981. São Paulo: Itatiaia, 1981 [1820?].

TAUNAY, Alfredo d'Escagnole. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

TAUNAY, Visconde de. *Cartas sobre a expedição de Matto Grosso. Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

Manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo (Império)

- Série Instrução Pública

C00337, C00869, C04913, C04914, C04933, C05073, E04657

- Série Ofícios Diversos

APESP, Repositório digital, Acervo textual, Ofícios Diversos. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/oficios_diversos>

Periódicos

Coleção de Periódicos oitocentistas da Hemeroteca digital brasileira
(<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>):

A Phenix. São Paulo, SP: Typ. Costa Silveira, 1841.

Correio Paulistano. São Paulo, SP: [s.n.].

Diário de São Paulo: jornal diario e livre. São Paulo, SP: Typ. Americana, 1865-1878.

O Farol Paulistano. São Paulo, SP: Imprensa de Roa e C., 1827-1831.

O Paulista Official. São Paulo, SP: Typ. do Governo, 1834-1838.

O Publicador Paulistano. São Paulo, SP: Typ. Dous de Dezembro, 1857-1860.

O Ypiranga. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Torres, 1831-1832.

Radical Paulistano: orgam do Club Radical Paulistano. São Paulo, SP: Typ. do Ypiranga, 1869.

O Jornal das Senhoras = modas, litteratura, bellas-artes, theatro e critica. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Parisiense, 1852-1855.

O Vinte Nove de Setembro: folha politica e noticiosa. São Paulo, SP: Typ. do Clarim Saquarema, 1851.

Relatórios do Governo da Província de São Paulo

Relatório e Discursos de Presidentes da Província de São Paulo (1838 a 1866). Center of Research Libraries. Brazilian Govnerment Documents. Provincial Presidential Reports: SP. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo>.

Relatórios da Instrução Pública do Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto. APESP, Repositório digital, Bibliográficos e Periódicos, Relatórios da educação (1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1880). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/relatorios_educacao>.

Relatório da Diretora do Seminário da Glória em 1869, p. 3, anexo ao Relatório do presidente da província Antonio Candido da Rocha, 02/02/1870. S. Paulo, Typ. Americana, 1870.

Sites

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. “Os deputados do Império.” Disponível em: <<http://www3.al.sp.gov.br/historia/deputados-estaduais-legislaturas-antiores/parlamento/capitulo1/parte6.pdf>>. Acesso 10 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php>.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br>>.

WIKIPEDIA. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal>.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “O perigo da história única”. Palestra TED (Technology, Entertainment and Design), 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 23/04/ 2017.
- AFROBRASIL. *Quitute*. 2010. Disponível em: <http://afrobrasil7a.blogspot.com.br/2010/05/samba_09.html>. Acesso em: 27 set. 2017.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia. Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste - 1750-1822*. 1992. Tese de doutorado - Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, 1992.
- ALGRANTI, Leila. Mezan. *O Feitor Ausente (estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasília: Ednub, 1993.
- _____. *Famílias e vida doméstica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ALMEIDA, Anita. “Notas sobre a reforma pombalina dos estudos menores no Brasil”. In: *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 99-116.
- ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*. São Paulo: Safady, 1981.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- AMADO, Janaína e Luiz Carlos FIGUEIREDO. *O Brasil no império português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flakman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARBOSA, Giselle Machado; PIMENTA, Tânia Salgado. “O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial.” *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.21, n.2, p. 485-510, 2016.
- BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. “Luiz Edmundo e a boemia do Rio de Janeiro do seu tempo.” *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro n.12, p.167-183, 2015.
- BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. “A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna.” *Educar em Revista*, Curitiba, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013.
- BARROS, Surya Aaranovich Pombo de. *Negrinhos que por ali andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. 163f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)*. 2017 306f. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *São Paulo do passado: dados demográficos 1854*. Campinas: UNICAMP (NEPO - Núcleo de Estudos de População), 1998.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado.

“Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX.” *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v.19, n.1, p. 113-129, jan./jun. 2002.

BASTOS, Maria Helena Câmara. “O ensino mútuo no Brasil (1808-1827).” In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 95-118.

_____. “Permuta de luzes e idéias: as conferências populares da freguesia da Glória (1873-1890).” *II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 2., 2002. *Anais...* Natal, 2002.

BILGE, Sirma. “*Théorisations féministes de l’intersectionnalité*”. *Diogenes*, 1 (225), 2009, p. 70-88.

BIVAR, Vanessa dos Santos B. *Vivre à St. Paul: Os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista*. 2007. 394 f. Tese de Doutorado em História - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORGES, Angélica. *A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências*. 2014. 415 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BORGES, Wanda Rosa. *"Siminário de mininas orphãos e educandas de Nossa Senhora da Glória" (Primeiros ensaios para a profissionalização feminina em São Paulo - 1825-1935)*. 1973. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1973.

_____. *A profissionalização feminina: uma experiência de ensino público*. São Paulo: Loyola, 1980.

BOTELHO, Tarcisio R. “Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850”. In: ABEP - XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004 (CD Room).

BOTO, Carlota. “Civilizar a criança na Renascença: estratégia de distinção de classe.” *Cadernos de Pedagogia*, São Carlos, v.1, n.1, p. 13-41, jan./jul. 2007.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria. *A voz dos números: imagens e representações das estatísticas educacionais e a produção da identidade nacional (décadas de 1920-1940)*. 2016 421f. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, p. 45-70, 2012. Disponível em:

<<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320>>. Acessado em: 8 jun. 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARDOSO, Teresa Fachada Levy. “As aulas régias no Rio de Janeiro: do Projeto à prática.” *História da Educação* 6, 1999, p.105-30.

CASA grande. Direção: Felipe Barbosa. ImmoVision, 2014. 1 DVD (114 min).

CASTANHA, André Paulo. *Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889*. Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia-luz – um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. 1989. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CATANI, Denice Bárbara. “Estudos de história da profissão docente.” In: FARIA FILHO, Eliana Marta Teixeira; VEIGA, Luciano Mendes; LOPES, Cynthia Greive (Ed.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.585-600.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. “A escrita da história.” Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERUTTI, Simona. “Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII.” *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. In REVEL, Jacques (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHATAIGNIER, Gilda. *História da moda no Brasil*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

COSTA, Domingos Barroso da e Gustavo Slomp SANTOS. “Quebrando a fiança: um estudo crítico acerca da medida cautelar, conforme sua definição pela lei n. 12.403/11, no contexto da constituição de 1988.” *Revista Justiça e Sistema Criminal*, Curitiba, v. 8, n. 15, p.203-228, 2016.

CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira. *A infância no espelho da pedagogia: mundo infantil, regimes de temporalidade e individuação no discurso pedagógico*. 2016. 272 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução impressa**. A Imprensa na França (1775-1800). São Paulo: Edusp, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMÉSTICA. Direção: Gabriel Mascaro. 2012. Vídeo HD (75 min).

DUARTE, Adriano Luiz. “Lei, Justiça e Direito: algumas sugestões de leitura da obra de E. P. Thompson.” *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 175-186, jun. 2010.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis – 1763-1808*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ESCOLANO BENITO, Agustin. “Arte y oficio de enseñar.” In: _____. *Arte y oficio de enseñar. Dos siglos de perspectiva histórica*. El Burgo de Osma: Universidad de Valladolid, 2011. p. 17-26.

FALCÃO, Aluísio; ANDRADE, Marcus Vinicius. *O canto dos escravos*, 2012. Disponível em: <<http://omenelick2ato.com/musica/canto-dos-escravos/>>. Acesso em: 17 set. 2017.

FARIA, Sheila S. Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX)*. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Mattos, Hebe Maria; Fragoso, João. (Org.). *Ensaio sobre História e Educação*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001, v. 1, p. 289-329

FARIA FILHO, Luciano Mendes. “A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação.” In: _____. *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ROSA, Walquíria Miranda. O ensino mútuo em Minas Gerais (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 177-196.

FARIA FILHO, L. M. de; NEVES, L. S.; CALDEIRA, S. M. A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. In: CANDEIAS, A. (Coord.). *Modernidade, educação e estatística na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa, 2005. p. 219-238.

FARINA, Duílio Crispim. *Esculápios, Boticas e Misericórdias, em Piratininga d’Outrora*. São Paulo: K. M. K. Artes Gráficas e Editora, 1992.

FERNANDES, Rogério. *Os Caminhos do ABC, sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto, 1994.

FERREIRA, Akistenia Elza Santos. *A institucionalização dos concursos gerais para professores de primeiras letras na província sergipana (1832 – 1858)*. 2016. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 2007. 284 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. “Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX.” *Revista Educação Pública*, Cuiabá 18, n. 36, p. 201-219, jan./abr (2009): 201-219.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. “Um mestre na Capitania.” *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XLIII, p.170-183, 2007.

FRANÇA, Franciele Ferreira. Os métodos de ensino na História da educação pública paranaense no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2011. *Anais...* Vitória, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

GALLEGO, Rita de Cassia. *Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias de São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)*. 2008. 387 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GARCIA, Inára. “Recrutamento e Profissionalização: Ampliando o conceito de Formação de Professores.” CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. *Anais...* Natal, 2002. p. 1-11.

GERBOVIC, Tathiane. *O olhar estrangeiro em São Paulo: relatos de viajantes ingleses e norte-americanos* 2009. 140 f. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GIGLIO, Celia Maria Bededicto. Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo. São Paulo: Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2001.

GIORDANO, Carolina Celestino. *Ações sanitárias na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: PUC-Campinas, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo, e Carlo PONI. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico.” In: *A Micro-História e outros ensaios*, por Carlo GINZBURG, 169-178. Lisboa: Difel, 1991.

GLASSE, Cyril. *The New Encyclopedia of Islam*. Lanham - EUA: Altamira Press, 2001.

GÓMES, Antonio Castillo. “Historia de la cultura escrita: ideas para el debate.” *Revista brasileira de história da educação* n° 5 jan./jun. (2003): 93-124.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima

(orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GÓMEZ, Antonio Castillo. “Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares.” *Educação*, Maringá, v.35, n.1, p. 66-72, jan./abr. 2012.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. “Artifício e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil.” *Revista Estudos Feministas UFSC* 13, núm. 3, set-dez (2005): 613-627.

GONDRA, José; LEMOS, Daniel. “A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. Formas e Estratégias Educativas.” *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 14, p. 69-84, maio/dez. 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves; SACRAMENTO, Winston; GARCIA, Inára. “Estado Imperial e Educação Escolar- Rediscutindo a Reforma Coutto Ferraz(1854).” In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1.,2000. Anais... Rio de Janeiro, 2000.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; SANDANO, Wilson. “A escola em Sorocaba no século XIX.” *Revista HISTEDBR*, Campinas, p. 32-45, set. 2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. “Os fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX.” ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd), 26., 2003, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas, 2003. p. 1-12.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GREGÓRIO, Vítor Marcos. *Dividindo as províncias do Império. A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. 2012. 486 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. “Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades”. *Topoi*, Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, p. 217-223, Dez. 2000.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. “Mestra Benedita ensina Primeiras Letras em São Paulo.” In: SEMINÁRIO DOCÊNCIA, MEMÓRIA E GÊNERO, 1997. *Anais...* São Paulo: Plêiade, 1997. p. 95-104.

_____. A série ofícios diversos do arquivo do Estado de São Paulo como fonte para a história da educação brasileira. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (Orgs.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a, p. 13-20.

_____. “O ensino mútuo na província de São Paulo: primeiros apontamentos.” In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A Escola Elementar no século XIX. O método montorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999b. p.197-215.

- _____. *Tempos de escola: fontes para a presença feminina a Educação, São Paulo – século XIX*. São Paulo: Centro de Memória da Educação - FEUSP, Plêiade, 1999c.
- _____. “Construindo a escolarização em São Paulo.” PRADO, Maria Ligia Coelho e Diana Gonçalves VIDAL. *À Margem dos 500 anos: Reflexões Irreverentes*. São Paulo: EDUSP, 2002. 185-202.
- _____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.
- _____. *À Sombra da Escola Normal: achegas para uma outra história da profissão docente*. XXV ISCHE. São Paulo: FEUSP, 2003.
- _____. “Tão longe, tão perto. As meninas do Seminário.” In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p.52-67, v. 2: Século XIX.
- HIRATA, Alessandro. “Conselheiro Ribas: o sistematizador do Direito Civil brasileiro.” 2011. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/conselheiro-ribas-o-sistematizador-do-direito-civil-brasileiro/7568>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. Tomo II.
- INÁCIO, Marcilaine Soares . *O processo de escolarização eo ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. 2003. 232f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LAGO, Pedro Correa do. *Iconografia paulistana do século XIX*. SP: Metalivros/BM&F, 1998.
- LEITE, Fabiana Raquel. *A Língua Geral Paulista e o "Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasília"*. 2013. 190 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. “O olhar sobre amulher goiana na bagagem dos viajantes.” *Goiânia: CPGSS* (2008).
- LENGERT, Rainer . “Profissionalização docente: entre vocação e formação.” *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 16 , n. 2, p.11-23, jul./dez. 2011.
- LESAGE, Pierre. “A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX.” In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/ mútuo*. Passo fundo: Ediupf, 1999. p. 9-24.
- LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula.” *História das mulheres no Brasil*. In: PRIORI, Mary (Org.). São Paulo: Contexto, 1997. p.443-481.

- LUGLI, Rosario S. G. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores (1964-1990)*. 1997. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- MAGALHÃES, Justino. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco. 2001.
- MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada. Significados econômicos e sociais de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga. 1648-1682*. Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. 1974. 337f. Tese de Livre Docência em História- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula. Sociedade e arquitetura urbana no Brasil. Sécs. XVII-XX*. 1999. Tese de doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MATHIESON, Louisa Campbell. *Vozes impressas: a Reforma de 1920 em pauta na imprensa paulista*. 2017. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.
- MATOS, Maria Izilda Santos. “Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930).” *Cadernos Pagu*, Campinas, v.4, p. 97-115, 1995.
- _____. *Cotidiano e Cultura*. Bauru: EDUSC, 2002.
- MATOS, Odilon Nogueira de. “A cidade de São Paulo no século XIX.” *Revista de História*, São Paulo, v.10, n. 21-22, p. 89-125, jun. 1955. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36444>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MENDONÇA, Ana Waleska Pollo de e Teresa Fachada Levy CARDOSO. “A gênese de uma profissão fragmentada.” *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n.15, p. 31-52, set./dez. 2007.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares.” *Revista Brasileira de História*, Guarulhos, v. 23, n. 45, p. 1-36, 2003.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. “Cadernos escolares.” In: OLIVEIRA, Dalia Andrade; DUARTE, Adriana Cancellari; VIEIRA, Ligia Fraga. (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorothea (Org.). *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889*. Brasília: Inep, 2004.
- MOGARRO, Maria João e Silvia Alicia MARTÍNEZ. “Normalistas e meninas de asilo: Origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil.” *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, n.11, p. 45-54, 2010.

MONARCHA, Carlos. *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: UNICAMP, 1999.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. “A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras.” *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 70-96, 2000.

MORAES, Fernanda. *O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)*. 2015. 258f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORSE, Richard. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo* (trad. Maria Aparecida Madeira Keberg). São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

MOTT, Maria Lúcia. “O curso de partos: deve ou não haver parteiras?” *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, n.108, p.133-160, nov. 1999.

MOTT, Maria Lucia de Barros. *Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960)*. 25. ed. São Paulo: Projeto História, 2002.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. *Experiências docentes. Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná*. 2012. 215 f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. “Escritas docentes como fontes para o estudo do magistério oitocentista.” In MUNHOZ, et al (org). *De madeiras e artes de fazer flechas: apontamentos teórico-metodológicos em História da Educação*. Taubaté: Casa Cultura, 2016. 155-177.

MUNHOZ, Fabiana Garcia; VIDAL, Diana Gonçalves. “Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil.” *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, Cidade de México, v. III., n.6, p. 126-157, 2015.

_____. “Gênero e experiências docentes em aulas de primeiras letras na primeira metade do século XIX em São Paulo.” In: AMORIM, Simone Silveira; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (Org.). *Panorama da Instrução Primária no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 25-43.

_____. “Experiências docentes e culturas políticas: o professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença (5ª Comarca da Província de São Paulo/Província do Paraná. 1830-1860).” *Hisória. Educação*, Santa Maria, v.21, n.52, p.157-179, ago 2017.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da docência: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904)*. 2011. 230 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero.” *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 8. n.2, p. 9-42, jul./dez. 2000.

NÓVOA, Antonio. “O passado e o presente dos professores, .” In: _____. (Ed.) *Profissão professor*. Porto: Editora Porto, 1995.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares.” *Projeto História*. São Paulo 10, dez-1993, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. “O registro dos limites da cidade: imagens da várzea do Carmo no século XIX.” *Anais do Museu Paulista*. São Paulo v. 6/7, p.37-59 2003.

OLIVEIRA, Vinicius de Bragança Muller. “O relacionamento entre a província de São Paulo e o governo Imperial: economia e política em meio ao embate entre centralização e descentralização (1835 – 1850)”. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP, 2008.

OSAVA, Ruth Hitomi. *Assistência ao parto no Brasil: o lugar do não médico*. 1997. Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1997.

PAIS, Luiz Carlos. “Traços históricos do ensino da Aritmética nas últimas décadas do século XIX: livros didáticos escritos por José Theodoro de Souza Lobo.” *Revista Brasileira de História da Matemática*, v.10, n.20, p.127-146, 2010.

PAULA, Dalvit Greiner de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. “José da Silva Lisboa, José Bonifácio e Martim Francisco: discussões sobre educação no Império do Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, 2017.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues; WARDE, Mirian Jorge. “A estrutura administrativo-burocrática da instrução pública paulista instituída pelo Regulamento de 08 de novembro de 1851.” *Cadernos de História da Educação* (Online), v.14, p. 279-300, 2015.

PERROT, Michelle. “Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência.” *Cadernos Pagu*, Campinas, v.4, p. 9-28, 1995.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326f. Doutorado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

PIZA, Antonio de Toledo. Desapropriações de 1820. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, n. 10, p. 278-80, 1905.

PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, Brasília D.F: José Olympio, Edunb, 1993.

QUE horas ela volta? Direção: Anna Muylaert. Globo Filmes, Gullane, África Filmes, 2015. (114 min).

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher. O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.

RESENDE, Fernanda. *Representações de educação em livros de histórias de cidades mineiras (1910-1971)*. Doutorado em Educação - Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social.” *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Ed. Jacques (org.) REVEL. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIZZINI, Irma. “A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX.” *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 8-25, jan. 2012.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Trabalho com fogo. Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. 2008. 365 f. Tese de Doutorado – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A instrução feminina em São Paulo*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

RUSSEL-WOOD. “Centros e periferias no mundo luso brasileiro, 1500-1808.” *Revista Brasileira de História* 18, n.36 (1998).

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, Secretaria da Cultura de São Paulo, 1989.

SANT'ANNA, Thiago Fernando. *Gênero, História e Educação*. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SCHMITT, Juliana. “Vestuário e Comportamento de Luto no Brasil oitocentista.” *COLÓQUIO DE MODA*, 13., 2017, Bauru. *Anais...* Bauru, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias*. 2002. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. “Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte imperial, 1860-1889).” *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, n. 32, p. 50-65, 2007.

SCOTT, Joan. “Gênero uma categoria de análise histórica.” *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, p.5-22, jul./dez. 1990.

SENNETT, Richard. *The fall of public man*. Londres: Faber and Faber, 1976.

SENRA, Imene; SENRA, Rosaly. *Quitandas de Minas: Receitas de família e história*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. “De mameluca, mulata e gótica a moderna, cosmopolita e caótica: as metamorfoses de Piratininga.” In: Instituto Moreira Sales (Ed.). *Cadernos de fotografia brasileira: São Paulo, 450 anos*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2004. p. 314-333.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

SILVA, Carlos Miguel de Jesus Manique da. *Do modo de aprender e ensinar: renovação pedagógica e cenários de experimentação da escola graduada (1834-1892)*. 2008. Tese de Doutorado - Faculdade de Lisboa, 2008.

SILVA, João Luiz Maximo. *Alimentação de rua na cidade de São Paulo*. 2008. 246 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Luís Octávio. “Os quintais e a morada brasileira.” *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v.11, n.12, p.61-78, dez. 2004.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro. *Pretas de honra : trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX(1840-1870)*. 2004. 295 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SILVA, Vera Alice Cardoso da. “Políticas compensatórias.” In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancellari; VIEIRA, Livia Fraga. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD ROM.

SILVA, Vivian Batista da. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil*. 2006. 389 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUSA, Otávio Tarquínio de História dos fundadores do Império do Brasil : José Bonifácio, Brasília : Senado Federal, 2015.

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari e Rita de Cássia Santos FREITAS. “Da inferioridade latente ao protagonismo compulsório: o olhar de Saint-Hilaire sobre as mulheres das Minas Gerais no início do Oitocentos.” *Revista Ártemis* XIX; jan-julho (2015): 90-100.

SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Mello. *Parto, parteiras e parturientes*. 1998. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. “A organização pedagógica da escola primária no Brasil: do modo individual, mútuo, simultâneo e misto à escola graduada (1827-1893).” In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio. *Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 337-367.

TANURI, Leonor Maria. “História da formação de professores.” *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n.14, p.19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

TELES, Lorena. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a, vol.1.

_____. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b, vol.2.

_____. *A formação da classe operária inglesa. A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, vol.3.

_____. “O termo ausente: experiência.” In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-200.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. “Costume, Lei e Direito Comum.” In: _____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-149.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, v.3, p. 29-62, 1994.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil. Cantos, danças, folguedos: origens*. São Paulo: Editora 34, 2008.

TSCHUDI, Johan Jakob. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1980.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VERDIER, Yvonne. *Façons de dire, façons de faire (La laveuse, la coutela cuisinière)*. Paris: Gallimard, 1979.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: LTr, 1990.

VICENTINI, Paula Perin. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente no Brasil (1933-1963)*. 1997. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. *História d aprofissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa.” *Historia de la Educación*, 25 (2006): 153-171.

_____. “Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX.” *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 17, p.41-67, 2008.

_____. “A docência como uma experiência coletiva: questões para debate”. In: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva e SANTOS, Lucíola. (Orgs.). In *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores e trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 711-731.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Da palmatória à lanterna mágica: a escola normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. 2002. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. “Do artesanato à profissão: representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.” In: BASTOS, Maria Helena, Câmara; STEPHANOU, Maria (Org.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v.2 – Século XIX. p.104-116.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. “Sobre a história e a teoria da forma escolar.” *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jan. 2001.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

ZANATTA, Aline Antunes. *Justiça e representações femininas: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822)*. 2005. 217 f. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

APÊNDICE

Apêndice 1: Cadeiras e professoras públicas de primeiras letras (1828-1860).

Cadeira	Criação	Movimentação	Professoras
1. São Paulo Sé	1828	1828	1. Benedicta da Trindade do Lado de Christo
		1859	2. Agostinha Leme da Silva Prado
2. Itu	1828	1828	3. <i>Joaquina Rosa de Vasconcellos</i>
		1834	4. Rita Candida Pacheco Freire
3. Santos	1828	1828	5. Maria das Dores
		1841	6. Leopoldina Vicencia Reinoldes
		1851	7. Umbelina Joaquina de Sant'Anna
		1852	8. Gabriela Maria de Jesus ^s
		1857	9. Maria Theodora das Dores
4. São Sebastião	1828	1828	10. Benedita Maria de Jesus
		1835	11. Fortunata Rosa de Oliveira Doria
		1858	12. Januária Hortensia de Sá Cortez
5. Taubaté	1828	1828	13. Escolástica Maria de Jesus
		1840	14. <i>Maria Francisca da Conceição Barbosa</i>
		1852	15. <i>Umbelina Gertrudes d'Aquino</i>
		1857	16. Carlota Maria do Sacramento
		1859	17. <i>Anna Perpétua Marques</i>
6. Sorocaba	1830	1830	3. <i>Joaquina Rosa de Vasconcellos</i>
		1841	18. Vicentina Adelaide de Vasconcellos
7. Curitiba*	1834	1834	19. Rita Anna de Cassia
		1839	20. Leopoldina Leonizia França
		1841	21. Maria do Carmo de Moraes
8. Paranaguá*	1835	1836	22. Joanna Maria de Mello
		1852	23. <i>Maria Thereza de Campos Leite</i>
9. Guaratinguetá	1838	1838	24. Maria Rita do Carmo
		1848	25. Isabel Maria Pagão Fragoço
10. Campinas	1843	1844	26. Jacintha Roza de São Jozé
		1848	27. Anna Joaquina de Andrade e Castro
		1860	28. Anna Jacintha de Andrade
11. Príncipe*	1843	1848	29. Gertrudes Margarida de Magalhães
12. Cunha	1843	1846	30. Rita Querina das Dores
13. Bananal	1843	1851	31. Amélia Pereira de Lacerda
		1853	33. Anna Bernardina de Campos Leite
		1860	23. <i>Maria Thereza de Campos Leite</i>
14. Lorena	1844	1845	33. Gertrudes Maria de S. Jozé Netto
15. Antonina*	1844	1845	34. Maria Joaquina Soares da Rocha
16. Pindamonhangaba	1844	1844	35. Guilhermina Vieira da Silva (de Britto)
		1857	36. Claudina Emília Coelho
17. Jacareí	1844	1845	37. Maria Marques Perpétua de Oliveira
		1849	38. Maria Laudelina de Moraes
18. São Roque	1845	1845	39. <i>Maria Flora Vaz e Souza</i>
		1855	40. Maria da Conceição Ribeiro
19. Morretes*	1845	1845	41. Geraldina Amalia de Souza
		1851	42. Senhorinha Francisca das Neves
20. Santo Amaro	1846	1847	43. Emygdia Maria das Dores Salles

21. São Vicente	1846	1847	44. Mafalda Virginia das Dores (1880)
22. Porto Feliz	1846	1847	45. Maria Teixeira do Amaral
23. Bragança	1846	1850	46. Maria da Gloria do Sacramento
24. Mogi das Cruzes	1846	1847	47. Eufrosina Maria de Pinho
		1852	48. Carolina Maria de Freitas
25. Areas	1846	1848	<i>49. Maria Francisca Ribeiro</i>
		1857	<i>15. Umbelina Gertrudes d'Aquino Escobar</i>
26. Iguape	1846	1849	50. Carolina Amalia de Oliveira
		1852	51. Luiza Laura de Mendonça Carneiro
		1860	52. Romana Vicencia da Costa
27. Cananéia	1846	1847	53. Carolina Amalia de Oliveira
		1849	vaga
		1851	54. Barbara Jovina de Oliveira e Souza
28. Jundiá	1846	1851	55. Escolástica Maria de Jesus ²¹⁸ (faleceu 1870)
29. Atibaia	1846	1851	56. Guilhermina de Toledo Ordonhes
30. Santa Isabel	1846	1851	57. Regina Angela Martins
		1852	<i>15. Umbelina Gertrudes d'Aquino</i>
		1853	<i>14. Maria Francisca da Conceição Barbosa</i>
		1857	<i>58. Josephina Adelaide Trigueirinho</i>
		1858	vaga
		1860	59. Theresa Felícia Gonçalves
31. Constituição	1846	1849	<i>60. Ignácia Flora dos Santos</i>
		1857	<i>61. Hermelinda Rosa de Toledo</i>
32. Capivari	1846	1851	62. Innocencia Querubina do Amaral
		1858	63. Leopoldina Maria d'Arruda Leite
		1859	64. Zeferina de Jesus Vasconcellos
33. Mogi-Mirim	1846	1849	65. Jacintha Roza de São Jozé
		1855	66. Emília Elisa do Vale
34. Rio Claro	1846	1849	67. Maria do Prado Leme e Silva
35. Silveiras	1846	1855	68. Maria Brasileira? Do Amaral
36. Guaratuba*	1846	1848	69. Anna Maria de Freitas
		1852	70. Anna Joaquina de Sant'Anna
37. Xiririca	1846	1855	71. Josephina Monteiro da Cunha
		1857	72. Josepha Clara dos Santos
38. Itapetininga	1846	1848	<i>73. Maria das Dores Silveira</i>
		1851	74. Leopoldina Carolina Machado Pinheiro
		1858	75. Gertrudes Maria de Azevedo Marques
39. Paranaíba	1846	1849	<i>76. Rita Joaquina de Lacerda</i>
		1851	<i>15. Umbelina Gertrudes d'Escobar</i>
		1853	<i>77. Maria Perpétua de Salles Damasco</i>
		1859	<i>14. Maria Francisca Conceição Barbosa</i>
		1860	<i>76. Rita Joaquina de Lacerda</i>
40. Franca do Imperador	1846	1849	78. Margarida Canuta Stocler de Lima
41. Itapeva	1846	1848	79. Maria da Silveira Loureiro

²¹⁸ Acreditamos que houve duas professoras homônimas “Escolástica Maria de Jesus” na Província de São Paulo no período. A primeira foi professora em Taubaté entre 1828 e 1840 e a segunda foi interna do Seminário de Educandas entre 1830 e 1851, tornou-se professora de Jundiá em 1851 e permaneceu na cadeira até o seu falecimento em 1870.

		1858	80. Ignácia Flora da Silva Pimenta
42. São Luiz	1846	1847	<i>81. Zeferina Adelaide de Gouvêa Coelho</i>
		1857-58	vaga
		1860	<i>81. Zeferina Adelaide de Gouvêa Coelho</i>
43. Castro*	1846	1851	82. Maria Candida d'Oliveira Mascarenhas
44. Itanhaém	1846	1855	83. Maria Carolina do Espírito Santo
45. Apiahy	1846	1853	84. Maria Dionizia de Oliveira
		1857-58-60	vaga
46. Pirapora	1846	1852	85. Maria Joaquina ^s
		1855	86. Anna Luiza de Souza e Silva
		1857	87. Leopoldina Pires de Arruda
		1860	88. Benedita Maria Marques
47. Limeira	1846	1852	89. Antonia Carolina dos Anjos (de Jesus) ^s
48. Batatais	1846	1852	90. Maria Tolentina do Amaral
		1857-58-60	vaga
49. Casa Branca	1846	1849	91. Alexandrina Valentina dos Reis
50. Tatuí	1846	1850	92. Maria Candida Pinheiro d'Almeida
		1852	93. Theolinda Maria de Albernaz
		1855	94. Anna Candida de Albernaz
51. Queluz	1846	1853	95. Constancia Maria Leopoldina de Escobar
		1860	96. Virginia ?? De Moraes
52. Sorocaba (2ª cadeira)	1846	1853	<i>39. Maria Flora Vaz de Souza</i>
53. Seminário de Educandas	1847	Escola Normal Suprimida	Maria Leocádia do Sacramento (diretora do Seminário) 1831-1858
		1859	<i>97. Anna Antonia da Costa Guimarães^s</i>
54. Ubatuba	1847	1850	98. Carolina Severina Madeira
55. Vila Bela da Princesa	1847	1849	99. Rita Dionisia de Lima Ribeiro
		1853	100. Rita Delfina de Oliveira Campos
		1855	101. Januária Hortensia Cortez
		1857	102. Francisca Augusta de Sá Cortez
56. São José da Parahíba	1852?	1852	103. Josefina Catalã d'Escobar ^s
57. Santa Ifigênia	1853	1853	<i>97. Anna Antonia da Costa Guimarães^s</i>
		1859	104. Fortunata Calidora do Prado ^s
58. Bairro de S. Francisco	1853?	1853	<i>17. Anna Perpétua Marques</i>
		1858	105. Anna Francisca das Chagas
		1860	106. Maria Joaquina da Fonseca
59. Caçapava	1854	1855	<i>77. Maria Perpétua de Salles Damasco</i>
60. São João da Boa Vista	1854	1855	<i>61. Hermelinda Rosa de Toledo</i>
		1857	107. Angélica Engracia de Almeida
		1860	vaga
61. Mogi-Guaçu	1854	-	vaga
62. Penha de Mogi-Mirim	1854	1855	108. Maria Leopoldina Soares do Prado
		1857	109. Gertrudes Pereira do Carmo
		1860	110. Elisa Candida de Toledo Dantas
63. Betlém	1856	1857	111. Maria Balbina de Lacerda
		1860	112. Umbelina Rosa de Carvalho
64. Serra Negra	1856	1857	113. Anna Querubina do Amaral e Souza
		1858	114. Carmelina Maria do Prado
		1860	115. Bernardina Maria do Prado

65. Braz	1856	1857	116. Maria Florencia Peréa Pinto
66. Nazareth	1857	1857	117. Maria do Carmo Maciel
		1860	vaga
67. Botucatu	1857	1857	60. Ignácia Flora dos Santos
		1858	vaga 1858
68. Santa Branca	1857	1858	58. Josephina Adelaide Trigueirinho
69. Conceição de Guarulhos	1857	1860	118. Catharina Maria da Conceição
		1858	119. Rosa Josefa de Oliveira ^s
70. Una	1857	1858	120. Maria das Dores de Oliveira ^s
71. Piedade	1857	1860	117. Maria do Carmo Maciel
72. Parapanema	1857	1857	73. Maria das Dores Silveira
73. Cabreúva	1857	1857	121. Elisa Theresa da Silva
74. Indaiatuba	1857	1857	122. Angela Leopoldina da Silva
		1858	123. Anna Guilhermina Mendes do Amaral
		1860	123. Theresa de Jesus Carvalho
75. Cotia	1858	1858	119. Rosa Josefa de Jesus ^s (de Oliveira)
		1858	120. Maria das Dores de Oliveira ^s
		1858	124. Maria Joana do Sacramento
76. Araraquara	1858	1858	49. Maria Francisca Ribeiro
77. Pirassununga	1858	1860	125. Francelina Nazareth Buck
78. Bairro do Piraikê	1858	1858	126. Antonia Rosa de Oliveira
		1860	127. Maria Clementina Cortez
79. Caraguatatuba	1859	1860	128. Rita Dionisia de Lima Ribeiro
80. Amparo	1859	1860	129. Maria do Carmo de Camargo
81. Sapucahy-mirim	1859	1860	130. Francisca de Cerqueira Cesar
82. Brotas	1859	1860	131. Rita Amelia d'Avila
83. Aparecida	1859	1860	132. Mariana Francisca do Carmo
84. São José do Parahitinga	1860	1860	133. Gertrudes Maria do Espirito Santo
85. Paraibuna	1860	1860	134. Maria Francisca Conceição Barbosa
86. Rio do Peixe	1860	1860	vaga
87. Sarapuí	1860	1860	135. Anna Maria de Jesus
88. Taquanduba	1860	1860	136. Antonia Roza de Oliveira

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de relatórios de presidentes da Província de São Paulo; relatórios do inspetor da Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto; do encadernado do Arquivo Público do Estado de São Paulo (E04657 1856-1883 Registro dos professores da Província S/Localidade - mulheres) e de notas publicadas nos periódicos da Província de São Paulo.

Legenda:

Cadeiras em negrito pertenciam à Capital.

* Localidades que pertenciam à Província de São Paulo até 1853 e passaram a constituir a Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853.

^s Egressas do Seminário de Educandas

Professoras que ocuparam cadeiras de diferentes localidades